

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... VII



IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... VII

INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO ANO DE 2012 | 2013

Índice

11 Prefácio

35 I. Portugal Inteiro

- 39 Cerimónia Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril
Assembleia da República, 25 de abril de 2012
- 47 Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão
do Dia de Portugal
Lisboa, 9 de junho de 2012
- 49 Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho
Lisboa, 10 de junho de 2012
- 55 Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões
e das Comunidades Portuguesas
Lisboa, 10 de junho de 2012
- 63 Cerimónia Comemorativa do Quinquagésimo Aniversário dos “Comandos”
Carregueira, 29 de junho de 2012
- 67 Cerimónia de Tomada de Posse da Procuradora-Geral da República
Palácio de Belém, 12 de outubro de 2012
- 69 Mensagem de Ano Novo
Palácio de Belém, 1 de janeiro de 2013
- 75 Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial
Lisboa, 30 de janeiro de 2013

81 II. Economia e Crescimento Sustentável

- 85 Cerimónia de Inauguração da Nova Sede da Microsoft Portugal
Lisboa, 10 de abril de 2012
- 89 Sessão de Abertura do Fórum Económico Polónia-Portugal
Lisboa, 20 de abril de 2012
- 93 Cerimónia de Abertura do Conselho para a Globalização
Palácio da Cidadela, 4 de maio de 2012

- 95 **Cerimónia de Entrega do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa**
Palácio da Cidadela, 6 de junho de 2012
- 99 **Sessão de Encerramento do VII Encontro da COTEC Europa**
Madrid, 3 de outubro de 2012
- 103 **Sessão de Abertura da Conferência “Mar de Negócios”**
Lisboa, 15 de novembro de 2012
- 109 **Cerimónia de Abertura do 22º Congresso da APDC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações**
Lisboa, 21 de novembro de 2012
- 113 **Cerimónia de Inauguração do Novo Centro de Moagem da Nacional**
Lisboa, 6 de março de 2013
-
- 117 **III. Desenvolvimento e Coesão Social**
- 121 **Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Lisboa**
Lisboa, 9 de junho de 2012
- 125 **Cerimónia de Inauguração das Fábricas de Material Aeronáutico da Embraer**
Évora, 21 de setembro de 2012
- 129 **Cerimónia Comemorativa dos 102 Anos da Proclamação da República**
Lisboa, 5 de outubro de 2012
- 137 **Mensagem por Ocasão do XII Encontro Nacional de Associações Juvenis**
Palácio de Belém, 24 de novembro de 2012
- 139 **Mensagem por Ocasão da Entrega do Prémio Manuel António da Mota**
Palácio de Belém, 16 de dezembro de 2012
- 141 **Encontro da Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social**
Palácio de Belém, 21 de fevereiro de 2013
-
- 145 **IV. Saúde, Educação, Ciência e Cultura**
- 149 **Cerimónia de Agradecimento da Rádio Renascença por Ocasão do seu 75º Aniversário**
Palácio de Belém, 9 de abril de 2012
- 153 **Cerimónia de Entrega dos Prémios “Europa Nostra”**
Mosteiro dos Jerónimos, 1 de junho de 2012
- 155 **Cerimónia de Homenagem a Vasco Graça Moura**
Porto, 15 de junho de 2012
- 159 **Cerimónia de Inauguração da Plataforma das Artes e da Criatividade**
Guimarães, 24 de junho de 2012
- 163 **Cerimónia de Atribuição do Prémio Champalimaud de Visão 2012**
Lisboa, 14 de setembro de 2012
- 167 **Cerimónia de Entrega dos Prémios Literários Fernando Namora e Agustina Bessa-Luis**
Estoril, 5 de dezembro de 2012

- 171 **V. Portugal na Europa e no Mundo**
- 175 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Sérvia**
Palácio da Cidadela, 26 de março de 2012
- 179 **Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2012 do Conselho da Europa**
Lisboa, 27 de março de 2012
- 183 **Banquete Oficial em Honra do Presidente Federal da República da Áustria**
Palácio da Ajuda, 11 de abril de 2012
- 187 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Polónia**
Palácio de Queluz, 19 de abril de 2012
- 191 **Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Timor-Leste**
Díli, 20 de maio de 2012
- 195 **Lançamento da Primeira Pedra das Futuras Instalações da Embaixada de Portugal em Díli**
Díli, 21 de maio de 2012
- 197 **Sessão Solene no Parlamento Nacional de Timor-Leste**
Díli, 21 de maio de 2012
- 205 **Encontro de Empresários Portugueses e Timorenses**
Díli, 21 de maio de 2012
- 207 **Receção em Honra da Comunidade Portuguesa e da Sociedade Timorense**
Díli, 21 de maio de 2012
- 211 **Cerimónia de Abertura da Feira do Livro de Díli**
Díli, 22 de maio de 2012
- 213 **Homenagem das Nações Unidas ao Contingente da Guarda Nacional Republicana**
Díli, 22 de maio de 2012
- 215 **Banquete Oferecido pelo Presidente da República da Indonésia**
Jakarta, 22 de maio de 2012
- 219 **Sessão de Encerramento do Fórum Empresarial Portugal-Indonésia**
Jakarta, 23 de maio de 2012
- 223 **Inauguração da Exposição “Cinco Séculos de Relações Políticas e Diplomáticas entre Portugal e a Indonésia”**
Jakarta, 23 de maio de 2012
- 225 **Almoço Oferecido pela Governadora-Geral da Austrália**
Camberra, 25 de maio de 2012
- 227 **Encontro com a Comunidade Portuguesa Residente na Austrália**
Sydney, 26 de maio de 2012
- 231 **Receção aos Quadros Portugueses em Singapura**
Singapura, 27 de maio de 2012
- 233 **Sessão de Encerramento do Fórum Económico Singapura-Portugal**
Singapura, 28 de maio de 2012
- 237 **Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Singapura**
Singapura, 28 de maio de 2012

- 239 **Banquete Oficial em Honra dos Príncipes das Astúrias**
Palácio de Queluz, 31 de maio de 2012
- 243 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Cabo Verde**
Palácio de Queluz, 11 de junho de 2012
- 247 **Entrega Simbólica de Obras ao Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa**
Maputo, 19 de julho de 2012
- 249 **Sessão de Abertura da IX Cimeira da CPLP**
Maputo, 20 de julho de 2012
- 253 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de São Tomé e Príncipe**
Palácio da Cidadela, 25 de julho de 2012
- 257 **Cerimónia de Entrega dos Prémios “Nueva Economía Fórum”**
Madrid, 2 de outubro de 2012
- 263 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Colômbia**
Palácio de Queluz, 14 de novembro de 2012
- 267 **Sessão Plenária da XXII Cimeira Ibero-Americana**
Cádiz, 17 de novembro de 2012
- 269 **Almoço Oficial em Honra do Presidente da República do Peru**
Palácio de Belém, 19 de novembro de 2012
- 271 **Sessão de Encerramento da Conferência Comemorativa dos 40 Anos do Semanário EXPRESSO – “Portugal no Mundo”**
Lisboa, 7 de janeiro de 2013
- 279 **Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático**
Palácio de Queluz, 15 de janeiro de 2013
- 287 **Anexos**
- 289 **Artigo de Opinião “Portugal, um Desígnio Global”**
Jornal “Diário Económico”, 4 de maio de 2012
- 293 **Artigo de Opinião “O Desafio Rio+20”**
Jornal “i”, 20 de junho de 2012
- 295 **Entrevista concedida ao semanário SOL**
20 de julho de 2012
- 315 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma relativo à reorganização administrativa de Lisboa**
24 de julho de 2012
- 317 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que estabelece os princípios para a utilização de gases de petróleo liquefeito e de gás natural comprimido e liquefeito como combustível em veículos**
10 de agosto de 2012
- 319 **Artigo “O Melhor Povo do Mundo” a propósito da eleição de “O Povo Português” como figura nacional do ano**
Jornal “Correio da Manhã”, 30 de dezembro de 2012

- 321 **Entrevista concedida ao semanário EXPRESSO**
5 de janeiro de 2013
- 343 **Mensagem à Assembleia da República sobre a Reorganização Administrativa
do Território das Freguesias**
16 de janeiro de 2013
- 345 **Passos da Agenda**



Prefácio

UM PRESIDENTE EM TEMPOS DE CRISE

Uma crise anunciada

Nos últimos dois anos, as palavras “crise”, “*troika*” e “austeridade” entraram no vocabulário quotidiano dos Portugueses, surgindo com frequência crescente na linguagem da comunicação social, dos agentes políticos e sociais e, bem assim, dos comentadores e analistas da realidade nacional.

No início de 2011, o País chegou a uma situação de emergência económica e financeira. Era flagrante a total impossibilidade de assegurar o normal financiamento do Estado e da economia. O Governo viu-se obrigado, em abril desse ano, a formalizar um pedido de assistência financeira à Comissão Europeia e ao Fundo Monetário Internacional, entidades que instituíram a chamada “*troika*”, uma missão tripartida integrada por técnicos da Comissão Europeia, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu, com vista a analisar, acompanhar e avaliar a situação económica e financeira de Portugal.

Nos termos do acordo celebrado com a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, Portugal recebia, a título de empréstimo, 78 mil milhões de euros, ao longo de três anos, e comprometia-se a executar um vasto e exigente programa de ajustamento visando reduzir o défice das contas públicas, melhorar a competitividade da economia e reforçar a estabilidade do sistema financeiro. Do programa faziam parte medidas que impunham pesados sacrifícios às famílias portuguesas, como a redução dos salários da função pública e das pensões, aumentos de impostos e de preços de serviços públicos e uma diminuição das prestações e apoios sociais.

O Governo comprometeu-se igualmente a levar a cabo um programa de privatizações e de reformas estruturais, em particular nos domínios do mercado laboral, dos sistemas de saúde e de justiça, do mercado da habitação e do setor empresarial do Estado.

A execução do programa de assistência financeira, pelos desafios que colocava e pelos sacrifícios que impunha, tornou-se um elemento de grande exigência para todos os Portugueses, mas interpelou, acima de tudo, os agentes políticos e o seu sentido de Estado.

Da parte do Presidente da República, exige-se, por um lado, um conhecimento rigoroso da dimensão e das razões da crise económica e financeira que atinge o País e das restrições a que está sujeito e, por outro, uma noção precisa das linhas de rumo e de orientação estratégica para a economia nacional que permitam encarar o futuro com realismo e esperança.

A obediência a uma cultura de responsabilidade impõe, além disso, que o Presidente da República não se deixe influenciar pelo ruído mediático ou pelas pressões de grupos ou corporações. O Presidente deve atuar de forma ponderada e sensata, com equilíbrio e racionalidade, estudando os novos e complexos dossiês que emergem do programa de assistência financeira. Não pode deixar-se arrastar por pulsões emocionais ou afetar pelas tensões que sempre emergem dos tempos de crise.

Por experiência própria, acumulada ao longo de dez anos como Primeiro-Ministro e após um mandato presidencial de cinco anos, sei, como poucos, que existe uma relação inversa entre o protagonismo mediático do Presidente da República e a sua influência efetiva sobre o processo político de decisão. Os que cedem à tentação da visibilidade fácil e da vaidade efémera acabam fatalmente por perder margem de manobra e capacidade de interlocução junto dos diversos agentes políticos e sociais, os quais, em situações de crise, se colocam frequentemente em posições de antagonismo e conflito, o que reclama uma intervenção arbitral, acrescida mas discreta, do Presidente da República.

Em suma, sempre guiado pelo critério do superior interesse nacional, fui chamado a exercer o princípio da magistratura ativa que eu próprio tinha definido, em campanha eleitoral, como correspondendo a uma intervenção

do Presidente da República que se intensifica em função das necessidades do País, nomeadamente em momentos de emergência social e económica. Em primeiro lugar, há que ter presente o diagnóstico, saber como chegámos a uma situação para a qual, em devido tempo, alertei os Portugueses. A principal razão da crise portuguesa reside na acumulação insustentável de desequilíbrios das contas externas – entre 2005 e 2010, o défice anual foi, em geral, superior a 9 por cento do PIB – e no conseqüente aumento do endividamento do País para com o estrangeiro e do respetivo encargo de juros. O saldo devedor da nossa Posição de Investimento Internacional, que corresponde *grosso modo* ao grau de endividamento líquido da economia para com o exterior, subiu de 67,4 por cento do PIB, no fim de 2005, para 107,2 por cento, em 2010.

Na base destes desequilíbrios – traduzidos na vulgar expressão “Portugal vive acima das suas possibilidades” – encontrava-se o excesso de endividamento do Estado, das empresas e das famílias, e a perda de competitividade externa da nossa economia.

A partir de maio de 2011, a condução da política económica passou a estar condicionada pela necessidade de cumprimento do programa de ajustamento económico e financeiro, que se tornou ainda mais imperiosa perante a impossibilidade total de acesso do Estado, dos bancos e das empresas ao financiamento nos mercados internacionais.

Portugal não podia – e não pode – deixar de honrar os compromissos assumidos com as instituições internacionais. Desde logo, porque, nos termos do acordo celebrado, a avaliação trimestral positiva da execução do programa é condição necessária para o desembolso das sucessivas parcelas do empréstimo, sem as quais o Estado não conseguiria satisfazer os seus encargos.

A ideia, defendida por alguns, de que Portugal poderia, unilateralmente, decidir não cumprir os compromissos assumidos com a “*troika*” e promover uma reestruturação da dívida pública, envolvendo uma redução do seu valor nominal, ignora os efeitos extremamente negativos dessa opção.

Se acaso enveredássemos por esse caminho, agravar-se-ia seriamente a situação do sistema bancário português, assim como de outros investidores

institucionais; desvalorizar-se-ia o valor das empresas e de outros ativos nacionais; diminuiria a capacidade de Portugal para defender os seus interesses no plano externo; deteriorar-se-iam drasticamente a imagem, a credibilidade e a reputação externas do País, com prejuízo para as nossas exportações, para a captação de investimento estrangeiro e para a internacionalização da economia; e o Estado, as empresas e os bancos portugueses seriam afastados, por vários anos, porventura décadas, dos mercados financeiros internacionais.

Portugal deixaria de ser um Estado que honra os seus compromissos, que cumpre a palavra dada. A partir desse momento, que Estados ou organizações internacionais iriam confiar em nós? Os efeitos negativos para o Estado português não se limitariam aos domínios económico ou financeiro. No plano das relações externas, no diálogo bilateral ou multilateral, na cooperação militar, a nossa posição seria comprometida e o nosso peso negocial diminuiria substancialmente. A descredibilização não afetaria apenas o Estado mas também as instituições privadas, como os bancos ou as empresas, e até os cidadãos individualmente considerados. Os potenciais investidores olhariam o País como um lugar onde os valores da confiança e do respeito pelos compromissos estariam ausentes, as nossas empresas teriam dificuldades acrescidas no estabelecimento de parcerias com as suas congéneres de outros países, os cidadãos teriam, nas suas vidas profissionais e pessoais, a marca de serem oriundos de um Estado que fora ajudado financeiramente mas que, na altura decisiva, se eximira às obrigações que voluntariamente havia assumido.

Por outro lado, a situação de emergência financeira a que o País chegou, em resultado da trajetória insustentável do endividamento externo, impôs como linhas prioritárias de orientação estratégica o aumento da afetação de recursos à produção de bens e serviços que concorrem com a produção estrangeira (ou seja, bens e serviços transacionáveis), a melhoria da competitividade das nossas empresas e a conquista de novos mercados.

Esta orientação exige a redução do défice do setor público, incluindo o setor empresarial do Estado, e a melhoria da qualidade das políticas públicas, de modo a libertar recursos para a produção de bens e serviços transacionáveis,

a aumentar a eficiência no funcionamento da nossa economia e a reforçar a confiança dos investidores e dos mercados. A redução do défice público, mais do que um fim em si mesmo, constitui um meio para corrigir os desequilíbrios externos e a falta de competitividade da economia portuguesa.

Convém recordar que os défices das contas públicas de 2009 e 2010 – respetivamente 10,2 por cento e 9,8 por cento do PIB – violavam as regras de disciplina orçamental a que Portugal se encontra sujeito como membro da União Europeia. A trajetória insustentável da dívida pública (que, na primeira década do século XXI, subiu de 50 para 93,5 por cento do PIB), a que acrescia a dívida do setor empresarial do Estado, suscitava dúvidas crescentes aos mercados quanto à capacidade futura do País para cumprir as suas responsabilidades de pagamento de juros e de reembolso.

O acordo de assistência financeira, celebrado em maio de 2011, fixou metas anuais muito precisas e exigentes para a redução do défice público, de modo a que este atingisse um valor inferior a 3 por cento do PIB em 2014, e elevou-as, de resto, à categoria de indicadores decisivos para avaliação do cumprimento do programa de ajustamento.

O objetivo da sustentabilidade do endividamento externo impôs também, como orientação prioritária, a valorização e o estímulo da iniciativa privada. É nas empresas que reside o potencial de investimento vocacionado para o setor dos bens transacionáveis e a força dinamizadora das exportações, para além da capacidade de criação de emprego. Daí ser igualmente muito relevante a atração de investimento estrangeiro, pela possibilidade que oferece de expandir as exportações e reduzir o nível de endividamento externo. Os compromissos assumidos perante as instituições internacionais, que foram apoiados por um amplo consenso político-partidário, correspondente a 90 por cento dos Deputados à Assembleia da República, definem o quadro que, desde maio de 2011, serve de referência para a ação dos poderes públicos, incluindo a magistratura presidencial, nos planos externo e interno.

A ação presidencial no plano externo

A partir de meados de 2011, o programa de assistência financeira definido com a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional passou a influenciar decisivamente a minha ação no plano externo.

Assim aconteceu nas dezenas de encontros que mantive com Chefes de Estado e outros destacados dirigentes políticos de países da União Europeia e com altos responsáveis de instituições internacionais. Pelos seus poderes de decisão ou de influência, era do interesse nacional que dispusessem de informação correta sobre a situação económica, social e política portuguesa, sendo ainda essencial transmitir-lhes mensagens relevantes sobre a execução do programa de ajustamento que o País estava a concretizar.

Antes de mais, era importante que os diversos Estados europeus soubessem que as autoridades portuguesas estavam firmemente determinadas a cumprir, de forma rigorosa, os compromissos que tinham sido assumidos com as instâncias internacionais. De igual modo, deveriam conhecer o progresso verificado na realização dos objetivos definidos, em particular na redução do desequilíbrio das contas com o exterior e das finanças públicas, na concretização das reformas dirigidas à melhoria da competitividade externa e à estabilidade do sistema financeiro, e no processo de privatizações. Esta foi, numa primeira fase, uma mensagem imprescindível para desfazer dúvidas e equívocos, para vencer preconceitos e ultrapassar as desconfianças dos mercados, dos investidores e de alguns agentes políticos europeus quanto à vontade e à capacidade de Portugal para corrigir os desequilíbrios que o afetavam.

Mas era igualmente importante dar a conhecer os pesados sacrifícios impostos aos Portugueses e, por outro lado, valorizar o consenso entre as principais forças políticas relativamente à execução do programa de ajustamento, assim como o consenso social, envolvendo organizações patronais e sindicais, que fora alcançado para a realização das reformas estruturais. Além disso, fazia questão de sublinhar o sentido de responsabilidade revelado pelo povo português no cumprimento de um programa de grande exigência.

Interessava também revelar os efeitos negativos da execução do programa de ajustamento: a queda da produção e do investimento e o aumento do desemprego, superiores aos que tinham sido inicialmente previstos, a escassez e o elevado custo do crédito para as empresas e o alastrar de situações de pobreza. Tal como havia que demonstrar o impacto negativo da crise na Zona Euro, em particular da situação vivida em Espanha, um verdadeiro choque assimétrico para Portugal, dada a dimensão específica das relações comerciais e dos fluxos turísticos existentes com o país vizinho. Havia também que assinalar os sinais de cansaço revelados pelo povo português relativamente às sucessivas medidas de austeridade e o receio de que o País caísse num círculo vicioso, em que a queda da produção fosse seguida por mais austeridade orçamental, a que se seguiria nova queda da produção e assim sucessivamente.

Era essencial evidenciar estes aspetos, não apenas para sensibilizar os nossos interlocutores a adotarem uma atitude mais positiva em relação a Portugal, mas também para reforçar a noção de que o sucesso dos programas de ajustamento português e irlandês não interessa apenas aos dois países, mas à União como um todo e a cada um dos seus membros em particular.

Nas declarações e intervenções que tenho proferido sobre a política europeia e a crise do Euro, e que têm constituído uma outra vertente da minha atuação no plano externo, venho defendendo as políticas e as orientações europeias que mais se adequam aos interesses nacionais e criticando aquelas que nos são adversas, procurando sempre enquadrar as posições assumidas no interesse comum europeu e não deixando de sublinhar o quanto Portugal valoriza o projeto de integração, que garantiu um ciclo de paz e prosperidade sem precedentes na história deste continente.

Sublinhei, por diversas vezes, a urgência de uma atuação firme a nível europeu visando a estabilidade da Zona Euro, o reforço da confiança na moeda única e o aprofundamento da União Económica e Financeira.

Nesse sentido, defendi um papel mais ativo do Banco Central Europeu, agindo como emprestador de último recurso, à semelhança da Reserva Federal dos Estados Unidos, do Banco de Inglaterra e do Banco do Japão. Um Banco Central Europeu firme e declaradamente disponível para intervir, de forma

ilimitada, no mercado secundário da dívida soberana dos países solventes da Zona Euro que enfrentem problemas de liquidez, mas que conduzam políticas orçamentais de sustentabilidade das finanças públicas e realizem reformas visando a melhoria da competitividade das suas economias, como é o caso de Portugal. Assegurar a integridade da política monetária europeia e eliminar o risco da reversibilidade do euro deve ser uma responsabilidade permanente do Banco Central Europeu.

A intervenção do Banco Central Europeu no mercado secundário da dívida soberana portuguesa contribuiria para a redução dos custos de novas emissões de dívida e aplanaria o caminho para o regresso do País ao mercado internacional de títulos de dívida a longo prazo em condições mais favoráveis.

Insisto, desde há muito, que a crise da Zona Euro não se resolve apenas com a imposição de políticas de austeridade orçamental e com a aplicação de sanções aos Estados-membros. É indispensável que, em paralelo, a União Europeia adote uma agenda de crescimento económico e criação de emprego. Sem ela, os custos da consolidação orçamental em países sujeitos a programas de ajustamento, como Portugal, correm o risco de se tornar social e politicamente insustentáveis.

Na conferência que realizei no Instituto Universitário Europeu, em Florença, fui particularmente incisivo na defesa de um papel mais ativo do Banco Central Europeu e de uma agenda europeia vocacionada para o crescimento económico e para a criação de emprego. Em Madrid, ao intervir na cerimónia em que recebi o prémio *Nueva Economía Fórum*, voltei a sublinhar estas ideias.

Este ponto ganhou uma relevância crescente para Portugal à medida que se avançava na execução do programa de ajustamento e se tornava evidente a necessidade de associar ao processo de consolidação orçamental elementos favoráveis ao crescimento económico e à criação de emprego. Nas atuais circunstâncias, parte destes elementos deveria provir de decisões tomadas a nível europeu – tais como a reafetação de fundos estruturais comunitários, o aumento de empréstimos do Banco Europeu de Investimento às empresas, a revisão dos critérios de cálculo dos capitais exigidos

aos bancos por parte da Autoridade Bancária Europeia, ou a redução das taxas de juro das obrigações convertíveis emitidas em operações de recapitalização dos bancos – e de uma coordenação das políticas económicas dos Estados-membros orientada para a adoção de políticas mais expansionistas por parte daqueles que têm posições externas superavitárias.

Não por acaso, logo na comunicação que fiz ao País, em 6 de maio de 2011, a propósito do acordo de assistência financeira, havia afirmado que “É essencial que, na execução do acordo alcançado, seja encontrado espaço para duas preocupações cruciais para o nosso futuro: a justiça social e o crescimento da economia”.

Mais recentemente, tenho utilizado as oportunidades oferecidas pelos contactos internacionais para defender a flexibilização das competências do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira no apoio aos países que enfrentam problemas de liquidez, assim como a concretização de um novo passo na integração financeira que, estou certo, trará benefícios para Portugal. Refiro-me à criação de uma União Bancária Europeia, incluindo não só a instituição do mecanismo único de supervisão da Zona Euro, decisivo para separar o risco da dívida bancária do risco da dívida soberana, e que deve ser rapidamente posto em prática, mas também a criação de um mecanismo comum de garantia de depósitos e de um fundo de resolução de crises bancárias, para que os custos da má gestão dos bancos não recaiam sobre os contribuintes.

Nas minhas intervenções e declarações sobre política europeia, fui particularmente crítico quer dos atrasos no reconhecimento, por parte de vários Estados-membros, da natureza sistémica da crise do euro, associada ao grau de interdependência económica entre os países e a efeitos de contágio, quer das demoras na aprovação de uma agenda de crescimento económico e na própria passagem à prática das decisões de combate à crise financeira tomadas pelo Conselho Europeu.

O euro constitui um pilar decisivo da construção europeia e o seu fracasso não seria só prejudicial para Portugal ou para países em situação idêntica à nossa. O fracasso do euro poria em causa o mercado interno e a política europeia de coesão social, alimentaria protecionismos de cariz nacionalis-

ta e enfraqueceria a posição da Europa na cena internacional. O insucesso da moeda única significaria que falháramos na preservação de um projeto que representa um dos alicerces da União.

Consciente desses riscos, tendo bem presente que a crise do euro é sinónimo de crise da Europa, nas minhas intervenções não poupei críticas aos egoísmos nacionais revelados por alguns Estados, à deriva intergovernamentalista no funcionamento da União, em detrimento do método comunitário, e à emergência de diretórios de países que se sobrepõem às instituições comunitárias e limitam a margem de manobra destas últimas. O método comunitário é, indiscutivelmente, aquele que melhor defende o projeto de uma verdadeira União Europeia, concebida como algo maior, muito maior, do que um mero somatório de Estados-membros.

A pedagogia sobre a situação económica portuguesa, assim como sobre a execução do programa de assistência financeira, deve estender-se para além do círculo dos países da União, abrangendo, em particular, os Estados que detêm maior peso nas decisões do Fundo Monetário Internacional e na formação da opinião dos investidores e dos mercados internacionais. É uma tarefa em que aos nossos representantes diplomáticos cabe um papel importante, mas que deve ser reforçada nas visitas ao estrangeiro dos titulares de órgãos de soberania.

É o que tenho feito em diversas ocasiões, como foi o caso da visita que efetuei aos Estados Unidos, em novembro de 2011, aproveitando os contactos que estabeleci com destacadas personalidades da vida política norte-americana, os meios académicos, agentes económicos e financeiros, membros influentes da comunidade portuguesa e lusodescendente e com a comunicação social daquele país.

As declarações e intervenções públicas sobre política europeia feitas no País também se inscrevem na ação do Presidente da República em tempos de crise. Desde logo, como estímulo ao debate interno sobre a integração europeia, mas ainda como apoio a outros agentes políticos nacionais para que, no plano externo, se mostrem ativos e firmes na defesa de posições europeias que correspondam aos interesses nacionais e façam ouvir uma voz crítica relativamente a certas propostas ou atitudes de alguns Estados.

Somos um Estado-membro da União, com todos os deveres e direitos inerentes a esse estatuto.

Acresce que os embaixadores acreditados em Portugal transmitem aos dirigentes políticos dos respetivos países as afirmações sobre política europeia produzidas pelos titulares dos órgãos de soberania portugueses, o que, aliás, reforça a necessidade de uma concertação estratégica entre os mais altos responsáveis do Estado, com vista a uma defesa sem falhas dos superiores interesses nacionais.

Insere-se nesta linha de atuação o discurso que proferi na sessão solene das comemorações de 2012 do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em que critiquei os egoísmos nacionais revelados por alguns Estados da União, defendi os valores da coesão e da solidariedade, e aponte a necessidade urgente de passar das palavras aos atos e de conjugar a redução dos desequilíbrios orçamentais com uma agenda europeia para o crescimento económico e o emprego.

A grave crise económica e financeira determinou uma outra prioridade da ação externa do Presidente da República: em complemento da atividade desenvolvida pelo Governo, contribuir para o incentivo à exportação de bens e serviços, à internacionalização das empresas e à captação de investimento direto estrangeiro.

Tem sido minha preocupação, nos encontros com Chefes de Estado e de Governo estrangeiros, obter apoio político para o reforço do nosso relacionamento económico com os países que representam.

Nesse sentido, o interesse nacional impõe que Portugal seja apresentado como aquilo que verdadeiramente é: uma nação multissecular orgulhosa da sua História, um Estado de direito com uma democracia consolidada, dotado de estabilidade política e respeito pelo pluralismo e pela alternância eleitoral. Um Estado, em suma, que não falha o cumprimento dos compromissos internacionalmente assumidos, e um País determinado na transformação estrutural da sua economia, visando a melhoria da competitividade das empresas, membro da União Europeia e da Zona Euro, com ligações especiais a África, com destaque para Angola e Moçambique, e à América Latina, em particular ao Brasil. A lusofonia

apresenta-se como um trunfo de grande valor na projeção da imagem externa de Portugal.

A promoção das exportações e a captação de investimento externo produtivo têm sido temas prioritários nos meus encontros com os embaixadores portugueses acreditados em países estrangeiros. Respeitando, naturalmente, as competências próprias dos demais órgãos de soberania em matéria de política externa, tenho procurado mobilizar os nossos representantes diplomáticos para as novas exigências da sua nobre missão.

Nos contactos com entidades empresariais estrangeiras, durante as visitas ao exterior ou em audiências concedidas em Lisboa, senti ser fundamental apresentar Portugal como uma economia aberta, com um ambiente de negócios favorável à iniciativa empresarial e ao investimento e que, nas últimas décadas, registou progressos científicos e tecnológicos muito significativos. Procurei, igualmente, sublinhar a qualidade das infraestruturas e da mão-de-obra portuguesas, a receptividade ao investimento estrangeiro e a possibilidade de estabelecer parcerias orientadas para mercados bem conhecidos dos empresários portugueses, em África e na América do Sul.

As delegações de empresários portugueses, que são escolhidos pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) para acompanhar o Presidente da República em visitas oficiais ao estrangeiro, revelam-se extremamente importantes para o estabelecimento de ligações com agentes económicos dos países visitados. A integração na comitiva presidencial é um fator de credibilização, que permite alargar o leque de contactos dos nossos empresários e assegurar-lhes um mais fácil acesso a entidades públicas com relevo e poder decisório nas suas áreas de negócio. No decurso dessas visitas, tenho participado em seminários económicos organizados para promover a interação entre empresários portugueses e estrangeiros. Para citar alguns exemplos mais recentes, tal aconteceu em Timor, na Indonésia e em Singapura, e em Lisboa, aquando da visita do Presidente da República da Polónia.

Nas minhas visitas ao estrangeiro, tenho sempre feito questão de incluir encontros com as comunidades portuguesas e de lusodescendentes, com o objetivo de contribuir para manter vivos os laços que as ligam a Portugal.

Face à situação de crise, passei a dar maior relevo, nesses encontros, à mobilização da Diáspora portuguesa para atuar como elemento da diplomacia económica, contribuindo para a melhoria da imagem do País no exterior e para a divulgação das suas potencialidades, da qualidade dos produtos portugueses e da nossa riqueza histórica, cultural e paisagística. Com igual propósito, dei todo o meu apoio à constituição do Conselho da Diáspora Portuguesa.

No mesmo sentido, tenho-me reunido com altos quadros empresariais portugueses que desenvolvem atividades no estrangeiro e mantêm uma ligação afetiva a Portugal, de modo a sensibilizá-los para o apoio à internacionalização das nossas empresas e à captação de investimento externo de qualidade. Foi o que aconteceu em Singapura, durante o périplo pela Ásia, em maio de 2012, e em Cascais, no IV Encontro do Conselho da Globalização, em que reuni com portugueses que ocupam, no exterior, destacadas funções de gestão em empresas multinacionais.

Quando, em 25 de abril de 2012, na Assembleia da República, centrei o meu discurso na valorização da imagem e perceção de Portugal no estrangeiro, algumas vozes revelaram não ter ainda a noção de que se tratava de um fator da maior relevância para a afirmação das nossas empresas nos mercados externos e, conseqüentemente, para a recuperação económica e a criação de emprego.

A verdade é que uma imagem positiva do País no exterior contribui para que mais bens e serviços portugueses sejam exportados, para a atração de mais turistas, mais remessas de emigrantes e mais investimento estrangeiro e, até, para a obtenção de financiamentos externos em condições mais favoráveis.

Num balanço global, creio que já existem sinais visíveis do esforço que Portugal tem vindo a desenvolver no plano externo. Atualmente, a imagem do País no exterior é mais positiva do que há dois anos, como posso atestar nos frequentes contactos que mantenho com dirigentes políticos e empresariais de outros países. São sintomáticas, por outro lado, as diversas declarações de altos responsáveis de instituições internacionais em reconhecimento do esforço que Portugal e os Portugueses estão a realizar.

A ação presidencial no plano interno

Assinado o acordo de assistência financeira, foi para mim muito claro que, além de sublinhar a necessidade de Portugal honrar os compromissos assumidos, de modo a obter os meios de financiamento de que urgentemente necessitava, o Presidente da República, deveria, no plano interno, exercer uma magistratura de influência no sentido de preservar os consensos políticos e sociais e centrar as suas mensagens em três áreas: os fatores de crescimento económico, a estabilidade política e a coesão nacional.

Estes temas deveriam ocupar lugar destacado nas minhas intervenções públicas e nos contactos com o Primeiro-Ministro e membros do Governo, com as associações empresariais e sindicais, com o sistema financeiro, com empresários e gestores e com autarcas e agentes sociais.

No domínio económico, como já referi, a restrição do financiamento externo impunha como linha de orientação estratégica fundamental o aumento da produção de bens e serviços que concorrem com a produção estrangeira, a melhoria da competitividade das empresas e a conquista de novos mercados. Esta era uma questão clara, uma prioridade inequívoca, e importava fazer todos os esforços para a difundir nos meios políticos, empresariais e financeiros e em toda a sociedade portuguesa.

A ela me referi inúmeras vezes em intervenções e declarações públicas e em encontros com empresários, gestores e quadros de empresas e com representantes das organizações patronais e sindicais. Posso afirmar, sem receio de exagero, que poucos insistiram tanto neste ponto como eu.

Tratava-se de uma orientação estratégica óbvia para um país que, desde 2005, registava desequilíbrios das contas externas da ordem de 10 por cento do PIB e de uma questão que, de resto, há muito fazia parte do meu discurso. No entanto, era necessário renovar e reforçar esta mensagem, até porque, no passado, tinha-se instalado a ideia de uma certa proteção do setor dos bens não transacionáveis, o que era refletido, em particular, na distribuição do crédito bancário a seu favor.

A mensagem da prioridade da afetação de recursos ao setor dos bens transacionáveis foi fazendo o seu caminho e está hoje muito mais interioriza-

da pela sociedade portuguesa do que há dois anos – como, aliás, é visível no discurso dos meios de comunicação social. Para esta perceção também contribuiu a acentuada queda da procura interna, que estimulou os empresários a reorientarem a produção para os mercados externos.

A execução do programa de ajustamento deixava como únicas alavancas do crescimento económico o investimento privado e as exportações de bens e serviços. A margem de manobra do Estado para financiar estímulos económicos expansionistas encontrava-se muito limitada e os sacrifícios exigidos às famílias provocavam uma profunda contração do consumo privado. Havia, assim, que valorizar muito claramente a iniciativa privada, o papel das empresas e do empreendedorismo e estimular a ligação entre as universidades e as unidades empresariais, de modo a transformar conhecimento em inovação, em conteúdo tecnológico e em competitividade.

No mesmo sentido, havia que favorecer o rejuvenescimento do tecido empresarial português, apoiando os jovens empreendedores, dotados de boa preparação técnica, espírito de iniciativa, ambição e criatividade, abertos à inovação e à concorrência no mercado global e que não esperam proteção especial ou favores do poder político. Importava também sublinhar que um país não atinge um alto nível de rendimento e bem-estar se a sociedade não reconhecer e premiar o valor daqueles que têm mérito, talento e conhecimento.

Tenho acompanhado com o maior interesse a ação da COTEC na expansão da rede de PME inovadoras e foram vários os encontros que mantive com jovens empresários de todas as regiões do País. Recentemente, promovi o Encontro “Os Jovens e o Futuro da Economia”, em que 60 jovens procederam a uma estimulante e frutuosa reflexão sobre a cultura do empreendedorismo, o empreendedorismo empresarial e o empreendedorismo social. Está a afirmar-se em Portugal, de facto, uma nova geração que nos dá razões de confiança no futuro da nossa economia.

Por outro lado, havia que insistir na defesa da melhoria das condições de financiamento bancário das empresas, principalmente as de pequena e média dimensão e as que integram o setor exportador. A execução do programa de ajustamento cedo revelou que as dificuldades de acesso ao crédito

bancário por parte das empresas e o seu elevado custo representavam um obstáculo importante ao crescimento da economia portuguesa, sendo que a sua resolução tinha não só uma dimensão nacional, mas também uma dimensão europeia, face, em particular, às exigências impostas aos bancos no quadro da política da concorrência. Este tem sido um tema privilegiado nos meus contactos com entidades do nosso sistema financeiro, bem como com o Governo e responsáveis de instituições europeias.

Importante, também, era apoiar e estimular a ação dos autarcas como agentes da dinamização da economia dos respetivos municípios. O poder autárquico pode – e deve – dar um contributo da maior relevância para o fortalecimento e para a diversificação da capacidade produtiva local, através do apoio às micro e pequenas empresas, à captação de investimento e à difusão de uma cultura de inovação e empreendedorismo e através do aproveitamento e da valorização dos recursos regionais. Isoladamente, o contributo de cada município para a recuperação económica poderá ser pequeno, mas, no seu conjunto, é possível atingir uma dimensão muito significativa. Nesta vertente fiz, nos últimos dois anos, cerca de uma vintena de intervenções públicas, ao mesmo tempo que procurei dar a conhecer bons exemplos locais de inovação, para que os mesmos pudessem ser replicados noutros pontos do País. Posso testemunhar que são muitos os autarcas que, a par da sua ação no desenvolvimento social e cultural, têm realizado um trabalho notável nos domínios da capacidade produtiva e da competitividade dos respetivos concelhos, atividade que é particularmente relevante face ao aumento dos riscos de desemprego, de pobreza e de exclusão social. Na difícil situação com que Portugal se confronta, é da maior importância abrir novos caminhos para o desenvolvimento, novas bases produtivas que possam contribuir para a diversificação da economia portuguesa e gerar oportunidades de negócios com o exterior. A economia do mar e as indústrias criativas são duas áreas a que tenho atribuído, nesta perspetiva, especial prioridade.

É essencial sensibilizar agentes políticos, associações empresariais, investidores, investigadores, bem como a opinião pública portuguesa para as potencialidades dos diferentes subsectores da economia do mar e para o

muito que, nesse âmbito, permanece por explorar. Como disse já em 2010, no meu discurso de 25 de abril, “o mar é um ativo económico maior do nosso futuro”.

Nesse sentido, promovi e participei em múltiplas iniciativas sobre o nosso mar, um dos mais valiosos recursos de que dispomos, e aproveitei a minha deslocação à Finlândia, em fevereiro de 2012, por ocasião da reunião do Grupo de Arraiolos (grupo de reflexão sobre questões europeias constituído pelos Chefes de Estado da Alemanha, Áustria, Eslovénia, Finlândia, Hungria, Itália, Letónia, Polónia e Portugal), para pôr agentes económicos portugueses em contacto com o *cluster* marítimo finlandês, que foi desenvolvido, com grande sucesso, nos últimos 20 anos.

Tenho, como poucos, chamado a atenção para as potencialidades da economia do mar e para as vantagens que podem resultar da sua exploração. Uma das marcas dos meus mandatos como Presidente da República é, seguramente, despertar os Portugueses para a importância do mar como um dos maiores ativos do seu País.

A relevância do tema tem vindo a ser assimilada e a atenção prestada à economia do mar pelos municípios das regiões costeiras e associações empresariais, pelos centros de investigação e agentes económicos e pela comunicação social aumentou significativamente nos últimos anos, embora esteja ainda muito aquém do que seria de esperar num país com a maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia, uma linha de costa de cerca de 1850 quilómetros, uma localização geográfica ímpar, entre o Atlântico Norte, o Atlântico Sul e o Mediterrâneo e, para além do mais, dotado de um clima propício a uma estreita ligação ao mar.

As indústrias criativas, por seu turno, incluem não apenas as atividades diretamente ligadas às artes, mas também a criação, produção e distribuição de bens e serviços, cujo valor acrescentado é determinado pela criatividade, a inovação, o capital intelectual, a novidade e a originalidade. Trata-se de outro setor em que Portugal deve apostar, no quadro de uma estratégia de diversificação económica, sendo uma área em que predominam jovens empresários qualificados, empenhados em transformar boas ideias em negócios rentáveis e que, como tal, devem ser estimulados e apoiados.

Foi com esse propósito que levei a cabo, na região do Grande Porto, a VI Jornada do Roteiro para a Juventude, dedicada, precisamente, às indústrias criativas, setor cuja visibilidade tenho procurado reforçar e promover. A atenção que tenho conferido à economia do mar e às indústrias criativas situa-se no plano da promoção de novos setores de atividade que podem concorrer para o nosso crescimento económico. Mas, em simultâneo, é essencial, no quadro de grande exigência em que Portugal está colocado, um consenso social firme e duradouro. Só desse modo poderão ser atenuados os efeitos negativos do programa de ajustamento sobre a produção e o emprego e os sacrifícios exigidos aos Portugueses.

Daí a necessidade de prestar igualmente uma atenção especial à defesa do diálogo e da concertação entre o Governo e os parceiros sociais, método a que, desde o meu tempo de Primeiro-Ministro, atribuo grandes virtualidades.

A concertação social, na medida em que permite uma melhor conciliação entre o interesse geral e os interesses específicos dos trabalhadores e dos empregadores, contribui para o reforço do clima de confiança e das condições de competitividade e, bem assim, para atenuar a conflitualidade e as tensões. Por outro lado, o sucesso da concertação é da maior importância para a credibilidade do País junto das instituições internacionais, dos nossos parceiros europeus e dos mercados financeiros.

Depois do verão de 2011, foram mais de duas dezenas as reuniões que mantive com parceiros sociais e múltiplos os contactos com o Presidente do Conselho Económico e Social. Neste contexto, dei todo o meu apoio para que o “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego”, celebrado em janeiro de 2012, chegasse a bom termo e para que fossem ultrapassados os obstáculos que podiam pôr em perigo a sua execução.

A coesão nacional, que tão relevante é para que o País enfrente os atuais desafios em espírito de união, não se esgota na concertação social. Por isso mesmo, várias vezes sublinhei a necessidade de os sacrifícios serem repartidos de forma equitativa e justa, de preservar a solidariedade entre gerações e de combater as assimetrias de desenvolvimento e o despovoamento que ameaçam algumas zonas do interior. Com o mesmo propósito, manifestei um constante apoio às instituições de solidariedade e aos grupos de

voluntariado, que têm dado um contributo fundamental para minorar os efeitos mais negativos destes tempos de crise.

É sabido que as injustiças fiscais, em particular, quando ultrapassam determinado nível, tendem a aumentar a fuga ao pagamento de impostos e a gerar fortes movimentos de contestação social. Cabe recordar, a este propósito, que, logo no discurso de tomada de posse do atual Executivo, afirmei: “a justiça na repartição dos sacrifícios tem de ser uma marca da governação que agora se inicia”.

No plano político, era por demais evidente que a execução do acordo celebrado com as instituições internacionais exigia solidez e consistência da coligação governativa e muito beneficiava de um consenso político alargado envolvendo as forças partidárias comprometidas com o programa de assistência financeira, as quais, como disse, representavam 90 por cento dos Deputados da Assembleia da República.

Um consenso político alargado permitiria que o conjunto de medidas previstas no memorando de entendimento acordado com a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional fosse levado à prática tendo em conta diferentes sensibilidades da sociedade portuguesa, sendo também uma importantíssima mais-valia na defesa dos interesses nacionais no plano externo.

Pelas informações de que dispunha, era certo que uma crise política grave, na fase crítica da execução do programa de assistência financeira, deixaria o País numa situação ainda mais penosa, pelo que devia atuar de modo a evitar que ela ocorresse.

Estas são questões políticas que têm merecido, da minha parte, permanente atenção e acompanhamento. Tratando-se de uma área de grande delicadeza e melindre, que suscita dificuldades específicas, há que atuar neste domínio com redobrado bom senso e sempre com imparcialidade e discrição.

Nos últimos dois anos, as políticas associadas à execução do programa de assistência financeira, a situação económica e social do País e a crise da Zona Euro, bem como as políticas europeias, foram temas dominantes nos contactos regulares entre o Presidente da República e o Governo e, em especial, nas audiências semanais que mantive com o Primeiro-Ministro.

Por outro lado, face aos riscos de Portugal, perante o agravamento da frente externa, resvalar num ciclo de recessão prolongada, nas minhas intervenções públicas foram crescentes as referências à prioridade que deve ser atribuída aos fatores de crescimento económico e de criação de emprego. Fi-lo recentemente, na mensagem de Ano Novo, em que sublinhei a necessidade de, urgentemente, pôr cobro a uma espiral recessiva, em que a redução drástica da procura leva ao encerramento de empresas e ao agravamento do desemprego.

Os tempos difíceis que o País atravessa não nos devem impedir, em todo o caso, de pensar o futuro para além das exigências do programa de ajustamento. Devemos olhar para além do momento presente, construindo uma visão de longo prazo.

Nesse sentido, tenho sublinhado, de forma persistente, a importância decisiva para o futuro do País do investimento na educação das nossas crianças e jovens, do sucesso escolar e da busca da excelência. Quanto maior a qualificação dos nossos jovens, maior a probabilidade de conseguirem emprego bem remunerado e contribuir para o desenvolvimento nacional. O investimento em capital humano é, a longo prazo, aquele que tem maior rentabilidade. Foi esse o tema do meu discurso por ocasião da celebração do 5 de Outubro e essa a razão por que o projeto de combate ao abandono e ao insucesso escolar da associação de Empresários pela Inclusão Social tem merecido todo o meu apoio.

Na mesma linha, tenho alertado os agentes políticos e os Portugueses em geral para as consequências demográficas, sociais e económicas da baixíssima taxa de natalidade que se regista no nosso País. Para refletir sobre este grave problema, promovi a conferência internacional “Nascer em Portugal”, a primeira dos “Roteiros do Futuro” que lancei em 2012.

“Se não nascem crianças, é o nosso futuro coletivo que está em causa”, afirmei na minha mensagem de 1 de janeiro de 2008. Em nome do nosso futuro coletivo, continuo empenhado na defesa de uma estratégia que combata a quebra da natalidade e os seus efeitos dramáticos a longo prazo.

Apontar caminhos de futuro, olhando para além do ruído do quotidiano, é uma das tarefas essenciais do Presidente da República.

A avaliação dos efeitos da ação política

Como avaliar os efeitos da magistratura de influência do Presidente da República?

O efeito de uma determinada medida económica é geralmente definido como a diferença, no mesmo momento ou período de tempo, entre a situação da economia no caso em que a medida é tomada e aquela que teria existido na ausência daquela medida.

A determinação dos efeitos de uma medida económica requer, portanto, uma análise diferencial, o que envolve especiais dificuldades, uma vez que implica a comparação entre uma situação da economia que é real e observável – no caso em que a medida é tomada – e outra que é virtual e não é diretamente observável – aquela que se verificaria se a medida não tivesse sido tomada.

Extrapolando para a área política, dir-se-á que o efeito de uma determinada ação consiste na diferença entre duas situações do País, no mesmo período de tempo, com e sem essa ação.

As dificuldades na determinação dos efeitos de uma ação política são semelhantes às da determinação dos efeitos de uma medida económica. Resultam do facto de não ser possível conhecer diretamente o que teria acontecido se, por hipótese, a dita ação política não tivesse tido lugar.

No caso da magistratura do Presidente da República, há situações em que é possível saber com exatidão qual seria a alternativa que vigoraria na ausência da intervenção presidencial. É o que ocorre, por exemplo, na alteração de um decreto da Assembleia da República, na sequência de um veto do Presidente da República, ou de um diploma do Governo, na sequência do diálogo entre os dois órgãos de soberania.

Isto é, há casos em que é possível saber ao certo que o rumo das coisas foi diferente em resultado da intervenção do Presidente da República, embora continue a não se saber exatamente tudo sobre a diferença.

No entanto, na generalidade dos casos, nem sequer é possível determinar com exatidão qual seria a alternativa que existiria na ausência da intervenção do Presidente da República.

Se o Presidente da República não se tivesse empenhado, por exemplo, em mobilizar os diferentes tipos de agentes para as potencialidades da economia do mar, o que teria acontecido? A mesma questão poderia ser colocada relativamente à promoção do consenso social e político ou do empreendedorismo jovem e alargada a muitas outras ações do Presidente.

A maior parte dos efeitos da magistratura presidencial – tal como acontece, aliás, com muitas ações de outros agentes políticos – não é, realmente, suscetível de avaliação direta e imediata.

Esta situação surge acentuada se o Presidente da República, até para aumentar a sua capacidade de influência efetiva sobre o processo político de decisão, guardar reserva relativamente às suas intervenções junto do Governo. Recordo que, relativamente aos 1741 diplomas recebidos do Governo para efeitos de promulgação, durante o meu primeiro mandato, 381 foram objeto de alterações na sequência de contactos com o Executivo, apenas um foi formalmente vetado e nenhum foi submetido à fiscalização do Tribunal Constitucional. O resultado teria sido diferente, certamente com prejuízo para o País, se não tivesse adotado a prática, que continuo a seguir, de manter reservadas as dúvidas e objeções suscitadas por diplomas recebidos do Governo para efeitos de promulgação pelo Presidente da República. Num tempo dominado pelo culto do efémero e do protagonismo mediático, seria porventura tentador utilizar a chefia do Estado como palco de atuação de grande efeito, buscando o engrandecimento pessoal através de intervenções mais ou menos populistas, que conquistassem simpatias do momento mas das quais nada resultaria, a não ser um grave prejuízo para o superior interesse nacional.

Em conjunturas de crise, como a que vivemos, seria fácil tirar partido de uma magistratura que não possui responsabilidades executivas diretas para, através de declarações inflamadas na praça pública, satisfazer os instintos de certa comunicação social, de alguns analistas políticos e de muitos daqueles que pretendem contestar as instituições. Seria fácil, por exemplo, alimentar sentimentos adversos à classe política ou até à ação do Governo. Esse não é, no entanto, o meu entendimento sobre o que deve ser a ação responsável de um Presidente da República, muito menos em tempos de

grave crise. Os Portugueses sabem como sou, conhecem a minha aversão a excessos de protagonismo pessoal e o meu apego ao superior interesse do País. A minha missão consiste em contribuir, de forma ativa mas ponderada, para que Portugal vença os desafios do presente sem perder de vista os rumos do futuro. Foi esse o mandato para que fui eleito – e dele não me afastarei nem um milímetro.

Aníbal Cavaco Silva

Março, 2013

Portugal Inteiro I





Cerimónia Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril

Assembleia da República, 25 de abril de 2012

Ao celebrarmos o 25 de Abril, festejamos a vitória da liberdade sobre a ditadura, o triunfo da democracia sobre o autoritarismo.

Em 1974, foi necessário fazer uma revolução para mudar de regime. Mas, depois, foi necessário construir um regime novo, um regime democrático. Ao festejarmos o 25 de Abril, saudamos aqueles que tiveram a coragem de mudar de regime, mas também os arquitetos de um tempo novo, os artesãos da nossa democracia.

O regime democrático encontra-se atualmente consolidado porque o bom senso prevaleceu sobre o aventureirismo, porque o sentido de responsabilidade foi mais forte que as tentações extremistas.

Na altura foi essencial, para a consolidação do novo regime, que Portugal projetasse no exterior a imagem de um país livre e responsável, um Estado plenamente integrado na comunidade internacional e merecedor do respeito das outras nações.

Ao longo de um caminho difícil, ultrapassados inúmeros obstáculos, conseguimos, em poucos anos, mudar de regime, realizar eleições livres, fazer uma Constituição que ainda hoje vigora e aderir de pleno direito às Comunidades Europeias.

Tomámos a opção certa. Mas, sobretudo para os mais jovens, é necessário lembrar que o caminho seguido poderia ter sido outro. Portugal poderia ter aprofundado o seu isolamento na cena internacional se acaso o sentido de responsabilidade não tivesse triunfado com o apoio do Povo, inequivocamente expresso nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Foi necessário um trabalho árduo para demonstrar internacionalmente a nossa credibilidade como Estado soberano. Na altura, foram muitos os que participaram ativamente nesta tarefa coletiva que foi explicar Portugal ao Mundo. Fizemo-lo com sucesso.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Passadas mais de três décadas sobre o 25 de Abril, os Portugueses são de novo chamados a explicar Portugal ao Mundo e a valorizar o que temos de bom nos mais variados domínios.

Nas circunstâncias atuais, as exportações, o turismo e o investimento privado produtivo constituem os principais elementos capazes de contribuir positivamente para a recuperação económica e para a criação de emprego.

É sabido que os níveis das exportações e do investimento privado dependem de uma multiplicidade de fatores. Hoje, quero concentrar-me num deles, geralmente pouco referido: a imagem e credibilidade de Portugal no estrangeiro.

Neste sentido, todos os Portugueses, e não apenas os agentes políticos, têm o dever de mostrar ao Mundo o valor do seu País. Neste dia 25 de abril, a minha intervenção nesta cerimónia tem um objetivo preciso e uma razão prática: exortar os nossos concidadãos a corrigir a falta de informação ou até a desinformação que subsiste no estrangeiro sobre o País que somos. Se o fizermos com sucesso, contribuiremos para melhorar as condições de crescimento da nossa economia e de criação de emprego.

Através de uma perceção externa fidedigna e positiva de Portugal, conseguiremos vender mais bens e serviços produzidos no País e a melhores preços, seremos capazes de atrair mais investimento externo e obter financiamento no exterior a taxas mais favoráveis. Conseguiremos fortalecer o turismo, captar remessas dos emigrantes, afirmar as instituições científicas e os investigadores portugueses nas redes internacionais de conhecimento e de inovação.

Sabe-se, desde há muito, que a imagem de um país é um fator essencial para o seu sucesso. Fornecer um retrato realista e positivo de Portugal é um objetivo nacional, que deve mobilizar empresários e trabalhadores, as elites da ciência, das artes e da cultura, os agentes políticos e sociais e as comunidades da diáspora. À semelhança do que ocorreu há quase quarenta anos, temos, todos, o dever de mostrar que somos um país credível e com potencialidades que tantas vezes são ignoradas.

Muito se tem dito e escrito no estrangeiro sobre o nosso País que não tem a menor correspondência com a realidade. Umhas vezes, existe a intenção delibe-

rada de fornecer um retrato negativo, de evidenciar apenas uma parte da realidade. E, pior do que isso, essa percepção negativa é veiculada internamente, constituindo um fator de desmobilização dos cidadãos e prejudicando as expectativas dos agentes económicos. O 25 de Abril dos nossos dias está também em mostrar ao mundo o muito de positivo que o País tem e o respeito que merecemos das outras nações.

Esta é, repito, uma tarefa para a qual são convocados todos os cidadãos. Para além da ação dos dirigentes políticos, o que importa para consolidar a nossa projeção externa é a apresentação de exemplos concretos, capazes de vencer os preconceitos, as ideias feitas e a falta de informação isenta que ainda hoje existe sobre Portugal.

Temos a obrigação de, nos nossos contactos com o estrangeiro, transmitir mais do que a imagem de uma terra caracterizada pela riqueza da sua História, pela amenidade do seu clima e pela hospitalidade das suas gentes. Se tudo isso é indiscutivelmente verdade, o Portugal do século XXI é mais, muito mais, do que aquilo que há décadas projetamos com o objetivo de atrair turistas e visitantes. Enquanto Presidente da República, várias vezes tenho procurado dar o meu contributo para que Portugal seja visto como um Estado com credibilidade, dignidade, e como um país com inúmeros aspetos positivos e imensas potencialidades. O desafio que hoje lanço aos nossos concidadãos é de que juntem a sua voz à minha, à de outros agentes políticos e à dos nossos diplomatas em defesa da imagem do País no exterior.

Não se trata de alimentar um nacionalismo passadista, construído a partir do mito e da imaginação, nem de regressar a um discurso típico do regime deposto a 25 de Abril. Não temos de recorrer à ficção, nem temos de criar uma imagem ilusória da realidade portuguesa.

No domínio da ciência, por exemplo, o número anual de diplomados aumentou quatro vezes nas últimas duas décadas, e o número dos novos doutorados registou um dos maiores crescimentos da Europa. Cerca de metade dos doutoramentos ocorre em áreas de elevado potencial, das ciências exatas, da engenharia e da tecnologia.

Não se afirme que tal ocorreu porque impera nas nossas universidades uma maior facilidade do ensino. Portugal registou na última década a segunda maior

taxa de crescimento da produção científica de todos os países da União Europeia, o que atesta o reconhecimento internacional dos nossos investigadores.

Portugal dispõe hoje de centros científicos e tecnológicos de nível internacional, em áreas de grande potencial de crescimento, como a nanotecnologia, as telecomunicações móveis e as ciências médicas. Em vários domínios, não estamos a colocar investigadores no estrangeiro; estamos, isso sim, a atrair cada vez mais talentos de outros países.

O investimento em Investigação e Desenvolvimento, em proporção do PIB, duplicou na última década, atingindo 1,7 por cento, valor que nos situa perto da média da União Europeia. O cartão pré-pago para telemóveis e o sistema automático de portagens, a Via Verde, inovações disseminadas mundialmente, tiveram origem em empresas portuguesas.

No âmbito da Cultura, é preciso que o mundo saiba que a língua portuguesa é falada por mais de 250 milhões de cidadãos de oito países, situados em quatro continentes, e de uma Região Autónoma da República Popular da China. O português é a terceira língua europeia em termos de falantes e um dos idiomas em maior expansão em todo o Mundo. A língua portuguesa não é um património do passado, que tende a regredir no confronto com outros idiomas. Pelo contrário: a língua portuguesa é uma comunidade de futuro. Basta referir que, na rede *Twitter*, o português é a terceira língua mais utilizada.

Temos sinais de memória espalhados pelo mundo fora. Vinte e quatro bens de origem portuguesa estão classificados pela UNESCO como Património da Humanidade. E, o que é mais um motivo de orgulho, esse património não se concentra num só país nem sequer num só continente. Há marcas portuguesas reconhecidas pela UNESCO em países como o Brasil, o Uruguai, a Índia, Cabo Verde, Moçambique, a Malásia, o Sri Lanka ou em Macau, na China.

Recentemente, o fado foi designado Património Imaterial da Humanidade. Trata-se de um reconhecimento efetivo do valor da nossa contribuição para o progresso cultural dos povos.

Em muitos domínios, os portugueses são premiados internacionalmente. Dois dos nossos arquitetos foram galardoados com o Prémio Pritzker, considerado o Nobel da Arquitetura. Nas artes plásticas, na moda, nas indústrias criativas, o talento dos portugueses é admirado. A artista Joana Vasconcelos irá mostrar a

sua obra no Palácio e nos Jardins de Versalhes, uma distinção rara que apenas é atribuída aos que já possuem um estatuto artístico e criativo de nível internacional. A par disso, vários dos comissários de artes plásticas portugueses ocupam altos cargos em alguns dos melhores museus do mundo, desde o Museu de Arte Moderna, de Nova Iorque, passando pelo *Jeu de Paume*, em Paris, ou, proxima-mente, o Museu Rainha Sofia, em Madrid.

No cinema, há portugueses que se impõem: só para dar exemplos recentes, João Salaviza e Miguel Gomes foram distinguidos no Festival de Cinema de Berlim. Este não é o Portugal de um passado imaginado, nem o Portugal de um futuro desejado. Estes exemplos da ciência e da cultura são o Portugal do presente. Mais ainda: estes são exemplos expressivos, mas não casos isolados. Tudo isto foi possível devido à liberdade criada numa madrugada de abril. E, ao mesmo tempo, tudo isto é autenticamente português.

Num outro plano, é importante que o Mundo saiba que conseguimos criar uma relação exemplar com os oito países de expressão oficial portuguesa, atualmente reunidos numa organização própria, a CPLP.

Somos conhecidos, desde há muitos séculos, como construtores de pontes entre países e culturas, como artífices de consensos. Esta característica levou-nos, uma vez mais, a ser eleitos para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, desta feita para o biénio 2011-2012, vencendo a disputa a outros países de maior dimensão. Vários portugueses desempenham atualmente funções internacionais de grande relevo, como é o caso do Presidente da Comissão Europeia, do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados e do Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações e Enviado Especial para a Luta Contra a Tuberculose. Por três vezes, presidimos à União Europeia e as presidências portuguesas sempre foram reconhecidas pelo seu dinamismo e eficiência, sendo consideradas das mais produtivas da história do processo de construção de uma Europa unida. Não por acaso, chama-se “Tratado de Lisboa” o tratado que atualmente rege a União Europeia.

O prestígio de Portugal destaca-se ainda na competência e no profissionalismo demonstrados pelas nossas Forças Armadas e forças de segurança em missões de paz e humanitárias em países como o Afeganistão, o Kosovo, Timor-Leste, o Líbano ou no mar da Somália.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Com este apelo aos Portugueses para que contribuam para projetar junto dos estrangeiros aspetos positivos da nossa realidade, não quero fazer esquecer que existem graves problemas na nossa sociedade.

Por mais de uma vez sublinhei a importância de falar verdade aos Portugueses. Agora, a verdade dos tempos difíceis é reconhecida por todos. Estou plenamente consciente da situação do País, dos problemas concretos dos Portugueses: o desemprego ou a precariedade do emprego jovem, os novos pobres, o encerramento de empresas, os dramas que atingem famílias inteiras, as condições de solidão e de carência que afetam milhares de idosos.

Sei também que existem problemas estruturais na nossa sociedade e na nossa economia que têm de ser encarados com sentido de futuro. Ainda recentemente, promovi um debate profundo sobre os efeitos da quebra da natalidade. A par disso, nunca deixei de salientar a importância do crescimento económico apoiado nas pequenas e médias empresas, em estreita articulação com a sociedade civil e com as autarquias, e de uma estratégia de revalorização do interior que combata o despovoamento e as assimetrias de desenvolvimento.

Temos de fazer um esforço coletivo para enfrentar problemas e descobrir potencialidades. Mesmo no domínio do tecido produtivo, há sinais demonstrativos da capacidade dos Portugueses que devem ser sublinhados no exterior. Atualmente, muitas empresas dos setores tradicionais – têxteis, calçado, mobiliário, vinho – alcançaram, graças a um trabalho notável de inovação, uma nova projeção nos mercados internacionais.

De igual modo, são inquestionáveis as potencialidades da economia do mar. Com uma Zona Económica Exclusiva de invulgar extensão, com uma linha de costa de 2.900 quilómetros, com uma imensa e inexplorada plataforma continental, o País tem condições únicas para um aproveitamento sustentado dos recursos marinhos e para captar investimentos externos para esse projeto, que sempre entendi como um dos maiores desígnios nacionais.

No passado, soubemos dotar-nos de infraestruturas necessárias e de qualidade, que agora nos destacam positivamente em confronto com outros Estados-membros da União Europeia. Portugal oferece, sem dúvida, condições competitivas

para atrair o investimento estrangeiro, como o atestam os êxitos de grandes empresas internacionais.

A posição de Portugal surge igualmente destacada no domínio energético e ambientalmente sustentado. Somos o terceiro país da União com maior participação das energias renováveis no consumo de eletricidade.

Queremos que os estrangeiros saibam, acima de tudo, que o nosso melhor ativo são as pessoas. Os Portugueses têm mostrado uma capacidade notável de adaptação às dificuldades do presente. Em alturas como esta, o espírito solidário dos Portugueses adquire uma dimensão que nos orgulha e comove. Estabelecem-se redes de solidariedade, o voluntariado cresce, especialmente entre os jovens, o apoio aos mais atingidos pela crise é uma realidade.

Temos vindo a cumprir de forma rigorosa e determinada o programa de assistência financeira subscrito com a Comissão Europeia e com o Fundo Monetário Internacional. Diversas instituições e observadores imparciais concluíram, sem margem para dúvida, que Portugal sabe honrar os seus compromissos. As avaliações da missão tripartida reconhecem inequivocamente como positivo o trabalho em curso no plano da consolidação orçamental, da estabilidade do sistema financeiro e das reformas necessárias ao reforço do crescimento potencial e da competitividade.

O “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego”, firmado em janeiro deste ano, entre o Governo e os parceiros sociais, é o sinal mais claro de um sentido de responsabilidade partilhada e de uma vontade genuína de que a execução do programa de assistência financeira se processe num contexto de paz e coesão social.

Em momentos como este, é essencial assegurar a coesão do País. É nestas alturas que temos de nos manter unidos. Exige-se, por isso, um esforço permanente de diálogo e concertação entre o Governo, os partidos da oposição e os parceiros sociais. Este tem sido, aliás, um dos nossos principais ativos.

Numa democracia como a nossa, há sempre espaço para o pluralismo e para a diversidade de opinião. E, como já tive ocasião de afirmar uma vez, não é combatendo-nos uns aos outros que iremos combater a crise.

É este Portugal, o País que celebra a Revolução de Abril, que temos de mostrar ao exterior. Há quase quarenta anos, demos um exemplo ao Mundo: conquistámos

a democracia sem violência nem sangue. Os cravos anunciaram um país livre e, dias depois, celebrámos a revolução num Primeiro de Maio onde todos estiveram, num dia de festa sem confrontos nem sectarismos. É essa a lição maior que temos de seguir no dia de hoje, no ano de 2012, em que Portugal atravessa um dos períodos mais complexos da sua História recente.

Com o espírito do 25 de Abril, juntos iremos vencer.

Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal

Lisboa, 9 de junho de 2012

De Lisboa, de onde há mais de 500 anos partiram os descobridores de novos mundos, saúdo todos os Portugueses e Lusodescendentes neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

A Europa atravessa um tempo de desafios profundos e de grandes decisões, que marcarão o futuro de um Continente inteiro, feito de milhões de cidadãos. País da Europa aberto ao Mundo, país que traz o Mundo para a Europa, Portugal é uma terra de oportunidades.

O País mudou muito nas últimas décadas e dispõe hoje de condições propícias à realização de investimentos: temos políticas favoráveis à iniciativa empresarial, temos infraestruturas, temos talentos, temos capital humano.

Apelo aos Portugueses da Diáspora e aos Lusodescendentes para que, onde quer que se encontrem, se afirmem como embaixadores de Portugal. Graças ao prestígio que adquiriram nos seus países de destino, devido ao esforço e à dedicação ao trabalho, os membros da Diáspora podem desempenhar um papel essencial nesta hora de responsabilidade coletiva, em que se colocam ao nosso país grandes exigências.

As Comunidades Portuguesas são um símbolo da capacidade de integração dos nossos cidadãos, do seu apego ao trabalho, da sua abertura ao diálogo com as comunidades de destino. Em cada país, prestigiam e enobrecem o nome de Portugal.

Justamente por isso, a Diáspora deve ser mobilizada para apoiar a nossa Pátria, a Pátria que também é a sua, atraindo investimentos, conquistando novos mercados, reforçando a imagem positiva de Portugal no exterior, promovendo o País novo que somos e que queremos ser.

Na minha recente deslocação a Timor, à Indonésia, à Austrália e a Singapura, incluí, em cada um desses países, um encontro com os portugueses que aí vivem e trabalham. Trata-se de um ponto que faço questão de integrar em todas as

minhas deslocações ao estrangeiro, como sinal do meu apreço e da relação de proximidade que me propus estabelecer com os portugueses que vivem no exterior. Além de um dever, é um compromisso que assumi desde o início do meu primeiro mandato e do qual não abdicarei nunca.

É fundamental alterarmos o modo como vemos as comunidades portuguesas da Diáspora. Como disse, há poucos dias, aos portugueses da Austrália, a retórica da saudade tem de dar lugar a atos concretos, gestos palpáveis que demonstrem o respeito e a gratidão de Portugal perante os seus filhos dispersos pelo Mundo e que, ao mesmo tempo, envolvam as comunidades da emigração num projeto comum.

Esse projeto comum é Portugal. Contamos convosco para o levarmos por diante. Bem hajam e muito obrigado.

Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho

Lisboa, 10 de junho de 2012

Evocamos hoje, em Portugal e na Diáspora, os laços intemporais que ligam toda a comunidade portuguesa, unida numa língua e numa identidade que encontram a sua maior expressão em Luís Vaz de Camões, cuja voz se funde com a História deste “... Reino Lusitano, onde a terra se acaba e o mar começa...”.

Este ano, as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas regressam à cidade de Lisboa, que se abre ao Tejo de onde partiram os nossos antepassados para dar início à maior das epopeias, moldando para sempre a alma e o sentir de uma Nação.

Cada monumento à nossa volta reproduz um pedaço da nossa História, feito de vidas e de proezas de homens simples, cuja coragem e crença se sobrepuseram aos receios do desconhecido e do risco. Todos eles têm, como traço comum, o amor pátrio e a vitória sobre circunstâncias adversas, numa admirável demonstração da capacidade de abraçar e realizar grandes empresas.

Perante os duros desafios que se perfilam, festejar este dia, onde quer que estejamos, é também lembrar que a grandeza dos povos está na capacidade e na determinação em vencer as contrariedades, mantendo-se fiéis aos seus valores identitários.

Militares

O contributo do esforço militar está profundamente ligado à construção da nacionalidade e à preservação da nossa soberania, independência e liberdade. Neste dia, prestamos justa e sentida homenagem àqueles que tudo deram e que sacrificaram o melhor das suas vidas e da sua juventude por este Portugal que amamos, em particular aos que perderam a vida ou viram afetada a sua integridade física ao serviço das Forças Armadas, que o Estado não pode esquecer. Aos ex-combatentes, a estes homens de carácter, que trilharam um caminho árduo, feito de provações e dificuldades, e às famílias que, fora das fileiras, sofreram

as ausências e perdas dos seus entes queridos, quero expressar, em nome dos Portugueses, um sentimento de gratidão, mas, sobretudo, o respeito, o apoio e a solidariedade que lhes são devidos.

Portugueses

Numa conjuntura em que as ameaças que impendem sobre os Estados se tornaram mais difusas, mesmo as instituições secularmente presentes na nossa História, como a instituição militar, devem encontrar uma renovada proximidade e um claro sentido de utilidade junto das populações, evitando um indesejável afastamento e a eventual incompreensão do verdadeiro significado da sua existência. Todas as sociedades têm como grandes objetivos garantir a sua segurança e assegurar o seu desenvolvimento. Acontece que, sem segurança, não é possível atingir a estabilidade necessária ao desenvolvimento, do mesmo modo que o desenvolvimento não é garantia de segurança.

E é com referência àqueles objetivos que surge a Defesa Nacional, conceito transversal à ação do Estado e que tem nas Forças Armadas um elemento central e incontornável.

As Forças Armadas são uma instituição estruturante do Estado de Direito democrático, pilar de afirmação da identidade nacional e instrumento por excelência para a manifestação da vontade da Nação em assumir e fazer respeitar a sua soberania e independência e assegurar o seu futuro.

Militares

A soberania nacional afirma-se, hoje, no quadro de uma pluralidade de dependências, sendo que a defesa dos nossos interesses se processa, em primeira instância, nas diversas organizações internacionais de natureza política, económica, cultural e militar de que fazemos parte.

Neste mundo globalizado dos nossos dias, a segurança está mais internacionalizada e caracteriza-se por uma maior cooperação entre os Estados. Ao participar em missões no âmbito das organizações internacionais em que nos integramos, as nossas Forças Armadas estão na primeira linha de defesa dos interesses nacionais, no apoio à política externa do Estado, honrando os compromissos assumidos pelo País. Servindo em Teatros de Operações de grande exigência e

risco, os nossos militares têm valorizado a contribuição de Portugal para a paz, para o desenvolvimento e para a segurança de outros povos e países.

No Líbano, e após seis anos em operação, as nossas forças irão terminar a sua missão, no decurso da qual desenvolveram um trabalho notável no apoio à Força das Nações Unidas e no auxílio às populações, tendo incorporado, na última fase, um destacamento de militares dos nossos irmãos de Timor-Leste.

Continuamos no Kosovo, no Afeganistão e no Oceano Índico, onde contribuímos com uma Força Naval na repressão e prevenção de atos de pirataria na região. No próximo mês de agosto, iniciaremos, no âmbito da NATO, a missão de policiamento do espaço aéreo da Islândia.

No domínio da Cooperação Técnico-Militar, com 43 projetos a decorrer em seis países, as Forças Armadas portuguesas reforçam a ligação solidária aos Países de Língua Oficial Portuguesa, assumindo-se também como elemento relevante para a afirmação da nossa língua e da nossa cultura, como pude testemunhar na minha recente visita a Timor-Leste.

Permitam-me que dirija, neste momento, uma saudação particular ao povo irmão de Cabo Verde e às suas Forças Armadas, na pessoa do seu Presidente, a quem agradeço a sua presença entre nós, neste dia e nesta cerimónia militar. Merece destaque, igualmente, o importante contributo dos nossos militares para o desenvolvimento e a unidade do todo nacional, através das Missões de Interesse Público e no apoio às populações em situações de calamidade, na preservação do ambiente e no planeamento e recolha de cidadãos nacionais em zonas de conflito.

É desta forma, diversa mas sempre muito exigente, que as Forças Armadas cumprem hoje a sua inalienável razão de ser: defender e servir Portugal.

Militares

Vivemos um tempo de grande dificuldade e sacrifício para toda a sociedade portuguesa. As Forças Armadas têm vindo a assumir a sua quota-parte de esforço, rentabilizando e gerindo com parcimónia e rigor os recursos que lhes são disponibilizados.

Os homens e mulheres que servem nas Forças Armadas continuam a ser o seu recurso mais valioso. Ao longo dos últimos vinte anos, cerca de 40 mil militares

portugueses cumpriram de forma notável missões em dezoito Teatros de Operações, revelando exemplar conduta humana e valor militar, sem falhas nas ações e nos procedimentos. Um facto, aliás, sempre reconhecido pelas populações e pelas diferentes partes em conflito, que muito tem contribuído para o reforço da imagem do País.

Um tal desempenho só é possível porque se alicerça numa sólida formação ética e moral dos militares e assenta numa estrutura coesa, disciplinada e bem preparada, que deriva da partilha dos mais profundos valores castrenses, congregados na condição militar. Trata-se de uma condição que diferencia os militares dos demais servidores do Estado, pela acrescida responsabilização que decorre da particular natureza dos seus deveres e da permanente disponibilidade e orgulho em servir Portugal, mesmo nas situações de risco da própria vida.

A preservação da condição militar deve constituir uma obrigação claramente assumida pelo Estado perante a Nação e deve ser cultivada com honra e sobriedade pelos militares.

Militares

Quaisquer reformas nas Forças Armadas devem basear-se num processo de responsabilidade e decisão política, envolvendo necessariamente as chefias militares, e ser objeto de um consenso alargado entre os diversos órgãos de soberania.

Por isso as decisões a tomar devem ser encaradas num horizonte temporal mais alargado, de modo a evitar, a prazo, o enfraquecimento do desempenho e da capacidade operacional das Forças Armadas. É que, como afirmei há um ano, “a diminuição da capacidade de produzir segurança pode acarretar riscos não desprezáveis para o desenvolvimento e para o bem-estar social”.

Militares

As Forças Armadas estão profundamente ligadas à construção de Portugal e ao sentir do seu povo, assumindo uma importância única na preservação dos valores da Soberania e Independência, que dão sentido à vida e à continuidade das Nações.

Gostaria, por isso, de reafirmar a minha total confiança nos homens e mulheres que, com profunda devoção e profissionalismo, servem Portugal nas Forças Armadas, e cujo desempenho está hoje, reconhecidamente, ao nível das melhores unidades militares dos países aliados e parceiros com as quais operam em missões no exterior do território nacional, na constante salvaguarda dos ideais da Paz, da Liberdade e da Democracia.

Exorto-vos a vencer as dificuldades com a determinação, o espírito de sacrifício e a vontade forte que vos caracterizam, numa atitude que sirva de exemplo e motivo de orgulho a todos os Portugueses.

Acompanho-vos no desígnio de edificar um futuro promissor, em respeito pela memória daqueles que nos antecederam e no dever que nos assiste de prosseguir Portugal.

Muito obrigado.

Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Lisboa, 10 de junho de 2012

Festejamos hoje o Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas. É para nós uma honra contar com a presença do Senhor Presidente da República de Cabo Verde, a quem dirijo uma saudação muito afetuosa.

Na sua epopeia, obra maior da literatura universal, Camões definiu o perfil e o ser desta aventura coletiva de muitos séculos, deste País que é o nosso, a terra que hoje celebramos. *Os Lusíadas* cantam Lisboa – “E tu, nobre Lisboa, que no Mundo / Facilmente das outras és princesa” – e é a partir de Lisboa, princesa das cidades, a capital mais ocidental da Europa, que comemoramos este ano o Dia de Portugal. Este é o dia de todos nós. O 10 de Junho é de todos os Portugueses, dos Portugueses que se encontram em Portugal e das Comunidades que criámos pelo mundo fora.

Neste ano de 2012, celebramos igualmente o vigésimo aniversário da primeira presidência portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias, que teve por lema “Rumo à União Europeia”. O Centro Cultural de Belém, simbolicamente situado nas imediações do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém, foi o espaço que acolheu a histórica Cimeira dos líderes europeus realizada em junho de 1992.

Tal como hoje acontece, também há vinte anos muitas dúvidas pairavam sobre o destino do projeto de integração europeia, sonhado e lançado após a II Guerra Mundial. Um projeto que, importa sempre lembrá-lo, permitiu à Europa viver o período mais longo de paz, de prosperidade e de justiça social da sua História. Em 1992, quando Portugal assumiu a presidência das Comunidades Europeias, muitas vezes questionavam a viabilidade da ideia de uma Europa unida. O Tratado de Maastricht, pedra angular da construção europeia, tinha sido rejeitado em referendo num dos Estados-membros. Vivíamos um impasse, um momento muito difícil.

Há vinte anos, os líderes europeus tiveram coragem e mostraram ao Mundo que não tinham medo do futuro. Tiveram audácia, a audácia europeia. Foi com audácia que a Europa ergueu catedrais imponentes, que fez florescer um mercado de trocas comerciais entre os países do Norte e do Sul, que construiu um património espiritual e cultural, uma civilização única que tem sido referência no Mundo. Foi com audácia que a Europa, pela mão dos navegadores, muitos deles portugueses, se aventurou mares adentro e trouxe ao seu convívio novos povos e novas culturas. É essa a ideia de Europa que nos cumpre fazer perdurar. No século XX, o Velho Continente foi devastado por duas guerras, mas o espírito europeu acabou sempre por triunfar, permitindo que países totalmente destruídos renascessem dos escombros da barbárie e retomassem tempos de prosperidade, de bem-estar e de justiça social.

Durante décadas, uma grande nação europeia viveu dividida por muros sem sentido. Nesse tempo, em alturas dramáticas, dia após dia, os povos da Europa nunca abandonaram essa nação. Com ela festejaram a queda dos muros, e apoiaram desde a primeira hora a reunificação de uma pátria até aí dividida. É nessas alturas, nos tempos mais difíceis, que melhor avaliamos o que significam os valores da coesão e da solidariedade, pilares maiores da União e que vão muito para além do domínio material ou económico. Muito mais do que uma união de mercados, a Europa terá de ser uma comunhão de vontades.

Há vinte anos, quando muitos julgavam que o projeto europeu se encontrava seriamente comprometido, os povos da Europa mostraram a sua fibra. Guiada por lideranças fortes, solidárias e determinadas, a Comunidade aprofundou a integração económica e monetária rumo à União Europeia. Em vez de olhar para trás, em vez de mergulhar no desalento, foi dado um impulso decisivo em muitos domínios da integração europeia. Avançámos no Mercado Interno de modo a torná-lo irreversível. Adotámos a orientação estratégica para o alargamento que levaria a união de 12 para 15 Estados. Criámos o Fundo de Coesão e preparámos a conclusão do Pacote Delors II. E, acima de tudo, demos uma resposta política, firme e inequívoca, a todos os que duvidavam que o Tratado de Maastricht pudesse singrar.

Avançou-se, de facto, e os receios dos mais cétricos recuaram por muito tempo: foi criado o Banco Central Europeu e instituída a moeda única, o número de

Estados-membros subiu depois de 15 para 27. Mais recentemente, em 2007, de novo em Lisboa, a União mostrou a sua capacidade de se reformar, aprovando um Tratado decisivo para o futuro de milhões de cidadãos.

Portugueses

É esta a lição que devemos tirar para os dias de hoje. Em 1992, a união e a solidariedade europeias eram uma opção de futuro para a Europa. Hoje, em 2012, são uma condição de sobrevivência do projeto europeu. Não tenhamos dúvidas: se nos deixarmos abater pelo pessimismo, se crescerem os egoísmos nacionais, se os Estados-membros não valorizarem a coesão e a solidariedade, se não houver coragem para defender a moeda única, se não for adotada uma verdadeira agenda europeia para o crescimento económico e para o emprego, a União Europeia arrastar-se-á penosamente numa profunda crise.

À crise económica e financeira, que hoje atravessamos, somar-se-á a pior de todas, a crise das convicções, da diluição dos valores e da perda dos ideais. Os ressentimentos criados, de parte a parte, fariam nascer novos nacionalismos e paixões irracionais, e os diversos Estados perderiam o espírito de abertura e de cooperação que nos caracteriza como destino partilhado. A Europa, no seu todo, sairia muito enfraquecida e todos os Estados-membros, sem exceção, ficariam mais pobres e mais vulneráveis.

Confio que o bom senso e o sentido de responsabilidade irão prevalecer. À semelhança do que ocorreu há 20 anos, a audácia europeia será o trunfo decisivo. Cabe aos líderes europeus de hoje mostrar que possuem a mesma grandeza e o mesmo rasgo estratégico daqueles que, em 1992, dirigiam o rumo da Europa. Para que o espírito europeu prevaleça sobre os egoísmos nacionais, é necessário que cada Estado mostre, perante os seus parceiros, sentido de responsabilidade e empenhamento solidário no reforço da União. Não basta, de facto, proclamar com palavras os valores da coesão e da solidariedade. É necessário que cada um saiba honrar os seus compromissos, que cada qual saiba merecer a solidariedade dos outros Estados. Neste contexto, a estabilidade financeira afigura-se, sem dúvida, um elemento essencial para a credibilização das economias da zona euro.

No entanto, como tenho afirmado desde há muito, a imprescindível consolidação orçamental não constitui um valor em si mesmo, no sentido em que não assegura,

por si só, uma trajetória de crescimento económico e de melhoria das condições de vida das populações. Torna-se crucial, portanto, conjugar a dimensão orçamental com medidas destinadas a criar condições propícias ao crescimento competitivo e a promover o emprego e a justiça social.

Os líderes da União Europeia estão hoje mais atentos à necessidade de uma política de crescimento e de combate ao desemprego. O combate à falta de emprego, sobretudo entre os mais jovens, deve estar no topo das prioridades da agenda social europeia. Diversos Estados europeus defrontam-se atualmente com níveis de desemprego que, do ponto de vista social, se irão tornar insustentáveis a curto prazo e a coesão interna de cada país irá projetar-se negativamente na coesão da Europa como um todo. É urgente passar das palavras aos atos e adotar novas políticas de emprego, quer à escala europeia, quer à escala nacional.

Portugueses

Estou firmemente convicto de que, como sempre sucedeu até aqui, o espírito europeu irá triunfar. Pela nossa parte, estamos a fazer um esforço muito sério e responsável para honrar os compromissos assumidos perante as instituições internacionais que, num momento crucial, realizaram os empréstimos essenciais para assegurar as necessidades imediatas de financiamento da nossa economia.

Existem sinais que nos permitem ter confiança no futuro. Nada está garantido, até porque é grande a nossa dependência do exterior, mas alguns indicadores permitem-nos ter esperança de que a recuperação económica possa ser uma realidade não muito distante. Para isso, precisamos do empenho de todos: maior eficiência na ação dos poderes públicos, mais trabalho e produtividade, uma aposta firme na inovação e na qualidade, uma ação decidida na conquista de novos mercados externos, mais apoio às pequenas e médias empresas. Há razões para estarmos atentos, mas também há motivos para termos esperança, com realismo, com responsabilidade.

Os Portugueses, uma vez mais na sua História, estão a dar provas de maturidade e de sabedoria. Aperceberam-se da dimensão da crise e da necessidade de mudança, adaptaram os seus hábitos de consumo, muitas vezes combatendo o despesismo e o desperdício. Têm demonstrado, por outro lado, um admirável

espírito cívico e de entreaajuda perante o agravamento das situações de pobreza: a sociedade civil mobilizou-se de forma notável através de inúmeras iniciativas de voluntariado e de apoio social, seja a título individual, seja com base em instituições particulares de solidariedade e nas autarquias.

O Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações constitui uma excelente oportunidade para reforçarmos as nossas obrigações, cívicas e humanas, para com os idosos que mais precisam e que tantas vezes são esquecidos.

Ao longo destes tempos de sacrifícios, não perdemos o sentido da coesão nacional. Percebemos claramente que o conflito pelo conflito não nos conduz a lugar nenhum. De facto, não podemos exigir a coesão europeia se não mantivermos a coesão nacional. Os exemplos dramáticos de alguns países evidenciam até que ponto a legitimidade para reclamar ajuda depende da credibilidade que tivermos. E a credibilidade conquista-se por nós próprios, não é um elemento que possamos ter por adquirido.

Pela conduta que manteve ao longo dos anos, pelo prestígio que alcançou sempre que presidiu aos destinos da União, pelo grau de coesão interna com que sustentou os seus compromissos, Portugal mereceu a confiança dos seus parceiros europeus. Esse é um ativo fundamental que nunca podemos perder.

Conheço a realidade do País e estou plenamente consciente dos dramas daqueles que não têm emprego, das dificuldades dos jovens que aspiram a ter uma carreira, dos que não conseguem satisfazer as suas obrigações, dos pequenos empresários que se veem obrigados a diminuir ou mesmo a encerrar a sua atividade. Por todo o País, existem milhares de famílias em grandes dificuldades. Vivemos tempos difíceis.

Estou também consciente da necessidade imperiosa de aprofundar o diálogo e a concertação social. Não é tarefa fácil em alturas como esta. Mas é justamente nestes momentos que a abertura ao diálogo tem de se concretizar em atos concretos e reais, em gestos que efetivamente demonstrem que, de parte a parte, existe uma atitude responsável e patriótica, seja entre as forças partidárias, seja entre os parceiros sociais. Há espaço para o debate com vista a uma orientação estratégica capaz de conciliar a imprescindível estabilidade financeira e o crescimento da economia e do emprego.

Em vários domínios da vida nacional, existem inúmeros exemplos de sucesso, que devem ser seguidos e, se possível, replicados. Os poderes públicos têm a obrigação de identificar e estimular esses casos de sucesso, de fazer um levantamento sério e rigoroso das nossas potencialidades e de agir em conformidade. Neste contexto, os exemplos que provêm da nossa Diáspora justificam plenamente a admiração do País. Também por isso, como ainda recentemente tive oportunidade de constatar no Oriente, as comunidades portuguesas ou de lusodescendentes devem ser mobilizadas como verdadeiros embaixadores, dando a conhecer as potencialidades do País e os produtos nacionais e promovendo o investimento do exterior.

É essencial que os nossos agentes políticos compreendam o valor e o alcance desta rede de talentos e de trabalho disseminada pelo mundo inteiro. Neste Dia das Comunidades Portuguesas, lanço um apelo aos decisores políticos: estabeleçam formas mais eficazes de articulação entre as agências vocacionadas para a promoção das exportações e para a captação de investimento externo e as comunidades e associações portuguesas ou de lusodescendentes.

Portugueses,

N’*Os Lusíadas*, o Poeta refere-se a Portugal como “cume da cabeça De Europa toda”. E, em mais de uma ocasião, a epopeia de Camões alude à “soberba Europa”. Foi Portugal que levou a Europa por esse mundo fora, como ainda há pouco reconheci, com emoção, ao visitar a República de Timor-Leste, que celebra este ano a primeira década da sua independência. Na complexa questão de Timor-Leste, os Portugueses, uma vez mais, deram provas da sua generosidade e do seu admirável espírito de solidariedade, quando se ergueram a uma só voz para defender a causa do povo timorense. Não o fizemos seduzidos por motivações económicas. Levantámo-nos por Timor porque esse é o nosso modo de estar no mundo, a inconfundível *Arte de Ser Português*, como um dia lhe chamou Teixeira de Pascoaes. Ao levarmos a Europa ao Mundo, trouxemos também o Mundo à Europa. Nesse processo, feito com sacrifícios e coragem, trouxemos também mais humildade àquela que Camões chamava a “soberba Europa”. Destacámo-nos como construtores de pontes no diálogo das civilizações. Ainda hoje, esse é um talento português que o Mundo reconhece.

Temos de mostrar à Europa que a solidariedade e a coesão são valores do interesse de todos, que a soberba nunca foi marca do europeísmo autêntico. A União não é apenas um vasto mercado de trocas comerciais nem um aglomerado de economias que partilham a mesma moeda. A Europa é muito mais do que isso. Os líderes da União Europeia, para ultrapassarem o impasse com que se defrontam, têm de pensar a Europa como um espaço comum que, antes de ser económico ou financeiro, é histórico e cultural. Percorremos juntos caminhos de muitos séculos. Ainda que grave e profunda, não será uma crise passageira que irá pôr em causa os alicerces de uma obra coletiva que soubemos projetar em todo o planeta.

Dos dirigentes europeus de hoje espera-se que tenham consciência da dimensão histórica deste projeto coletivo de cooperação. Estou certo de que os povos europeus se aperceberam já dos desafios que temos de enfrentar neste mundo global do século XXI. Os Portugueses estarão, como sempre, na linha da frente na defesa de um projeto comum de paz, de liberdade e de bem-estar que é do interesse de todos os Estados-membros da União.

Portugueses

Hoje é um dia de alegria e de festa. Celebramos Portugal e a nossa Diáspora, evocamos o Poeta que nos tornou maiores, pela sua épica, pela sua lírica.

Ao celebrar Portugal, em Lisboa, devemos evocar o mar, realidade presente na nossa História desde tempos imemoriais. Hoje, Lisboa assiste à partida de uma das mais importantes regatas do mundo, uma aventura de circum-navegação do planeta que, no nosso imaginário, remete para as grandes epopeias náuticas de Quinhentos.

Situada no estuário do Tejo, Lisboa foi o palco de grandes feitos marítimos, ponto de partida de naus e caravelas. Um dia, porém, foi abalada por um terramoto que a devastou. Das cinzas construímos uma cidade nova, uma das mais belas capitais do mundo. Nunca baixámos os braços, nunca nos rendemos às fatalidades do destino. Por piores que fossem as circunstâncias, nunca desistimos do futuro. Também hoje teremos de construir um país novo. Quisemos a democracia e a liberdade e aqui as conquistámos, nas ruas desta cidade, numa revolução singular, feita sem sangue e sem violência.

Alcançámos tudo aquilo que quisemos sempre que agimos com coragem e serenidade, com lucidez e espírito de coesão. Iremos vencer a batalha do presente pela simples razão de que temos em nós a fibra e o orgulho de sermos Portugueses.

Cerimónia Comemorativa do Quinquagésimo Aniversário dos “Comandos”

Carregueira, 29 de junho de 2012

Comemoramos, hoje, em simultâneo, os 50 anos de criação dos “Comandos” e o dia do Centro de Tropas Comandos.

Pretendo, como Comandante Supremo das Forças Armadas, prestar nesta data uma justa homenagem aos militares “Comandos” que serviram com audácia e abnegação a nossa Pátria, e distinguir o seu relevante contributo para a defesa dos valores da liberdade e da democracia.

Saúdo cada um dos presentes nesta cerimónia, e, em especial, os veteranos de guerra, a quem manifesto o meu sentido apreço e a quem o nosso País tanto deve. Festejar este dia é uma oportunidade para visitar o passado, feito de valorosos atos de bravura e coragem, um passado que não deve ser esquecido, pelo exemplo e pela inspiração que encerra.

É também um dia de reencontro de gerações, unidas pelos mesmos valores e princípios, forjados em códigos de conduta e de honra comuns, presentes desde a fundação das Tropas Comandos.

Aos militares que estiveram na sua origem e integraram as primeiras forças, foram exigidos graus de resistência física e mental singularmente elevados, para fazer face à natureza e aos requisitos do ambiente operacional com que então éramos confrontados em África. Durante 12 anos, nove mil homens, integrando várias unidades deste corpo de elite, tiveram um desempenho notável nos teatros de operações de Angola, Moçambique e Guiné, fazendo do militar “Comando” um soldado de exceção, exemplo maior de valor militar, valentia em combate, coragem, sangue-frio e serena energia debaixo de fogo.

O espírito de disciplina, o sentido de responsabilidade e o elevado patriotismo, demonstrados em África, ficaram novamente patentes quando foram chamados a atuar em defesa da legitimidade democrática, assumindo um papel preponderante na preservação e na consolidação da liberdade reconquistada no dia 25 de abril de 1974.

É, pois, com um sentimento de viva gratidão que hoje evocamos a memória de todos os “Comandos” que tombaram no campo da honra e deram a sua vida pela Pátria, a quem prestámos sentida homenagem, segundo o cerimonial castrense e os preceitos inscritos no ritual “Comando”.

Ao vencerem quando poucos acreditavam, ao conquistarem quando muitos se opunham, ao avançarem quando outros vacilaram, os seus nomes ficaram indelevelmente gravados nos monumentos que os homenageiam e no coração dos que com eles privaram. É um momento de pesar, mas também de profunda admiração pela forma como honraram os seus camaradas de armas e a Pátria Portuguesa.

Manter viva a sua memória, manter fortes os laços e os valores que a todos unem, encontra eco nos princípios que regem a Associação de Comandos, a quem quero manifestar o meu reconhecimento, pela ação altamente meritória desenvolvida na preservação de um património histórico e moral inestimável, no fortalecimento da camaradagem de armas que vos acompanha ao longo da vida e, em particular, no apoio solidário aos associados mais carenciados e suas famílias. Hoje, a atuação dos “Comandos” desenvolve-se num contexto diferente, mas a determinação, o profissionalismo e a preparação dos militares mantêm-se os mesmos, quer nas missões que desempenham nas Forças Nacionais Destacadas, de que é exemplo a atuação no Afeganistão, merecedora de rasgados elogios, quer nas ações de Cooperação Técnico-Militar que desenvolvem com os países de expressão portuguesa.

É justo evidenciar o papel insubstituível do Centro de Tropas Comandos, herdeiro e guardião das nobres tradições das unidades de Comandos, e que assenta na competência e na motivação dos seus quadros. Os elevados padrões de desempenho que esta tropa de elite tem mantido só são possíveis se lhe estiverem associados um rigoroso treino e uma identidade própria, alicerçados numa disciplina e em códigos de conduta fortes.

Apesar dos avanços tecnológicos e da elevada sofisticação dos equipamentos, a chave do sucesso continua a residir no militar, na sua preparação, na sua força moral, na sua capacidade de interpretar e de decidir.

É com esta certeza que me dirijo aos jovens militares que terminaram o centésimo décimo nono Curso de Comandos, felicitando-os por terem ultrapassado,

com êxito e certamente com sacrifício, os desafios e as provações a que foram submetidos.

Militares “Comando”

A vossa história está repleta de valorosos exemplos de bravura e coragem, bem expressos nos anais dos vossos 50 anos de existência e nas mais altas condecorações que militares e unidades “Comando” ostentam, com orgulho e distinção. Os jovens que então assumiram a árdua tarefa de iniciar esta força especial foram sujeitos a condições únicas de grande adversidade, que colocaram à prova as suas convicções, os seus medos e os seus instintos. Foram capazes de as vencer, com determinação e heroísmo, conseguindo feitos extraordinários. Lições de vida, que devem servir de exemplo e inspiração para todos nós.

Agradeço, de novo, a vossa presença. Agradeço, em nome de Portugal e dos Portugueses, tudo aquilo que cada um de vós, com esforço e incondicional dedicação, fez pelo nosso País.

Encorajo os mais jovens a estarem à altura dos valores e tradições daqueles que vos precederam, a honrar a memória dos que se eternizaram pelos seus feitos, continuando a ser a voz do Comando, bem alto gritando: “MAMA SUMAE AQUI ESTAMOS”.

Cerimónia de Tomada de Posse da Procuradora-Geral da República

Palácio de Belém, 12 de outubro de 2012

Assume Vossa Excelência, Senhora Dra. Joana Marques Vidal, as funções de Procuradora-Geral da República num tempo de grande responsabilidade e exigência. Nos termos da Constituição, o Procurador-Geral da República é designado pelo Presidente da República, sob proposta do Governo. Dispõe, pois, Vossa Excelência, de todas as condições de confiança institucional e pessoal para o exercício de um dos mais relevantes cargos da República Portuguesa.

Pela sua integridade de caráter e pela sua independência, pela experiência profissional que detém, construída ao longo de uma vasta carreira de magistrada, pela sua particular atenção às vítimas e aos que mais necessitam da proteção do Direito, reúne Vossa Excelência um conjunto de qualidades que certamente irão contribuir, de forma determinante, para o exercício das altas funções em que agora é investida.

Numa sociedade democrática, o Ministério Público encontra-se ao serviço dos cidadãos, na defesa da legalidade. Para o exercício desta missão, a magistratura do Ministério Público deve afirmar-se pela sua credibilidade, pela sua dignidade, pelo seu prestígio.

A confiança dos Portugueses no Ministério Público depende da eficácia da sua ação, do sentido de serviço público dos seus magistrados, da independência que demonstrem face ao poder político, ao poder económico e a vários outros poderes que existem na sociedade portuguesa.

A atuação dos magistrados do Ministério Público deve pautar-se pelo rigor e pela discrição e deve ser avessa a protagonismos mediáticos. Do ponto de vista institucional, o Ministério Público tem de falar a uma só voz – e essa voz é a do Procurador-Geral da República.

Ao Procurador-Geral da República impõe-se um forte espírito de liderança, uma ação firme e intransigente na defesa da coesão interna e do prestígio do Ministério Público.

A investigação criminal e a defesa da legalidade devem ser realizadas com isenção e com rigor, apresentando resultados concretos aos cidadãos que legitimamente aspiram a uma Justiça mais célere e mais eficaz. Em suma, a uma Justiça mais justa.

A atuação do Ministério Público deve centrar-se exclusivamente no trabalho que a Constituição e a lei lhe atribuem, ao invés de se dispersar em querelas na praça pública ou em controvérsias sobre casos concretos que só contribuem para degradar a imagem do sistema judicial perante os cidadãos. Neste plano, as violações ao segredo de justiça têm de ser combatidas com a maior firmeza e determinação, sem quaisquer transigências.

Estou certo de que estes princípios, objetivos e regras estarão presentes no exercício da sua ação como Procuradora-Geral da República.

De todos os magistrados do Ministério Público, de todos eles, se exige, no estrito cumprimento do seu estatuto legal, isenção e objetividade, espírito de serviço e dedicação ao trabalho. Nesta ocasião, quero saudar a magistratura do Ministério Público e garantir-lhe, na pessoa de Vossa Excelência, Senhora Procuradora-Geral da República, o meu inteiro apoio para que o exercício da ação penal decorra, em todas as investigações, com celeridade e no respeito pelo princípio da legalidade.

Inicia funções num tempo em que é generalizado o reconhecimento da urgência de transformações profundas na Justiça portuguesa, a que o Ministério Público não é alheio. Caber-lhe-á, Senhora Procuradora-Geral da República, num espírito de diálogo construtivo com os outros poderes do Estado, contribuir para que as medidas necessárias para a credibilização e eficiência do sistema de Justiça sejam concebidas e concretizadas num clima de serenidade e bom senso e com sentido de serviço público.

Por último, quero agradecer ao Senhor Conselheiro Fernando Pinto Monteiro a relação correta que sempre manteve com a Presidência da República e realçar a sua competência e os esforços que realizou para, em ocasiões difíceis e complexas, preservar a credibilidade do Ministério Público e garantir o exercício da ação penal e a defesa da legalidade.

Mensagem de Ano Novo

Palácio de Belém, 1 de janeiro de 2013

A todos desejo uma boa noite.

O ano de 2012 foi particularmente difícil para os Portugueses.

O desemprego, em especial entre os jovens, atingiu uma dimensão preocupante. Muitas famílias foram obrigadas a reduzir as suas despesas do dia-a-dia, mesmo em bens essenciais a uma vida digna. Muitas pequenas e médias empresas encerraram as suas portas, devido à quebra da procura de bens e serviços.

Temos urgentemente de pôr cobro a esta espiral recessiva, em que a redução drástica da procura leva ao encerramento de empresas e ao agravamento do desemprego.

De acordo com as previsões oficiais, as dificuldades das famílias não irão ser menores no ano que agora começa.

O Orçamento do Estado para 2013, aprovado pela Assembleia da República, visa cumprir o objetivo de redução do défice acordado com as instituições internacionais que nos têm emprestado os fundos necessários para enfrentar a situação de emergência financeira a que Portugal chegou no início de 2011. A execução do Orçamento irá traduzir-se numa redução do rendimento dos cidadãos, quer através de um forte aumento de impostos, quer através de uma diminuição das prestações sociais.

Todos serão afetados, mas alguns mais do que outros, o que suscita fundadas dúvidas sobre a justiça na repartição dos sacrifícios. Por minha iniciativa, o Tribunal Constitucional irá ser chamado a pronunciar-se sobre a conformidade do Orçamento do Estado para 2013 com a Constituição da República.

O Orçamento entrou hoje em vigor, no primeiro dia do ano de 2013. Se tal não acontecesse, o País ficaria privado do mais importante instrumento de política económica de que dispõe e as consequências para Portugal no plano externo seriam extremamente negativas.

Portugueses

São muitos, e cada vez mais, os que se interrogam sobre a razão dos sacrifícios que lhes são exigidos e se esses sacrifícios serão realmente necessários e úteis. Os cidadãos anseiam saber se vale a pena o esforço que estão a fazer e se, no final, o País chegará a bom porto.

É essencial que todos compreendam que as dificuldades que Portugal atravessa derivam do nível insustentável da dívida do Estado e da dívida do País para com o estrangeiro.

A dívida do Estado ultrapassa o total da produção nacional durante um ano. Os juros absorvem 20 por cento do total dos impostos que são cobrados. Enquanto se mantiver esta situação, em que as despesas do Estado são maiores do que as receitas arrecadadas, vamos acumulando dívida à dívida já existente e o montante dos juros vai subindo.

Por outro lado, a dívida externa do País é mais do dobro da produção anual, implicando o pagamento ao estrangeiro de um montante de juros muito elevado. Esta situação é insustentável e limita, de forma drástica, as possibilidades de financiamento do País.

Para corrigi-la, Portugal está a executar o programa de assistência financeira negociado pelo Governo anterior com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

Deixar de honrar os compromissos internacionais que subscrevemos não é uma opção credível.

Tentar negociar o perdão de parte da dívida do Estado não é uma solução que garanta um futuro melhor. Poderia criar uma ilusão momentânea, mas, no final, estaríamos numa situação dramática, pior do que aquela em que nos encontramos. Ninguém de bom senso pode desejar essa situação para o nosso País.

Por isso, temos de cumprir as obrigações internacionais que assumimos. Temos de equilibrar as contas públicas e reduzir a dívida externa. Enquanto não o fizermos, a nossa independência financeira será sempre limitada.

Mas não podemos ignorar que, em 2012, ficou claro que um processo de redução do desequilíbrio das contas públicas, acompanhado de um crescimento económico negativo, tende a tornar-se socialmente insustentável.

O próprio objetivo de equilíbrio das contas públicas torna-se mais difícil de alcançar, porque a austeridade orçamental conduz à queda da produção e à obtenção de menor receita fiscal. Segue-se mais austeridade para alcançar as metas do défice público, o que leva a novas quedas da produção e assim sucessivamente. É um círculo vicioso que temos de interromper.

Precisamos de recuperar a confiança dos Portugueses. Não basta recuperar a confiança externa dos nossos credores. Temos de trabalhar para unir os Portugueses e não dividi-los.

No coração das dificuldades do País está um problema fulcral: a falta de crescimento da nossa economia. É aí, no crescimento económico, que temos de concentrar esforços. Caso contrário, de pouco valerá o sacrifício que os Portugueses estão a fazer.

A nossa economia tem sofrido impactos muito negativos vindos do exterior, que estão fora do nosso controlo e não foram previstos aquando da negociação do acordo de assistência financeira. É o caso da recessão na Zona Euro e, em particular, a crise económica que afeta Espanha, o principal destino das nossas exportações.

Para alcançar o crescimento são particularmente importantes os apoios da União Europeia ao investimento e à competitividade, assim como a melhoria das condições de financiamento das empresas junto do sistema bancário. As nossas empresas pagam pelos empréstimos taxas de juro muito superiores às suas congéneres da União Europeia.

Temos argumentos – e devemos usá-los com firmeza – para exigir o apoio dos nossos parceiros europeus, de modo a conseguir um equilíbrio mais harmonioso entre o programa de consolidação orçamental e o crescimento económico.

Em mais de 25 anos de pertença à União Europeia, mostrámos ser um parceiro credível do processo de integração. É do nosso interesse, mas também do interesse da União, que a coesão e a solidariedade não sejam meras palavras de circunstância. É nas alturas difíceis que se testa a solidez do projeto europeu.

Na situação em que o País se encontra, os agentes políticos e sociais têm de atuar com grande sentido de responsabilidade.

A resolução dos problemas nacionais pressupõe diálogo e consenso, entendimentos feitos a pensar nos Portugueses e no País como um todo.

Devemos ter presente que o programa de assistência financeira foi apoiado por partidos que representam 90 por cento dos deputados à Assembleia da República, deputados eleitos num sufrágio que teve lugar há pouco mais de um ano e meio.

O País não está em condições de se permitir juntar uma grave crise política à crise económica, financeira e social em que está mergulhado. Iríamos regredir para uma situação mais penosa do que aquela em que nos encontramos. Devemos, pois, trabalhar em conjunto e unir esforços para encontrar as soluções que melhor sirvam o povo português.

O ano 2013 vai ser um ano difícil. Mas pode ser também um ano em que se comece a alterar a tendência negativa que se verifica na produção nacional e no emprego, um ano em que o clima de confiança melhore e o investimento das empresas comece a crescer.

Desejo que, com sentido patriótico, e a pensar acima de tudo nos Portugueses, o Governo, as forças políticas e os parceiros sociais trabalhem ativamente para que, já em 2013, se inicie um ciclo de crescimento da economia. Se todos fizerem bem o que lhes compete, é possível que o crescimento seja uma realidade no ano que agora começa.

Pela minha parte, tenho esperança de que isso aconteça.

Sei que temos a solidariedade de vários países da União Europeia, países que reconhecem o nosso esforço e consideram que, para bem de toda a União, Portugal deve e merece ser ajudado.

Diversos gestores de empresas estrangeiras, com quem tenho contactado, apontam Portugal como um país onde vale a pena investir, um destino com grandes potencialidades.

Tenho encontrado jovens empresários de grande mérito, com espírito inovador, que exportam aquilo que produzem e que devem ser incentivados pelas entidades públicas e apoiados pelo sistema bancário.

Os parceiros sociais, com quem tenho dialogado frequentemente, demonstram possuir uma visão realista e moderna das relações empresariais e laborais, e estão preparados para responder às exigências dos tempos que vivemos.

Mas a minha esperança funda-se, acima de tudo, no modo como os Portugueses têm reagido às adversidades e aos sacrifícios. O povo português tem dado mos-

tras de um sentido de responsabilidade que deveria servir de exemplo para os nossos agentes políticos.

Os Portugueses estão conscientes de que vivem tempos difíceis, mas não têm baixado os braços na hora em que é necessário ajudar os que mais precisam. É com emoção que vemos o extraordinário espírito de solidariedade e de ajuda do nosso povo.

Os Portugueses merecem um tempo melhor, para si e para os seus filhos, para as novas gerações.

Com esperança num tempo melhor, desejo a todos os Portugueses um Bom Ano Novo.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial

Lisboa, 30 de janeiro de 2013

Aqui neste Salão Nobre, uma vez mais nos reunimos para assinalar a Abertura do Ano Judicial.

Instituída há vários anos, objeto de consagração na lei, esta cerimónia não deve converter-se num ritual vazio de sentido. Mais do que um ato solene dirigido para o interior do sistema judicial, este encontro tem de estar orientado para o País, para o Povo em nome do qual a Justiça é administrada. É para os cidadãos – os destinatários das decisões dos tribunais – que os protagonistas da nossa Justiça devem falar.

Importa, assim, que esta Cerimónia de Abertura do Ano Judicial seja uma real expressão da abertura da Justiça à comunidade dos cidadãos, a toda a *Res publica*. Os cidadãos, as empresas e as instituições têm o direito de saber como se administra a Justiça no seu país.

A Justiça é uma atividade fulcral do Estado e, pela sua natureza intrínseca, deve exercer-se com discrição e pautar-se por um forte sentido de responsabilidade e de contenção. Daí que só pontualmente os mais altos responsáveis pelo sistema judicial tenham oportunidade de prestar contas aos cidadãos e de, em conjunto, com serenidade e elevação, proceder a uma reflexão profunda sobre a Justiça do nosso país.

A abertura do Ano Judicial representa um momento privilegiado para que a Justiça fale aos Portugueses, fazendo o diagnóstico dos problemas e exprimindo os seus anseios, mas também, e de forma construtiva, propondo soluções e apontando caminhos.

Neste ano de 2013, surge reforçada a necessidade de atuarmos com empenho, com sentido de Estado, com ponderação e, acima de tudo, pensando no interesse nacional e nos cidadãos, a quem todos, sem exceção, devemos prestar contas.

A Justiça deve constituir, em si mesma, um elemento de integração e um fator de coesão na sociedade portuguesa, através de uma resolução atempada dos

litígios e de uma afirmação permanente da autoridade democrática na defesa dos direitos dos cidadãos.

Ninguém pode pretender colocar-se à margem dos desafios coletivos com que o País se depara e que convocam a ação responsável de todos os Portugueses. E, dentre estes, sobressaem, pela sua tão digna quanto exigente missão, aqueles que protagonizam no dia-a-dia a realização da Justiça.

O sistema judicial é o garante da autoridade do Estado, no sentido em que a este compete assegurar o efetivo exercício de todos os direitos dos cidadãos. Ao contrário do que alguns supõem ou pretendem fazer crer, a autoridade democrática e a liberdade cívica não são valores incompatíveis. São valores convergentes numa democracia consolidada, como aquela que construímos e onde nos orgulhamos de viver. É o poder judicial que, em última instância, deve assegurar a convergência entre a autoridade e a liberdade.

Impõe-se, pois, que tenhamos a consciência clara da situação atual do nosso País, da dimensão extraordinária do esforço que temos de fazer e da missão que a cada um compete.

O nosso tempo é um tempo de trabalho árduo e de sacrifícios, mas deve ser um tempo de justiça e de equidade. Quanto maior é a dimensão dos sacrifícios exigidos, maior tem de ser a preocupação de justiça na sua repartição.

Do respeito pelos princípios da justiça e da equidade depende a preservação de um valor supremo, ao qual tenho feito referência em diversas ocasiões. Trata-se do valor da coesão nacional, da coesão entre os Portugueses. Ao contribuir para a garantia da coesão social e da coesão intergeracional, a Justiça é um fator determinante de estabilidade e de paz social.

Por outro lado, o sistema judicial deve dar um contributo ativo para que Portugal vença as dificuldades do presente. Como tive ocasião de sublinhar recentemente, inverter a tendência negativa que se verifica na produção nacional e no emprego é o grande desafio que temos de enfrentar em 2013.

Esta deve ser a nossa primeira prioridade.

Na conjuntura atual, mais do que nunca, a Justiça deve primar pela eficiência e pela celeridade na resolução dos litígios com incidência económica. Dessa forma, o sistema judicial prestará um contributo imprescindível para a melhoria do clima de confiança e para o crescimento da nossa economia.

Estudos recentes, levados a cabo por entidades independentes, confirmam que a lentidão dos tribunais é encarada, pelos agentes económicos, nacionais e estrangeiros, como um dos principais obstáculos à atividade das empresas.

Existe uma perceção generalizada – e quero sublinhar este ponto – de que os nossos magistrados são profissionais de elevada competência e de que as decisões judiciais são, em regra, bem fundamentadas e justas. Simplesmente, a par disso, existe uma convicção muito comum de que há bloqueios e ineficiências em vários aspetos sistémicos inerentes ao funcionamento da Justiça portuguesa. A legislação produzida deve distinguir-se pela qualidade e estabilidade, pois só assim poderá ser desenvolvida uma jurisprudência coerente, que constitua um elemento de segurança jurídica e um fator de confiança na certeza do Direito.

Para os agentes económicos, e, em particular, para os investidores nacionais e estrangeiros, que necessitam de planear as suas decisões e estratégias, a confiança no ordenamento jurídico, designadamente na estabilidade do sistema jurídico-tributário, é um elemento determinante. Um empresário não toma uma decisão de investimento de milhões de euros se considerar imprevisível o regime fiscal com que contará no futuro. Além disso, face à mobilidade internacional dos fatores de produção, um país para o qual a captação de investimento seja decisiva para o crescimento económico e a criação de emprego não pode permitir-se ignorar a competitividade fiscal face aos seus concorrentes.

Aqueles mesmos estudos independentes sinalizam a corrupção, a economia paralela e a fraude fiscal como realidades que afugentam o investimento e corrompem as bases do crescimento económico. Têm de ser combatidas com firmeza, logo em termos preventivos, de modo a evitar o eclodir destes fenómenos e a favorecer a sua deteção precoce.

Como referi, a falta de celeridade judicial é considerada, pelos agentes económicos, uma das principais condicionantes do desenvolvimento da sua atividade. Correspondendo ou não à realidade da vida judiciária, o certo é que existe essa perceção, o que pode representar um sério obstáculo à captação de investimento.

Ora o investimento, permitam-me que o sublinhe, teve entre nós uma queda acumulada de 36 por cento entre 2009 e 2012 e torna-se urgente conseguir recuperá-lo.

Os recentes tribunais criados em matéria de concorrência, regulação e supervisão e em matéria de propriedade intelectual são essenciais para uma Justiça especializada com reflexos diretos no domínio económico. É importante que disponham dos meios humanos e materiais adequados a um desempenho célere na decisão das questões que justificaram a sua criação.

O sistema judicial contribuirá igualmente para que Portugal vença as dificuldades económicas e financeiras que atravessa se a legislação processual, nomeadamente no domínio processual civil, contiver soluções normativas que garantam, sem quebra de princípios fundamentais, formas simples e expeditas de obtenção de decisões judiciais em prazos razoáveis.

Sem pôr em causa o direito à cobrança coerciva de créditos, temos, como comunidade, de nos questionar sobre a legitimidade de, em algumas áreas de negócio, o ónus dessa cobrança ser sistematicamente remetido para os tribunais.

Se muitos dos problemas da ação executiva puderem ser resolvidos a montante desta, promovendo a simplificação do próprio regime substantivo de algumas obrigações, evitar-se-á que os tribunais sejam esmagados por uma infinidade de litígios, alguns de pequena expressão, que muitas vezes perduram, já sem utilidade prática.

Senhoras e Senhores

É aceite, de uma forma geral, a necessidade de transformações no sistema de Justiça que respondam aos novos desafios impostos pela situação económica e social, implicando a adoção de soluções normativas inovadoras, a criação de instituições especializadas de resolução de conflitos, bem como a modernização das estruturas judiciárias e a formação especializada dos agentes de justiça. Neste contexto, vale a pena registar o esforço assinalável que tem vindo a ser feito pelo Governo para responder às exigências de mudança na área da Justiça. Como tem sido reconhecido, este é um domínio em que as reformas projetadas ou em curso devem ser realizadas buscando consensos político-partidários e a audição dos principais agentes judiciários, sendo imprescindível assegurar, também, um permanente acompanhamento dos resultados obtidos.

O envolvimento ativo dos aplicadores do Direito e o diálogo interpartidário são de grande importância para assegurar a estabilidade necessária para que as

reformas sejam concretizadas e avaliadas num horizonte temporal minimamente razoável.

Reformar a Justiça não é apenas mudar aquilo que julgamos ser negativo. Reformar a Justiça é igualmente apurar o que está bem, estabilizar o sistema como um todo e agilizar procedimentos.

Importa, de facto, ter consciência de que existem elementos positivos no nosso sistema de Justiça, elementos que devem ser enaltecidos, preservados e servir de exemplo.

Em alguns domínios, com destaque para as leis em matéria económica e tributária, haverá que atuar de forma ponderada, adotando soluções normativas claras e coerentes, na consciência de que se trata de domínios em que a certeza jurídica e a previsibilidade são fatores determinantes das decisões dos agentes empresariais e dos investidores.

As leis, por melhores que sejam, dependem de instrumentos que assegurem a sua concretização. Caso contrário, tornam-se, elas próprias, um fator adicional de ineficiência ou, até, de entropia do sistema.

Independentemente dos ganhos de eficiência que podem ser obtidos pela racionalização dos recursos afetos à área da Justiça, o legislador, ao introduzir alterações no ordenamento jurídico, deverá ponderar até que ponto existem meios humanos e técnicos para as concretizar.

Devemos, em suma, garantir a qualidade e a fiabilidade das leis, quer do ponto de vista do seu apuro técnico-jurídico, quer do ponto de vista do consenso político que as deve suportar, quer, ainda, das condições para a sua fidedigna aplicação, face à estrutura preexistente do aparelho judicial e da Administração Pública em geral.

Senhoras e Senhores

Na atual situação de crise, todos os profissionais do foro irão, provavelmente, ser chamados a debater-se com um maior volume processual. Quero, nesta ocasião, exprimir-lhes o meu apreço e sublinhar o quanto é essencial que magistrados, advogados, solicitadores e funcionários vejam adequadamente fortalecidos os meios judiciais para um exercício cada vez mais exigente das suas funções.

Estou certo de que o sentido de responsabilidade irá imperar, seja da parte dos agentes políticos, seja da parte dos operadores judiciários.

Creio que a atual situação do País gera, de algum modo, um efeito de estímulo, alertando todos os responsáveis pela Justiça portuguesa para a necessidade de uma cultura de responsabilidade, em que prevaleçam os princípios da independência, da isenção e da defesa dos direitos dos cidadãos.

Vivemos um tempo em que é exigido ao poder judicial, no seu todo, um empenho adicional para, no quadro da legalidade democrática, contribuir para a resolução dos problemas económicos e para fortalecer a coesão e a justiça social.

Portugal orgulha-se de ser, há quase 40 anos, um Estado de direito democrático. Para que o Estado de direito seja, para o comum dos cidadãos, uma realidade palpável, é essencial que as instituições funcionem e que cada qual faça bem o trabalho que lhe compete.

Tenho a certeza, a absoluta certeza, de que a magistratura portuguesa e os demais operadores judiciários saberão estar à altura das suas responsabilidades. Muito obrigado.

Economia e Crescimento Sustentável **II**





Cerimónia de Inauguração da Nova Sede da Microsoft Portugal

Lisboa, 10 de abril de 2012

No final do século XX, um visionário antecipou a existência de novos dispositivos digitais, objetos que acompanhariam os seus detentores para todos os lugares, contendo a sua informação pessoal e profissional e processando os mais diversos tipos de dados em formato digital - texto, números, voz, fotografias, vídeos.

Acrescentava-se que, num futuro próximo, estes dispositivos seriam disponibilizados em larga escala e iriam permitir mantermo-nos em contacto permanente com outros sistemas e com outras pessoas. Anunciava-se um novo mundo, diferente do que conhecíamos até então. Um mundo mais vasto e, em simultâneo, mais pequeno. Um universo de maior proximidade entre os seres humanos de todo o planeta.

Esta visão, hoje plenamente concretizada no quotidiano de todos nós, foi anunciada por Bill Gates há mais de uma década. Inscrita na História recente, trata-se de uma visão ambiciosa da História do Futuro. Há muitos séculos, um outro grande visionário, nome maior da nossa literatura, o Padre António Vieira, escreveu, também ele, uma profética *História do Futuro*.

É o futuro transformado em História que hoje celebramos na inauguração da nova sede da Microsoft Portugal.

O empenho na realização deste investimento representa a renovação do compromisso da empresa com Portugal. Um compromisso que começou, há mais de vinte anos, com apenas três colaboradores. Desde então, a atividade da Microsoft no nosso País pautou-se por um inquestionável contributo para o desenvolvimento do setor das tecnologias de informação, para a modernização do nosso tecido empresarial e da Administração pública, num assinalável incentivo à criação de empresas e postos de trabalho qualificado.

Tem sido igualmente muito frutuosa a aproximação às escolas, universidades e centros de investigação, quer através da produção e disponibilização de novas

ferramentas de ensino, conteúdos e métodos, quer ainda através do estímulo às atividades de Investigação e Desenvolvimento.

O balanço é, pois, francamente positivo. Mas se isso constitui para todos os que trabalham na Microsoft um motivo de orgulho, confere igualmente a esta empresa um papel com novas e acrescidas responsabilidades.

No atual contexto da vida coletiva, é essencial favorecermos uma cultura de ambição, mérito e exposição ao risco, valores que, ao serem interiorizados na inovação empresarial, sustentam a aspiração de criarmos uma sociedade mais ágil, mais coesa e mais aberta ao mundo.

Gostaria de sublinhar a importância da aposta da Microsoft em atividades de investigação e desenvolvimento no nosso País, através do centro de I&D de linguagem e interação natural, o primeiro da especialidade na Europa. Esta iniciativa representa uma demonstração da qualidade dos nossos investigadores e do mérito da relação com as universidades e centros de investigação nacionais de excelência. A realização de projetos conjuntos de I&D tem proporcionado, no âmbito de vários protocolos com as principais universidades portuguesas, a transferência e disseminação de conhecimento e uma maior intensidade tecnológica do tecido produtivo.

Quero destacar, igualmente, os valores de cidadania e o impacto social da atividade de empresas como a Microsoft Portugal. Sublinho, em particular, o compromisso desta empresa – e de outras de idêntico perfil – com o emprego e a inclusão social.

Portugal enfrenta um enorme desafio de qualificação da sua base laboral. Só com trabalhadores altamente capacitados será possível às empresas afirmarem-se no plano competitivo dos mercados globais e, por esta via, contribuir para os objetivos nacionais de crescimento económico e de criação de emprego.

Recordo, por isso, os propósitos do Programa “Elevar Portugal”, que me foi apresentado pelo Presidente da Microsoft Internacional: qualificação para o emprego, produtividade e competitividade. Trata-se de uma excelente iniciativa, desenvolvida em parceria com instituições e associações empresariais, que deve ser fonte de inspiração para outros programas visando o combate ao desemprego.

A formação dos jovens e dos professores na área das tecnologias digitais é outro dos grandes desafios da qualificação à escala nacional. Destaco, a esse propósito,

o compromisso da empresa no combate à exclusão social e profissional, pela promoção da melhoria da literacia digital.

Senhoras e Senhores

Ao longo da última década, a Microsoft foi considerada, por diversas vezes, a “Melhor Empresa para Trabalhar em Portugal”. Sempre liderada por Portugueses, a filial portuguesa foi também considerada a melhor em todo o Mundo.

Estas distinções são, indubitavelmente, resultado da qualidade das suas lideranças, mas também fruto do trabalho de todos os profissionais que, em conjunto, elevam o nome da empresa a patamares de excelência e alto desempenho.

Por tudo isto, a filial portuguesa da Microsoft não é apenas mais uma subsidiária de uma grande empresa multinacional. É uma organização que tem construído autonomamente a sua reputação graças ao profissionalismo e à orientação para resultados.

Um desempenho de alto nível da parte da empresa é motivo de orgulho, mas também suscita expectativas e cria responsabilidades acrescidas quanto ao futuro.

O investimento neste novo espaço que hoje inauguramos é uma aposta nas potencialidades do País e a demonstração de que não há razões para recear o futuro.

Este local inovador simboliza a rutura com os conceitos tradicionais de organização do trabalho, e não deixará de surpreender e inspirar todos quantos nele irão trabalhar. A transparência, a fluidez, a elegância e a eficiência dos conceitos arquitetónicos favorecem a exposição de um conjunto vasto de tecnologias de informação, a sua experimentação e a apreensão das suas potencialidades. Aqui, o futuro acontece diante dos nossos olhos.

Sublinho com muito apreço a decisão da empresa de utilizar profusamente neste espaço a arte e a criatividade de artífices e *designers* nacionais, aliadas aos materiais tradicionais portugueses. As marcas da nossa cultura serão projetadas na modernidade de um espaço de trabalho do século XXI que, certamente, irá ter visibilidade global.

Quero, também por isso, felicitar todos aqueles que estiveram envolvidos na conceção e na construção deste magnífico equipamento, cuja arquitetura valorizará, ainda mais, esta zona da cidade de Lisboa.

Termino com uma calorosa saudação a todos os profissionais que irão trabalhar neste edifício, desejando-lhes os maiores êxitos.

Muito obrigado.

Sessão de Abertura do Fórum Económico Polónia-Portugal

Lisboa, 20 de abril de 2012

É com muito gosto que participo na sessão de abertura deste Fórum Económico, juntamente com o Presidente da República da Polónia, a quem saúdo pela oportuna decisão de se fazer acompanhar, nesta sua visita de Estado a Portugal, por uma importante delegação empresarial.

Quero também saudar todos os presentes pela sua participação neste encontro, em boa hora promovido pela Confederação Polaca dos Empregadores Privados *Lewiatan* e pela Associação Industrial Portuguesa. Estou seguro de que os contactos que aqui terão lugar permitirão identificar novas oportunidades de negócio que os empresários de ambos os países podem e devem agarrar.

Gostaria, nesta ocasião, de sublinhar três aspetos que, no contexto do aprofundamento da colaboração económica entre os nossos dois países, me parecem especialmente relevantes.

O primeiro tem a ver com as condições concretas da economia europeia e da economia mundial. O período recessivo da economia global, decorrente, em larga medida, da crise financeira dos anos 2008 -2009, ainda não foi verdadeiramente ultrapassado. O mesmo se pode dizer sobre a crise da dívida soberana na zona euro.

Existe hoje, em todo o caso, a convicção de que os fatores mais negativos que têm marcado estes eventos estão, de facto, a ser enfrentados, ainda que com diferentes graus de determinação e sucesso, e de que a trajetória continuará a ser de melhoria.

A evidência histórica sugere que as recessões resultantes de graves crises financeiras são, em regra, profundas, longas e bastante destrutivas em termos de emprego e qualidade de vida. Infelizmente, também desta vez, isto mesmo foi confirmado na generalidade dos países desenvolvidos e, em particular, na Europa.

No caso de Portugal, o programa de ajustamento, que subscrevemos é extraordinariamente exigente, mas o Governo português tem demonstrado uma sólida determinação e um claro empenho em cumpri-lo, num ambiente em que tem sido possível manter um grau relativamente elevado de diálogo político e social. Os primeiros nove meses do programa de ajustamento português foram avaliados de forma positiva, o que justifica a esperança de que Portugal será bem-sucedido.

Por seu lado, a Polónia revela-se como um caso singular no espaço económico europeu, sendo mesmo o único país a evitar a entrada em recessão, o que é tanto mais de destacar quanto se sabe que os seus vizinhos e principais parceiros económicos enfrentaram uma importante desaceleração da atividade económica. Temos, por isso, muito a aprender com a experiência polaca e estamos vivamente interessados em compreender os progressos que a economia polaca tem vindo a acumular, desde os seus bem-sucedidos processos de transição democrática e de adesão à União Europeia.

A afinidade cultural entre os nossos dois povos é muito grande, e os desenvolvimentos na Polónia sempre foram seguidos com grande interesse a partir de Portugal. Não temos dúvidas de que a Polónia será uma das grandes economias da Europa e, no futuro, da Zona Euro.

O segundo aspeto que queria realçar tem a ver com a divulgação e a valorização do trabalho que várias empresas portuguesas têm vindo a desenvolver na sociedade polaca e que ilustra de forma eloquente as oportunidades que se oferecem para o reforço da cooperação económica entre os nossos dois países.

Muitos dos empresários que me acompanharam na Visita que efetuei à Polónia, em 2008, estão hoje aqui presentes. Muitos deles reforçaram, desde então, o seu investimento na Polónia, tirando partido dos elevados índices de crescimento da economia polaca. As atividades de empresas portuguesas na Polónia abrangem vários setores económicos em que Portugal possui vincadas competências empresariais, como é o caso da banca, da distribuição alimentar e da construção. A forma como as comunidades empresariais portuguesa e polaca se têm integrado é, de resto, muito significativa e ousado dizer que a confiança mútua entre os nossos dois países é particularmente elevada.

As empresas aqui presentes são um testemunho vivo da riqueza dessa integração

económica e, mais do que isso, cultural. Hoje em dia, são já muitos os portugueses que falam polaco e os polacos que falam português.

A terceira mensagem que gostaria de deixar aqui hoje é um alerta para a importância que as nossas duas economias têm no espaço europeu e para o facto de vivermos atualmente uma fase particularmente oportuna para que as empresas polacas olhem com confiança para a economia portuguesa e encarem, com otimismo, as oportunidades de investimento no nosso país.

Da mesma forma que as empresas portuguesas têm sido bem recebidas na Polónia, também as empresas polacas são muito bem-vindas em Portugal. O programa de ajustamento português está a evoluir de acordo com o previsto e as entidades oficiais internacionais acreditam e estão comprometidas com o seu sucesso. Isso significa que o futuro será promissor para aqueles que investirem e fizerem negócios em Portugal.

É esta mensagem de esperança e confiança no futuro da economia portuguesa que gostaria de transmitir a todos. Portugal sempre superou com sucesso, e mais rapidamente do que o previsto, as suas crises de financiamento externo. Estou certo de que o conseguiremos fazer mais uma vez.

A nossa ligação ao resto do mundo, quer à Europa, quer aos EUA, quer aos países de expressão oficial portuguesa, na América, em África ou na Ásia, é uma garantia de flexibilidade económica e um ativo que Portugal se mostra decidido a aproveitar.

A qualidade do relacionamento político e diplomático entre Portugal e a Polónia encontra paralelo, cada vez mais, no domínio das relações económicas e empresariais.

Mais do que nunca, vivemos em Portugal um ambiente de grande receptividade à iniciativa empresarial e ao investimento estrangeiro. Queremos reforçar os laços com o exterior, aumentar a nossa competitividade e poder beneficiar das oportunidades de crescimento cada vez mais diversas na economia global e em regiões da Europa, como a Polónia, onde o dinamismo económico tem sido predominante.

Portugal está empenhado em retirar o maior proveito da transformação económica em curso e sabemos que os investidores mais ousados e atentos à evolução da nossa economia serão aqueles que maior retorno poderão obter.

Estou confiante que os contactos empresariais que este Fórum Económico irá proporcionar permitirão confirmar essa perspetiva e consolidar uma nova dinâmica no relacionamento entre Portugal e a Polónia.

Muito obrigado.

Cerimónia de Abertura do Conselho para a Globalização

Palácio da Cidadela, 4 de maio de 2012

É com enorme satisfação que vos dou as boas-vindas a este 4º Encontro do Conselho para a Globalização, iniciativa organizada mais uma vez pela COTEC, em parceria com a Presidência da República.

Este é um “reencontro de Portugueses” que, dispersos pelos quatro cantos do Mundo, desenvolveram carreiras de sucesso no exterior, mantendo a sua ligação afetiva a Portugal. Mas este Encontro constitui, também, uma oportunidade para reforçarmos os laços que ligam ao espaço económico da lusofonia, através da presença de reputados gestores de empresas com significativa influência na economia nacional.

Uma especial palavra de reconhecimento ao Presidente da Comissão Europeia, pelo apoio que tem conferido a esta iniciativa, desde a sua primeira edição.

O aprofundamento dos laços com a comunidade portuguesa no exterior é uma tarefa a que sempre atribuí a maior importância. Este meu propósito reforça-se perante os enormes desafios que Portugal enfrenta, com destaque para a recuperação económica e a criação de emprego.

Como tenho repetidamente sublinhado, o País só poderá retomar uma trajetória de crescimento sustentável com uma sólida aposta no reforço dos fatores de competitividade, na conquista de novos mercados e na melhoria do conhecimento da realidade portuguesa por parte do exterior.

É precisamente aqui que o contributo da Diáspora, o vosso contributo, poderá ser decisivo.

Em primeiro lugar, pela vossa experiência e pelo conhecimento das oportunidades e dos riscos que se apresentam às nossas empresas quando procuram os mercados globais.

Em segundo lugar, através da proposta de soluções que contribuam para reduzir as barreiras que ainda se colocam, entre nós, ao investimento externo.

E, por último, pela vossa capacidade de projeção, no exterior, dos ativos económicos, científicos, culturais e linguísticos que nos identificam e tornam singulares, capacidade essa instrumental, estou convencido, para o reforço da reputação e do prestígio do País.

É importante que a imagem do País se erga à altura do que nós, como Povo, somos capazes de fazer e de dar ao Mundo.

A aproximação à Diáspora e, em particular, a ligação com todos os que, lá fora, possuem uma especial capacidade de influência e de decisão, como é o vosso caso, poderão constituir um fator decisivo de divulgação e mobilização dos nossos talentos, competências e potencialidades.

Este *reencontro de Portugueses* representa, a meu ver, um contributo ímpar para a valorização dos recursos e das potencialidades de que o País dispõe.

A vossa presença é um sinal de responsabilidade e de empenho para com o país de origem, numa atitude que me apraz sublinhar e que quero, muito vivamente, agradecer.

Somos um povo do Mundo e aberto ao Mundo. Compete-nos, a todos, assumir esta natureza e esta vocação. É esse, também, o espírito deste Encontro.

Queremos conhecer as vossas ideias, as vossas críticas e as vossas sugestões sobre o processo de desenvolvimento de Portugal.

Cerimónia de Entrega do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa

Palácio da Cidadela, 6 de junho de 2012

É com grande satisfação que me associo, uma vez mais, à cerimónia de entrega do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa.

Quero saudar todos os nomeados desta 5ª edição e dirigir uma palavra amiga de boas-vindas a todos aqueles que se deslocaram de várias partes do Mundo para participar nesta cerimónia. É com muito gosto que aqui revejo muitos dos que tenho conhecido, nos países onde trabalham e vivem com as suas famílias, por ocasião dos meus encontros com as Comunidades Portuguesas.

O facto de se tratar da 5ª edição não confere a esta iniciativa qualquer carácter rotineiro. Bem pelo contrário. Cada edição significa a conquista de mais valor, maior impacto, mais expectativas. Esta iniciativa ganhou forma e vida próprias e é hoje a expressão de muitos laços que se teceram, aproximando distâncias e partilhando energias e afetos.

Este grupo de Portugueses da Diáspora que aqui está, a que se juntam todos os outros que, ao longo das anteriores edições, aqui marcaram presença, demonstra bem a extensão e o enorme potencial de uma realidade nem sempre conhecida ou valorizada.

Numa homenagem ao espírito empreendedor dos Portugueses, de todos os Portugueses, quisemos distinguir, em especial, aqueles que desenvolveram as suas carreiras com sucesso por esse Mundo fora. A ação de todos aqueles que, partindo de Portugal, e movidos pela crença nas suas capacidades e por uma vontade indómita de vencer, colhem hoje o resultado do seu talento e do seu esforço, é parte integrante daquilo que somos como Povo e como Nação.

Considero este reencontro de Portugueses uma iniciativa da maior relevância. Contribui para estreitar os laços entre portugueses separados por geografias longínquas, do mesmo modo que serve o propósito, essencial e hoje inadiável, de a todos mobilizar para o desenvolvimento de Portugal.

E essa mobilização, que já é evidente na maior proximidade com o País, tem vindo a materializar-se nos investimentos que muitos já realizaram na sua terra de origem, como é o caso da empresa que visitei esta manhã e que vos convido a conhecer.

Tive o grato prazer de ouvir que a decisão de investir em Portugal foi uma reação muito positiva ao prémio atribuído aqui, no ano passado, a João Mena Matos. Importa referir que não se tratou de uma decisão meramente emocional, mas sim, e sobretudo, de uma decisão empresarial. É um investimento promissor, objetivamente desejado, e que é muito bem-vindo. Estou certo de que outros se seguirão na mesma linha.

Acreditar no nosso País e ser parte ativa, corajosa e determinada do seu desenvolvimento e do seu progresso é um desafio que interpela todos os Portugueses. Os portugueses espalhados pelo Mundo podem ser preciosos aliados nesta nossa determinação.

Desde o início do meu primeiro mandato que expressei o compromisso de contribuir para a aproximação entre Portugal e as comunidades de portugueses e lusodescendentes no exterior. Posso hoje reconhecer, com algum orgulho, a generosa resposta que tenho encontrado.

Reafirmo, pois, esse meu compromisso, que, mais do que nunca, considero uma prioridade. Empenhar-me-ei para que Portugal passe, também nesta matéria, das palavras aos atos e assim se crie uma dinâmica irreversível que integre a realidade da vida nacional.

Senhoras e Senhores

O Prémio que hoje entregamos celebra os valores do empreendedorismo e da inovação. São palavras que não podem banalizar-se e, muito menos, perder o seu sentido profundo.

O ímpeto empreendedor resulta da capacidade de olhar em volta com o desejo de fazer diferente, melhorando o que existe. Quem empreende tem ambição. Tem gosto no seu sucesso. E por isso o reconhecimento dos outros é parte integrante da sua força e da sua energia.

Mas quem empreende não é egoísta, nem avaro. Cria riqueza para que o mundo se modifique à sua volta, e isso implica, também, espírito de partilha e a generosidade de querer bem aos outros.

Nada disto se faz sem coragem. A coragem de começar, vencendo barreiras e reservas, mas também a coragem de correr riscos, porque todos os caminhos de sucesso se fazem vencendo momentos de desânimo e aprendendo com os fracassos.

Podemos dizer, em suma, que um empreendedor é uma pessoa que se realiza na medida em que a sua ação se alarga na projeção dos outros. É um ser social, é alguém que se importa.

São assim os que estão aqui hoje connosco, dispostos a dar a conhecer o seu exemplo e a partilhar com o seu país de origem o sucesso que obtiveram.

Tal como uma cultura estagnar-se-á sem a contínua renovação pela força da criação artística, também uma economia exige a força dos empreendedores para a sua renovação, através de atividades inovadoras que impulsionem o crescimento económico e a produtividade, e que sejam geradoras de emprego.

Não basta, no entanto, clamar por mais empreendedores que pretendam apostar em atividades de inovação. É preciso gerar um ambiente favorável, uma economia mais aberta e dotada de uma adequada estrutura de incentivos. Um ambiente que assegure uma concorrência saudável e uma regulação que estabeleça a justa medida entre as vantagens da inovação e os seus riscos, bem como um regime de proteção da propriedade intelectual que exerça a sua missão sem bloquear a dinâmica inovadora.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O Mundo está hoje bem presente nesta sala, pois são 35 os países dos cinco continentes onde vivem e trabalham os nossos compatriotas que nos deram o gosto de corresponder ao convite para aqui se deslocarem. Portugal é assim, como justamente dizia o Padre António Vieira, “a pátria cuja essência é ser universal”. O êxito desta iniciativa, que foi crescendo ao longo das suas cinco edições, tem um segredo: o segredo do encontro de vontades.

Portugal quer fortalecer de forma irreversível a rede que o deve unir aos Portugueses que, ao longo de gerações, se dispersaram pelo Mundo. E a vossa presença e o vosso interesse é a prova viva de que continuam ligados por fortes laços de afeto ao país onde nasceram ou no qual permanecem as raízes de cada um.

Sejam muito bem-vindos com a vossa experiência, com o vosso sucesso, e com essa imensa energia empreendedora. Portugal precisa da vossa energia, do vosso empenho, do vosso exemplo.

Tenho confirmado, ao longo dos muitos contactos com as Comunidades no exterior, esta vontade de envolvimento no propósito primordial da recuperação económica do País.

É grande, como sabem, a incerteza decorrente dos desafios que hoje se colocam à Europa. Mas, independentemente desta realidade, Portugal está firmemente empenhado em fazer a sua parte.

Peço-vos, por isso, que transmitam aos vossos parceiros de negócio, aos vossos amigos e conhecidos, que Portugal está a lutar com coragem e determinação para ultrapassar as suas atuais dificuldades. Estou certo de que, também com a vossa ajuda e o vosso estímulo, iremos vencê-las.

Felicito a vencedora do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa 2012, Isabel Santos Melo, pela sua extraordinária contribuição para a melhoria da vida dos seniores no Reino Unido. Parabéns, igualmente, aos outros distinguidos, Christophe da Fonseca e Gilberto Rodrigues.

Permitam-me que saúde a equipa da COTEC, responsável pela organização, sempre irrepreensível, e que dirija uma palavra especial de agradecimento e apreço ao Presidente do Júri, Dr. Filipe de Botton, o principal obreiro desta iniciativa de sucesso, desde o seu início, e que hoje cessa essas funções.

Esta iniciativa, que nasceu de um apelo, ultrapassou rapidamente os seus promotores e ganhou uma dinâmica própria, que todos esperamos irreversível. Merece, pois, redobrado apoio e entusiasmo, porque, nesta caminhada, vemos um sinal promissor do que pode ser o futuro de Portugal.

Portugal não é só um pequeno país do continente europeu. Portugal encontra-se disperso por todo o Mundo, e essa valiosa rede de energias e vontades, fortalecida por laços de afeto que sempre permaneceram, e que acarinhámos e retribuímos, faz de nós um país imenso.

Muito obrigado a todos.

Sessão de Encerramento do VII Encontro da COTEC Europa

Madrid, 3 de outubro de 2012

Saúdo com amizade Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos e o Senhor Presidente da República de Itália, Giorgio Napolitano.

Este Encontro COTEC Europa foi uma oportunidade para uma reflexão conjunta sobre os desafios do aprofundamento da inovação tecnológica no tecido produtivo das nossas economias.

A inovação é o fator que mais diretamente influencia as diferentes dimensões da produtividade e, em consequência, o próprio desenvolvimento económico. Apesar de todos os esforços na promoção de políticas de estímulo à inovação, constata-se uma significativa divergência da produtividade das economias do Sul face à generalidade dos outros países da União Europeia, fenómeno que surge, aliás, acentuado desde a crise económica de 2008.

O abrandamento da capacidade de gerar valor económico por unidade de trabalho é o sintoma mais evidente das fragilidades e da insuficiente consolidação dos sistemas de inovação empresarial das nossas economias.

É hoje evidente que o crescimento económico já não pode depender unicamente da mera redução de custos. São decisivos os avanços de produtividade e de competitividade baseados na qualidade e na inovação tecnológica.

Produtividade e inovação são determinadas pelos mesmos fatores, são produto de uma mesma realidade: trabalhadores qualificados e motivados, gestão competente, conhecimento tecnológico, investigação e, não menos importante, o estímulo da concorrência aberta e transparente.

As razões para as divergências que, em matéria de competitividade, as nossas economias apresentam relativamente ao resto da Europa são bem conhecidas. Em primeiro lugar, a nossa estrutura produtiva, quase exclusivamente assente em Pequenas e Médias Empresas, tem muitas dificuldades em beneficiar do caudal de conhecimento e de tecnologia produzido pelos sistemas de inovação. Os setores de média e alta tecnologia, aqueles que geram níveis mais elevados

de valor acrescentado, têm ainda uma expressão relativamente reduzida nas nossas economias.

Uma medida do défice tecnológico das economias do Sul reside na diferença no peso da despesa das empresas em atividades de I&D, que se situa 20 por cento abaixo da média da União Europeia. Face a uma conjuntura empresarial desfavorável, a correção desta fraqueza enfrenta dificuldades acrescidas, especialmente a curto prazo. Cabe às políticas públicas de apoio à inovação um papel indispensável de estímulo e de preservação do que foi conquistado ao longo da última década.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Os Encontros COTEC Europa têm debatido aprofundadamente as mudanças que se torna necessário realizar nas políticas europeias de fomento da inovação que visam impulsionar a capacidade tecnológica das Pequenas e Médias Empresas.

É indiscutível a importância das políticas europeias de ciência e tecnologia para a elevação da qualidade das instituições científicas dos nossos países.

No entanto, a capacidade de inovação tem progredido a um ritmo distante das necessidades do tecido produtivo dos nossos países e, em especial, da generalidade das Pequenas e Médias Empresas.

Uma política industrial europeia de inovação tecnológica com largo espetro terá que incidir o seu foco na produtividade das Pequenas e Médias Empresas, que representam 78 por cento do emprego nos setores industriais e são responsáveis por uma parcela significativa do crescimento económico.

As Pequenas e Médias Empresas são um veículo essencial para converter o capital de conhecimento tecnológico da Europa em mais inovação, mais produtividade, mais crescimento de emprego e, por tudo isso, deverão estar, cada vez mais, no centro das políticas nacionais e comunitárias.

O estímulo ao aumento da produtividade empresarial deve ser assumido, de facto, como uma nova missão da política comunitária e das suas vertentes nacionais. Porque a produtividade tem um papel fulcral na competitividade das nossas economias, a capacidade inovadora dos Estados-membros deverá tornar-se, ela própria, um objetivo de coesão europeia.

Recordo que a Comissão Europeia, designadamente na pessoa do seu Presidente, se mostrou disponível para articular a sua ação com as organizações COTEC.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Há quase uma década, as três organizações COTEC decidiram unir esforços no projeto que denominamos COTEC Europa.

Fizeram-no porque havia a necessidade de estimular, de uma forma articulada, a capacidade de inovação dos três países, partilhando experiência e conhecimento, divulgando boas práticas, e levando a cabo projetos de interesse mútuo. Os propósitos fundadores da nossa colaboração mantêm-se válidos e, talvez mais do que nunca, oportunos. Tem especial importância continuar a afirmar uma visão partilhada das especificidades das economias do Sul, cujas sociedades agregam mais de 54 milhões de trabalhadores em 7 milhões de empresas, no quadro do “Espaço Europeu de investigação, desenvolvimento e inovação”. Os nossos países atravessam momentos de grande exigência. Enfrentamos desafios financeiros, económicos e sociais que põem à prova a solidez das nossas economias, desafios cuja resposta requer reformas profundas e urgentes, a serem realizadas num contexto particularmente complexo.

Elevar a produtividade, atingir um crescimento económico mais robusto e sustentado e, ao mesmo tempo, criar emprego qualificado são mais do que objetivos prioritários, são metas vitais.

A reflexão que aqui teve lugar sobre os desafios da inovação tecnológica remete para as nossas responsabilidades coletivas e para os nossos objetivos comuns. Para lá das crises que persistem, a inovação empresarial é a mais poderosa das centelhas. Compete-nos trabalhar com confiança e coordenadamente para vencer os desafios com que estamos confrontados.

Muito obrigado.

Sessão de Abertura da Conferência “Mar de Negócios”

Lisboa, 15 de novembro de 2012

Gostaria, em primeiro lugar, de felicitar a TSF pela excelente iniciativa que consistiu em difundir, diariamente, desde 1 de outubro, o programa “Mar de Negócios”, que nos permitiu tomar contacto com dezenas de empresas e compreender o que se faz de melhor nos vários setores da economia do mar. Trata-se de uma ação do maior interesse, à qual tive, de resto, o prazer de conferir o meu Alto Patrocínio.

De igual modo, quero felicitar a COTEC Portugal pela iniciativa de preparar o estudo *Blue Growth for Portugal*, que hoje é aqui apresentado.

Finalmente, uma palavra de saudação à Caixa Geral de Depósitos, que sistematicamente se tem associado a iniciativas ligadas à divulgação da importância do mar para Portugal e que, ao apoiar este programa da TSF, demonstra, mais uma vez, o seu empenho na discussão deste tema.

A economia do mar é um tópico que ganha cada vez mais oportunidade e sentido perante a difícil situação com que Portugal se confronta.

Tenho afirmado, reiteradamente, que Portugal necessita de encontrar novas bases sustentáveis de crescimento económico, e que uma aposta nos seus recursos naturais, na sua geografia e na sua ligação ao mar é um passo muito importante para a criação dessas bases. Portugal conta com opções de desenvolvimento ainda pouco exploradas e a economia do mar é, claramente, uma dessas opções.

É certo que o potencial que nos oferece a economia do mar, aliás bem patente no estudo *Blue Growth for Portugal*, não significa que surjam de imediato oportunidades de negócio. Para as encontrar é necessário trabalho e um investimento coordenado e sistemático de esforços. É esta conjugação de esforços que urge, desde logo, alcançar.

Mas vale a pena notar que o ponto de partida é relativamente débil: Portugal pode ser considerado um grande país marítimo do ponto de vista da geografia,

mas, do ponto de vista económico, tem muito que crescer. A economia do mar portuguesa, no seu conjunto, é reduzida em volume de negócios e pouco inovadora. Importa, pois, localizar e aproveitar as potencialidades que possuímos, explorar as opções que temos e construir novas oportunidades de negócio.

Para isso, começa por ser necessário um conjunto de mudanças nos quadros legais, institucionais e operacionais que enquadram as atividades marítimas em Portugal.

Impõe-se avançar com rapidez, em particular no que respeita à regulação dos portos e dos transportes marítimos, bem como da atividade da construção naval, de modo a tornar mais eficiente e esclarecida a gestão institucional do Estado e a corrigir as falhas do passado.

Importa igualmente concluir a reforma dos quadros legais que regem as atividades marítimas.

O ordenamento dos espaços marítimos e da orla costeira deve ser desenhado como um instrumento estratégico ao serviço do desenvolvimento do País, salvaguardando o ambiente, mas não utilizando esta restrição como uma escusa para impedir o crescimento económico das atividades marítimas.

Não podemos continuar a funcionar com base na ideia de que tudo é proibido até ser permitido. Face ao atraso estrutural de muitos setores da economia do mar, impõe-se recuperar o tempo perdido e construir vantagens competitivas que lhes permitam atrair investimento. Os licenciamentos devem ser simplificados, onde são por demais complexos, e devem ser criados, onde não existem.

Não se trata aqui, evidentemente, de sacrificar o ambiente marinho e da orla costeira a um desenvolvimento selvagem das atividades marítimas, tanto mais que a rica biodiversidade marinha que o País detém é justamente a base em que assenta grande parte da economia do mar. Trata-se de encontrar um equilíbrio e de criar regras claras que permitam ao País ser competitivo num domínio estratégico que não nos podemos dar ao luxo de continuar a ignorar.

A ausência de regras claras e simples e a manutenção de conflitos de competências, associados à proliferação de reguladores, têm sido os fatores mais diretamente responsáveis pelas barreiras que as atividades económicas ligadas ao mar têm tido de enfrentar em Portugal.

A legislação que se anuncia sobre o ordenamento do mar deve conseguir obter a adesão positiva dos agentes económicos e dos investidores interessados em explorar o amplo espaço que medeia entre a presente realidade da nossa economia do mar e o seu efetivo potencial.

Para que Portugal possa ter uma economia do mar digna da sua condição geográfica cabe, naturalmente, uma palavra decisiva aos agentes económicos. Principalmente aos agentes económicos que, pelo seu talento, pela sua capacidade financeira e de gestão, podem contribuir para mudar a face da economia do mar, tornando-a mais competitiva e inovadora.

Quem, como eu, tomou contacto com os *clusters* marítimos da Finlândia e de Singapura, sabe que o investimento nos setores da economia do mar pode ser um investimento muito produtivo, particularmente se esse investimento for dirigido à internacionalização dos próprios produtos e serviços dessa economia.

Não posso ainda deixar de referir um outro fator de enquadramento que me parece determinante para a mudança que todos desejamos alcançar. Trata-se de conseguir transformar em inovação o conhecimento científico e tecnológico que existe em Portugal na área das ciências do mar.

A transferência de conhecimento e tecnologia das universidades e dos laboratórios para as indústrias do mar tem sido, entre nós, manifestamente insuficiente. Parece-me, pois, necessário que o Estado articule com as universidades e com as organizações e os agentes interessados na economia do mar formas de colaboração que favoreçam uma incorporação mais significativa de conhecimento em produtos e serviços inovadores.

Estando a estratégia nacional do mar em vias de ser revista, vale a pena olharmos em concreto para alguns dos setores da economia do mar.

Numa altura em que o País necessita de exportar mais e diversificar as suas exportações para mercados emergentes fora da Europa, mais difícil se torna acomodarmo-nos, como até agora, à reduzida dimensão da nossa marinha de comércio. Um quadro fiscal estável e competitivo com os demais países europeus no setor dos transportes marítimos é um requisito que não pode continuar a ser ignorado.

Nos portos, a situação é bem melhor. Os principais portos de comércio do país têm vindo a evoluir de modo muito positivo, tendo crescido com algum signifi-

cado, nos últimos anos, até contra a corrente da economia portuguesa. Importa continuar o processo virtuoso de modernização e de redução dos custos, e refletir essa redução nas taxas cobradas aos navios e à carga, de forma a tornar os nossos portos mais competitivos.

A aposta continuada no turismo de cruzeiros, setor que tem tido em Portugal um crescimento de dois dígitos nos últimos anos, exige que se reúnam condições para melhorar as infraestruturas de receção portuária, bem como os meios de transporte de turistas entre o cais de desembarque e as regiões do *hinterland*. Tal como acontece com os transportes marítimos e também com a construção naval, os subsectores das pescas e da aquacultura são hoje setores estigmatizados, em larga medida, na sociedade portuguesa. Importa aumentar a escala de valor do pescado, em particular fomentando certificados de denominação de origem e de sustentabilidade.

Na aquacultura, o mais importante é que haja mais e maiores concessões do domínio público marítimo, por períodos mais longos, e que o setor conquiste maior autonomia, reduzindo a dependência da importação de juvenis.

A economia do mar tem potencial, igualmente, para incluir a exploração de novas fontes de energia. A aposta no vento *offshore* começa agora a dar frutos, com o projeto “Windfloat”. E, no que diz respeito aos combustíveis fósseis, é importante que o país não se resigne à descrença nos seus recursos naturais e gere condições sustentáveis à concessão e exploração de mais licenças de pesquisa e prospeção de petróleo e gás natural na plataforma continental portuguesa.

Num setor mais difuso, que começa a ser designado por “novos usos e recursos do mar”, a inovação volta a ser a palavra-chave. Surgem especialmente promissores, neste domínio, os investimentos nas indústrias já emergentes da biotecnologia marinha e dos biorrecursos marinhos, bem como nas tecnologias subaquáticas dos sensores e da robótica submarina ou nas tecnologias da informação e da comunicação aplicadas à economia do mar.

Uma palavra, por último, para toda uma cultura marítima que se tem desvanecido mas que urge reavivar e estimular em Portugal, quer enquanto substrato essencial ao desenvolvimento da economia do mar, quer enquanto elemento catalisador de uma nova dinâmica em torno de atividades como a náutica de recreio, o turismo ou os desportos marítimos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Não podemos discutir reiteradamente um tema, alcançar em torno dele um grande consenso de princípio e, depois, abstermo-nos de atuar. Os nossos agentes políticos e económicos devem agir, e agir com rapidez e sentido de futuro.

O reconhecido potencial da nossa economia do mar e a tendência internacional para o crescimento desse setor de atividade devem ser estímulos suficientes para que, em Portugal, se passe da fase de discussão à fase do investimento e da exploração concreta das oportunidades de negócio, tal como em múltiplas ocasiões tenho insistido.

Felicito, mais uma vez, a TSF pelo seu contributo para trazer este tópico à atenção e ao dia-a-dia dos Portugueses.

Saúdo os participantes e os promotores da Conferência “Mar de Negócios”, uma iniciativa que muito contribuirá para que o mar seja colocado, como merece, na agenda das nossas prioridades de futuro.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Cerimónia de Abertura do 22º Congresso da APDC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações

Lisboa, 21 de novembro de 2012

É com o maior gosto que de novo me associo a este importante evento das indústrias das tecnologias da informação, da comunicação e dos novos *media*. Os Congressos da APDC são, reconhecidamente, encontros de elevado significado, que contribuem para o desenvolvimento e para a consolidação de um dos setores mais dinâmicos da economia portuguesa.

Afirmo-o, não por qualquer cortesia de circunstância, mas porque, efetivamente, o peso do setor das tecnologias da informação e da comunicação é já determinante para a nossa economia. Os vossos esforços, o vosso trabalho e o vosso talento são dirigidos a um mercado mundial e não apenas nacional, sendo significativo o contributo do setor para o aumento das exportações.

Muitos portugueses, em particular os que não estão familiarizados com as tecnologias da informação e da comunicação, podem pensar que se trata de um setor ainda pouco expressivo ou até residual na nossa economia. Mas a realidade é bem diferente e, nestes tempos, mais do que em outras alturas, importa sublinhar, com clareza, o capital de esperança que o vosso setor constitui para o País. É por isso que aqui estou.

Tratando-se de um setor da designada “economia digital”, que incorpora elevado conhecimento e tecnologia, o seu forte crescimento durante anos consecutivos significa que o País tem massa crítica – recursos humanos, talento e criatividade – para poder desenvolver novos setores económicos e criar novas bases produtivas, trazendo maior dimensão à economia portuguesa.

Da mesma maneira que, nas últimas duas décadas, o setor das tecnologias da informação e da comunicação se desenvolveu e se tornou num setor decisivo, também nos próximos anos muitos outros poderão desenvolver-se e dar à nossa economia uma face diferente da que hoje apresenta.

Como Presidente da República, partilho a preocupação de todos pela crise que Portugal atravessa, bem como pelas dificuldades, em muitos casos extremas, por que muitas famílias e empresas passam atualmente. Mas, por isso mesmo, não podemos abandonar o projeto de fazer de Portugal uma sociedade mais desenvolvida. Ou seja, ambição e uma visão esclarecida do futuro tornam-se hoje, mais do que nunca, extremamente importantes para Portugal.

As empresas que a APDC representa devem constituir, pelo exemplo do seu percurso e da ambição dos seus objetivos, uma fonte de inspiração para a economia portuguesa.

Não é por acaso que Portugal dispõe hoje de infraestruturas e redes de comunicação, incluindo comunicação em fibra ótica, que se encontram entre as mais desenvolvidas do Mundo. A aposta nas novas tecnologias da comunicação foi, pois, uma aposta ganha e foi uma aposta alicerçada numa visão de longo prazo, para a qual muito contribuiu o espírito visionário de Diogo Vasconcelos, que todos no setor tão bem conheceram.

Como Presidente da República, estou grato pelo vosso trabalho coletivo de construção deste setor. E devo felicitar a APDC e o seu Presidente cessante, o Dr. Pedro Norton, pelo empenho e pelo inconformismo que têm demonstrado.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O inconformismo a que me refiro está bem patente no tema do vosso Congresso: “Um Mar de Oportunidades”. O vosso setor revela, assim, que há caminhos a desbravar e oportunidades de negócio que estão à espera de ser exploradas.

Um setor, como o das tecnologias da informação e da comunicação, que é transversal à economia, não se pode fechar sobre si próprio. Deve, sim, procurar novos mercados. As tecnologias da informação e da comunicação beneficiam com os novos clientes e estes, por sua vez, tiram partido dessas tecnologias para se poderem modernizar. É aqui, para além do valor intrínseco que o volume de negócios das tecnologias da informação e da comunicação representa, que reside o grande contributo do vosso setor: constituir uma plataforma de modernização e inovação para os demais setores da economia portuguesa.

Portugal carece de uma ligação mais intensa entre setores diferentes da economia, que pouco se relacionam e quase se desconhecem, desperdiçando assim

sinergias que, em economias mais integradas, são uma das principais forças da inovação.

Este ponto é tanto mais importante quanto Portugal permanece um país caracterizado por realidades económicas que vivem a diferentes velocidades. Temos setores inovadores, extremamente tecnológicos, ao lado de setores de cariz ainda muito tradicional, para os quais o contributo das tecnologias da informação e da comunicação pode ser um acelerador de mudança.

A atitude proativa da APDC de ir ao encontro de outros setores da economia portuguesa assume uma acrescida relevância pelo facto de a grande maioria do nosso tecido empresarial ser composto por empresas micro, ou pequenas e médias empresas.

A economia do mar, um setor, também ele, transversal à economia nacional, e que é objeto de atenção específica neste Congresso, certamente terá muito a beneficiar da ação das tecnologias da informação e da comunicação.

No exercício da magistratura de influência que cabe ao Presidente da República, tenho procurado contribuir para gerar no País a ambição de construir um modelo de desenvolvimento económico mais sustentável e mais diversificado do que tem sido até aqui.

Numa altura em que urge criar riqueza no País e gerar novas bases de crescimento económico, é necessário olhar para o que esquecemos nas últimas décadas e ultrapassar os estigmas que nos afastaram do mar, da agricultura e até da indústria, com vista a produzirmos, em maior gama e quantidade, produtos e serviços que possam ser dirigidos aos mercados externos.

Tenho defendido que Portugal deve explorar novas opções de desenvolvimento, sendo que a nossa geografia, os nossos recursos naturais e o mar são, indubitavelmente, uma dessas opções. Não estranharão, por isso, que considere especialmente feliz a escolha do tema deste vosso Congresso.

Acredito que a economia do mar se perfila como uma opção promissora de desenvolvimento do País, pelo potencial que encerra no setor dos transportes, no setor da alimentação e da nutrição, no setor da energia, e também em áreas ligadas aos novos usos e recursos do mar, que incluem os setores da biotecnologia marinha e das tecnologias subaquáticas.

Para além do potencial de futuro que manifestamente encerra, a economia do

mar, que apresenta ainda, entre nós, uma predominância de setores com cariz menos tecnológico e inovador, muito tem a ganhar com o produto das vossas indústrias. Acresce que, sendo uma área onde predominam as pequenas e médias empresas, pode beneficiar de forma particularmente nítida com a proatividade e a visão do vosso setor.

O setor das tecnologias da informação e da comunicação, para além de poder acelerar a modernização da nossa economia do mar, proporciona também um exemplo de liderança e de esperança para o desenvolvimento dos seus diferentes setores, bem como, aliás, para outros setores emergentes do panorama nacional. É o que se verifica já na indústria portuária, principalmente nos maiores portos nacionais, que muito têm beneficiado da inovação trazida aos seus procedimentos e ao próprio negócio pelas tecnologias da informação e da comunicação.

Regozija-me que as tecnologias da informação e da comunicação e os novos *media* mostrem estar atentos ao contributo que poderão trazer ao esforço de dinamização e modernização de que o País precisa para fazer do mar uma poderosa base produtiva da sua economia.

Muito obrigado.

Cerimónia de Inauguração do Novo Centro de Moagem da Nacional

Lisboa, 6 de março de 2013

É com particular interesse que me associo à inauguração da Moagem da *Nacional*, um significativo investimento da Cerealis na fábrica do Beato, expressão da vitalidade deste grupo económico, que é líder do mercado português e um dos principais grupos ibéricos no seu setor.

Esta fábrica, que tanto diz aos Portugueses, e por onde, durante anos, tem passado uma parte substancial das matérias-primas para a sua alimentação, atravessou o tempo, mas só o exterior do seu edifício se mantém próximo do que sempre foi. No interior desta unidade fabril encontra-se, agora, uma das mais modernas instalações de moagem da Europa, dotada de equipamentos da mais avançada tecnologia, com um elevadíssimo nível de rendimento e de qualidade, permitindo assim ao Grupo continuar a acrescentar valor nacional e a competir, quer no mercado interno, quer no mercado externo, com a sua variada gama de produtos alimentares.

Por isso, tenho muito gosto em participar neste acontecimento e também em reconhecer, enquanto Presidente da República, o excelente trabalho do Grupo Cerealis. Felicito a sua Administração e saúdo, igualmente, todos os colaboradores dos vários centros de produção nacionais do Grupo. E felicito-vos não só por esta obra mas também por todas as outras que têm feito, ao longo de quase um século de existência, de forma continuada e consistente, inovando sempre, criando valor para a nossa economia.

Esta capacidade de adaptação à exigente realidade do mercado é da maior importância para a afirmação internacional da nossa economia e não pode deixar de ser uma preocupação central na atividade das empresas portuguesas.

Dependendo o crescimento económico do País e a criação de emprego da ação dos empresários, seria um erro grave os poderes públicos e a sociedade em geral não reconhecerem o mérito daqueles que investem, inovam e conquistam novos mercados para a produção nacional.

Minhas Senhoras e meus Senhores

No setor dos cereais, continuamos, infelizmente, a depender de forma excessiva do exterior, quer nos cereais panificáveis, quer nos cereais para massas e nos cereais forrageiros.

A taxa de autoaprovisionamento é, de facto, das mais baixas de todo o setor alimentar.

Importámos, em 2012, mais de 1300 milhões de euros em cereais e derivados, dando assim uma contribuição muito negativa para o nosso saldo externo alimentar, uma vez que as nossas exportações nesta área atingiram apenas 322 milhões de euros. A diferença entre as importações e as exportações, que ascendeu a perto de 1000 milhões de euros, corresponde, por seu turno, a cerca de um terço do nosso atual défice em matéria de produtos alimentares de origem agrícola. Sublinho, no entanto, que este défice se reduziu, no último ano, em quase 400 milhões de euros relativamente ao ano anterior, devido ao excelente comportamento das exportações, mas a verdade é que continua a ser demasiado alto.

Sei que o problema da nossa elevada dependência externa em matéria de cereais não se situa na indústria transformadora, já que, em 2012, esta indústria fez crescer as nossas exportações, certamente, também, com a contribuição do Grupo Cerealis.

O problema situa-se, isso sim, nas nossas condições naturais, que, em alguns casos, não permitem produzi-los em condições de poderem gerar um rendimento aceitável para os nossos agricultores.

Apesar de considerar que sempre se poderá fazer mais e melhor nesta área, o que aliás vem acontecendo com a cultura do milho e das cevadas para malte, importa, acima de tudo, fazer aumentar a produção de produtos alimentares de origem agrícola adaptados às nossas condições naturais, seja para exportação, seja para substituição de importações, de forma a que se reduza, globalmente, a nossa dependência alimentar face ao exterior.

Tenho confiança que os agricultores portugueses, apoiados pela indústria transformadora e por estímulos públicos apropriados, conseguirão dar um impulso decisivo para que esse objetivo venha a ser atingido.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Termino desejando ao Grupo Cerealis e a todos os seus colaboradores que continuem a contribuir, com o seu investimento e o seu trabalho, para a alimentação saudável dos portugueses, para o progresso técnico e científico da indústria transformadora e para a criação de valor e de riqueza na nossa economia.

Muito obrigado.

Desenvolvimento e Coesão Social **III**





NOVA GERAÇÃO

Atletas de Ouro



Ana Cachola

Atleta de ouro em Judo nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004. Foi a primeira atleta portuguesa a ganhar uma medalha de ouro em Jogos Olímpicos. Foi também a primeira atleta portuguesa a ganhar uma medalha de ouro em Jogos Olímpicos de Verão.



Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Lisboa

Lisboa, 9 de junho de 2012

Este ano, Lisboa acolhe Portugal no mês de junho, o mês da cidade em festa. Recebe-nos a todos, por ocasião do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Tendo ao longo da vida conhecido muitas cidades, é com orgulho e afeto que saúdo, neste dia, a capital que há 55 anos me acolheu, como estudante vindo dos Algarves.

Privilegiada pela geografia, localizada onde a terra acaba e o mar começa, do cais de Lisboa contemplaram-se muitas partidas. No sal de todos os mares do mundo foram derramadas lágrimas de Portugal. Mas as comunidades fortes sabem conviver com tempos menos favoráveis. E essas comunidades são tanto mais fortes quanto melhor conseguem tornar as incertezas do presente em esperanças de futuro.

Os arraiais e as marchas dos bairros antigos de Lisboa animam esta cidade há várias décadas. Desta vontade de celebrar a vida nasceram associações e coletividades, grupos que unem lisboetas de todas as idades, malhas do tecido coletivo que sedimentam laços e fomentam o espírito solidário.

Também as autarquias de Lisboa devem ser saudadas, pelo trabalho que têm feito em prol dos seus moradores e porque a todo o País deram um exemplo, ao tomarem a iniciativa de se reorganizar para melhor servir os cidadãos.

Agradeço à Câmara Municipal de Lisboa, na pessoa do seu Presidente, a hospitalidade com que acolhe estas comemorações e a colaboração prestada, neste ano de 2012, à celebração do Dia de Portugal.

Esta é a cidade da luz suave que fascina os poetas e seduz os viajantes que a visitam pela primeira vez. Entre os múltiplos cambiantes da claridade, a luz inesquecível de Lisboa surpreende pelos seus contrastes. Cosmopolita e aldeã, tradicional e vanguardista, Lisboa é, ao mesmo tempo, uma urbe antiga e uma cidade jovem, uma cidade que deve atrair os jovens e dar-lhes condições para

aqui se fixarem. Burgo de comércio, é também capital de serviços. Cidade onde se cultivam hortas, Lisboa é igualmente espaço de turismo e lazer.

Estes contrastes encontram a sua origem naquele dia distante em que os abalos da Terra fulminaram a cidade antiga. Às ruelas estreitas e escuras sucederam-se as linhas retas, planificadas pelo iluminismo. Na Baixa de Lisboa, os espaços abriram-se à luz. A cidade renasceu das cinzas fazendo-se outra, bem diferente da anterior. Mas nesse contraste entre o antigo e o novo houve algo que permaneceu intocado: o espírito de Lisboa. Os lisboetas, nesses dias de ansiedade e pânico, não baixaram os braços. Com ânimo e com esperança, reconstruíram a sua capital, tornando-a ainda mais bela.

Séculos depois, aproveitando uma oportunidade única para erguer cidade, devolveu-se aos lisboetas um trecho do imenso rio. Na parte oriental de Lisboa, edificou-se o Parque das Nações, marca contemporânea da abertura de Portugal ao Mundo, que, no extremo ocidental da cidade, tem o seu contraponto no Centro Cultural de Belém.

Lisboa é uma cidade de encontros, na confluência de povos e culturas. Iremos vê-lo ainda hoje, ao visitarmos o Bairro da Mouraria. Aí, sem sairmos de Portugal, viajaremos pelo mundo inteiro, encontrando gentes de várias origens, pessoas e famílias que fazem de Lisboa um mosaico cultural riquíssimo e um exemplo de tolerância. Na Mouraria estaremos também com o Fado, que da Humanidade inteira é património.

Sob estas arcadas do Terreiro do Paço, nesta praça impregnada de tantas memórias, é-nos permitido evocar outros encontros, diálogos que se travaram ao longo dos séculos entre vultos cimeiros da nossa História e da nossa Cultura. Pelas ruas de Lisboa antiga ecoam ainda os passos do jovem Fernando de Bulhões, futuro Santo António. Das igrejas feitas de ouro e azulejo transborda a oratória barroca de António Vieira e o encantamento do seu verbo. Na Baixa de Lisboa pressente-se ainda o desassossego do génio de Pessoa:

“Outra vez te revejo – Lisboa e Tejo e tudo...”

É o Tejo que dá a Lisboa a sua configuração singular. Do Cais das Colunas, contemplamos o rio majestoso que se abre ao Atlântico num estuário de extraordinária beleza. Avistamos o Castelo, que nos observa sobre o casario da Cidade Branca.

Todas as grandes cidades têm uma ideia de si. Buscam a sua essência. Alimentam e divulgam o espírito que as faz únicas.

A essência de Lisboa deve estar numa cultura fiel às suas origens, que fomente a inovação na ciência, o empreendedorismo na economia, a profundidade na vida espiritual, a excelência no ensino.

Nos nossos dias, uma cidade tem de fazer escolhas, selecionando o que é prioritário para a sua afirmação no confronto com outros espaços urbanos e definindo o que é essencial para a preservação da qualidade de vida dos seus habitantes. Há que escolher onde investir, financeira e politicamente. Definida uma estratégia, encontrado um rumo, é fundamental que a ação dos poderes públicos seja acompanhada de um incremento da mobilização cívica dos cidadãos. Não tenhamos dúvidas: sem a participação ativa dos lisboetas, sem o envolvimento permanente dos seus moradores, os autarcas desta cidade não poderão construir uma capital de futuro que respeite e defenda a herança do passado.

Dos lisboetas reclama-se um maior cuidado na proteção da sua cidade. Uma atitude ativa na preservação do espaço público e dos equipamentos coletivos, maior civismo na segurança e na limpeza das ruas, um empenhamento esclarecido na salvaguarda do património histórico e arquitetónico. Sem o contributo e o brio dos lisboetas, Lisboa não cumprirá o seu desígnio de grande capital europeia. Lisboa tem uma vocação. É cidade do Mundo. É capital antiga, urbe de muitos séculos. Não existe uma capital da Europa que consiga reunir tantas qualidades distintas: a proximidade ao oceano e às praias, na Linha do Estoril ou na outra margem do Tejo, um rio imenso banhado por uma luminosidade ímpar, marcas de História que se desvendam em cada esquina. Lisboa faz-se no subir e descer de sete colinas que fornecem panoramas únicos e pontos de vista deslumbrantes.

Outras cidades poderão ser imponentes nas suas edificações e opulentas nos acervos dos seus museus, mas nenhuma oferece, como Lisboa, condições para o desenvolvimento de três dimensões essenciais da vida humana: o trabalho, o lazer e a cultura. Que cidades do mundo possuem uma linha de costa como Lisboa e, ao mesmo tempo, um património tão rico e diversificado? Em que capitais poderão os seus habitantes ou visitantes fruir a proximidade ao mar e a presença de uma História de tantos séculos? Onde encontramos um convívio

tão harmonioso entre passado e presente, entre culturas e povos de tantas partes do mundo?

Lisboa beneficia ainda da circunstância de ser, em simultâneo, um eixo de várias centralidades e uma periferia que serve de ponte ao diálogo com o Atlântico. Cidade ágil e aberta, o seu destino é transformar a periferia em centralidade, juntando aquilo que o mar divide.

Cidade de imensas potencialidades, Lisboa tem de inverter a lógica do despovoamento. Muito há a fazer. Acima de tudo, temos de olhar o futuro.

O mesmo diriam – quem sabe? – os corvos de São Vicente, padroeiro desta cidade. Na simbologia medieval, assegurava-se que o corvo, quando crocita, quer sempre dizer: “Amanhã! Amanhã!”

Assim é, de facto. O amanhã é o que conta, sendo certo que o amanhã constrói-se hoje e agora. O futuro será o que os lisboetas dele fizerem. Estou certo de que Lisboa, cidade da luz suave, trará a luz da esperança ao destino de Portugal inteiro. No Dia de Portugal, Lisboa em festa celebra o presente que somos, comemora o passado que fomos e ilumina o futuro que queremos ser. Junto ao rio, cais da esperança, Lisboa anuncia um País melhor e mais justo.

Cerimónia de Inauguração das Fábricas de Material Aeronáutico da Embraer

Évora, 21 de setembro de 2012

É com o maior gosto que presido à inauguração de duas modernas unidades de produção de material aeronáutico da Embraer, aqui bem no centro desta bela região alentejana.

A importância desta presença em Portugal da Embraer, uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo, merece ser reconhecida e sublinhada. Não sendo este o seu primeiro investimento no nosso País, será certamente aquele que exigiu maior ambição e visão de futuro.

Trata-se, afinal, da decisão de situar em território português o maior investimento internacional da empresa. Uma decisão firme e uma aposta confiante, que reflete bem o espírito das relações fraternas entre Portugal e o Brasil e que vem contribuir para elevar a produtividade e a competitividade da economia através da tecnologia, da qualificação e da inovação. Este é o caminho certo para a recuperação económica de Portugal.

Com o arranque das operações da Embraer, Portugal passa a integrar o exclusivo grupo de países produtores de estruturas aeronáuticas primárias. A cidade de Évora e esta região encontram-se, desde hoje, no mapa mundial da indústria aeroespacial.

Estas unidades, equipadas com a tecnologia de transformação industrial mais avançada, irão desempenhar um papel estratégico nas opções de crescimento futuro da Embraer. E é com enorme satisfação que constato que para tal contribuirão, maioritariamente, trabalhadores portugueses.

Trata-se de um investimento que criará até 2015 cerca de 600 postos de trabalho qualificados diretos e que poderá criar mais de 1.400 empregos indiretos. E trata-se, muito especialmente, de um investimento que vem exercer importantes efeitos indiretos sobre o tecido industrial nacional, já que estas unidades constituem uma âncora em torno da qual se poderá estruturar o desenvolvimento do ainda jovem setor aeroespacial português. Estamos a falar, por

consequente, de uma oportunidade ímpar de afirmação numa área de elevadas competências e forte criação de valor.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Este é um momento especial, desde logo, para Évora. Nasce hoje aqui, numa região cujo desenvolvimento económico tem sido tradicionalmente assente na agricultura, no turismo e nos serviços, um polo de qualificação e inovação tecnológica de enorme relevância para a indústria portuguesa.

Numa região afetada pelo progressivo despovoamento, o acerto de uma estratégia de desenvolvimento empresarial e de atração de investimento inteligente e reprodutivo pode não só vencer o fatalismo, como abrir novos horizontes.

Exemplos como os da Embraer e outros que vamos encontrando por todo o país demonstram bem como é importante abrir um caminho com opções estratégicas claras e transparentes, que substituam as dúvidas pela ponderação cuidada, os receios sem sentido pela coragem realista.

A minha presença nesta cerimónia tem também como propósito transmitir e ilustrar a visão confiante que tenho sobre o potencial da economia portuguesa. E é justamente nesse quadro que quero chamar a atenção para a relevância crucial do investimento estrangeiro de qualidade para a resolução efetiva dos desequilíbrios que têm afetado o nosso país.

Não se trata de uma mensagem utópica, mas sim de uma profunda convicção de que Portugal tem capacidades para ser bem-sucedido e de que cabe também ao Presidente da República contribuir para a criação de um clima favorável e construtivo e para a melhoria da imagem do País no exterior, requisitos indispensáveis, qualquer deles, para vencermos os desafios do presente.

Relativamente ao investimento direto estrangeiro, são conhecidos os efeitos positivos que, de forma mais ou menos próxima, lhe estão associados. Em termos genéricos, o investimento produtivo externo tende a facilitar a difusão do conhecimento tecnológico, um impacto positivo que se pode estender a toda a economia; cria condições favoráveis à rentabilização de outros investimentos e ao lançamento de novos produtos; facilita a conquista de novos mercados e constitui, de resto, uma forma de financiamento da economia, quer por via direta, quer por via das exportações líquidas que possa gerar.

Acresce, ainda, que muito do investimento estrangeiro de qualidade está associado à utilização de emprego qualificado, constituindo, por isso, não apenas um fator de criação de emprego mas também um estímulo aos nossos jovens, famílias e instituições de ensino no sentido de reforçarem o seu empenho na aquisição e transmissão das necessárias competências.

Nos últimos anos, Portugal tem apresentado resultados favoráveis no domínio do investimento estrangeiro e, mais recentemente, o mesmo se tem verificado a nível das exportações e dos saldos externos. Apesar de tudo, estes resultados são ainda insuficientes e, de algum modo, precários.

A trajetória positiva das exportações revela a determinação dos nossos empresários na busca de novos mercados externos, mas reflete também uma compreensão mais enraizada sobre a importância de desenvolver produtos competitivos internacionalmente, quer para a viabilidade das empresas quer para a sustentabilidade do crescimento económico.

A verdade é que só uma clara reorientação da nossa atividade para o exterior e a mobilização de capitais externos permitirão relançar o crescimento e financiar a economia.

Considero, por isso, que a captação de investimento direto estrangeiro de qualidade é um fator essencial de consolidação desta trajetória de abertura e internacionalização da economia portuguesa, além de ser também um dos mecanismos mais sólidos e eficazes de reforço da nossa competitividade e de melhoria das nossas perspetivas de crescimento.

Julgo, pois, que todos os esforços devem ser feitos no sentido de atrair e manter o investimento externo de qualidade.

Aliás, gostaria que todos os Portugueses, a começar pelos agentes políticos e sociais, olhassem para o investimento em geral, e, em particular, para o investimento direto estrangeiro, como fatores-chave para a resolução dos nossos problemas conjunturais e estruturais. É que os investimentos são, permitam-me que insista, verdadeiramente fundamentais para Portugal e para os Portugueses. Daí que a existência de um clima de estabilidade e confiança na economia e na sociedade portuguesas e de um ambiente favorável ao investimento e ao emprego nacional seja imprescindível. Sem confiança, as empresas não investem nem contratam. Sem um clima de esperança e de credibilidade, crescem as

dificuldades de financiamento e os juros suportados pelo Estado e pelas empresas domésticas aumentam.

Portugal é hoje um país muito dependente do exterior. Precisamos dos credores internacionais. Precisamos dos mercados internacionais. Precisamos de ser fiáveis. Precisamos de ser competitivos. A nossa credibilidade e a nossa imagem externa são determinantes para o nosso futuro.

Importa manter bem presente o papel decisivo das empresas privadas e da iniciativa dos empresários, sejam eles nacionais ou estrangeiros. É deles que depende, em última análise, mobilizar o investimento, criar empregos e aumentar a produção, explorando novos mercados e produtos, tirando partido do efetivo potencial da economia portuguesa, dos recursos de que dispomos e das próprias transformações económicas globais, que oferecem oportunidades sem paralelo.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A inauguração deste projeto ambicioso da Embraer é bem ilustrativa das novas dinâmicas que caracterizam a economia global e das oportunidades de mobilização de conhecimento e de recursos dispersos pelo Mundo que a partir delas se perfilam.

Felicito vivamente a Embraer pela sua visão de futuro e saúdo todos os responsáveis pela materialização destas duas unidades fabris.

Num momento que é de especial alegria para Évora, regozijo-me com este sinal de confiança na economia portuguesa e com as possibilidades que traz à nossa indústria e aos nossos trabalhadores.

Em nome de Portugal, desejo os maiores sucessos a este projeto.

Cerimónia Comemorativa dos 102 Anos da Proclamação da República

Lisboa, 5 de outubro de 2012

Celebramos hoje o aniversário da implantação da República.

Celebramos a República numa altura em que Portugal atravessa um dos períodos mais difíceis da sua História recente. Vivemos tempos de crise e de incerteza quanto ao futuro.

A economia portuguesa e o Estado dependem muito do financiamento do exterior. Chegámos a uma situação em que, para assegurar esse financiamento, fomos obrigados a solicitar a ajuda de entidades externas, com as quais subcrevemos compromissos que temos de honrar e cumprir.

Portugal tem de conseguir conquistar a sua autonomia financeira face ao estrangeiro, mas esse objetivo ainda não foi alcançado.

Aos Portugueses são pedidos grandes sacrifícios, ao mesmo tempo que se verifica o desemprego de milhares de cidadãos a que não podemos deixar de acorrer. Muitos Portugueses veem-se em situações de grande dificuldade, situações que os seus pais nunca conheceram e que eles próprios nunca julgaram que viriam a atravessar.

Nestas alturas, há o risco de nos deixarmos abater pelo desânimo e pelo pessimismo, de sermos assaltados por sentimentos de medo e de frustração, de incerteza quanto ao nosso futuro e quanto ao futuro dos nossos filhos.

Tão absorvidos estamos pelas dificuldades do presente que rapidamente podemos perder o sentido do futuro.

Portugueses

Por muito difícil que seja o presente, não podemos abdicar de uma linha de rumo que nos sirva de orientação, uma estratégia nacional que antecipe os desafios que iremos enfrentar num horizonte de médio e longo prazo.

Se não soubermos o que queremos para amanhã, de pouco adiantam os sacrifícios que temos de fazer hoje. O nosso sacrifício tem de ter um propósito, um

sentido, uma razão de ser. Não atravessamos dificuldades unicamente para corrigir os erros do passado recente, mas também para encontrar um rumo de futuro. Considero, como já tive ocasião de referir, que compete ao Presidente da República apontar caminhos de futuro, linhas orientadoras que suscitem um amplo consenso. Nos termos da Constituição, o Presidente da República deve situar-se numa posição suprapartidária, acima das controvérsias políticas que marcam o dia-a-dia, pois só assim poderá ser moderador em caso de conflitos, promotor de consensos, atuar com isenção e imparcialidade na salvaguarda dos superiores interesses nacionais.

No dia em que celebramos a República, quero falar diretamente aos Portugueses e interpelar também os diversos agentes políticos e sociais, para que todos se mobilizem em torno de um desígnio que é de todos. Esse desígnio chama-se futuro.

O futuro não é uma promessa. O futuro está aí, entre nós, já é presente. São os jovens do nosso País. Portugal tem nos seus jovens aquela que é, sem dúvida, a mais qualificada geração da sua História. Muitos dos nossos jovens destacam-se a nível internacional, competem com os melhores do mundo. São chamados a desempenhar altas funções nos mais diversos setores, são distinguidos pela qualidade do seu trabalho em centros de investigação de excelência. Em vários pontos do globo, e em particular nos países da União Europeia e nos países da lusofonia, encontramos jovens qualificados e talentosos, que a todos surpreendem e que a nós, Portugueses, nos orgulham pelo seu dinamismo e pelas suas capacidades, pela sua ambição e vontade de vencer.

Para que Portugal dispusesse de um capital humano de acrescida qualidade, foi feito, ao longo de décadas, um grande investimento. É importante que tenhamos consciência, e que saibamos reconhecer, os progressos alcançados no ensino em Portugal. A extensão da rede do pré-escolar, o alargamento da escolaridade obrigatória, o aumento da frequência do ensino secundário e superior e o nível de inclusão social e multicultural que conseguimos alcançar nas nossas escolas são realidades que devemos sublinhar.

Estes progressos foram atingidos graças ao investimento feito por sucessivos governos, e com o envolvimento crescente e decisivo das autarquias e das instituições de solidariedade social, mas também graças ao empenho das famílias

portuguesas, que dedicaram uma considerável parcela do seu esforço financeiro e pessoal ao aumento do nível de escolaridade e à melhoria da qualificação dos seus filhos.

Ultimamente, tem-se instalado em alguns setores da sociedade portuguesa a ideia de que a qualificação e a formação escolar de pouco ou nada servem para alcançar sucesso profissional. Reconhecendo embora que existem, de facto, muitos jovens qualificados que enfrentam o flagelo do desemprego, a questão que se coloca é a de saber se, caso não tivessem qualificações, teriam mais êxito profissional ou melhor acesso ao mercado de trabalho. A resposta é claramente negativa.

Nesta fase da vida nacional, é natural que muitos jovens, desiludidos por falta de oportunidades de mostrarem o que valem, decidam partir para outros destinos, em busca do justo reconhecimento do seu mérito. Vivemos num país livre, em que cada qual escolhe o seu caminho, movido pela ambição de revelar o seu talento e dar largas ao seu dinamismo.

Buscar um futuro melhor noutros destinos é uma característica histórica do nosso povo. Na década de sessenta do século passado, milhares de portugueses decidiram emigrar, à procura da liberdade e de melhores condições de vida. Não será de admirar, por conseguinte, que, também entre as novas gerações, muitos ponderem sair do País.

Portugal tem hoje uma nova Diáspora. Pude aliás constatar, em vários lugares, a forma admirável como a antiga e a nova Diáspora souberam encontrar-se e conviver, unidas que estão por um traço comum, a marca da portugalidade.

No entanto, não podemos desperdiçar o investimento feito nesta nova geração de Portugueses.

O País tem de ser capaz de lhes dar as condições para que aqui façam frutificar as suas capacidades e mostrar o valor que têm. Um valor que é reconhecido além-fronteiras, nascido da vontade de triunfar dos nossos jovens e do investimento educativo que neles foi feito. Este investimento não pode ser perdido, tem de ter retorno.

Importa, desde logo, que os jovens que vão para o estrangeiro não percam a ligação ao seu País e o desejo de um dia voltar. Importa também que sejam verdadeiros embaixadores de Portugal nos países em que se fixam e onde prosperam.

É fundamental que todos saibam que a valia daqueles jovens é também o reflexo do valor do país de onde provêm. Onde estiver um cientista de excelência ou um empresário de sucesso, é essencial que se saiba que são portugueses, que foi em Portugal que adquiriram a sua formação e o seu desejo de ser melhor.

Mas o que essencialmente importa é, sem dúvida, criar condições para que os jovens da nova Diáspora possam regressar ao seu País. Não lhes podemos negar o direito de partirem em busca de um futuro melhor, mas temos o dever de tudo fazer para que retornem e contribuam para o melhor futuro do seu País.

Com os conhecimentos que receberam em Portugal, com a experiência e a abertura ao mundo que adquiriram no estrangeiro, estes jovens detêm um potencial único, ímpar, absolutamente invulgar, que não podemos dar-nos ao luxo de desperdiçar.

Um país não pode desperdiçar o potencial dos seus jovens. Tal seria perder a sua energia, a sua capacidade de se renovar, o seu sentido de continuidade e de futuro. Não podemos deixar que se instale a ideia de uma geração adiada.

Uma geração que não tenha futuro no seu país mais dificilmente poderá ajudar a cuidar dos seus pais, mais dificilmente poderá ajudar a inverter a quebra da taxa da natalidade.

A baixa natalidade, e as suas consequências demográficas, sociais e económicas são talvez o maior desafio que Portugal enfrenta no longo prazo, para o qual devo alertar os Portugueses.

Adiar o compromisso com os jovens é, por isso, adiar o futuro. Durante tempo demais, Portugal foi um país iludido pelo curto prazo, que de algum modo se deixou envolver pela espuma dos dias, vivendo o presente sem cuidar do futuro. Os tempos de crise constituem, em todo o caso, uma ocasião privilegiada para nos repensarmos como coletivo, para que encontremos caminhos de futuro que suscitem o consenso dos agentes políticos e sociais e que mobilizem a sociedade civil.

Nesta fase, devemos adiar obras vultuosas e grandes realizações. Mas não podemos hipotecar o futuro, comprometendo o investimento na educação das nossas crianças e jovens. Esse investimento terá de ser seletivo, racional, financeiramente rigoroso, orientado por prioridades, concretizado através de uma política coerente que os Portugueses conheçam.

Temos grandes desafios pela frente. Alguns que infelizmente permanecem, como é o caso do combate ao abandono escolar. Segundo os dados publicados no último relatório anual da OCDE sobre Educação, apenas 52 por cento da população portuguesa entre os 25 e os 34 anos concluiu o Ensino Secundário, o que coloca o nosso país no 33º lugar em 36 países. A extensão da escolaridade obrigatória até ao 12º ano exigirá, assim, um esforço suplementar por parte dos alunos e das suas famílias, bem como uma adaptação das escolas e dos seus professores.

O desafio da qualidade do ensino renova-se à medida que o número de anos de escolaridade se alarga. Um ensino de qualidade, acessível a todos, é a melhor garantia da igualdade de oportunidades, a chave de um país justo. Ninguém pode ficar para trás.

A educação continua a ser o melhor investimento que cada um pode fazer no seu futuro, o que é comprovado pelos mais diversos estudos internacionais.

Há que valorizar os aspetos imateriais da Educação. As famílias, as crianças e os jovens têm de perceber que vale sempre a pena estudar, trabalhar com esforço e dedicação, buscar a excelência. Não podemos permitir que se instale a ideia de que o sucesso se alcança por outros meios, de que não valerá a pena estudar, uma vez que as qualificações académicas não são garantia de um melhor futuro profissional.

É certo que a elevada taxa de desemprego que se regista hoje entre os jovens, incluindo os mais qualificados, contribui para essa perceção. Mas nunca se pense que é com menos qualificação que se consegue mais emprego.

Assim, todos somos chamados a refletir sobre a escola que queremos. Uma reflexão sobre os modelos de ensino, as competências e os conhecimentos que melhor respondem aos complexos desafios do mundo de hoje e melhor preparam os jovens para os enfrentar. Em suma, como pode a escola contribuir para uma maior empregabilidade dos nossos jovens e para que a educação seja um impulsionador da competitividade e da criação de riqueza no nosso país.

A verdade é que temos de trabalhar mais e melhor na ligação entre o ensino e a vida profissional, na correspondência dos conhecimentos e das competências adquiridas às necessidades da economia e das empresas, sujeitas a uma crescente competição a nível internacional. Uma maior articulação entre as escolas

e as empresas, ao longo dos diversos níveis de ensino, é um caminho que deve ser aprofundado.

Os alunos devem ser preparados ao longo do seu percurso escolar para um ambiente de maior exigência. Mas é essencial que se sedimente entre os alunos uma cultura de liberdade e de responsabilidade. Os jovens devem ter consciência de que ninguém os poderá substituir nos seus deveres e nas suas legítimas aspirações de realização pessoal.

Por sua vez, o papel dos professores tem de ser valorizado e dignificado. O reconhecimento da ação fulcral dos professores não assenta apenas em fatores materiais. Pressupõe, isso sim, a valorização da escola, em articulação com as famílias e as autarquias, como agente privilegiado de construção do futuro. A escola deve ser vista como um espaço de exigência e de oportunidades. Se ambicionamos um futuro melhor, temos de ambicionar ser melhores no futuro.

Para alcançarmos esse objetivo, insisto, o papel dos professores deve ser reconhecido e apoiado. Neste dia 5 de outubro, aniversário de uma República que se distinguiu pela sua matriz pedagógica, quero expressar o meu público reconhecimento aos professores que se dedicam e empenham na sua atividade de construtores do futuro. A todos eles, muito obrigado. Em nome do Portugal de hoje, mas também em nome do Portugal de amanhã.

É certo que várias transformações estruturais da sociedade portuguesa, com destaque para a baixa da natalidade, se irão refletir na dimensão do corpo docente. Trata-se de uma questão quantitativa, que, todavia, não retira importância aos aspetos qualitativos, à necessidade imperiosa de uma aposta consistente na qualidade do ensino.

Sei bem que tempos difíceis são tempos de contenção. Com menos, temos de fazer mais. Mais e melhor.

As funções dos professores ultrapassam em muito a estrita atividade letiva. A rede de professores, disseminada pelo País, permite detetar situações de carência, assinalar casos que necessitam da intervenção e do apoio do Estado. Os professores têm também um papel fulcral na articulação com a sociedade civil, especialmente com as famílias. O futuro da Educação depende da participação da comunidade na vida da escola e de uma articulação profunda entre família, professores e alunos. Em tempos de crise, essa articulação tem de ser

mais forte. Em tempos de crise, são estes laços, os laços mais próximos, mais presentes e mais importantes nas nossas vidas, que devem começar por unir os Portugueses.

Por vezes, esquecemos que muitos dos países mais desenvolvidos o são porque as suas comunidades integraram, desde há longos anos, práticas sociais constantes de valorização da Educação e que é isso que sustenta no tempo o seu desenvolvimento.

Num tempo dominado pela pressão do imediato e pelo medo da privação de muitos dos bens materiais a que nos habituámos, não podemos esquecer o valor da educação. Temos, aliás, o imperativo republicano de o lembrar e de o colocar bem alto nas prioridades, não apenas dos responsáveis políticos, mas de Portugal inteiro.

Por isso, deixo hoje, aqui, um apelo aos jovens. Apesar das dificuldades, nunca deixem de apostar na vossa educação. Ninguém se arrepende por ser mais qualificado, mais culto, mais informado.

A batalha da Educação é a grande causa republicana deste novo milénio. Olhemos para o futuro, não nos deixemos aprisionar pelo imediatismo de um presente muito difícil.

Se olharmos para o futuro, que devemos construir agora, Portugal será um país melhor e mais justo.

Obrigado.

Mensagem por Ocasião do XII Encontro Nacional de Associações Juvenis

Palácio de Belém, 24 de novembro de 2012

É com muito gosto que saúdo todos os jovens presentes neste Encontro, promovido pela Federação Nacional das Associações Juvenis e que tem lugar em Braga, atual Capital Europeia da Juventude.

No dia em que tem início o XII Encontro de Associações Juvenis, conclui-se também o I Encontro Nacional sobre Jovens no Poder Local.

A participação ativa dos jovens é um dos temas em debate neste Encontro e um tema que tenho abordado frequentemente ao longo do meu mandato, defendendo a necessidade da participação das novas gerações na tomada de decisões e nas atividades levadas a cabo quer a nível nacional quer a nível local. Esta participação é fundamental para a consolidação de sociedades democráticas e inclusivas. As autoridades locais, sendo as que mais próximo estão dos jovens, têm um papel fundamental a desempenhar.

A participação dos jovens na vida local deve fazer parte de uma política global que fomente a participação dos cidadãos na vida pública. A Federação Nacional de Associações Juvenis é um exemplo de participação cívica, através das diferentes associações que a constituem, abrangendo todo o território nacional. Nos encontros com os jovens e associações juvenis, no âmbito dos Roteiros para a Juventude, tenho sublinhado a importância de valorizar o associativismo jovem como forma de promover a autonomia, de potenciar capacidades e competências e de fazer ouvir os anseios e as necessidades dos nossos jovens. O associativismo juvenil dá aos jovens a oportunidade de mostrar a sua capacidade de mobilização em torno de objetivos ambiciosos, a coragem de enfrentar as dificuldades e os meios para se tornarem parte ativa da sociedade.

Em 2008, organizei no Palácio de Belém um debate com jovens representantes do associativismo juvenil português nas suas diferentes vertentes, encontro que tinha por base as conclusões do estudo que solicitara, intitulado “Os Jovens e a Política”. Nesse estudo, ficou bem realçado um facto muito importante: os jovens

têm interesse e vontade de participar, mas é necessário encontrar novos mecanismos para a sua participação. Mantenho a profunda convicção de que esta temática exige atenção cuidada e, sobretudo, de que urge encontrar caminhos capazes de inverter tendências para o alheamento cívico dos jovens.

O distanciamento da juventude relativamente às instituições em democracias consolidadas requer reflexão e ponderação, mas principalmente medidas que motivem os jovens a participar em causas e mecanismos coletivos. De cada vez que é levantada a questão da participação e envolvimento dos jovens, recordo-me de uma frase que escutei a um dirigente associativo: “não é tarefa fácil encorajar as pessoas a construir uma sociedade para elas próprias mas também para os outros.”

A plena participação dos jovens na vida cívica e política é fundamental para a renovação de ideias e de formas de aproximação aos cidadãos. Disso depende também o fortalecimento da democracia e das instituições. Os centros de decisão devem dar espaço à voz e à intervenção dos jovens e estes devem ter consciência da importância de uma ação responsável e empenhada na defesa do interesse geral do País.

É necessário ouvir os jovens, entender os seus problemas quanto ao emprego, à precariedade, à habitação, à educação, à saúde e à sua independência enquanto jovens adultos.

Ouçamos os jovens, sigamos com atenção os seus sinais, abramos espaço para a sua afirmação, para os seus talentos e para a sua força criadora.

Desejo os maiores êxitos a todos os que participam neste projeto.

Mensagem por Ocasão da Entrega do Prémio Manuel António da Mota

Palácio de Belém, 16 de dezembro de 2012

Em boa hora a Fundação Manuel António da Mota, em parceria com a TSF, decidiu atribuir um prémio anual que pretende distinguir as instituições de solidariedade que, através do seu trabalho em prol dos mais desfavorecidos, mereçam o reconhecimento público e a ajuda indispensável à prossecução da sua missão solidária.

Este é um bom exemplo de como se pode concretizar a ideia de responsabilidade social das empresas. A missão de qualquer empresa é, antes de mais, criar riqueza e através dela criar emprego. Porém, a sua responsabilidade perante a sociedade vai muito para além desta sua missão central. É a consciência e a ética dessa responsabilidade acrescida que eu quero aqui assinalar e enaltecer. As empresas, ao aderirem à iniciativa comunitária do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, retomam um dos temas que, em devido tempo, tive a oportunidade de abordar e de lançar a debate público. Felizmente, o desafio que então lancei começa a ter resposta por parte da comunidade científica, das instituições de solidariedade, dos responsáveis políticos e de uma parte da opinião pública.

Com o aumento da esperança de vida e o valor acrescido do conhecimento e da experiência, impõe-se repensar o envelhecimento e a inatividade precoce. Mas é igualmente indispensável refletir sobre as consequências menos positivas do envelhecimento prolongado quando em situações de doença crónica, de isolamento e de exclusão social.

Felicito a Fundação Manuel António da Mota por esta iniciativa e expresso público reconhecimento às instituições de solidariedade pelo contributo para atenuar o sofrimento de tantos milhares de portugueses.

Portugal precisa da vossa dedicação, da vossa experiência e da vossa criatividade para encontrarmos o melhor rumo para um país que, passando por uma das

mais graves crises da sua História, não pode perder a esperança nem deixar de ser solidário.

Encontro da Associação EPIS - Empresários Pela Inclusão Social

Palácio de Belém, 21 de fevereiro de 2013

É com muito gosto que acolho, no Palácio de Belém, este Encontro da Associação Empresários pela Inclusão Social. Trata-se, como sempre tenho sublinhado, de uma iniciativa de grande mérito, em resposta a um apelo meu para a mobilização da sociedade em torno do combate ao abandono e ao insucesso escolares, enquanto via privilegiada de combate à exclusão social.

Ao longo de quase sete anos de existência, a EPIS tem sabido protagonizar um notável exemplo do que podem dar empresários, municípios e voluntários da sociedade civil na procura de soluções diferenciadas para a promoção da justiça e da equidade social. Apoio hoje esta iniciativa com redobrado entusiasmo e louvo o trabalho realizado. Os empresários pela inclusão social constituem, de facto, um exemplo de combinação de visão empresarial e de cultura cívica de responsabilidade social que é justo salientar.

Esta é uma causa que é do interesse de todos e a todos diz respeito. Uma causa que assume especial relevância no contexto das grandes dificuldades com que o País se confronta, em que a sociedade civil mais intensamente é chamada a suprir os poderes públicos, de modo a evitar ruturas sociais e quebra de valores que não podemos abandonar. É fundamental, por isso mesmo, que haja um novo impulso coletivo de organização e ação pela justiça social e pela integração, sem o que as desigualdades irão acentuar-se.

Senhoras e Senhores

A missão da EPIS assenta na convicção do papel fundamental da educação e da igualdade de oportunidades na construção de uma economia mais próspera e de uma sociedade mais justa.

Exige-se hoje muito às escolas. Espera-se que a escola ensine, eduque, integre, oriente e acompanhe. Espera-se, em suma, que o sistema educativo seja, além

de fonte de aprendizagem e de qualificação, um dos motores de equidade, contrariando tanto quanto possível os fatores adversos de origem, sejam eles de natureza individual, social ou económica.

Mas a verdade é que não será possível assegurar essa tarefa gigantesca sem a convergência de esforços e a participação ativa de toda a sociedade.

Nos tempos conturbados que o País atravessa, em que os níveis de desemprego não poupam os mais qualificados, ninguém deverá pensar, todavia, que não vale a pena estudar, porque isso já não lhe garante uma oportunidade de emprego. Pelo contrário, o tempo deve ser aproveitado para ir mais longe, para acumular competências, para estudar e aprender.

A única certeza que temos é a de que aqueles que menos estudaram são, isso sim, os mais desfavorecidos num mundo de grande competição e exigência como aquele em que hoje vivemos.

Portugal é dos países onde é maior o retorno do investimento em educação. Retorno para os próprios, porque têm melhores condições para vir a ter uma vida profissional mais realizada, mas também retorno para a sociedade como um todo.

A educação é o fermento do progresso e do desenvolvimento. Se Portugal esmorecesse no esforço para elevar os níveis de educação dos seus cidadãos, em particular dos jovens, esse desperdício constituiria um novo fator de agravamento da pobreza.

Podemos hoje lamentar, e com toda a razão, o êxodo de muitos jovens que não encontram trabalho no nosso País. Mas, se alguma coisa os pode amparar entretanto, é, sem dúvida, o seu nível de qualificações, que lhes permite serem valorizados em qualquer parte do mundo.

Ninguém pode perder de vista a efetiva importância da educação, ainda que, por circunstâncias do imediato, ela possa surgir menos evidente. Quanto pior não seria o panorama social de hoje se os nossos jovens não dispusessem de bons níveis de escolaridade para poderem aceder ao mercado e procurar o seu caminho profissional! Olhemos para o futuro, não nos deixemos aprisionar pelas condicionantes de um presente muito difícil.

Nesta perspetiva, mais importante se torna ainda que a sociedade civil se envolva, com todos os meios de que disponha, na missão de grande alcance que é

promover a inclusão social através do estímulo à educação. É essa, justamente, a razão de ser da EPIS, cuja constituição patrocinei e a que tenho dado o meu apoio. Ouvimos aqui o balanço e a apresentação do seu Plano de Ação para 2013-2014, que demonstram a sua capacidade de execução e de visão para o futuro.

São múltiplas e muito meritórias as atividades em execução, com destaque para a ação de proximidade desenvolvida pelos mediadores para o sucesso escolar, focalizados nos jovens e nas famílias em risco.

Felicito todos os municípios que, até agora, corresponderam ao desafio de participação neste projeto da EPIS. De entre os que foram pioneiros, permitam-me que destaque o município de Paredes – aqui representado pelo seu Presidente da Câmara, cuja determinação em colocar a educação como prioridade no seu Concelho pude testemunhar e apreciar. Saúdo também cada um dos municípios que, de Norte a Sul, têm vindo a alargar o grupo, com Grândola e S. Braz de Alportel entre os exemplos mais recentes.

As taxas de sucesso na melhoria de resultados escolares e as dezenas de casos de regresso à escola são resultados claramente positivos e encorajadores para que outros Concelhos se juntem aos que já beneficiam da intervenção da EPIS.

A metodologia de mediação para o sucesso escolar, que é a marca de diferenciação da EPIS, foi aqui ilustrada por uma mediadora, a Dra. Isabel Duarte, que deu vivo testemunho do trabalho diário que se realiza no terreno. E há sinais promissores da projeção deste método fora de fronteiras, como nos deu conta o Eng. Roberto Carneiro.

Espero que se multipliquem, por todo o País, os jovens como a Joana Filipa, que está hoje na universidade e a quem desejo um futuro digno do seu mérito e dos seus sonhos.

Ouvimos também o testemunho do Dr. Diogo Silveira Godinho, um dos voluntários do projeto Vocações de Futuro, que envolve dezenas de quadros de empresas na abertura de novas perspetivas de integração profissional aos jovens que apoiam. Trata-se, a meu ver, de uma experiência mutuamente enriquecedora, que deve ser valorizada pelas empresas e pela sociedade. E temos também de saudar o alargamento da ação da EPIS ao apoio à inserção profissional dos jovens, através da atribuição de bolsas para estágios em empresas.

A EPIS está em permanente inovação, quer mudar a realidade, não se conforma com ela, inventa, propõe, mobiliza, concretiza. Foi isso que vimos no balanço, é isso que confirmamos nas linhas de ação futura. Os associados de hoje têm boas razões para manter o seu apoio a esta causa, sendo que este dinamismo merece e justifica a atenção e participação de mais empresas associadas, de mais municípios, de mais voluntários. Espero que novas empresas possam vir a juntar-se, nas modalidades possíveis, a um compromisso que é tão importante para cada um dos jovens abrangidos como para toda a sociedade portuguesa.

Quero agradecer à equipa EPIS, nas pessoas do seu Presidente, Dr. Pires de Lima, e do seu Vice-presidente, Dr. Luís Palha, bem como aos empresários associados e aos voluntários, todo o trabalho realizado e o modo corajoso e determinado como projetam o futuro da Associação.

Felicito todos os alunos e as famílias que lutam pelo sucesso escolar dos seus filhos. Essa é, sem dúvida, a melhor forma de olhar pelo futuro daqueles a quem mais queremos.

Quero interpelar todos os jovens para que aproveitem as oportunidades de estudar, não poupem esforços, não desistam, não desperdicem o que está hoje ao vosso alcance e que dará os seus frutos quando mais precisarem.

A todos desejo muitas felicidades.

Muito obrigado.

Saúde, Educação, Ciência e Cultura **IV**





Cerimónia de Agradecimento da Rádio Renascença por Ocasião do seu 75º Aniversário

Palácio de Belém, 9 de abril de 2012

A Rádio Renascença celebra 75 anos de existência. Passaram três quartos de século desde 1937, ano em que, graças à visão estratégica e à tenacidade de Monsenhor Lopes da Cruz, se iniciaram as emissões da que viria a ser a Rádio Renascença.

Emissora católica, a Rádio Renascença tem um código genético bem definido desde os seus alvares. Possui uma identidade própria, um perfil que a distingue e singulariza no panorama radiofónico nacional.

A sua longevidade, que hoje assinalamos, deve-se ao facto de, ao longo dos anos, possuir a sabedoria necessária para conciliar duas exigências nem sempre coincidentes: por um lado, a adaptação ao ritmo vertiginoso do tempo; por outro lado, a preservação da sua matriz fundadora e da sua marca identitária.

Sabendo ler os sinais dos tempos, a Emissora Católica, inicialmente circunscrita à capital do País, foi estendendo as suas emissões a todo o território nacional. Assumiu um perfil generalista, com uma programação dirigida a públicos diversificados. Mas, mais importante do que isso, conquistou, por mérito inteiramente seu, o profundo apreço do povo português.

A Rádio Renascença faz parte do quotidiano de milhões de portugueses. Gerações inteiras tiveram na Rádio Renascença a sua fonte de informação, o jornalismo de qualidade, a companhia e o entretenimento, a cultura, a par de programas de grande popularidade. Ao longo de várias décadas, muitos foram os programas, as rubricas, os autores ou locutores que nos habituámos a ouvir nas nossas casas. A Renascença faz parte da nossa vida. Nascemos e crescemos a ouvi-la.

No nosso tempo, marcado tantas vezes por situações de isolamento e de solidão, é difícil alcançar a importância espiritual, social e cultural de uma instituição como a Rádio Renascença. Ela é presença viva em muitos lares, quase como se

fosse – e, por vezes, é – um membro da família, que escutamos com atenção e, em muitos casos, com o qual podemos contactar e dialogar.

Ao longo de 75 anos, a Renascença acompanhou a História contemporânea de Portugal. Teve papel marcante em acontecimentos decisivos da nossa vida coletiva. No lançamento da revolução de 25 de abril, fez ecoar pela sua onda a música *Grândola, Vila Morena*. Depois, atravessou momentos conturbados e, nessa época, foi bastião dos valores da liberdade, do pluralismo e da democracia. Nos nossos dias, ampliou de forma extraordinária a sua esfera de ação. Não ficou aprisionada ao passado, modernizou-se. Multiplicou o número de canais, desenvolveu novas áreas de atividade, foi a base de criação de um vasto grupo de comunicação social. Mais recentemente, trilhou os caminhos da inovação, marcando presença na multimédia, em áreas como a *Web, Mobile, Vídeo, Online* ou *Web TV*.

Tudo isto se processou com inteira fidelidade aos princípios fundadores, mas igualmente com espírito de abertura ao Mundo e ao pluralismo da sociedade. A sociedade portuguesa escuta e ouve com atenção a Rádio Renascença, mas o inverso também é verdadeiro: o sucesso de 75 anos desta Rádio também se deve ao facto de ela saber escutar atentamente os sinais que a sociedade portuguesa lhe transmite.

A Renascença não transige com o facilitismo nem cede à tirania das modas ou à sedução do efémero. Mas sabe compreender a necessidade de mudança, pelo que consegue renovar-se permanentemente, captando novos públicos, sobretudo os mais jovens.

É com alegria e orgulho que encaramos instituições verdadeiramente nacionais como a Rádio Renascença. Daí o regozijo com que lhe atribuo o grau de Membro Honorário da Ordem de Mérito.

Talvez não seja necessário explicar o motivo pelo qual é conferida esta distinção à Rádio Renascença. Melhor do que eu, explicá-lo-iam milhões de ouvintes, gerações inteiras que, em 75 anos, tiveram nesta Rádio uma voz amiga.

Saúdo todos os grandes profissionais que ergueram este projeto, fazendo-o assentar em bases sólidas, em valores e princípios indeclináveis e inegociáveis. Na pessoa do Senhor Cónego João Aguiar Campos, quero deixar também uma saudação calorosa aos que atualmente trabalham na Rádio Renascença. Tenho

a certeza de que não se afastam do compromisso de fidelidade e de proximidade aos Portugueses. É esse compromisso, estabelecido há 75 anos, que constitui a razão de ser da Rádio Renascença e que explica o seu sucesso de tantas décadas. Os meus parabéns por este sucesso de 75 anos. Em nome do povo português, quero expressar a minha gratidão pela obra feita e pelo trabalho que todos os dias continuam a realizar.

Cerimónia de Entrega dos Prémios “Europa Nostra”

Mosteiro dos Jerónimos, 1 de junho de 2012

Gostaria, antes de mais, de saudar todas as instituições aqui representadas, e de felicitar calorosamente aquelas que foram distinguidas com os Prémios *Europa Nostra* 2012, pela qualidade do seu trabalho e pela sua dedicação à causa do património cultural.

Gostaria, igualmente, de me congratular com a realização desta cerimónia num local tão carregado de História como aquele onde nos encontramos – um monumento de rara beleza que, tal como a magnífica torre aqui em frente, a Torre de Belém, integra a lista do Património Mundial da UNESCO, e que, além disso, se reveste de um significado muito especial.

O Mosteiro dos Jerónimos está profundamente ligado à gesta dos navegadores portugueses, através da qual a Europa, há cinco séculos, se abriu ao resto do Mundo. Foi pois aqui que teve início o fenómeno da globalização, que haveria de ligar o Velho Continente aos quatro cantos da Terra, tornando possível o encontro das civilizações e das culturas. Como escreveu o poeta Fernando Pessoa, é deste lugar que a Europa fita o Ocidente, “e o rosto com que fita é Portugal”.

Foi também aqui que se realizou, em 1985, a assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, consagrando a nossa condição de Estado democrático e de nação que partilha integralmente os valores em que se fundamenta o projeto europeu.

Seria difícil encontrar um lugar mais adequado para darmos as boas-vindas aos nossos visitantes, e para celebrar condignamente a ação e as boas práticas que mantêm vivo, no espaço europeu, o legado das gerações que nos antecederam. A União Europeia é, certamente, um projeto voltado para o futuro, um projeto que aposta na qualidade de vida dos seus cidadãos e no progresso e desenvolvimento dos seus povos. Mas é também um projeto assente num incomparável acervo de valores, materiais e imateriais, que oferecem a este mosaico formado pelas nações europeias a possibilidade de se afirmar com uma identidade própria.

Nos vestígios do passado, não encontramos apenas os traços que assinalam as fronteiras espirituais de cada um dos nossos povos, e que reforçam a sua coesão interna e a sua identidade. Encontramos igualmente as raízes comuns, a proximidade e o diálogo que sempre acabou por se impor no continente.

Todos os grandes momentos na História da Europa se traduziram, por um lado, num retorno à matriz de valores que nos são comuns a todos, e, por outro, numa intensificação dos contactos e do intercâmbio, designadamente cultural, quer entre diversos países, quer entre diversas gerações.

É graças a essa matriz e a esse diálogo que nós podemos, desde há muito, chamar todos, a esta Europa, a *Europa Nostra*. Uma Europa que conseguiu transformar os seus momentos de decadência em momentos de renascimento. Uma Europa que foi capaz, inspirando-se no passado, de superar crises que ameaçaram, por vezes, devastá-la por completo.

Se outros motivos não houvesse para celebrar a *Europa Nostra* e aplaudir o trabalho que fazem tantas organizações, em prol da conservação do seu património, bastaria o significado dos monumentos para a nossa identificação como comunidade: uma comunidade apostada em continuar unida e em construir no diálogo um futuro próspero, a condizer com os melhores momentos do seu passado.

Renovo, pois, as minhas felicitações a todas as entidades agraciadas com os Prémios *Europa Nostra*, manifestando-lhes o nosso reconhecimento pela excelência do seu trabalho e pela sua dedicação, enquanto personalidades e associações privadas, a uma tarefa que é do maior interesse público.

Permitam-me que dirija uma saudação muito especial às pessoas e instituições envolvidas no restauro dos seis órgãos da Basílica de Mafra, um trabalho português justamente incluído entre os premiados deste ano.

A terminar, gostaria ainda de felicitar todas as organizações envolvidas na atribuição dos prémios e na realização do Congresso que a *Europa Nostra* leva a efeito, esta semana, em Lisboa, em particular o Centro Nacional de Cultura, que continua a ser, entre nós, um exemplo marcante do muito que os cidadãos podem fazer pela causa do património e da cultura.

A todas, o nosso bem-haja e muito obrigado.

Cerimónia de Homenagem a Vasco Graça Moura

Porto, 15 de junho de 2012

Foi com muito gosto que aceitei participar nesta homenagem a Vasco Graça Moura, promovida por alguns dos seus muitos amigos e admiradores. A amizade que a ele me liga vem de há muitos anos. E a admiração que tenho pela sua pessoa e pela sua obra é, com certeza, ainda mais antiga.

Não podia, por isso, deixar de vir hoje ao Porto, sua terra natal, e juntar-me a todos aqueles que quiseram estar presentes nesta festa, para assinalar os 50 anos de vida literária de Vasco Graça Moura.

Pediram-me para dizer algumas palavras. Contudo, perante um currículo tão extenso e uma biografia tão preenchida como as do homenageado, assaltou-me uma dúvida: que poderei eu dizer que não tenha já sido dito, quer nesta mesma sessão, quer em publicações as mais diversas, por autores avalizados nos muitos campos em que o homenageado tem desenvolvido a sua atividade?

Será que devo falar do escritor, ou do político?

Do gestor cultural, ou do colunista?

Do tradutor de clássicos, ou do autor de letras para fados?

Do Graça Moura consensual, que desempenhou e desempenha altos cargos na nossa administração pública, ou do Graça Moura controverso, polemista inflamado, que não poupa os seus adversários, quando se bate por aquilo em que acredita?

Convenhamos que não é fácil encontrar o ângulo exato para fazer um retrato à altura de uma personagem tão multifacetada.

Felizmente, eu não vim aqui apenas a título privado, para reiterar o meu respeito e admiração pela pessoa e a obra de Vasco Graça Moura. Vim também para lhe testemunhar publicamente o reconhecimento dos Portugueses por tudo quanto ele tem feito pela nossa cultura, pela nossa língua, em suma, pelo nosso País. E, desse ponto de vista, a minha tarefa está facilitada.

A figura de Vasco Graça Moura agiganta-se com tal nitidez na paisagem intelectual

portuguesa, e mesmo europeia, que não são precisos mais encómios para confirmar a sua verdadeira dimensão e justificar esta homenagem que hoje lhe prestamos. Tentarei, pois, limitar-me ao essencial.

Graça Moura é acima de tudo um poeta e um romancista, que deu à literatura portuguesa do último meio século algumas das suas páginas mais belas e originais. Muitas dessas páginas, não por acaso, encontram-se já traduzidas em várias línguas.

Graça Moura tem, além disso, dedicado quer à literatura, quer à pintura e à história portuguesas, vários ensaios que são referência obrigatória nos estudos sobre a nossa cultura. Recordo, a título de exemplo, a erudição, a minúcia e a imaginação, que se encontram patentes nos seus estudos sobre Camões.

Graça Moura é igualmente o tradutor de algumas das obras mais emblemáticas da cultura europeia. Dante, Petrarca, Shakespeare e muitos outros autores, cujas obras fazem parte do património da humanidade, foram por ele recriados em língua portuguesa. Só alguém com a tenacidade, os conhecimentos e, por que não dizer, o génio de um Graça Moura, poderia traduzir esses autores como ele o fez, de uma forma que talvez não encontre similar em outra língua.

Poeta, romancista, ensaísta, tradutor, em qualquer dos géneros literários por que se aventura, Graça Moura tem sempre o condão de ser simultaneamente fiel às raízes portuguesas e à grande cultura europeia.

Fala do Porto e de Matosinhos, como de Florença ou de Bizâncio.

Escreve sobre o Tratado de Tordesilhas, com a mesma subtileza com que escreve sobre Graça Morais.

Fala e escreve apaixonadamente sobre Camões, e considera o Poeta a mais importante personalidade da nossa História, mas, ao mesmo tempo, realça a forma como *Os Lusíadas* incorporam a cultura antiga e o saber do seu tempo, assumindo as dimensões de uma obra universal.

Recordo palavras suas, escritas há já alguns anos: “a primeira chave da universalidade de Camões está em ele ter sabido ser um poeta europeu”. Creio que estas mesmas palavras se poderiam também dizer a respeito do próprio.

Toda a obra de Graça Moura está, de facto, impregnada de valores europeus, respira a civilização e a cultura do Velho Continente, pensa Portugal no horizonte de uma Europa das pátrias.

Foi, por isso, sem grande surpresa que o vimos ser, durante uma década, um brilhante eurodeputado, da mesma forma que já o tínhamos visto desempenhar, com idêntico brilho, funções de relevo na Assembleia, no Governo e em diversas instituições públicas.

Minhas senhoras e meus Senhores

Reza a história que Petrarca foi um dia visitar a sua terra natal, e os amigos organizaram uma festa e levaram-no a visitar a casa onde nascera, garantindo-lhe que a cidade nunca iria permitir que alguma vez se mexesse naquelas paredes ou naqueles móveis. Meu caro Vasco, nem eu nem os seus amigos que aqui se juntaram para o homenagear podemos garantir ao tradutor de Petrarca que a cidade do Porto irá preservar as suas origens, na Foz do Douro, com o mesmo escrúpulo com que a cidade de Arezzo queria preservar as do seu poeta. O que lhe podemos garantir, além da nossa admiração e amizade, é que a sua obra tem desde há muito lugar cativo na literatura portuguesa, e que o seu trabalho em prol da nossa cultura não foi em vão.

Esperamos, sinceramente, que ele prossiga, com a mesma energia e a mesma fecundidade. Esperamos, enfim, que o *Testamento* que Vasco Graça Moura, um pouco precipitadamente, escreveu em 2002, continue, por muitos e bons anos ainda, a ser apenas aquilo que sempre foi: mais um dos seus magníficos poemas. Obrigado.

Cerimónia de Inauguração da Plataforma das Artes e da Criatividade

Guimarães, 24 de junho de 2012

É com o maior gosto que hoje inauguramos este magnífico espaço, a Plataforma das Artes e da Criatividade, que irá constituir um novo polo de atração desta bela cidade de Guimarães.

Uma cidade que é, este ano, Capital Europeia da Cultura, o que ilustra bem o reconhecimento que é feito, a nível internacional, do valor cultural e patrimonial deste espaço urbano único. Esta é uma cidade que teve uma ambição de futuro e que teve o engenho e o esforço de a materializar em eventos culturais, em ações que envolveram os agentes locais e as populações, em edifícios que irão perdurar e servir os habitantes de Guimarães.

A abertura desta Plataforma vai ao encontro do que tenho vindo a sublinhar em diversas ocasiões: as cidades dos nossos dias têm de descobrir a sua vocação, encontrar um desígnio que as distinga de outras urbes. Os autarcas têm de liderar processos de mobilização dos agentes locais e dos cidadãos para projetos coletivos que combatam o despovoamento e atraiam a população jovem e, mais do que isso, que integrem a agenda de desenvolvimento económico e social que Portugal, urgentemente, tem de concretizar.

Guimarães encontrou o seu desígnio e está a percorrer o seu caminho, fazendo um percurso que deve servir de exemplo. Recuperou de forma modelar o seu centro histórico e, agora, com a transformação do antigo Mercado Municipal nesta Plataforma das Artes e da Criatividade, dá novas mostras da sua vitalidade e do seu espírito inovador.

Vale a pena notar que se reunirão, neste espaço, três grandes áreas programáticas: o Centro de Artes, que acolherá de forma permanente a Coleção do Mestre José de Guimarães, e que será um local de atração turística por excelência; depois, a instalação de *Ateliers* Emergentes de Apoio à Criatividade e, por fim, Laboratórios Criativos, de apoio empresarial e fomento das indústrias criativas. Tenho salientado a necessidade de esta região do País se afirmar como um

espaço privilegiado de crescimento das indústrias criativas, em articulação com a atividade empresarial. Desta articulação entre criatividade artística e empreendedorismo irá decerto resultar uma renovada dinâmica para as empresas, designadamente através do fortalecimento das suas marcas e da originalidade dos seus produtos. Constituirá também um importante elemento de atração e empregabilidade de jovens talentos.

Saúdo, pois, muito vivamente, a inclusão desta área programática na atividade da Plataforma das Artes e da Criatividade.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Quero igualmente saudar, nesta ocasião, o exemplo extraordinário de amor pela sua terra natal que a todos nos dá José de Guimarães, um dos artistas plásticos portugueses de maior projeção nacional e internacional, ao ceder o seu acervo a este Centro. Aqui tem as suas raízes, é certo, mas o currículo que possui a nível mundial facilmente o poderia ter levado a tomar outra opção. Muitas e muitas cidades do Mundo acolheriam sem hesitar a obra de José de Guimarães que, a partir de hoje, aqui vai ser exposta.

Conhecemos a sua vasta obra. Admiramos as cores que caracterizam a sua pintura, o modo singular e inconfundível como capta a forma humana, o espantoso movimento das suas figuras, na tela ou na escultura. Cada trabalho seu surpreende pela dinâmica, a dinâmica da cor, a dinâmica do movimento. Maravilhámo-nos ao ver os seus papagaios de papel a esvoaçar nos céus, orgulhámo-nos ao olhar para a lista infindável de locais do Mundo que já exibiram o produto do seu trabalho árduo e paciente, o trabalho de um génio criativo cuja formação, curiosamente, não foi feita no mundo das artes.

Como todos sabem, o Extremo Oriente marcou uma etapa decisiva na trajetória ímpar de José de Guimarães, que chegou a trabalhar segundo técnicas japonesas, absorvendo a inspiração do budismo.

De certo modo, num modo que é o seu, José de Guimarães representa o génio português, é um representante de todos quantos, ao longo da nossa História, foram ao outro lado do Mundo mas regressaram à terra das suas raízes. “Por mares nunca dantes navegados” foi, aliás, a designação de um dos seus projetos artísticos. José de Guimarães navegou mares desconhecidos com a originalidade

das suas obras, mas retornou à terra de origem. Muitos portugueses fizeram idêntico percurso.

É significativo que, em vários momentos da sua obra, a portugalidade e os seus símbolos sejam recriados. D. Sebastião, D. Pedro, Inês de Castro, D. João II ou Camões são figuras que integram a obra de José de Guimarães, pintor e escultor de projeção mundial que nunca perdeu a atração pelo imaginário e pela simbólica do seu país.

É igualmente significativo que, ao seu talento, esteja muito associada a projeção da imagem de Portugal no Mundo, através de uma figura emblemática que todos conhecemos.

José de Guimarães é, como sabem, um pseudónimo artístico. O artista escolheu-o porque aqui nasceu e, dessa forma, quis homenagear a terra das suas origens. Este Centro é mais uma homenagem que presta à sua cidade natal, à sua cidade-berço. Julgo que a partir de hoje, José Maria Fernandes Marques assume, definitivamente, a identidade do seu nome artístico. Ele é, na aceção mais verdadeira e pura, José de Guimarães. Todos os vimaranenses lhe estão gratos. E é com emoção que, em nome de Portugal, lhe agradeço também esse gesto – um gesto de generosidade, um gesto de fidelidade às raízes, um comovente gesto de portugalidade. Guimarães chama, ao dia da cidade, o “dia um de Portugal”. Porque naquele dia 24 de junho de 1128, D. Afonso Henriques tomou a palavra e disse que Portugal queria ser. E, até hoje, somos Portugal.

As comemorações do dia 24 de junho, “dia um de Portugal”, em que se celebra a batalha de São Mamede, são um momento alto através do qual Guimarães promove e rememora, anualmente, a sua identificação com a história nacional. Guimarães perpetua a memória do rei fundador, honrando a sua justa reputação de berço de Portugal.

Mas a verdade é que ninguém pode ficar no berço para sempre. O peso do passado está sempre presente em nós mas tem de servir, acima de tudo, para nos inspirar para o futuro. O passado que Guimarães tão exemplarmente preserva dá-nos bons alicerces para avançar.

Como disse Fernando Pessoa, referindo-se a D. Afonso Henriques:

“Pai, foste cavaleiro.
Hoje a vigília é nossa.”

Quando, em 2009, aqui me encontrei para receber, enquanto fiel depositário, a Medalha de Ouro atribuída ao Rei que fundou Portugal, senti-me comovido, na plena consciência do significado do gesto no quadro da nossa existência como Estado e como Nação.

A atribuição da mesma distinção, agora ao Presidente da República de Portugal, que particularmente me sensibiliza, consagra afinal a profunda expressão do poeta: o Fundador, no seu tempo, cumpriu a missão; hoje, a vigília é nossa.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Champalimaud de Visão 2012

Lisboa, 14 de setembro de 2012

Desde a primeira edição, ocorrida em 2007, que tenho tido o gosto de presidir à entrega do Prémio Champalimaud de Visão.

Como Presidente da República, sinto o dever de sempre sublinhar o exemplo que António Champalimaud legou a Portugal. Dotado de um extraordinário espírito empreendedor, António Champalimaud mostrou possuir, ao longo da sua trajetória empresarial, uma rara capacidade para vencer as adversidades do presente e para antecipar as potencialidades do futuro. Culminou a sua vida deixando a Portugal uma Fundação dedicada ao estudo e à investigação no campo da Saúde. Graças à liderança da Dra. Leonor Beleza, que saúdo calorosamente, a Fundação Champalimaud impôs-se desde a sua génese como uma instituição de referência de nível mundial. O trabalho que aqui é feito não serve apenas os Portugueses, serve a Humanidade inteira.

A forma como foi concebida e operacionalizada é o reflexo perfeito daquilo que foi o seu fundador. António Champalimaud esteve sempre à frente do seu tempo, sendo muitas vezes incompreendido por isso. Esteve fora do seu País, mas a ele regressou, pois Portugal era a razão de ser do seu inconformismo. Nunca se conformou com a mediania, ambicionou sempre mais e melhor para a sua Pátria, que nunca renegou.

Poderia, sem dúvida, ter optado por outro lugar, onde encontraria, certamente, espaço e oportunidades para concretizar a sua ambição. Mas foi ao seu País, ao País dos seus pais, que quis legar uma Fundação que tem um só propósito: melhorar a qualidade de vida dos seres humanos.

Este é um exemplo admirável, que deveria servir de modelo e fonte de inspiração. Sei bem que, ao contrário do que sucede noutros países, a tradição filantrópica não se encontra plenamente enraizada entre nós. É justamente isso que, por um lado, singulariza a Fundação Champalimaud e, por outro lado, a converte num

modelo que deve ser seguido por outros. A riqueza só faz sentido se colocada ao serviço do bem comum. Só assim dignifica os que a possuem.

Num Mundo marcado por tantas carências, num País que atravessa tempos tão adversos, os valores do humanismo e da solidariedade têm de ser redescobertos. Cada qual tem um imperativo para com os outros, sobretudo quando pode, de facto, fazer a diferença, num mundo em que convivemos com situações a que, como seres humanos, não podemos ficar indiferentes.

Ao longo destes anos, o trabalho desenvolvido pela Fundação Champalimaud mostra que esta instituição já não é um sonho nem sequer uma promessa. É uma realidade viva, palpável, que já melhorou a vida de milhares de vidas.

Também este ano, o Prémio Champalimaud de Visão vem distinguir dois projetos que melhoram a vida de milhares de vidas.

O júri deste Prémio, a quem saúdo pela excelência do seu trabalho e pelo seu prestígio, que é mundial, decidiu distinguir duas novas formas de abordagem e visualização da retina: a Tomografia de Coerência Ótica e a Ótica Adaptativa. Foram premiadas técnicas que irão mudar vincadamente a prática oftalmológica e a compreensão do envelhecimento ocular. Estamos, creio, perante significativos avanços tecnológicos ao nível da captação de imagens da retina e consequente aplicação futura à prática clínica. Um progresso que contribuirá para um diagnóstico mais rigoroso e alargado de patologias oculares e para um melhor tratamento clínico dos problemas da visão e de outras doenças.

Uma vez mais, a Fundação Champalimaud mantém-se fiel aos princípios que animaram o seu fundador: o dinamismo, a inovação, o culto da excelência, o humanismo universalista.

É, pois, com orgulho e com renovada satisfação que aqui estou hoje, uma vez mais, nesta cerimónia de atribuição do Prémio Champalimaud. A minha presença assinala a gratidão de Portugal inteiro ao exemplo filantrópico do fundador desta instituição e ao trabalho desenvolvido pela sua Presidente e pela sua equipa.

A todos os que trabalham nesta Fundação, quero deixar uma palavra de profundo apreço.

Aos galardoados com o Prémio Champalimaud 2012, os meus parabéns, na certeza de que este Prémio não valoriza apenas o que já alcançaram, sendo um

estímulo decisivo para que aprofundem as vossas investigações. O que fizerem servirá toda a Humanidade. Aí reside o fascínio e a maravilha da Ciência. Milhares de seres humanos irão beneficiar do trabalho de pessoas cujos nomes, porventura, nunca conhecerão. Por isso, é nosso dever distinguir esses nomes, enaltecer o seu trabalho, premiar o seu esforço.

Aos que conquistaram este galardão, entre tantas candidaturas de elevadíssimo mérito, expresso a minha admiração profunda e desejo os maiores sucessos nos vossos trabalhos futuros.

Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega dos Prémios Literários Fernando Namora e Agustina Bessa-Luís

Estoril, 5 de dezembro de 2012

É com o maior gosto que participo nesta cerimónia de homenagem aos vencedores dos Prémios Literários Fernando Namora e Agustina Bessa-Luís.

Num país como o nosso, em que as realizações no domínio cultural tendem, por tradição, a ser deixadas à responsabilidade exclusiva do poder central, das Regiões Autónomas ou das autarquias, constitui um motivo de satisfação verificar que há pessoas e entidades privadas que remam contra a maré e que levam a cabo, por sua conta e risco, iniciativas com interesse e benefício para a comunidade.

Gostaria por isso de felicitar a Sociedade Estoril-Sol por esta sua atitude empenhada na promoção da cultura, através dos prémios literários que decidiu criar, há mais de duas décadas, e com os quais têm sido contempladas algumas das obras mais significativas da nossa literatura contemporânea. Os autores portugueses estão-lhe decerto gratos, assim como todo o público que assiste às manifestações artísticas que regularmente promove.

Em circunstâncias como as atuais, é ainda maior o relevo de exemplos como este para a vitalidade da nossa cultura.

Possuímos, de facto, um imenso e notável património cultural, e esta cerimónia é a prova de que ele continua pujante e se renova, de geração em geração, mesmo quando as condições são difíceis e a adversidade nos bate à porta.

Homenageamos aqui, antes de mais, os dois escritores que dão o nome a estes prémios literários e que simbolizam aquilo que de mais significativo se escreveu, em português, na segunda metade do século XX.

O primeiro, Fernando Namora, foi um dos grandes, se não o maior expoente da chamada literatura neorrealista, uma literatura fortemente ligada aos problemas sociais que assolaram a Europa e os Estados Unidos nos anos 40.

Agustina Bessa-Luís, por seu turno, é comumente considerada um dos autores que mais inspirou a atual geração e que mais contribuiu para a renovação da literatura portuguesa nas últimas décadas.

Evocar estes escritores, escolhendo-os como patronos de dois prêmios de ficção, é também, porventura, o modo mais adequado e mais nobre de celebrarmos a continuidade entre gerações, da qual sempre se alimenta a verdadeira cultura. Mas esta continuidade não significa inércia ou estagnação. Pelo contrário, quer dizer mudança e criatividade, se não mesmo rutura com o que antes se considerava inultrapassável. Foi isso que fizeram Namora e Agustina. É isso que fazem Gonçalo M. Tavares e Tiago Patrício, a quem hoje entregámos os Prêmios promovidos pela Sociedade Estoril-Sol.

Os seus livros mostram bem que a literatura portuguesa continua viva e mantém, por isso mesmo, a capacidade de nos surpreender, quer pela inovação da escrita, quer pela construção de novos quadros imaginários. Quero apresentar, a ambos os premiados, os meus sinceros parabéns.

Na verdade, a excelência dos nossos escritores e artistas é um sinal e um garante da vitalidade de uma nação como Portugal, que tem na sua língua um dos mais importantes valores patrimoniais. E é também uma das formas mais gratificantes de afirmação da cultura portuguesa no Mundo, contribuindo assim para o reforço da nossa projeção e da nossa identidade enquanto Povo.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Permitam-me que dirija uma palavra especial de saudação ao vencedor do Prémio Fernando Namora, Gonçalo M. Tavares, a quem tive o gosto de condecorar, no passado mês de junho, com o título de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Naturalmente, depois de tudo o que já ouvimos nesta sessão, e depois de tudo quanto se tem escrito sobre ele, seria redundante eu tentar fazer de novo o elogio da sua obra.

Gonçalo M. Tavares é realmente senhor de um talento invulgar, não apenas para criar as histórias e a galeria de personagens que habitam nos seus livros, mas também para encontrar as palavras que exprimem com exatidão a complexidade do mundo real. Juntam-se nele uma cultura vastíssima e uma intuição

aguda daquilo que são as preocupações e o sentir da nossa época. Escreve em português de lei, mas transmite ideias e emoções que tocam à sensibilidade de pessoas de todo o mundo. Não admira, por isso, a autêntica vaga de reconhecimento, nacional e internacional, que tem vindo a coroar a sua obra.

Só este seu último livro – *Uma Viagem à Índia* – já obteve, além do Prémio Fernando Namora, que hoje lhe foi entregue, mais quatro prémios em Portugal e um no Brasil. Em França, onde acaba de ser traduzido, a crítica rendeu-se-lhe de imediato, havendo mesmo quem o tenha recentemente qualificado, entre outros elogios, como “a grande epopeia dos nossos tempos”.

Estou certo de que os muitos livros que Gonçalo M. Tavares ainda virá a publicar continuarão, como até aqui, a ser coroados de êxito.

Faço igualmente votos para que o vencedor do Prémio Revelação, Tiago Patrício, depois desta tão bem sucedida iniciação na literatura, prossiga a sua carreira literária e venha a realizar outras obras dignas de reconhecimento.

A um e a outro manifesto o meu apreço e desejo as maiores felicidades.

Portugal na Europa e no Mundo V





Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Sérvia

Palácio da Cidadela, 26 de março de 2012

É com grande satisfação que a minha Mulher e eu damos as boas vindas ao Presidente Boris Tadic, bem como à delegação que o acompanha, nesta primeira Visita Oficial que realiza a Portugal.

Na sua pessoa, Senhor Presidente, Portugal acolhe o Chefe de Estado de um país com quem mantemos laços históricos de estreita amizade e cooperação e que se prepara para partilhar connosco um futuro comum, no quadro da União Europeia.

Data de há mais de um século o estabelecimento de relações económicas entre os nossos países, formalizado pela assinatura, em setembro de 1910, de uma Convenção Comercial entre Portugal e a Sérvia. Posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, foi aqui, nesta vila de Cascais, que encontraram refúgio, fugidas do horror nazi, algumas das principais figuras da literatura sérvia, que dedicariam a esta localidade e a Portugal algumas das suas mais belas páginas.

Hoje, Portugal e a Sérvia possuem excelentes relações políticas e diplomáticas, que se têm traduzido no dinamismo assinalável que vem caracterizando o nosso relacionamento económico e cultural.

Senhor Presidente

A sua visita a Portugal encerra um particular simbolismo, que muito me apraz assinalar. Ela ocorre menos de um mês após a obtenção, pela Sérvia, do estatuto de país candidato à União Europeia.

Portugal orgulha-se de ter estado sempre na linha da frente do apoio à integração europeia da Sérvia. Entendemos que a Sérvia faz parte, por direito próprio, da família europeia, e acreditamos que o alargamento da União Europeia à Sérvia e à região dos Balcãs Ocidentais constitui a concretização de um desígnio histórico do processo de construção europeia.

Estamos convictos de que a integração da Sérvia na União Europeia, para além de reforçar e enriquecer o projeto europeu, contribuirá para a promoção da estabilidade e da segurança na região dos Balcãs Ocidentais, permitindo tirar partido de todo o seu potencial estratégico e económico.

Quero prestar homenagem, nesta ocasião, ao contributo do Presidente Boris Tadic para a manutenção do rumo europeu da Sérvia e para que a Sérvia se constitua como um fator de estabilização e de progresso para toda a região. Um contributo que decorre da coragem política e da determinação com que Vossa Excelência se tem batido pela defesa dos valores da paz, da estabilidade, da justiça e do respeito pelos Direitos Humanos, bem como pela primazia do diálogo e do espírito de compromisso na resolução dos diferendos regionais.

Isso mesmo foi reconhecido, muito justamente, pelo Conselho da Europa, que decidiu atribuir-lhe o seu Prémio Norte-Sul, a ser entregue numa cerimónia a que terei a honra de me associar, amanhã, no cenário solene da Assembleia da República.

Quero assegurar-lhe, Senhor Presidente, que a Sérvia poderá continuar a contar com o apoio de Portugal para que as negociações de adesão à União Europeia possam ter início tão cedo quanto possível. Portugal permanece disponível para contribuir, com a sua própria experiência, para que a implementação das reformas e o cumprimento dos critérios de adesão prossigam a bom ritmo, a fim de que a adesão possa tornar-se uma realidade, num futuro próximo.

Como aconteceu com Portugal e com outros Estados-membros, este será, para a Sérvia, um caminho exigente. Mas estou certo de que será trilhado com a mesma firmeza, determinação e espírito de compromisso que lhe permitiram obter o estatuto de país candidato.

O processo de integração europeia da Sérvia irá contribuir para uma ainda maior aproximação entre os nossos países, reforçando os contactos entre os nossos cidadãos e instituições e o intercâmbio cultural, científico e empresarial. Existe já hoje um quadro contratual favorável ao aprofundamento da nossa cooperação económica. A experiência do setor empresarial português em muitas das áreas definidas pelas autoridades sérvias como prioritárias para o seu desenvolvimento económico – como sejam a construção de infraestruturas, os transportes, a energia, o meio ambiente, a gestão de água, a saúde e as

telecomunicações – coloca-o numa excelente posição para reforçar a sua presença no mercado sérvio e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento económico e social do país.

Senhor Presidente

A qualidade do nosso relacionamento político, assim como os valores e interesses que partilhamos, permite que olhemos com confiança e ambição para o futuro da nossa cooperação.

Estou convencido de que saberemos, em conjunto, tirar partido do muito que nos aproxima para construir uma parceria cada vez mais estreita, ao serviço da estabilidade, do desenvolvimento e da promoção do bem-estar social e económico dos nossos cidadãos.

É nesse espírito e com essa convicção que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Boris Tadic, à concretização das aspirações europeias da Sérvia, ao fortalecimento das relações entre os nossos países e à prosperidade crescente dos nossos povos.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2012 do Conselho da Europa

Lisboa, 27 de março de 2012

É sempre com uma satisfação muito particular que participo na cerimónia anual de entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa. Uma satisfação que resulta de ver justamente distinguidas, com este Prémio, personalidades notáveis, que se destacam pelo seu contributo para a defesa dos valores da liberdade, da paz, da tolerância e do respeito pelos Direitos Humanos, valores em que se funda e inspira a ação do Conselho da Europa e do Centro Norte-Sul.

A edição deste ano não constitui exceção. Tanto a Senhora Souhayr Belhassen como o Presidente Boris Tadic, em contextos diferentes, colocaram em marcha, pela sua ação, uma dinâmica de aprofundamento democrático e de reconhecimento das liberdades e dos direitos individuais dos seus concidadãos, com efeitos que transcendem as fronteiras dos seus países de origem.

A Senhora Souhayr Belhassen é uma jornalista e escritora que, através da sua palavra, procura dar voz àqueles que não têm forma de se fazer ouvir. O seu inconformismo em relação ao desrespeito pelos direitos e liberdades fundamentais no seu país natal, a Tunísia, e, em particular, a sua luta incessante pela eliminação de todas as formas de discriminação das mulheres, valeram-lhe a perseguição, a expulsão e o exílio durante vários anos.

Em vez de se deixar enfraquecer, a sua voz ergueu-se ainda mais alto, ganhando força e projeção internacional, em favor de diversas causas relacionadas com a promoção e a valorização do respeito pelos Direitos Humanos.

As mudanças políticas e sociais que vêm tendo lugar na vizinhança sul do Mediterrâneo muito devem ao inconformismo de pessoas como a Senhora Souhayr Belhassen, para quem o exercício da liberdade e do pluralismo de opiniões, por mais difíceis que sejam as circunstâncias, será sempre um direito inalienável e um ato de cidadania.

A Senhora Souhayr Belhassen dirige, atualmente, a Federação Internacional dos Direitos Humanos e lidera o movimento das mulheres árabes em defesa da

democracia, da dignidade e da igualdade de tratamento na sociedade e perante a lei, sendo uma das signatárias do recente “Apelo das Mulheres Árabes pela Dignidade e Igualdade”.

A Senhora Souhayr Belhassen aprendeu pela sua experiência o custo do exercício da liberdade e da luta pela democracia, dando pelo seu exemplo de vida uma dimensão universal à defesa dos Direitos Humanos. É esse percurso notável que este Prémio vem reconhecer.

O segundo laureado, o Presidente Boris Tadic, possui, também ele, um longo percurso de vida de luta pela liberdade, pela democracia e pelo reconhecimento dos Direitos Humanos.

Desenvolveu, desde a sua juventude, uma militância ativa contra o autoritarismo e em defesa de uma cultura de tolerância, de respeito pelas liberdades individuais e pelo pluralismo. O seu contributo para o diálogo e a reconciliação regional, para a promoção da paz, da estabilidade e da segurança, exigiu uma coragem política e pessoal que merecem o nosso reconhecimento e a nossa admiração.

As convicções por que sempre se norteou estão, igualmente, bem presentes na forma como o Presidente Boris Tadic se empenhou na concretização da vocação europeia da Sérvia. Num contexto de grandes dificuldades políticas, deve-se à coragem do Presidente Boris Tadic o aprofundamento da cooperação do seu país com o Tribunal Penal Internacional e a introdução de um conjunto de reformas que quebraram com o isolamento do passado e colocaram a Sérvia numa trajetória de integração europeia e euro-atlântica.

O exemplo do Presidente Tadic mostra-nos que, na resolução dos diferendos, é sempre possível eleger a paz e não a guerra, o diálogo em vez da confrontação, a tolerância em detrimento da perseguição.

Trata-se, frequentemente, de escolhas difíceis, na medida em que exigem especial coragem, determinação e sentido de responsabilidade perante a sociedade e as gerações vindouras.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A cada edição deste Prémio reafirmamos o nosso compromisso para com os princípios e valores inscritos na matriz fundadora do Centro Norte-Sul e do

Conselho da Europa, mas também a relevância da promoção destes valores num contexto em que emergem novas fontes de instabilidade.

As revoltas populares que eclodiram em 2011, e que já originaram um conjunto de transformações nos países do Norte de África e Médio Oriente, vieram reforçar a consciencialização do grau de interdependência que caracteriza a realidade contemporânea, a nível global. É dever de todos quantos partilham os valores em que assenta o Conselho da Europa apoiar os processos de transformação em curso, contribuindo para a edificação de sociedades onde os cidadãos possam exercer livremente os seus direitos e aspirar a um futuro de liberdade e de bem-estar.

O Centro Norte-Sul é chamado, neste contexto, a desempenhar um papel mais atual e necessário do que nunca, enquanto instrumento do Conselho da Europa, na promoção de uma nova e mais estreita parceria entre as margens norte e sul do Mediterrâneo.

Quero, a este propósito, saudar a presença nesta cerimónia de alguns dos mais altos responsáveis do Conselho da Europa. Vejo nela a prova da importância que é atribuída ao Centro Norte-Sul, bem como do empenhamento de todos os seus Estados-membros em reforçar o seu papel e a sua missão.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O percurso de vida das duas personalidades laureadas na presente edição do Prémio Norte-Sul reforça a nossa convicção de que é possível um Mundo melhor e mais justo.

Quero, em nome dessa ambição, agradecer-lhes o exemplo inspirador que constituem para todos nós. E quero, ainda, agradecer ao Conselho da Europa por tê-lo sabido reconhecer.

Muito obrigado.

Banquete Oficial em Honra do Presidente Federal da República da Áustria

Palácio da Ajuda, 11 de abril de 2012

É com uma especial satisfação que dou as mais afetuosas boas vindas ao Presidente Heinz Fischer, à Senhora D. Margit Fischer e à comitiva que os acompanha nesta Visita Oficial que realizam a Portugal.

A minha Mulher e eu próprio guardamos as mais vivas e gratas recordações da visita que efetuámos à Áustria, em julho de 2009. Jamais esqueceremos os múltiplos gestos de amizade que nos foram dispensados, nem a calorosa hospitalidade com que fomos acolhidos.

Hoje, sentimo-nos particularmente honrados e felizes por acolher na sua pessoa, Senhor Presidente, o mais alto Magistrado de um país amigo, parceiro europeu, com o qual partilhamos um relacionamento rico e diversificado, com raízes multisseculares.

Data do final da Idade Média, do casamento entre Frederico III e D. Leonor de Portugal – de cuja união haveria de nascer o futuro Imperador Maximiliano I –, o início de um vasto sistema de alianças dinásticas, que influenciou a evolução histórica dos nossos países e do nosso continente.

Um dos mais imponentes monumentos portugueses, o Convento de Mafra, que Vossa Excelência e a Senhora D. Margit Fischer terão oportunidade de visitar, é testemunho eloquente desta ligação antiga. Reza a história que a construção desta magnífica obra de arquitetura se deveu ao cumprimento de uma promessa do Rei D. João V de Portugal à Virgem Maria, a quem o soberano jurara dedicá-la quando sua mulher, a Rainha D. Maria Ana de Áustria, lhe desse o herdeiro por que o País ansiava.

Já no século passado, durante a II Guerra Mundial, Portugal tornou-se país de asilo para milhares de cidadãos oriundos da Áustria e, a partir de 1945, o nosso país tornou-se, também, um segundo lar para muitas crianças austríacas, acolhidas no seio de famílias portuguesas. Muitos desses refugiados e crianças regressaram

à Áustria, e eu próprio tive a grata satisfação de estar com alguns deles, num encontro, em Viena, durante a minha visita à Áustria.

Portugal, por seu turno, nunca esquecerá, o apoio da Áustria na nossa caminhada pela conquista da Liberdade e da Democracia. Um apoio fundamental para que sejamos, hoje, parceiros e aliados no quadro europeu.

Como não esquecemos, também, os sinais e palavras de apoio nesta hora em que são pedidos duros sacrifícios aos Portugueses, em nome de um futuro melhor e do sucesso do projeto europeu.

Senhor Presidente

Se é verdade que a História nos legou numerosos exemplos de cumplicidade e de cooperação, é igualmente notório que Portugal e a Áustria partilham, hoje, uma convergência de pontos de vista sobre muitos dos desafios com os quais a União Europeia e o mundo contemporâneo se confrontam.

Partilhamos, desde logo, o entendimento de que a atual crise económica e financeira constitui um teste à coesão, à unidade e à solidariedade do projeto europeu. Concordamos, nessa medida, que a única resposta verdadeiramente eficaz a uma crise que é sistémica só poderá ser europeia, coletiva e solidária.

Os progressos alcançados em matéria de reforço da governação económica da União Europeia e os programas de consolidação orçamental e reformas estruturais em curso, designadamente em Portugal, representam passos importantes para a superação da crise. Mas é igualmente fundamental e urgente impulsionar uma agenda comum e solidária que, partindo das realidades diferentes de cada Estado-membro, promova o relançamento económico, a criação de emprego, o reforço da competitividade e da coesão a nível europeu.

Portugal está empenhado em fazer a sua parte, com rigor e seriedade. Sempre cumprimos com os compromissos que assumimos. Assim será, de novo.

Senhor Presidente

A frequência dos contactos políticos de alto nível entre Portugal e a Áustria, de que a presente visita de Vossa Excelência constitui um exemplo, traduz bem a qualidade do nosso relacionamento bilateral e a nossa firme determinação em aprofundar a cooperação, nos mais variados setores.

Nos últimos anos, mau grado os efeitos negativos da conjuntura internacional, verificou-se uma evolução positiva nas nossas relações económicas. Estamos, contudo, muito longe, ainda, do potencial existente.

Estou seguro de que esta Visita irá contribuir para que os empresários austríacos conheçam melhor as empresas e as oportunidades que existem em Portugal, bem como para explorar as possibilidades que se abrem para a constituição de parcerias entre empresas dos nossos países, vocacionadas para os mercados da lusofonia.

Senhor Presidente

Esta Visita é sinal do nosso comum empenho numa parceria cada vez mais estreita entre Portugal e a Áustria. Uma parceria assente nos laços de amizade e solidariedade que fomos tecendo ao longo dos séculos, mas voltada para o futuro. É nesse espírito que convido todos a que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Heinz Fischer e da Senhora D. Margit Fischer, ao fortalecimento da parceria entre Portugal e a Áustria, ao sucesso do projeto europeu e à prosperidade crescente dos nossos povos.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Polónia

Palácio de Queluz, 19 de abril de 2012

É, para mim e para minha Mulher, motivo de particular satisfação receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a Senhora D. Anna Komorowska, bem como a ilustre delegação que os acompanha nesta primeira Visita de Estado a Portugal. Portugal e a Polónia mantêm antigos laços políticos e culturais e uma amizade que a passagem dos séculos tornou mais forte, encontrando, hoje, plena expressão na parceria que partilhamos no quadro da União Europeia.

A História legou-nos um vasto e rico património de cooperação política, militar e comercial, remontando os primeiros contactos entre os portos portugueses e o Porto de Gdansk a finais do século XIV, que conheceram, a partir do século XV, um impulso significativo no contexto da expansão marítima portuguesa.

Já na segunda metade do século XIX, aquela que ficou conhecida como a “questão polaca” encontrou em Portugal um amplo e muito ativo movimento de apoio, que mobilizou vários setores da sociedade portuguesa, incluindo os dois primeiros Presidentes da República Portuguesa, Manuel de Arriaga e Teófilo Braga.

Também no domínio cultural, a História deixou-nos registo de um intenso intercâmbio entre os nossos países e povos, testemunhado, por exemplo, no impacto, na Polónia, de *Os Lusíadas*, de Luis Vaz de Camões, ou de *Quo Vadis*, de Henrique Sienkiewicz, em Portugal.

Senhor Presidente

Portugal e a Polónia são, hoje, parceiros no quadro da União Europeia, partilhando os valores do projeto europeu e registando uma larga convergência de objetivos e de interesses comuns.

É minha convicção profunda que a integração europeia continua a ser a melhor resposta para os desafios do mundo atual. Nenhum dos países que integram

a União Europeia, independentemente da sua dimensão, encontrará, isoladamente, melhores soluções do que aquelas que resultam da vontade coletiva e solidária de todos os Estados-membros.

É o caso da resposta à crise económica e financeira. Sempre defendemos que a única resposta verdadeiramente eficaz a uma crise, que é sistémica e global, só poderá ser europeia, coletiva e solidária.

Nos últimos anos foram tomadas decisões importantes tendo em vista o reforço da disciplina orçamental e da governação económica na Zona Euro. Precisamos, contudo, de ir mais longe e centrar os nossos esforços e prioridades na adoção de uma verdadeira agenda europeia para o crescimento, a criação de emprego, o reforço da competitividade e da coesão. Dela depende o futuro de bem-estar e de estabilidade que queremos para os nossos cidadãos.

Reafirmo, hoje, aquilo que disse em Varsóvia, em setembro de 2008, aquando da Visita de Estado que efetuei à Polónia. Não há Europa sem a participação ativa e empenhada de todos. E todos precisamos de mais e de melhor Europa.

Senhor Presidente

Para lá do reforço do excelente relacionamento político entre os nossos países, a presente Visita de Vossa Excelência contribuirá, estou seguro, para uma cooperação ainda mais estreita a nível económico e empresarial.

Olhando para a atual dinâmica das nossas relações económicas e comerciais, e para o nível do investimento português na Polónia, só posso regozijar-me. Para muitas empresas portuguesas, a Polónia é um importante mercado no exterior. Vários empresários que me acompanharam na visita que efetuei à Polónia, em 2008, estão hoje aqui presentes. Muitos deles reforçaram, desde então, o seu investimento na Polónia, tirando partido dos elevados índices de crescimento da economia polaca. O seu exemplo é o melhor testemunho das oportunidades que se oferecem para o reforço da nossa parceria económica.

Acredito, contudo, Senhor Presidente, que podemos fazer mais e melhor nestes, como noutros domínios. É o caso das energias renováveis, da bioquímica e da biotecnologia, da nanotecnologia ou dos serviços tecnologicamente avançados, setores em que Portugal tem vindo a fazer uma aposta decisiva. A convergência dos nossos interesses noutras regiões, como é o caso de África e da América

Latina, oferecem também um elevado potencial para o fortalecimento da nossa cooperação.

O Fórum Económico que amanhã terá lugar, a cuja cerimónia de abertura terei a honra de me associar, juntamente com Vossa Excelência, constituirá uma ocasião para que os empresários e investidores de ambos os países se conheçam melhor e aprofundem a sua cooperação.

Mas as nossas relações bilaterais constroem-se também noutras áreas. A dimensão de cooperação cultural tem vindo a ganhar uma importância crescente nos últimos anos. O mesmo poderá ser feito nos domínios científico, tecnológico e universitário, com benefícios para ambos os países.

Senhor Presidente

Minha Mulher e eu guardamos as mais gratas recordações da Visita de Estado que fizemos à Polónia, em setembro de 2008. Para lá dos resultados, recordamos a extraordinária hospitalidade com que fomos recebidos. Esperamos, sinceramente, que Vossas Excelências, bem como a comitiva que os acompanha, se sintam tão bem em Portugal como nós nos sentimos na Polónia.

Esta Visita de Vossa Excelência a Portugal constituirá, estou certo, mais um importante marco no relacionamento entre os nossos dois países e reforçará, seguramente, a nossa parceria no quadro europeu.

É nessa convicção que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e prosperidade do Presidente Komorowski e à Senhora D. Anna Komorowska, do povo amigo da Polónia, bem como à amizade entre os nossos dois países e ao futuro das nossas relações.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Timor-Leste

Díli, 20 de maio de 2012

Quero começar por agradecer o convite de Vossa Excelência, bem como as amáveis palavras que acabou de me dirigir.

É com uma viva satisfação que eu e a minha Mulher efetuamos esta Visita de Estado a Timor-Leste, este jovem país a que nos ligam tantos e tão profundos laços humanos, culturais e históricos e que nos recebeu com uma calorosa hospitalidade que muito nos emocionou.

Não posso deixar de referir que esta Visita assume um significado muito especial, por acontecer precisamente na altura em que se comemoram os 10 anos da Independência de Timor-Leste. É uma honra e uma enorme alegria podermos participar, tão de perto, nessa celebração nacional.

A causa timorense foi sentida pelos Portugueses como sua, numa mobilização histórica que, também ela, ajudou a destruir o “cerco” do “muro de silêncio” de que falava Sophia de Mello Breyner.

Permita-me que sublinhe, neste contexto, o exemplo de Vossa Excelência, tão intimamente associado à luta e à elevação do povo timorense. Em momentos cruciais, assumiu-se como um verdadeiro líder, com uma apurada visão e um claro sentido dos superiores interesses da Nação, tendo dado um contributo fundamental para o caminho em direção à independência e à consolidação do Estado de Direito democrático em Timor-Leste.

É, por isso, com redobrada satisfação que realizo esta minha Visita, que constitui a primeira que Vossa Excelência recebe de um Chefe de Estado desde que assumiu a mais elevada magistratura da República Democrática de Timor-Leste.

A última eleição presidencial timorense constituiu, aliás, um importante exemplo de democracia e reconciliação. Quero congratular o povo timorense por mais essa prova de maturidade cívica e de apego aos valores da liberdade e do Estado de Direito democrático.

Senhor Presidente

Quero felicitá-lo pela sua eleição, que constitui mais um inequívoco sinal de esperança. O objetivo, a que imediatamente se propôs, de transformar o país num estado moderno, próspero e estável, não poderia ir mais ao encontro daquilo que Portugal, tal como os outros membros da CPLP, desejam para este país irmão. A estabilidade de Timor-Leste e todos os sucessos alcançados nestes 10 anos levam-nos a encarar os desafios de futuro de forma ambiciosa, incluindo na perspetiva do fortalecimento da nossa Comunidade. Neste contexto, Portugal apoia a intenção de Timor-Leste de assumir a Presidência da CPLP em 2014, num desenvolvimento que acredito poderá projetar a CPLP na Ásia, prosseguindo o esforço de internacionalização da língua portuguesa.

Poderá Vossa Excelência contar com o meu empenho pessoal no aprofundamento da nossa cooperação, tanto ao nível bilateral, como no âmbito da CPLP, da União Europeia e das Nações Unidas.

Portugal orgulha-se da ligação próxima que tem mantido com Timor-Leste, antes e depois da Independência. A cooperação que temos desenvolvido, múltipla e abrangente, revela a excelência da nossa relação bilateral. Orgulhamo-nos, também, pelo facto de esta cooperação encontrar uma particular expressão na capacitação do Estado timorense e na afirmação da língua portuguesa, símbolo da luta e da identidade timorense, mas também um poderoso instrumento de afirmação internacional.

O desenvolvimento económico e a formação dos recursos humanos são áreas a que Portugal e Timor-Leste atribuem, igualmente, natureza prioritária. Temos o prazer de ter aqui hoje, com a delegação que me acompanha, a representação de algumas das empresas portuguesas pioneiras no investimento estrangeiro em Timor. É necessário que outras sigam o seu exemplo. Espero que esta minha visita, Senhor Presidente, potencie o reforço do nosso relacionamento económico e empresarial.

Senhor Presidente

Quero assegurar que Vossa Excelência e o povo timorense encontrarão sempre em Portugal um amigo e um aliado empenhado em contribuir para o progresso de Timor-Leste. A estima que tanto nos une, a partilha e cooperação ao longo dos

anos e as perspectivas que reconhecidamente se abrem ao continuado progresso de Timor-Leste permitem-me ter uma grande confiança no futuro do relacionamento dos nossos dois países.

É em nome desse futuro que peço a todos que, neste Dia Nacional da República Democrática de Timor-Leste, se juntem a mim nos votos que formulo pela saúde do Presidente Taur Matan Ruak e de sua Mulher, pela crescente prosperidade do povo timorense e pelo continuado fortalecimento das relações de fraterna amizade entre Portugal e Timor-Leste.

Lançamento da Primeira Pedra das Futuras Instalações da Embaixada de Portugal em Díli

Díli, 21 de maio de 2012

Esta cerimónia, que marca o início da concretização de um projeto conjunto de Portugal e Timor-Leste, reveste-se de uma importância muito especial.

Há dez anos, Timor venceu a luta pela independência, afirmando-se como um país livre e soberano. Portugal celebrou então a vitória de uma causa por que também se tinha batido, numa mobilização social, política e diplomática incansável, mesmo quando o decurso do tempo parecia querer aliar-se ao esquecimento. Foi, assim, sem surpresa, que Portugal e Timor iniciaram a sua cooperação bilateral em maio de 2002, no próprio dia da Independência, com a celebração do Acordo-Quadro de Cooperação. Foi apenas o início de um relacionamento bilateral de excelência, com base numa amizade e num entendimento profundos.

A representação diplomática portuguesa em Díli assume, por isso, um cariz muito particular. Num claro reconhecimento deste importante papel, o Governo timorense cedeu ao Estado Português o terreno em que nos encontramos para a edificação da Embaixada portuguesa em Díli.

Este ato de generosidade e reconhecimento do jovem país muito nos comoveu. É, por isso, com uma particular emoção que hoje aqui me encontro, no momento em que se lança a primeira pedra das futuras instalações da Embaixada de Portugal em Díli, com a magnífica vista para o mar que nos uniu.

Este espaço acolherá também o Centro Cultural português, num complexo que se pretende venha a constituir um novo foco cultural, moderno e atrativo, vitalizador do centro da cidade. A sua localização privilegiada na capital timorense também nos responsabiliza em termos arquitetónicos e de ordenamento do território. Daí a preocupação em contribuir, neste espaço, para a requalificação urbanística de Díli.

Este projeto, que hoje vê a sua primeira pedra ser lançada, é, atualmente, um dos mais importantes de Portugal no exterior. Num contexto de fortes constrangimentos

orçamentais, dificilmente poderia ser mais revelador da forma como olhamos para Timor-Leste e para a Comunidade portuguesa que aqui também nos representa.

Muito obrigado a todos.

Sessão Solene no Parlamento Nacional de Timor-Leste

Díli, 21 de maio de 2012

Sinto-me especialmente honrado pela oportunidade que me foi proporcionada, nesta Visita de Estado a Timor-Leste, de me dirigir a esta Magna Assembleia, símbolo por excelência da pluralidade democrática da Nação timorense.

Agradeço ao Presidente do Parlamento Nacional, Fernando Lasama de Araújo, e aos senhores deputados o honroso convite que me fizeram, e que muito me sensibilizou, bem como as amáveis palavras que me dirigiram. Interpreto-os como um gesto dirigido, antes de mais, a Portugal e aos Portugueses. Um gesto que sublinha a fraternal amizade que une Portugal e Timor-Leste.

Não escondo que foi com profunda emoção que pisei pela primeira vez o solo de Timor-Leste, a mesma emoção com que hoje me encontro perante os ilustres representantes do povo timorense.

É, para mim, para a minha Mulher e para toda a comitiva que me acompanha, motivo de grande alegria estar em Timor-Leste na altura em que o país comemora o décimo aniversário da independência, uma data de tão alto significado para o povo maubere, mas também para todos os que sentiram como sua a longa e árdua luta pelo seu direito à autodeterminação.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

No seu artigo 1º, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste proclama que Timor “é um Estado de direito democrático, soberano, independente e unitário, baseado na vontade popular e no respeito pela dignidade da pessoa humana”. Esta simples fórmula, comum a tantos textos constitucionais, representa o culminar de um caminho que teve tanto de sofrimento e de dor, como de coragem e de esperança.

Volvidos dez anos desde a independência, quero evocar e prestar a minha homenagem à memória de todos aqueles que deram o melhor de si e, em

muitos casos, a própria vida, para que Timor-Leste se afirmasse como Nação soberana e independente, membro de pleno direito da comunidade internacional e país irmão de Portugal, no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

No meio das piores tormentas, o povo timorense, num exemplo para o Mundo, soube manter acesa, nos seus corações, a chama da liberdade.

A grandeza das nações não é função do tamanho ou da riqueza dos seus recursos, mas dos valores vividos e interpretados pelo seu povo. Parecendo a muitos que estavam isolados, a verdade é que os Timorenses nunca estiveram sós. Portugal inteiro uniu-se a Timor, numa sintonia ímpar entre dois povos, tão distantes geograficamente, mas irmanados numa mesma causa.

Neste duro trajeto, Portugal nunca se cansou de defender a causa timorense, elevando a voz por Timor em todos os centros de decisão internacional em que participava e também no quadro bilateral.

A defesa desta causa verdadeiramente nacional constituía, no fundo, uma expressão eloquente do posicionamento do meu país como defensor intransigente dos Direitos Humanos.

Acredito que não poderia ser de outra forma. Razões históricas, culturais e humanas a isso nos impeliam. Um caminho secular nos ligava. É bom recordar que a ilha de Timor foi pela primeira vez registada nos mapas do cartógrafo português Francisco Rodrigues, em 1512.

Nesse longo caminho, a nossa companheira comum de viagem é a língua portuguesa. Banida, como meio de expressão, durante o período da ocupação, proibida no ensino oficial, sofrendo a destruição física das obras literárias que nela se expressavam, ainda assim sobreviveu. Como sublinhou, em 2001, Taur Matan Ruak, o português foi sobretudo a língua da resistência, “uma das armas (...) no âmbito da luta cultural.” Por isso, não será exagerado afirmar que a vitória timorense foi também a vitória da língua portuguesa.

A escolha da língua portuguesa, conjuntamente com o tétum, como língua oficial de Timor-Leste, resultou de uma opção legítima e soberana do povo timorense, que confirmou, também por essa via, a inserção do país, por direito próprio, no espaço da CPLP. Mais do que um traço cultural, estas escolhas são símbolos maiores de uma vitória e de uma identidade.

Sentimos orgulho pelos expressivos resultados alcançados, em tão pouco tempo, em matéria de consolidação da língua portuguesa e de qualificação do ensino em todo o país. Existe, contudo, ainda um longo caminho a percorrer.

Quero, perante os ilustres representantes do povo timorense, reiterar o firme compromisso de Portugal em tudo continuar a fazer, tanto bilateralmente como no quadro da CPLP, para apoiar os esforços do Governo de Timor-Leste na promoção do ensino em língua portuguesa, designadamente através da disponibilização de meios humanos qualificados e de assistência técnica no domínio da formação de professores.

É o que acontece atualmente, tanto no ensino básico e secundário, através da criação de Escolas de Referência que esperamos ver, a breve trecho, alargadas a todos os distritos, como também no ensino superior, através da assessoria científico-pedagógica de professores portugueses junto da Universidade Nacional de Timor-Leste.

É minha firme convicção que a língua portuguesa, para além de um fator de afirmação cultural e identitária do povo timorense, será também, cada vez mais, um ativo fundamental para vencer a batalha do desenvolvimento e da promoção do bem-estar económico e social de toda a população.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Se a liberdade e a democracia foram os frutos de uma batalha longa e difícil, a sua consolidação é o propósito de outro árduo combate, que todos os dias desafia os cidadãos e os responsáveis políticos.

A intervenção da Organização das Nações Unidas permitiu, com a ajuda dos países amigos de Timor-Leste, uma transição adequada para a nova situação de normal funcionamento das instituições democráticas.

O caminho do desenvolvimento exige agora que todos concertem os seus esforços. O regime democrático é aquele que, acomodando os interesses de todos os cidadãos, melhor convoca as forças de uma sociedade para servir os objetivos comuns. É também aquele que melhor garante as condições para a promoção do bem-estar das populações.

A notável participação popular nos atos eleitorais realizados ao longo dos últimos

dez anos e a aceitação tranquila dos seus resultados são um sinal claro e universalmente reconhecido de maturidade democrática do povo timorense. A forma como decorreram as últimas eleições presidenciais é disso um claro exemplo.

Uma das características fundamentais das modernas democracias passa, também, pela promoção de instituições fortes e plurais, como é o caso desta Assembleia. O Parlamento Nacional ocupa um lugar central no desenvolvimento do Estado e na representação das legítimas expectativas dos cidadãos, e o seu papel será, por isso, decisivo na definição do futuro de Timor-Leste.

É certo que os desafios são imensos. As esperanças que se acumularam desde os tempos mais difíceis, as promessas que se fizeram na aurora democrática, estão bem presentes. A luta pelo desenvolvimento é a nova obrigação que a todos vincula. A disseminação justa e equitativa dos benefícios desse desenvolvimento constitui um imperativo democrático.

Os membros desta Assembleia são testemunhas de que Portugal sempre esteve ao lado de Timor-Leste e dos timorenses nas batalhas difíceis que tiveram de travar em nome da liberdade e da independência. Portugal e os Portugueses sempre acreditaram no futuro de Timor e na capacidade do seu povo para determinar o seu próprio destino.

Os valores em que acreditamos — a democracia, o respeito pela dignidade da pessoa humana, o primado do direito, a justiça, a igualdade de oportunidades e o direito ao desenvolvimento —, são um fator de aproximação e de reforço da cooperação entre os nossos países.

Desde a independência, Timor-Leste tornou-se o principal beneficiário da Ajuda Pública ao Desenvolvimento portuguesa. Esta tem sido canalizada para os setores definidos pelas autoridades timorenses como prioritários para o seu desenvolvimento. Para além do apoio à reconstrução do setor educativo e à consolidação da língua portuguesa, merece particular destaque, neste contexto, a cooperação que temos mantido nos setores da boa governação, da luta contra a pobreza, da defesa, da segurança interna e da justiça, pilares essenciais, todos eles, na construção de um Estado moderno.

No domínio económico, os nossos empresários contam-se entre os que há mais tempo estão presentes em Timor-Leste, contribuindo, pela sua iniciativa e pelo

seu empreendedorismo, para a criação de emprego, a geração de riqueza e o crescimento.

Estou certo, contudo, de que poderemos fazer mais e melhor juntos. Quis, por essa razão, fazer-me acompanhar na presente Visita por uma comitiva empresarial, para que os empresários de ambos os países se conheçam melhor e possam, em conjunto, tirar partido das oportunidades que serão criadas no quadro da execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para o período 2011-2030.

Quero assegurar-vos que a solidariedade de Portugal para com Timor-Leste se mantém viva, assim como a nossa disponibilidade para fortalecer e expandir a nossa cooperação em todos os domínios de interesse comum.

Os valores e princípios que definem a nossa identidade atingem a sua plenitude quando participamos em grandes desígnios comuns, como é o caso do fortalecimento da CPLP. Os estreitos laços que mantemos, numa verdadeira parceria, com os Estados soberanos que compõem a família da CPLP traduzem a singularidade da nossa Comunidade e reforçam a nossa capacidade para enfrentar os desafios dos tempos de hoje.

Gostaria, nesta ocasião, de saudar as autoridades timorenses pelo empenho que têm colocado no aprofundamento da CPLP. Os importantes desafios que se têm colocado na ordem interna não têm impedido Timor-Leste de contribuir de forma determinada e significativa para o fortalecimento da nossa Comunidade, e para o reforço da sua projeção internacional. É o que acontece atualmente com o exercício da presidência da Assembleia Parlamentar da CPLP por Timor-Leste. A CPLP, por seu lado, também tem exercido uma presença ativa e visível no quadro do apoio a Timor-Leste. Recordo, a este propósito, a Declaração de Lisboa, aprovada no quadro da Cimeira de 2008, e que encerra o compromisso de todos os Estados-membros contribuírem para o diálogo entre as autoridades nacionais, a estabilidade e a consolidação das instituições democráticas em Timor. Foi esta Declaração que veio a estar na origem da decisão de estabelecer uma Representação Permanente da CPLP em Díli, projeto do mais elevado valor político e estratégico.

Consciente das vantagens que resultam da pertença a outros espaços de integração, designadamente regional, Portugal apoia, sem reservas, a adesão de

Timor-Leste à ASEAN, que esperamos ver concretizada a muito breve prazo. Estou seguro de que a integração de Timor-Leste na ASEAN irá contribuir não apenas para o desenvolvimento de Timor-Leste, mas também para a projeção da CPLP e dos seus Estados-membros em toda a região.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

O povo português celebrou, há dez anos, a vitória de uma causa pela qual também se havia batido, numa mobilização social, política e diplomática incansável. De então para cá, canalizámos o melhor dos nossos esforços para apoiar as autoridades de Timor-Leste a erigir as estruturas do novo Estado.

Dez anos é um período breve no percurso histórico de qualquer povo ou nação. Os progressos alcançados por Timor-Leste num tão curto espaço de tempo são, por isso, ainda mais assinaláveis.

É, pois, com redobrada satisfação que olhamos para o caminho percorrido e tomamos parte nestas comemorações.

Termino, citando as palavras de Fernando Sylvan, poeta timorense que deixou Timor bem jovem e teve o infortúnio de não assistir à conquista da liberdade da terra que guardava na sua vívida memória:

“Não sei se o mar tem voz

Mas a sua voz

Desde pequeno me falava lento

E eu via nele

O que não existia na memória.

(...)

Foi ele que me disse

Que havia Espaço e Tempo.

E comecei a viajar sem medo da viagem.”

Viajar sem medo da viagem é o lema que trouxe Portugal até aqui. Viajar sem medo da viagem é o nosso destino comum, o de Portugal e o de Timor. Pois o futuro pertence àqueles que viajam sem medo da viagem. Que preparam o futuro sem medo de ser livres e com vontade de ser melhores.

Nós, Portugueses, acreditamos no futuro de Timor-Leste como Nação livre e independente, que continuará a decidir em paz o seu destino.

Muito obrigado.

Encontro de Empresários Portugueses e Timorenses

Díli, 21 de maio de 2012

É com enorme gosto que participo neste almoço empresarial luso-timorense. Como sabem, Timor-Leste mantém um capital de carinho muito grande entre os Portugueses e é também esse calor que eu gostaria de transmitir hoje aqui. O futuro económico de Timor-Leste apresenta-se, hoje, mais risonho do que nunca. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional para os próximos 20 anos almeja fazer de Timor-Leste um país de rendimento médio. A expectativa da exploração das reservas timorenses de hidrocarbonetos abre, de facto, um horizonte de esperança que importa preservar. Para os timorenses, o desafio será usar esta riqueza de forma eficiente e em benefício de todos, incluindo as gerações futuras. As taxas de crescimento dos últimos anos, acima de 11 por cento, sugerem que Timor-Leste está num bom caminho e que é uma economia plenamente viável e pronta para o desenvolvimento.

Portugal no seu todo, Estado e sociedade civil, têm procurado dar o seu melhor contributo para o desenvolvimento de Timor-Leste, seja no setor da Boa Governação, em áreas como a Defesa, a Segurança, a Justiça e a Comunicação Social, seja no setor social, em áreas como a Educação, a Saúde e a Erradicação da Pobreza, seja, ainda, em diversas áreas do setor produtivo.

Os milhares de portugueses que têm participado nos programas de ajuda ao desenvolvimento a Timor-Leste fazem-no com espírito de missão. Tenho recebido muitos relatos da satisfação de experiências vividas em Timor-Leste, onde muitos pretendem regressar.

Esta participação inclui o Estado, organizações não-governamentais, instituições ligadas à Igreja, bem como iniciativas empresariais. Este esforço de cooperação tornou-se, aliás, numa razão de vida para muitos portugueses que se apaixonaram pela terra timorense.

São, por isso, motivo de justificado orgulho tanto os resultados diretos como os muitos resultados indiretos da contribuição de Portugal para o desenvolvimento de Timor-Leste.

O peso de Portugal no investimento e no comércio externo de Timor é, no entanto, ainda diminuto. A distância geográfica não ajuda. Mas a proximidade cultural e a confiança mútua são reais. As oportunidades existem e estou convencido de que tenderão, no quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento, a multiplicar-se. Importa conhecê-las e tirar delas o melhor partido, em benefício mútuo.

Timor-Leste, que é o único país membro da CPLP na Ásia, pode bem vir a assumir no futuro uma posição importante como plataforma de implantação das empresas portuguesas interessadas no vasto mercado formado pelos países membros da ASEAN.

Portugal, empenhado que está em internacionalizar a sua economia, pode encontrar em Timor-Leste uma ponte para o seu relacionamento com o Sudeste Asiático, onde deixou raízes ancestrais únicas e uma memória muito propícia ao estabelecimento de laços de comércio e investimento.

Senhor Ministro

Espero, muito sinceramente, que o Seminário Empresarial luso-timorense que esta manhã teve lugar sob os seus auspícios, e cuja organização lhe agradeço, permita forjar contactos e laços bilaterais cada vez mais profundos e consistentes, vencendo a distância física que nos separa e tirando partido da especial amizade que nos une.

Permitam-me uma palavra final às empresas portuguesas aqui presentes. A vossa presença hoje aqui é um sinal do vosso compromisso. Sei que nem todos os investimentos terão corrido da melhor forma, mas, pelo que já fizeram, contribuíram de forma insubstituível para o reforço da parceria estratégica entre Portugal e Timor.

Acredito que a vossa visão estratégica sobre o futuro deste povo e desta economia será benéfica para as vossas empresas e espero que o vosso exemplo traga outros atores portugueses para Timor e para esta região.

Receção em Honra da Comunidade Portuguesa e da Sociedade Timorense

Díli, 21 de maio de 2012

Quero começar por agradecer, Senhor Presidente da República, a hospitalidade com que Timor-Leste me recebeu e à minha Mulher. É para mim uma honra poder partilhar com o Povo timorense e com a Comunidade Portuguesa de Timor-Leste o ambiente de comemoração que hoje aqui se vive.

Timor-Leste é uma história de sucesso. É, de facto, uma enorme alegria e uma fonte de esperança ver quanto os Timorenses alcançaram nesta década de Independência. O país afirma-se hoje internacionalmente como uma nação livre e democrática, após a luta corajosa e determinada do povo timorense pela liberdade.

E teve, do outro lado do Mundo, o apoio e a solidariedade de um outro povo inteiro – a causa timorense foi também uma causa do povo português. Hoje, em Timor-Leste, estão muitos desses Portugueses que partilharam, com os Timorenses, o sonho da Independência.

A presença e a ação da Comunidade portuguesa em Timor-Leste têm, também por isso, um cariz muito singular, no seu envolvimento e na sua proximidade com a sociedade timorense.

Constatei, nos diversos contactos que aqui tenho mantido, que as autoridades timorenses, ao atribuírem um valor estratégico às excelentes relações e à cooperação com Portugal, projetam, ao nível político, o que é sentido pelos dois povos. Não tenho dúvidas, portanto, de que esta cooperação irá prosperar ainda mais no futuro.

Quero saudar a Comunidade portuguesa de Timor-Leste e agradecer terem aceitado ao meu convite para aqui estarem, esta tarde.

Ao mesmo tempo, quero agradecer aos representantes da sociedade timorense aqui presentes a forma calorosa, de “braços abertos”, como têm recebido os Portugueses em Timor-Leste, potenciando o sucesso da nossa cooperação.

Portugueses e Timorenses, apesar da distância geográfica, estão unidos por laços históricos, culturais e de amizade. Este entendimento ímpar entre os nossos dois países é especialmente realizado através da língua portuguesa, que hoje é também um instrumento de projeção internacional dos nossos países.

Não podia, por isso, ter sido encontrado melhor lugar para este convívio fraterno do que esta Escola, onde, todos os dias, 800 estudantes, na sua grande maioria timorenses, prosseguem os seus estudos em língua portuguesa, contribuindo para o crescimento de um dos idiomas em maior expansão em todo o Mundo. Quero, por consequência, deixar aqui o meu reconhecimento ao trabalho dos seus docentes e, também, aos primeiros finalistas do 12^o ano oriundos da Escola Ruy Cinatti que, no presente ano letivo, se encontram já em universidades portuguesas, com bolsas do governo timorense. A todos felicito na pessoa da Senhora Diretora da Escola.

A progressiva introdução da língua portuguesa como língua de ensino em todas as escolas timorenses foi uma decisão ambiciosa dos Pais Fundadores da República, cuja implementação, em condições nem sempre fáceis, traduz um compromisso profundo de Timor-Leste para com a especificidade da sua História e da sua cultura, concretizada na adesão à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, uma Comunidade fundada numa língua e em valores comuns.

A aposta na língua e na formação é um eixo fundamental na cooperação entre Portugal e Timor-Leste. Foram entretanto formados, em língua portuguesa, 7 mil professores primários e 5 mil professores dos ciclos pré-secundário e secundário. Este feito foi alcançado graças ao enorme empenho dos mais de 100 docentes portugueses que, ao longo dos últimos doze anos, estiveram em Timor-Leste e, naturalmente, dos próprios formandos. Esta experiência acumulada e de sucesso faz-nos ambicionar ir ainda mais longe.

Uma palavra especial cabe, também, ao esforço feito no setor da Justiça. Quero, em particular, destacar o papel do Senhor Presidente do Tribunal de Recurso, o Juiz Desembargador Cláudio Ximenes, na consolidação do novo sistema judicial da sua pátria materna. A ponte que personificou entre os sistemas judiciais dos dois países, mediante, por um lado, a promoção do intercâmbio entre magistrados e, por outro, o acolhimento nos tribunais de Timor-Leste de juizes portugueses, constitui uma expressão eloquente da cooperação entre os nossos dois povos.

Pelo que o Juiz Desembargador Cláudio Ximenes fez e pelo que representa, é com grande honra que lhe imporei a seguir as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, que decidi atribuir-lhe como expressão do reconhecimento da República Portuguesa.

A Comunidade portuguesa em Timor-Leste contribui de forma importante para a vitalidade do tecido social timorense, distinguindo-se em inúmeras ações de solidariedade e de apoio social. Neste contexto, quero destacar, igualmente, como exemplos de esforço abnegado, duas pessoas aqui presentes:

O Hospitaleiro Vítor Lameiras, colocado há nove anos por Dom Basílio do Nascimento em Laclubar, onde criou o primeiro Centro de Referência de Saúde Mental do país, inaugurado em 2011.

E a Franciscana da Divina Providência Maria da Luz Henriques, colocada há dez anos por Dom Alberto Ricardo em Padiæ, a 13 horas de distância de barco da capital, onde, com o apoio português do Ministério da Solidariedade Social, criou um Centro Comunitário de Referência, destinado a abrir novos horizontes a centenas de crianças e adolescentes.

É com orgulho que, em nome da República Portuguesa, lhes irei impor a Comenda da Ordem do Mérito, que decidi atribuir-lhes.

Caros amigos timorenses

Caros compatriotas

A História não se faz apenas de passado, construindo-se num presente que se projeta no futuro. A Comunidade portuguesa em Timor-Leste é, com o povo timorense, um agente da História, tanto da História deste jovem país, como da História da relação bilateral, num dos seus capítulos mais brilhantes, que importa reconhecer e enaltecer.

Portugal tem orgulho dos que aqui se encontram. Timor-Leste, enquanto país soberano, livre e independente, foi também um sonho português. Hoje, Portugal continua a contribuir para a consolidação do Estado de Direito democrático e para o desenvolvimento social e cultural de Timor-Leste.

Sei que muito está a ser feito e tenho a certeza de que muito mais continuará a ser realizado no futuro. Será firme a nossa aposta em projetos que promovam o desenvolvimento de Timor-Leste e em ações de interesse partilhado. Aqui, em

Timor-Leste, a esperança da cooperação já passou das palavras aos atos. E isso em muito se deve à nossa Comunidade em Timor-Leste e ao Povo timorense. Em nome de Portugal, o meu sincero agradecimento pelo vosso trabalho, que em muito prestigia e eleva o nome dos nossos dois países. A todos desejo as maiores felicidades.

Cerimónia de Abertura da Feira do Livro de Díli

Díli, 22 de maio de 2012

Depois do sucesso que foi a realização, em setembro de 2010, da IV edição da Feira do Livro de Díli, durante a qual se venderam uns impressionantes 22 mil livros, a realização desta V edição, pondo à disposição dos timorenses mais 25 mil volumes, representa um dos contributos mais gratificantes de Portugal para a promoção da língua portuguesa.

A promoção do gosto pela leitura e a divulgação do conhecimento através dos livros é um fator indispensável ao progresso das sociedades. A realização desta Feira do Livro constitui, neste quadro, um complemento do esforço de formação em língua portuguesa que, desde 1999, tem sido levado a cabo, no quadro de parcerias de Timor-Leste com Portugal e com o Brasil.

Foi, aliás, graças a este esforço verdadeiramente notável que a percentagem de jovens timorenses, entre os 15 e os 24 anos de idade, que afirmam falar, ler e escrever em português alcançou os 39 por cento em 2010, o que representa um crescimento de 128 por cento em relação a 2004.

É pois com grande expectativa que assinalo que, nos termos dos acordos recentemente celebrados entre os governos de Portugal e de Timor-Leste, o número de docentes portugueses formadores de professores timorenses passará de 105 em 2011, para 225 no final do corrente ano, prevendo-se que atinja os 355 em 2014. É, assim, perfeitamente legítimo alimentar a esperança de habilitar, em três anos, os cerca de 8.500 professores que desejam entrar na carreira docente, criando, dessa forma, uma situação completamente nova no sistema educativo timorense. Não ignoro a complexidade de que se reveste, para as autoridades timorenses, o problema da alfabetização, face às vicissitudes por que passou este povo ao longo da sua História, em particular nas últimas décadas.

Estou certo de que Timor-Leste tudo fará para continuar, como até agora, a participar empenhadamente na tarefa, difícil mas grandiosa, que é a afirmação internacional do espaço de língua portuguesa.

Dizia há muito tempo Monteiro Lobato, o grande escritor brasileiro de literatura para crianças, que todas “as nações se fazem com homens e com livros”. A Timor, não faltaram os homens, nem as mulheres, para lutar pela independência e erguer um País, que muitos consideravam ser uma utopia. É, portanto, chegado agora o tempo dos livros, ou seja, o tempo da divulgação do conhecimento e da cultura, que são imprescindíveis para consolidar uma nação e assegurar a coesão social, o desenvolvimento e o bem-estar das populações.

Esta Feira do Livro, para além de disponibilizar livros a um preço simbólico a quem deles mais precisa, tem também servido para lançar obras de referência, que vão ao encontro de necessidades específicas do sistema educativo. É o caso, este ano, do lançamento do primeiro “Dicionário de Malaio/Indonésio-Português”, do Professor Geoffrey Hull.

É, aliás, com satisfação que anuncio publicamente que tomei a decisão de agradecer o Professor Geoffrey Hull – que, infelizmente, por razões de saúde, não poderá estar hoje aqui presente – com o grau de Comendador da Ordem do Infante Dom Henrique, em reconhecimento da sua contribuição para a defesa e valorização da língua portuguesa.

Quero, nesta ocasião, dirigir uma palavra de apreço muito particular ao Senhor Primeiro-Ministro de Timor-Leste pelo lançamento, durante a V Feira do Livro, da compilação dos seus principais discursos ao longo dos últimos dez anos, uma edição que tive, de resto, a honra de co-prefaciar.

Uma palavra, também, para felicitar os responsáveis pela organização desta Feira do Livro e para agradecer a todos quantos contribuíram para a sua realização, em especial as editoras, mas também à Caixa Geral de Depósitos que, no ano em que o Banco Nacional Ultramarino celebra o seu centenário em Timor-Leste, surge como um dos principais patrocinadores da presente edição.

Antes de terminar, gostaria de proceder à entrega formal de duas bibliotecas itinerantes às autoridades timorenses. Trata-se de um projeto tornado possível através, justamente, da aplicação das receitas geradas pela anterior edição da Feira do Livro. Estas bibliotecas destinam-se a ser usadas nas áreas de implantação das Escolas de Referência, projeto cuja exemplaridade aproveito, de resto, para louvar, na pessoa do Senhor Ministro João Câncio.

Muito obrigado.

Homenagem das Nações Unidas ao Contingente da Guarda Nacional Republicana

Díli, 22 de maio de 2012

Portugal e Timor-Leste estão unidos por fortes laços históricos e culturais e por uma singular amizade entre os povos, que encontra expressão na excelência da cooperação existente em diversas áreas.

Um dos setores mais significativos de cooperação bilateral tem sido o da Defesa e Segurança. Em Díli, no próprio dia da Restauração da Independência, as duas Repúblicas celebraram um acordo histórico de cooperação técnico-militar, complementado em 2011 pela celebração, em Lisboa, de um acordo de cooperação técnico-policial.

Assim, desde 1999 que Portugal tem sido um dos principais contribuintes para as missões das Nações Unidas, quer com militares das suas Forças Armadas quer com elementos das suas Forças de Segurança: Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Em 2012, só na área de Segurança, Portugal tem em Timor-Leste, ao serviço da UNPOL, o Superintendente-Chefe Luís Carrilho, cujo desempenho exemplar no respetivo comando aproveitou para louvar, 144 militares da Guarda Nacional Republicana, 46 membros da Polícia de Segurança Pública, um inspetor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e três elementos do INEM.

As qualidades e capacidades dos elementos policiais portugueses têm-se destacado de tal forma que, por opção do governo Timorense, tomada em 2008, foi considerado que Portugal, através da Guarda Nacional Republicana, era o país que melhores condições reunia para ajudar a selecionar e formar os novos elementos da Polícia Nacional de Timor-Leste. Coube-nos, assim, elaborar o plano de recrutamento, seleção e formação de 1250 recrutas em cinco anos, e assessorar a sua concretização.

É para mim motivo de justificado orgulho o trabalho de todos os elementos que constituíram os efetivos policiais portugueses aqui presentes ao longo dos últimos 13 anos.

E é particularmente gratificante poder associar-me, com esta minha Visita, à cerimónia de reconhecimento público do muito que tem sido realizado pela Guarda Nacional Republicana, com a imposição não só da Medalha da Solidariedade de Timor-Leste como da medalha da UNMIT aos 139 elementos do contingente atual da Unidade Formada de Polícia portuguesa da UNPOL.

A todos saúdo e felicito.

Estendo igualmente as minhas felicitações aos restantes 42 membros da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que integram atualmente a UNPOL, também eles já agraciados com as mesmas distinções.

Numa nota de pesar, não posso deixar de referir neste momento a memória do Sargento-ajudante Hermenegildo Marques e do Alferes Daniel Simões, que morreram ao serviço das Nações Unidas. Também eles e o seu trabalho quero hoje, aqui, recordar e homenagear.

Senhor Presidente da República

O povo timorense pode continuar a contar com o franco e leal contributo de Portugal para, dentro das nossas possibilidades, consolidar as instituições que garantem a ordem pública na República Democrática de Timor-Leste e estreitar os laços entre as Forças de Segurança dos dois países.

Muito obrigado.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República da Indonésia

Jacarta, 22 de maio de 2012

É com muito gosto e particular emoção que me dirijo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e à Senhora D. Ani Bambang Yudhoyono, nestes primeiros momentos daquela que é a primeira visita de um Chefe de Estado português à Indonésia.

Agradeço o honroso convite que Vossa Excelência me dirigiu para efetuar a presente Visita de Estado. É com emoção que minha Mulher e eu visitamos esta terra hospitaleira e amiga a que os navegadores portugueses chegaram há cinco séculos.

Aqui deixámos raízes, nos costumes, na língua e nos afetos, que perduraram até aos nossos dias. Aqui aprendemos lições de vida, inspiradas em sabedorias ancestrais que moldam, ainda hoje, a identidade dos nossos povos.

Ficou sempre no português, desde então, um profundo fascínio pelos lugares encantados deste fantástico arquipélago, bem como pela cultura e hábitos das suas gentes.

Os nossos países reencontram-se, hoje, como nações livres e democráticas, partilhando os valores da tolerância e do pluralismo, mas também o desejo, que é recíproco, de aprofundamento do diálogo e do conhecimento mútuo, o que certamente se refletirá no sucesso desta Visita e no reforço da nossa cooperação.

A construção de um relacionamento forte, dinâmico, ambicioso e orientado para o futuro é a melhor homenagem que podemos prestar ao longo passado de amizade entre os nossos países e povos.

E nada poderia ser mais simbólico, neste momento especial das nossas relações bilaterais, do que ter participado com Vossa Excelência, em Díli, nas cerimónias do décimo aniversário da independência de Timor-Leste e da tomada de posse do recém-eleito Presidente da República Democrática de Timor-Leste.

Senhor Presidente

A presente Visita tem lugar cinquenta e dois anos depois de o primeiro Presidente indonésio, e fundador da nacionalidade indonésia, ter visitado Lisboa.

Olhando para o caminho que os nossos dois países e povos percorreram em meio século, não posso deixar de realçar as profundas transformações que as nossas respetivas sociedades conheceram, de então para cá.

A Nação Indonésia impôs-se progressivamente no decurso das incertezas da Guerra Fria, entrando decisivamente, a partir de 1999, numa nova fase de consolidação dos ideais democráticos e do pluralismo político e social, que todos reconhecem como a chave do sucesso do crescimento económico e do desenvolvimento exponencial deste grande país.

Portugal está particularmente atento aos desenvolvimentos nesta parte do Mundo. Desejamos acompanhar as dinâmicas em curso com o reforço das nossas relações bilaterais em todos os campos, do científico ao tecnológico, do académico ao empresarial, do turístico ao cultural. Queremos, também, dar a conhecer melhor a realidade portuguesa contemporânea.

Portugal é hoje uma democracia consolidada, com uma economia aberta e dinâmica, integrada no espaço mais vasto da União Europeia. Os centros de excelência que temos vindo a construir em áreas de grande potencial de crescimento, como a nanotecnologia, as telecomunicações móveis, as energias renováveis e as ciências médicas, são hoje amplamente reconhecidos, integrando algumas das redes mais dinâmicas de cooperação internacional.

Como é sabido, no seguimento da crise financeira que se abateu sobre a zona do euro, Portugal está neste momento a implementar um ambicioso programa de ajustamento estrutural, que irá tornar a economia portuguesa e o ambiente de negócios mais competitivos. Também aqui, a experiência indonésia inspira-nos com a sua coragem e o seu sucesso, ao ter saído mais forte da crise que, não há muitos anos, afetou gravemente toda esta região.

Hoje, mais do que nunca, vivemos em Portugal um ambiente de grande receptividade à iniciativa empresarial e ao investimento estrangeiro. Queremos reforçar os laços com o exterior, diversificar os nossos mercados e beneficiar das oportunidades da economia global e do crescimento das regiões da Ásia, como a Indonésia, onde o dinamismo económico tem sido predominante.

A nossa ligação ao resto do Mundo, quer à Europa, quer aos EUA, quer aos países de expressão oficial portuguesa, na América Latina, em África ou na Ásia, é um ativo que Portugal está decidido a aproveitar no quadro das parcerias que mantemos com outros países e regiões.

Os Acordos que hoje assinamos, bem como a delegação empresarial que me acompanha e que participará, amanhã, no Fórum Empresarial Portugal-Indonésia, são um sinal muito claro do nosso empenho em fortalecer e diversificar os laços de cooperação no domínio económico com a Indonésia.

Senhor Presidente

Ilustres convidados

As nossas duas nações souberam, por diferentes vias, reunir o melhor das suas energias para construir sociedades democráticas, onde a cidadania goza da proteção da Lei e do Estado de Direito. E são estas duas democracias que se dispõem a abrir uma nova era nas suas relações bilaterais.

This Visit and the warm hospitality accorded to us are a clear manifestation of the quality of our present bilateral political and diplomatic relationship. But they also express our firm determination to build an ambitious economic and entrepreneurial relationship geared towards the future.

It is in the name of such a promising future that I ask all gathered here to join me in a toast to the health of President Susilo Bambang Yudhoyono, to the Indonesian people and to the prosperity of Portuguese-Indonesian relations.

Sessão de Encerramento do Fórum Empresarial Portugal-Indonésia

Jacarta, 23 de maio de 2012

É com uma grande satisfação que participo neste Fórum Empresarial Portugal-Indonésia e testemunho o forte interesse que o mesmo desperta entre os empresários de ambos os países.

Gostaria, nesta ocasião, de sublinhar três aspetos que entendo serem centrais no contexto do aprofundamento da cooperação económica entre os nossos dois países.

O primeiro tem a ver com o extraordinário progresso económico que tem vindo a ser conseguido na Indonésia. Tenho acompanhado com grande interesse os desenvolvimentos na Indonésia, em particular na última década. O processo de transição democrática e a consolidação do pluralismo político abriram caminho a um período de crescimento económico e de melhoria das infraestruturas e condições de vida da população. O sucesso da Indonésia é objeto de estudo interessado em todos os países do Mundo. Aliás, a sua importância económica no globo é muito elevada, como o atesta a sua recente integração no G20 e o peso crescente da sua voz em relação a um conjunto alargado de temas da agenda internacional.

Não podemos senão regozijar-nos com os vossos progressos, conscientes de que o sucesso da economia indonésia abre também renovadas oportunidades para o fortalecimento do relacionamento económico bilateral entre os nossos países. Em segundo lugar, gostaria de aproveitar esta oportunidade para explicar aos nossos parceiros indonésios os esforços que Portugal está a levar a cabo no quadro do programa de ajustamento económico e financeiro atualmente em vigor. As condições concretas da economia europeia, e da economia mundial, são ainda, como sabemos, particularmente desafiantes. Mas existe hoje a convicção de que a economia europeia está a entrar numa trajetória de recuperação. Portugal está concentrado em implementar um ambicioso programa de consolidação orçamental e de reformas estruturais, o qual, estou certo, irá tornar a

economia portuguesa mais flexível e robusta e mais bem preparada para tirar partido das oportunidades que se abrem à internacionalização da sua economia. Vale a pena referir que a globalidade dos nossos parceiros e, designadamente, a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, têm avaliado de forma muito positiva a execução do nosso programa e o elevado grau de coesão política e social que o suporta. Esta constitui, de resto, uma considerável vantagem, que reforça a minha convicção de que seremos bem-sucedidos.

O terceiro aspeto que gostaria de sublinhar tem a ver com a importância e as vantagens de um aprofundamento das relações económicas entre os nossos dois países.

Portugal possui uma economia moderna e aberta, com instituições políticas sólidas e um ambiente de negócios favorável ao investimento, ao empreendedorismo e à inovação. A nossa integração no espaço económico e político que é a União Europeia tem-nos permitido recolher os benefícios das melhores práticas europeias e beneficiar do acesso privilegiado a um mercado de cerca de 500 milhões de consumidores.

Mais do que nunca, vivemos em Portugal um ambiente de grande receptividade ao investimento estrangeiro e à iniciativa empresarial. Estamos empenhados em reforçar os laços económicos com o exterior e, em particular, com regiões do Mundo, como a Indonésia, onde o dinamismo económico tem sido tão visível. Gostaria, pois, de convocar os empresários indonésios a aprofundarem a avaliação de oportunidades de investimento em Portugal. Tanto mais que Portugal possui fortes competências específicas em áreas que, acredito, poderão ser de enorme interesse para a economia indonésia. O Memorando de Entendimento que acaba de ser assinado entre as agências de investimento de Portugal e da Indonésia constitui um indicador muito promissor quanto ao fortalecimento da nossa parceria económica.

É com uma mensagem de esperança e confiança no futuro da economia portuguesa que eu gostaria de terminar esta minha breve intervenção. Portugal sempre superou com sucesso, e de forma mais célere do que o previsto, as suas crises de financiamento externo. Estou seguro de que o conseguiremos fazer mais uma vez.

Quero assegurar-vos que as autoridades e as empresas indonésias encontrarão em Portugal aliados e parceiros naturais para uma sua maior participação na economia europeia, mas também noutras regiões do globo.

A nossa ligação ao resto do Mundo, na América, em África ou aqui na Ásia, é uma garantia de flexibilidade económica e um ativo que Portugal se mostra decidido a aproveitar.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Os contactos políticos que tenho mantido não apenas com as autoridades indonésias, mas também com os agentes económicos e culturais permitem-me concluir, sem hesitações, que estão criadas as condições para que possamos elevar o nosso relacionamento bilateral a um novo patamar.

Faço votos para que os contactos estabelecidos neste Fórum prossigam e possam materializar-se em oportunidades de negócio e de investimento mutuamente vantajosas.

Muito obrigado pela vossa presença e pela vossa participação.

Inauguração da Exposição “Cinco Séculos de Relações Políticas e Diplomáticas entre Portugal e a Indonésia”

Jacarta, 23 de maio de 2012

É, para mim, um grande prazer encontrar-me num local tão inspirador como o Museu Nacional da Indonésia, lado a lado com múltiplos tesouros do vastíssimo acervo cultural deste grande país.

Há cerca de 500 anos, a Indonésia viu chegar a primeira expedição portuguesa. Era a primeira vez que um povo europeu se aventurava até aqui e se cruzava com os povos destas ilhas. Muitos portugueses aqui se instalaram, desenvolvendo o comércio e estabelecendo laços de cooperação que se revelaram mutuamente vantajosos.

Durante mais de um século, os navios portugueses cruzaram sistematicamente o Oceano Índico e o Oceano Atlântico, em carreiras regulares que fizeram a ponte entre o Oriente e Ocidente. A aldeia global, de que tanto falamos hoje, nasceu desse encontro de povos e de culturas.

Portugal foi, de facto, há cinco séculos, o embaixador do Ocidente nestas paragens. Os navegadores, comerciantes e missionários portugueses deram a conhecer às populações locais o que era a Europa. Ao mesmo tempo, levaram aos europeus o relato do que verdadeiramente era a Indonésia, e toda uma parte do Mundo de que se conheciam apenas descrições mais ou menos fantasiosas. Como escreveu o nosso Poeta, com justificado orgulho, foi Portugal quem “deu novos mundos ao Mundo”.

Um contacto assim tão prolongado e tão intenso não podia passar sem deixar marcas profundas e testemunhos abundantemente registados. Várias dessas marcas permanecem visíveis na arte, nas tradições religiosas e na música de algumas ilhas, para já não falar da própria língua, onde se encontram, muitas palavras derivadas do português, tais como *escola, igreja, natal, mesa, sapato*, e tantas outras.

A Exposição que hoje inauguramos é um excelente testemunho da capacidade que demonstraram, então, as autoridades, tanto do lado indonésio como do lado português, para criar as condições logísticas essenciais a um comércio de envergadura.

Estamos perante uma verdadeira lição de História. Mas estamos, também, perante uma lição para o futuro. Duas sociedades e dois Estados que souberam cultivar, no passado, laços tão fortes, têm bons motivos para acreditar no sucesso das suas relações bilaterais.

Um dos propósitos da Visita de Estado que estou a efetuar à Indonésia é dar a conhecer melhor o Portugal contemporâneo, um país que se encontra, hoje, na vanguarda da investigação e da inovação científica e tecnológica, em áreas que oferecem um elevado potencial para o fortalecimento das relações seculares entre Portugal e a Indonésia.

A construção de um relacionamento forte, dinâmico, ambicioso e orientado para o futuro, não apenas no domínio da cultura, mas também da economia, da ciência, da investigação e da cooperação universitária, é a melhor homenagem que podemos prestar ao longo passado de amizade entre os nossos países e povos. Foi precisamente tendo em conta o seu exemplo e o seu contributo para o estreitamento do relacionamento bilateral entre Portugal e a Indonésia que tomei a decisão de agraciar, no quadro da presente visita, duas personalidades, que gostaria de chamar ao palco para receberem as respetivas insígnias: Sua Excelência o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Senhor Alwi Shihab, que receberá a Grã-Cruz da Ordem do Mérito; e o Cônsul Honorário da Indonésia na cidade do Porto, Dr. Luciano Coelho da Silva, que receberá a Comenda da Ordem do Mérito.

Almoço Oferecido pela Governadora-Geral da Austrália

Canberra, 25 de maio de 2012

Quero agradecer, muito sensibilizado, as palavras de Vossa Excelência, Senhora Governadora-Geral, bem como expressar o enorme gosto que temos, minha Mulher, a Comitiva que me acompanha e eu próprio, em estar na Austrália, nesta terra que é um notável exemplo de dinamismo e de modernidade.

Apesar da distância geográfica entre Portugal e a Austrália, são antigos os laços que unem os nossos dois países, havendo relatos da presença de portugueses na Austrália desde o século XVI.

Nos anos 70 do século XX, muitos portugueses rumaram à Austrália, à procura de um futuro melhor e para participar na construção desta nação.

Hoje, a Comunidade Portuguesa na Austrália, que amanhã encontrarei em Sydney, constituída por cerca de 50 mil pessoas, é uma comunidade dinâmica e bem integrada e que pode ser instrumental no reforço das nossas relações bilaterais.

Senhora Governadora-Geral

Partilhamos valores comuns e interesses comuns.

No quadro regional, partilhamos a mesma visão sobre Timor, reconhecendo a jovem nação como um caso de sucesso. Os nossos dois países são os maiores doadores em Timor e a complementaridade dos nossos projetos de cooperação só pode trazer melhores resultados em benefício dos timorenses.

Também no quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa existem oportunidades de cooperação que devem ser aproveitadas. Saúdo a nomeação de um Enviado Especial australiano à CPLP, sinal claro da importância que a Austrália atribui a esta comunidade dos países lusófonos.

Aliás, no domínio da língua, gostaria de aqui deixar uma palavra de reconhecimento às autoridades australianas pelo apoio que é oferecido às instituições

de ensino privadas onde o português é ensinado. Terceiro idioma europeu no mundo, a língua portuguesa é falada por mais de 250 milhões de pessoas, espalhadas pelos cinco Continentes.

Senhora Governadora-Geral

As nossas relações económicas e comerciais bilaterais são modestas e muito há ainda a fazer. Não obstante, encontramos exemplos de empresas portuguesas que são bem-sucedidas na Austrália. Devemos estar atentos a novas oportunidades, em particular de parceria, em regiões e mercados onde empresas australianas e portuguesas estejam presentes.

A União Europeia, espaço político ao qual Portugal pertence, para além de ser um dos principais aliados políticos da Austrália, é também o seu maior parceiro comercial e a principal origem do investimento direto estrangeiro.

Senhora Governadora-Geral

Posso assegurar-lhe que Portugal tudo fará para estreitar os laços de cooperação e de amizade que unem os nossos dois países.

E é em nome da ambição para o futuro do relacionamento entre Portugal e a Austrália que peço que se juntem a mim num brinde à saúde de Sua Majestade a Rainha Isabel II, da Senhora Governadora-Geral, ao povo da Austrália e à prosperidade das relações entre Portugal e a Austrália.

Encontro com a Comunidade Portuguesa Residente na Austrália

Sydney, 26 de maio de 2012

Saúdo calorosamente os compatriotas presentes nesta confraternização, em Sydney, a tantos milhares de quilómetros da terra das nossas raízes.

Tal como no meu primeiro mandato como Presidente da República, também agora mantenho o compromisso de visitar regularmente as Comunidades de portugueses residentes no estrangeiro. Foi assim, em anos anteriores, no Luxemburgo, no Brasil, na Alemanha, em Andorra, na Califórnia. É pois com muito gosto e uma emoção especial que este ano tenho a oportunidade de chegar até vós, aqui na Austrália.

Situada num cenário natural maravilhoso, Sydney possui vários edifícios emblemáticos, como a famosa Ponte, a *Harbour Bridge*, ou a *Opera House*.

O processo de construção da Ponte de Sydney, concluída em 1932, foi complexo e exigiu grande imaginação e espírito de risco. O facto de, naquela época, se viverem tempos difíceis e de depressão económica não foi entrave a que se prosseguisse a obra. Pelo contrário, serviu de estímulo e incentivo a que os trabalhos se acelerassem.

Também a construção da Ópera culminou um processo carregado de vicissitudes e problemas, mas em momento algum se pensou em desistir.

Destes dois exemplos, várias lições poderemos extrair. Desde logo, a escolha de um estrangeiro para desenhar a Ópera mostra o espírito de abertura ao Mundo do povo australiano, orgulhoso do seu país, mas disposto a acolher e a promover naturais de outros lugares.

Quer a construção da Ponte, quer a edificação da Casa da Ópera foram marcadas por dificuldades, mas nunca os australianos cederam e baixaram os braços. Num tempo de grande adversidade, mostraram ousadia e não tiveram medo do risco. Os australianos têm uma ambição que é do tamanho deste país-continente. De terras inóspitas, fizeram cidades de extraordinária beleza. Venceram a aridez

dos lugares e as agruras dos climas. Edificaram, naquele que era então um ponto distante do globo, uma civilização singular e única, que recolhe os contributos de várias culturas, numa mescla admirável entre as tradições autóctones e aquilo que vem de fora.

Não admira, por isso, que muitos portugueses se tenham fixado na Austrália. A nossa Comunidade possui, também aqui, um justificado prestígio, precisamente porque se destaca pelo seu dinamismo, pela entrega ao trabalho, pelo espírito de risco e pela ambição da aventura. Mantendo-se fiel à portugalidade das suas origens, os portugueses e lusodescendentes da Austrália são construtores de pontes entre culturas.

Orgulho-me desta Comunidade e é conhecido o apreço que, como Presidente da República, tenho demonstrado pelos inúmeros exemplos que a Diáspora portuguesa oferece aos nossos concidadãos.

Tenho referido, em diversas ocasiões, que é fundamental alterarmos o modo como vemos as comunidades portuguesas da Diáspora. A retórica da saudade tem de dar lugar a atos concretos, gestos palpáveis que demonstrem o respeito e a gratidão de Portugal perante os seus filhos espalhados pelo Mundo e que, ao mesmo tempo, envolvam as comunidades da emigração num projeto comum. Esse projeto comum, caros amigos e compatriotas, é Portugal.

Num ambiente internacional de crise, Portugal atravessa hoje dificuldades que são conhecidas. Mas é, indiscutivelmente, um lugar de oportunidades, uma terra em que existe espaço para concretizar a ambição e a coragem. Muitas vezes, no estrangeiro, desconhece-se o potencial do nosso País e as transformações profundas que este sofreu nas últimas décadas. A crescente afirmação de Portugal, para dar um exemplo, no campo da ciência e da inovação, recuperando em poucos anos um atraso de décadas, tem de ser conhecida internacionalmente. Na intervenção que proferi este ano, nas comemorações do 25 de abril, chamei a atenção para a necessidade de os Portugueses, todos eles, darem o seu contributo para a projeção externa da nova realidade nacional. E sublinhei, justamente, o papel inestimável que as Comunidades da Diáspora podem desempenhar no plano de afirmação da credibilidade internacional de Portugal.

Também a Comunidade de portugueses e lusodescendentes radicados na Austrália, pelo prestígio que soube conquistar e pelo exemplo que dá ao Mundo, é

chamada a participar num trabalho patriótico que permita, no mínimo, desfazer equívocos e ideias feitas que ainda subsistem sobre o nosso país.

Apelo a todos os presentes para que, e apesar da distância física, redescubram a vossa terra de origem, conheçam melhor os talentos, as realizações e as oportunidades que aí existem, apostem nas suas imensas potencialidades. Quero exortar-vos a que sejam embaixadores de Portugal na Austrália. Deem a conhecer o Portugal real, que é muito diferente daquele que, por vezes, tão imprecisa ou negativamente é retratado.

Para que os vossos filhos e os vossos netos continuem a falar português e sintam a vontade de conhecer a terra das suas raízes, o Governo irá tomar medidas para melhorar o ensino do português na Austrália.

Quero dizer-vos, em meu nome e no da minha Mulher, que temos a maior honra e um enorme gosto em estar hoje aqui convosco. A vossa presença amiga é um sinal claro de que mantêm com Portugal um vínculo que tem de ser devidamente apreciado e aprofundado. O meu reconhecimento a todos vós e, em particular, àqueles que vieram de mais longe, incluindo da Nova Zelândia.

Queria agradecer-vos o muito que têm feito para honrar as vossas origens e engrandecer o nome de Portugal. E pedir-vos que aprofundassem o esforço para que Portugal, vencendo as dificuldades do presente, possa assumir-se e projetar-se como uma terra de futuro e um país de oportunidades. Está também nas vossas mãos contribuir para que este desígnio se converta em realidade.

A todos, do fundo do coração, muito obrigado.

Receção aos Quadros Portugueses em Singapura

Singapura, 27 de maio de 2012

É com grande prazer que me encontro com altos quadros portugueses que desenvolvem as suas atividades em Singapura.

O vosso nível de qualificações e a excelência do vosso trabalho são a prova de que existe um Portugal novo, que importa dar a conhecer ao Mundo.

Desde há algum tempo, sobretudo quando se tornaram mais evidentes as dificuldades que o nosso país atravessa e que levaram à solicitação de apoio externo, têm sido veiculadas, em certos meios de comunicação social estrangeiros, notícias que fornecem uma imagem distorcida e desinformada da realidade nacional.

A presença de altos quadros portugueses num país tão competitivo e exigente como Singapura mostra bem que Portugal é muito diferente da imagem que, por vezes, dele se tem no exterior.

Tenho insistido neste ponto, em diversas intervenções públicas. O sucesso do programa de assistência financeira a Portugal depende, sem dúvida, do cumprimento dos objetivos de consolidação orçamental e de disciplina financeira que subscrevemos. Mas requer, também, crescimento económico suscetível de gerar valor e criar emprego. Só dessa forma será possível assegurar a justiça social e a coesão da sociedade portuguesa. O crescimento exige, sabemos-lo bem, reformas estruturais que o sustentem, de modo a que, aos sacrifícios que atualmente se exigem aos Portugueses, se sucedam melhorias duradouras de bem-estar.

Mas a verdade é que, na definição de uma estratégia de crescimento, também a perceção externa positiva do País assume um papel central. Através dela, será mais fácil atrair investimento, obter financiamentos a taxas de juro comportáveis, aumentar as exportações de bens, assegurar o desenvolvimento de setores chave como o turismo.

Na projeção de uma imagem externa positiva, os agentes políticos têm, naturalmente, uma ação imprescindível. Estamos, todavia, perante uma tarefa coletiva, um desígnio nacional que urge ser assumido por todos os Portugueses.

A vossa presença em Singapura demonstra que, nos nossos dias, em áreas como a investigação aplicada ou a atividade empresarial, não existem fronteiras políticas ou geográficas. A grande fronteira é a do conhecimento. Esse é o limite que separa os que dispõem da capacidade de competir eficazmente no mundo global e os que não alcançaram, ainda, esse patamar de desenvolvimento. E Portugal encontra-se, claramente, no grupo de países situados na primeira linha da sociedade do conhecimento.

Apelo, pois, a todos os presentes para que interiorizem uma missão que têm de cumprir enquanto cidadãos de Portugal. Dada a excelência que vos caracteriza, cabe-vos um especial dever de serem os diplomatas do Portugal real, contribuindo para que o nosso País consiga ultrapassar da melhor forma as adversidades do presente.

Enquanto profissionais de sucesso – e por isso vos felicito –, conhecem, como poucos, qual a chave do êxito num mundo globalizado e competitivo. Sabem, sem dúvida, que o conhecimento é um trunfo indispensável, mas também que, sem difusão do conhecimento, sem a formação de redes, muito dificilmente algum resultado útil se conseguirá obter. E a difusão do conhecimento de Portugal constitui, nesta perspetiva de que vos falo, uma das vossas responsabilidades. Estou confiante de que o vosso talento permitirá que, em Singapura, Portugal seja admirado. Não apenas porque produziu uma vanguarda de quadros altamente qualificados e dinâmicos, mas porque esses talentos são bem ilustrativos das reais capacidades de um país em transformação, que dispõe de potencialidades e capital humano que merecem ser conhecidos.

Agradeço-vos o contributo que já estão a dar, com os vossos exemplos, neste esforço nacional de projeção do Portugal real. Peço-vos, apenas, que aprofundem e, de algum modo, sistematizem esse contributo, na consciência de que, se o fizerem, estarão a ajudar a construir um País melhor para todos e, sobretudo, para os portugueses das gerações vindouras.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento do Fórum Económico Singapura-Portugal

Singapura, 28 de maio de 2012

É com muito gosto que participo no encerramento deste Fórum Económico que reuniu empresários de Portugal e de Singapura.

Gostaria de vos deixar, nesta ocasião, três notas.

A primeira, para explicitar aos nossos parceiros em Singapura as vantagens da economia portuguesa e também, claro está, da economia europeia em que Portugal está plenamente inserido.

A segunda, para sublinhar o esforço que as autoridades portuguesas, e a sociedade portuguesa em geral, estão a fazer para cumprir com rigor um programa de ajustamento económico e financeiro que permitirá a Portugal corrigir os desequilíbrios que têm afetado a sua economia.

A minha terceira mensagem será um apelo. Um apelo ao aprofundamento das relações económicas entre os nossos dois países.

Portugal é uma democracia europeia moderna, onde as diversas instituições do Estado e da sociedade civil funcionam de forma articulada e estável. E também um país que, na sua governação, consegue exibir graus de colaboração e consensualidade particularmente elevados entre as diversas forças políticas e sociais. Estes elementos singulares, que têm sido muito valorizados pelos nossos parceiros internacionais, tornam Portugal num país em que a comunidade internacional e financeira pode e deve apostar. Portugal, além disso, existe desde há nove séculos, o que é uma notável demonstração da sua capacidade de enfrentar crises como a que a Europa atualmente atravessa. A nossa proximidade histórica, política e cultural com todos os continentes, incluindo a Ásia, é também um ativo importante para a afirmação estratégica de Portugal na comunidade das nações.

O ambiente de negócios em Portugal é claramente favorável e somos vistos como bons parceiros para fazer negócios e estabelecer empresas.

Vale a pena referir que a globalidade dos nossos parceiros e, designadamente, a Comissão Europeia, o FMI e o BCE têm avaliado de forma muito positiva a execução do nosso programa de ajustamento e o elevado grau de coesão política e social que o suporta.

Apesar de as condições atuais das economias europeias e mundial permanecerem particularmente desafiantes, existe a convicção de que a economia europeia está a entrar numa trajetória de recuperação.

De notar, também, que o compromisso dos países da União Europeia com o sucesso do projeto do Euro é inabalável. No ambiente de diálogo e consenso que caracteriza as instituições europeias, estão a ser encontradas soluções credíveis para os vários problemas que a crise fez emergir.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Singapura, tal como Portugal, é uma ponte entre geografias. Ambos ajudamos a criar laços entre continentes distantes. A importância estratégica de Singapura na Ásia é inquestionável.

Singapura é também reconhecida pela singularidade do seu modelo de desenvolvimento económico – a sua abertura ao exterior, o investimento na formação dos seus quadros, a sua forte participação no comércio mundial, a flexibilidade que a sua economia demonstra. A forma como a economia de Singapura se adaptou à contração do comércio internacional, iniciada em 2008, e agora já em recuperação, é verdadeiramente notável.

Tendo presente tudo isto, convido os empresários de Singapura a fazer um aprofundamento da avaliação de oportunidades de investimento em Portugal e a construir parcerias connosco para o continente europeu. Portugal possui um elevado número de competências específicas em áreas que merecem bem ser capitalizadas por empresários dos dois países. As parcerias tendem a cimentar a confiança; e acredito que temos bons motivos para estar confiantes.

Aproveito, igualmente, esta oportunidade para convidar os jovens de Singapura a visitar e a estudar em Portugal. Gostaria de salientar, enquanto manifestação do aprofundamento dos laços desenvolvidos entre Portugal e Singapura, a assinatura, hoje mesmo, de um Memorando de Entendimento entre duas Instituições líderes de ensino – a Universidade Nacional de Singapura e a Universidade

Nova de Lisboa –, com vista a aprofundar estudos de gestão e administração marítimas.

Nesta minha viagem pela Ásia, tenho recebido, nos vários países por onde passei, testemunhos de confiança na credibilidade de Portugal e nas suas instituições. A nossa imagem é robusta nesta área do globo e tudo faremos para reforçar a confiança que tantos nos têm manifestado.

A verdade é que vivemos em Portugal um ambiente de grande receptividade ao investimento estrangeiro e à iniciativa empresarial. As autoridades e as empresas de Singapura encontrarão em Portugal e nas nossas empresas aliados e parceiros naturais para reforçar a sua participação na economia europeia. E encorajo, de igual modo, os empresários portugueses a explorar as oportunidades de negócio que se abrem em Singapura e no sudeste asiático.

Agradeço, vivamente, a vossa participação neste Fórum Económico. Conto que tenha dado um contributo da maior relevância para uma nova dinâmica nas relações económicas entre os nossos dois países.

Muito obrigado.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Singapura

Singapura, 28 de maio de 2012

Gostaria de começar por lhe agradecer, Senhor Presidente, em meu nome, no de minha Mulher e da Comitiva que me acompanha, o honroso convite para efetuar esta Visita a Singapura, a primeira de um Chefe de Estado Português, bem como a forma como nos acolheram.

Esta minha Visita a Singapura é um sinal claro da importância que conferimos às nossas relações e expressa um desejo firme de aprofundamento dos laços que nos ligam, para benefício mútuo dos nossos dois países.

Não posso deixar de recordar que foi sob o impulso da Presidência Portuguesa da União Europeia que, em 2007, teve lugar a Cimeira Comemorativa dos 30 Anos das Relações entre a União Europeia e a ASEAN. Os encontros de Alto Nível que, na ocasião, tiveram lugar, inauguraram uma nova página, em que esta minha visita também se inscreve, nas nossas relações bilaterais.

Os Portugueses têm uma profunda admiração e curiosidade pela Ásia, pela sua cultura, pelas suas gentes e pelas suas tradições. Uma admiração alimentada por uma convivência secular, que marca a nossa identidade e que continua a influenciar decisivamente a forma como vemos o Mundo dos nossos dias.

A presença portuguesa em Singapura remonta a muitos séculos. Desde os tempos da sua fundação que há registo da presença de portugueses, que, mais tarde, fundaram a primeira missão católica de Singapura, a Igreja de São José, que esteve sob jurisdição eclesiástica portuguesa até 1981.

Senhor Presidente

Portugal e Singapura têm muito mais em comum do que à primeira vista possa parecer. Os dois países têm uma posição geográfica entre diversos mares e oceanos e estão no centro de rotas privilegiadas do comércio internacional. Portugal encontra-se entre três continentes – Europa, África e América. E, com

a abertura, em 2014, do novo Canal do Panamá, Portugal tornar-se-á no país europeu mais próximo desta parte da Ásia.

O Porto de Singapura, que hoje visitei, percebeu bem a importância geográfica de Portugal e opera já um terminal de contentores no Porto de Sines. Podemos ir mais longe nesta parceria e gostaríamos muito de ver Singapura reforçar a sua presença em Portugal.

Sei bem que Singapura é a porta da Ásia. E o milagre económico aqui operado constitui um exemplo que analisamos com interesse.

Apostando na estabilidade política, na previsibilidade legislativa, na formação dos recursos humanos e na harmonia social, Singapura é um exemplo inspirador de um país que conseguiu tirar pleno partido da sua particular localização geográfica.

Senhor Presidente

A minha Visita a Singapura, para além de uma componente política, comporta também uma forte componente económica. Estou aqui acompanhado por um expressivo grupo de empresários portugueses.

O desafio é, para ambos os países, garantir que ao fortalecimento do relacionamento político, corresponda também um aprofundamento das nossas relações nos domínios económico, empresarial, científico e cultural.

Nos últimos anos, as empresas portuguesas desenvolveram competências em áreas estratégicas importantes e têm vindo a adquirir uma acrescida projeção internacional. Algumas dessas empresas estão já presentes em Singapura, onde foi recentemente criado, de resto, um Conselho Empresarial Português.

O Fórum Económico que hoje tive a honra de encerrar constituiu uma excelente ocasião para que os empresários e investidores de ambos os países se conheçam melhor e aprofundem a sua cooperação.

Mister President

One of the main purposes of my Visit is to contribute to the building of a relationship geared to the future between Portugal and Singapore.

It is with such conviction that I ask everyone to join me in a toast to the health and prosperity of President Tony Yam and Madame Mary Kiang, to the friendly People of Singapore, as well as to the friendship of our two countries and the future of our relationship.

Banquete Oficial em Honra dos Príncipes das Astúrias

Palácio de Queluz, 31 de maio de 2012

Constitui uma grande satisfação, para mim e para a minha Mulher, receber Vossas Altezas Reais nesta primeira Visita Oficial que realizam a Portugal. Ainda guardamos as mais gratas recordações da nossa Visita de Estado a Espanha, em 2006, e, muito particularmente, do carinho e da amizade com que fomos acolhidos no Principado das Astúrias.

O significado muito particular de que se reveste a presente Visita é ditado, desde logo, pela singularidade da forte relação que une os nossos dois países, mas também pelo carinho e pela especial simpatia que o Povo português dedica à família Real.

O atual relacionamento entre Portugal e Espanha reflete as mudanças ocorridas ao longo de pouco mais de três décadas, em que constituiu marco determinante a adesão simultânea dos dois países à União Europeia.

As duas jovens democracias cedo descobriram, nessa caminhada, que a raia podia bem deixar de ser a barreira física, económica e psicológica que havia sido até então. O Tratado de Amizade e Cooperação, assinado em 1977, representou um importante avanço no novo relacionamento bilateral, que as Cimeiras Luso-Espanholas, a última das quais realizada recentemente na cidade do Porto, vieram assinalar ao longo de quase trinta anos.

Os processos de enorme transformação ocorridos em Espanha e em Portugal nas últimas décadas, seja nas esferas política e económica, seja nos planos social e cultural, não só se influenciaram mutuamente, como significaram, afinal, a convergência entre os nossos dois povos, cujas relações têm hoje uma intensidade inédita em séculos de História.

Portugal e Espanha partilham hoje os mesmos valores, procurando afirmá-los na comunidade internacional: no seio da Aliança Atlântica, garantem em comum a sua defesa e segurança; e participam, de forma empenhada, numa comunidade de afetos e interesses com o conjunto das nações ibero-americanas.

Mais ainda, Espanha e Portugal são parceiros na mesma aposta essencial na construção europeia, firmemente convictos dos seus méritos. Convicção que não se vê abalada pelas dificuldades e hesitações circunstanciais do projeto europeu. É precisamente num tempo de desafios, como aquele que atravessamos, que a nossa parceria estratégica deverá ser mais forte e ativa para que, aos necessários esforços de consolidação orçamental, possamos juntar verdadeiras políticas de crescimento económico e de criação de emprego.

Ao nível do intercâmbio entre os nossos dois povos, a evolução das últimas décadas foi, também ela, muito nítida. O desenvolvimento dos fluxos turísticos teve um papel relevante, tal como o movimento de pessoas, com especial destaque para os quadros de empresas com presença num e noutra país. Também na esfera cultural encontramos facilmente exemplos expressivos de frutuosa cooperação entre os nossos países, como o comprovam os diversos prémios obtidos por vários autores do outro lado das respetivas fronteiras.

Ainda assim, tenho verificado que persiste um défice de conhecimento da realidade espanhola em Portugal e, igualmente, um significativo grau de desconhecimento, em Espanha, da realidade portuguesa.

Este quadro traduz afinal a necessidade, que tenho vindo a sublinhar, de Portugal fazer um esforço redobrado para se dar a conhecer a um Mundo mais informado, muitas vezes, das dificuldades que o País atravessa do que das reais capacidades que demonstra e da excelência que, de facto, detém em variados domínios. E Espanha, naturalmente, tem de estar na primeira linha desse esforço de divulgação.

Estou certo de que um conhecimento mais completo e aprofundado entre os nossos dois povos e países dinamizaria ainda mais o intercâmbio existente, com resultados profícuos para ambos.

Um excelente exemplo do alcance dos nossos esforços conjuntos reside no Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, que Vossas Altezas hoje visitaram, e que tive a honra de inaugurar com Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos, em 2009, um projeto de vanguarda que já hoje se afirma como uma instituição de referência naquela área de investigação.

Altezas Reais

Distintos convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Nessa tarefa de dar a conhecer ao Mundo o Portugal do Século XXI, em que me tenho pessoalmente empenhado, sei que contamos com excelentes aliados. E não posso deixar de evocar, neste plano, o papel ímpar que Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos tem assumido, até pela sua tão especial ligação ao nosso país. Tenho confiança que, ao partirem de Portugal, onde queremos que se sintam como em vossa casa, Vossas Altezas estarão igualmente entre os mais entusiásticos promotores de um mais profundo conhecimento e de um acrescido entendimento entre os nossos dois povos e países.

E é nesse espírito de confiança que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade de Suas Majestades e de Vossas Altezas Reais, à excelência das relações entre os nossos países e ao reforço dos laços fraternais que unem os nossos povos.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Cabo Verde

Palácio de Queluz, 11 de junho de 2012

É motivo de grande alegria, para mim e para a minha Mulher, receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a Senhora Dra. Lígia Fonseca, bem como a ilustre delegação que os acompanha, nesta sua primeira Visita de Estado a Portugal. Muito nos honrou, também, a participação de Vossa Excelência, ontem, nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Não posso deixar de realçar o facto de esta ser a primeira visita de cariz oficial de Vossa Excelência ao estrangeiro, desde que foi chamado a assumir a mais elevada magistratura do Estado cabo-verdiano, o que bem demonstra a profunda e fraterna amizade que une os nossos dois povos e países.

Esta amizade, alicerçada na história e na língua comuns, numa partilha de valores éticos e políticos e numa afetividade recíproca é a prova de que os laços que unem Portugal e Cabo Verde são verdadeiramente especiais, indo muito para além de uma mera boa relação entre Estados.

A importante comunidade cabo-verdiana que aqui vive e trabalha constitui um exemplo vivo dos laços que unem os nossos dois países. Trata-se de uma comunidade que se distingue pelo dinamismo e pelo trabalho e que, através do seu esforço e de uma cidadania responsável, tem contribuído positivamente para o nosso destino coletivo, partilhando com o povo português tanto os momentos difíceis como os de alegria.

Paralelamente, um número crescente de portugueses tem escolhido Cabo Verde como destino profissional, reforçando também eles a forte ligação entre os dois povos e contribuindo – tal como muitas empresas portuguesas – para o desenvolvimento económico e social do país.

Senhor Presidente, Excelência

Portugal é hoje um dos principais investidores e o primeiro parceiro comercial de Cabo Verde. Embora reconhecendo que muito se fez nos últimos anos e que

o patamar atingido, ao nível económico e comercial, é já significativo, creio que há boas razões para sermos mais ambiciosos.

As infraestruturas, as energias renováveis, o turismo, o ambiente, as tecnologias de informação e comunicação e o *cluster* do mar, nas suas várias componentes, são bons exemplos de setores onde julgo existir margem para uma maior cooperação entre os dois países, potenciando o conhecimento adquirido e a possibilidade de explorarmos sinergias.

O facto de Cabo Verde ter considerado estes setores como prioritários, em conjugação com a sua aposta na inovação e no empreendedorismo, ilustra bem o carácter da estratégia de desenvolvimento que tem vindo a ser seguida, cujo êxito se reflete já na sua graduação em País de Rendimento Médio. Também a subida de Cabo Verde em vários “rankings” internacionais, a nível político, económico e de desenvolvimento social, veio confirmar e consagrar o sucesso do trabalho realizado. E, por último, o estabelecimento de uma Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde veio dar corpo, de forma elucidativa, a um estatuto sem paralelo nas relações da Europa com países terceiros.

Senhor Presidente

Os “dez grãos de terra que Deus espalhou no meio do mar”, que Cesária Évora tão bem imortalizou, são hoje um país moderno, ambicioso e empreendedor. Tendo partido de uma situação difícil e sem recursos evidentes, é verdadeiramente notável o caminho percorrido por Cabo Verde nestas três décadas como nação independente. Permita-me pois, Senhor Presidente, que o felicite por tudo o que já foi alcançado e que afirme que Portugal e os Portugueses, tal como aconteceu no passado, estarão sempre ao lado de Cabo Verde para enfrentar os desafios que o futuro irá trazer.

É neste quadro que gostaria de fazer referência ao Plano Indicativo de Cooperação entre Portugal e Cabo Verde para os próximos quatro anos, que, creio, permitirá dar continuidade a projetos válidos e ir ao encontro das necessidades prioritárias do momento, como a Segurança e a Educação.

Senhor Presidente

Assistimos, recentemente, um pouco por todo o Mundo, a vários eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura Lusófona. Estas comemorações e a adesão que tiveram, tanto no espaço lusófono como fora dele, são bem demonstrativas da nossa aposta comum na língua portuguesa como língua global, como instrumento privilegiado de produção cultural, artística e científica e como veículo de relacionamento social e económico. Também a Universidade de Cabo Verde participou das comemorações desse Dia e, numa louvável iniciativa que muito me apraz registar, foi ainda mais longe, dedicando o ano de 2012 à Língua Portuguesa.

Foi esta língua comum que esteve na origem da CPLP, organização na qual Cabo Verde e Portugal têm lutado em conjunto por valores que partilham. Não posso deixar de referir, neste contexto, o empenho que a CPLP tem manifestado relativamente ao País irmão da Guiné-Bissau, na defesa do retorno à ordem constitucional e ao pleno respeito pelo Estado de Direito democrático e pelos Direitos Humanos, e que bem revela a maturidade do nosso projeto comum.

Senhor Presidente

A excelência das relações entre Cabo Verde e Portugal beneficia de uma forte cobertura institucional e política. Dispomos de um conjunto abrangente de acordos enquadrados pelo Tratado de Amizade e Cooperação que este ano entrou em vigor e que veio colocar o nosso relacionamento num patamar ainda mais elevado. Um Tratado que constitui sinal inequívoco da forte parceria que existe entre Portugal e Cabo Verde e a que esta sua Visita, em boa hora, traz renovado impulso.

É com esta confiança que peço a todos que se juntem num brinde à saúde e felicidade de Sua Excelência o Presidente Jorge Carlos Fonseca e da Dra. Lígia Fonseca e à excelência e ao aprofundamento dos laços fraternais que unem Portugal e Cabo Verde.

Entrega Simbólica de Obras ao Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa

Maputo, 19 de julho de 2012

É com emoção que revisito hoje, como Presidente da República, o Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, um projeto lançado em 1988, com base num acordo assinado entre os governos de Portugal e de Moçambique, e pelo qual sinto um especial carinho.

Trata-se de um projeto que encerra um grande significado para mim. Por um lado, pelo empenho que sempre coloquei na defesa da língua portuguesa e na afirmação de todo o seu potencial. Não apenas como fator de ligação entre os cerca de 240 milhões de cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mas também pelo seu valor económico e estratégico, hoje amplamente reconhecido a nível internacional, como o demonstra o número crescente daqueles que, um pouco por todo o Mundo, o procuram aprender. Por outro lado, pelo grato privilégio de poder visitar o Fundo, depois de, como Primeiro-Ministro, ter estado na origem da sua criação.

Recordo que o projeto de criação deste Fundo me foi pela primeira vez apresentado pelo então Ministro da Cultura de Moçambique, Luis Bernardo Honwana, que já nessa altura, com assinalável visão, considerava a promoção de um ensino de qualidade em língua portuguesa um vetor determinante do desenvolvimento de Moçambique e dos moçambicanos.

Muito me apraz registar a vitalidade que o Fundo mantém passados 24 anos. Sei que grande parte dessa dinâmica se deve ao papel do seu Presidente, o Prof. Lourenço do Rosário, a quem gostaria de dirigir uma palavra de muito apreço.

Recordo também como o exemplo deste projeto acabaria por ser validado ao mais alto nível na Cimeira dos PALOP, em Cabo Verde, que reconheceu o interesse da sua extensão aos restantes quatro Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Tive, então, oportunidade de analisar, com o Ministro Luis

Bernardo Honwana, o processo de mobilização do financiamento necessário junto da comunidade europeia e da UNESCO.

Este Fundo tem desempenhado um papel muito relevante para o desenvolvimento social e humano de Moçambique, difundindo conhecimento e cultura através dos livros e incrementando o gosto pela leitura.

Estou certo de que, neste ensejo, o Fundo e Moçambique continuarão, como até aqui, a contribuir para a afirmação internacional do espaço de língua portuguesa.

Foi com esta convicção que selecionei o conjunto de livros – reunidos neste Catálogo – que hoje tenho a honra de oferecer ao Fundo Bibliográfico. Não quis deixar passar a feliz oportunidade da minha deslocação a Moçambique para participar na Cimeira da CPLP – uma organização fundada nesta língua que nos une – para me associar pessoalmente, uma vez mais, a esta utilíssima alavanca cultural que constitui o Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa.

Sessão de Abertura da IX Cimeira da CPLP

Maputo, 20 de julho de 2012

A minha primeira palavra é de agradecimento ao nosso anfitrião.

Senhor Presidente Armando Guebuza, quero reiterar os meus mais sinceros votos de sucesso para a Presidência que agora é chamado a assumir e endereçar-lhe as minhas felicitações pelo profissionalismo e rigor na organização desta IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Sem esquecer a calorosa e fraterna hospitalidade com que temos sido recebidos nesta bonita cidade de Maputo. Quero também dirigir uma palavra de apreço a Angola pelo trabalho desenvolvido, no exercício destes dois anos, pela Presidência angolana da CPLP e, em particular, pelo papel do Presidente José Eduardo dos Santos.

Atualmente – bem o sabemos –, confrontamo-nos com desafios novos e globais. Perante esta realidade, que nos convoca e incentiva, a lusofonia constitui um verdadeiro ativo estratégico para responder aos desafios que o Mundo nos coloca.

Hoje, mais do que nunca, acredito no valor e no potencial da CPLP. Olhando para o caminho percorrido em conjunto nestes 16 anos, não posso deixar de sentir um profundo orgulho naquilo que soubemos pôr de pé.

A aposta na CPLP é um investimento de futuro, com muitas virtualidades ainda por explorar, mas com provas dadas de que o saberá fazer.

Congratulo-me por Portugal pertencer a uma organização com estes moldes, composta por membros de quatro continentes. Apesar da distância física, a cooperação próxima e intensa, o trabalho conjunto e o apoio mútuo têm-se manifestado, com sucesso, ao nível da concertação político-diplomática e do aprofundamento da cooperação económica e cultural entre os nossos países.

Compete-nos prosseguir um conjunto concertado de políticas que permita incentivar uma maior proximidade entre as nossas economias, que impulse ainda mais os contactos ao nível empresarial, em benefício do desenvolvimento económico e social das nossas Nações.

E, se a dispersão geográfica que nos caracteriza nunca foi uma fronteira para a lusofonia, também nunca, como hoje, foi tão fácil desafiar a distância.

Os nossos países, enquanto membros da CPLP, têm uma responsabilidade acrescida, no plano internacional, na defesa e difusão dos princípios fundadores por que é regida a nossa Comunidade: a Paz, o Estado de Direito democrático, os Direitos Humanos, o desenvolvimento económico-social.

Foi atuando neste quadro de referência e de forma solidária que soubemos prestar auxílio ao país irmão da Guiné-Bissau, trazendo para a agenda internacional a necessidade e a urgência da condenação do golpe militar de 12 de abril por parte dos nossos principais parceiros bilaterais, da União Africana, da União Europeia e do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Expresso a minha mais sincera solidariedade para com o Povo irmão guineense. Não tenhamos dúvidas: a nossa união e coerência, no seio da CPLP, têm tornado cada um dos nossos países mais forte, tanto no contexto regional, como no plano internacional. A força da nossa Comunidade reflete-se, assim, em cada Estado-membro, sendo, simultaneamente, ela própria, uma força credível e atuante.

Gostaria ainda de sublinhar o exemplo que tem sido dado por Timor-Leste. O sucesso do processo de consolidação do Estado timorense, que só este ano atravessou – com sentido cívico e elevada maturidade política – dois processos eleitorais, prestigia a CPLP e constitui um exemplo para o Mundo. Quero felicitar Sua Excelência o Presidente Taur Matan Ruak pelo compromisso que assumiu de aceitar o repto de presidir aos destinos da nossa Comunidade a partir de 2014. A nossa língua comum desempenha um papel basilar na projeção internacional da CPLP. Mais de 240 milhões de pessoas falam a língua portuguesa e muitos outros milhões a estudam como língua estrangeira, tornando-a num dos idiomas em maior expansão em todo o Mundo.

Deve ser inequívoca a aposta na educação em língua portuguesa como prioridade fundamental para os nossos países. Mas a aprendizagem da língua portuguesa como língua estrangeira deverá ser, também ela, uma aposta firme e sustentada.

A língua portuguesa tem hoje legítimas pretensões de se afirmar como uma língua universal, com as consequentes oportunidades de índole económica e política. Mas existem constrangimentos conhecidos, desde logo, ao nível de recursos

humanos e materiais. Temos que estar à altura do desafio e implementar as medidas previstas no Plano de Ação de Brasília.

Meus caros amigos

Quero saudar a iniciativa de fazer incluir nos trabalhos desta IX Conferência a questão da Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

Considerando que um dos Objetivos do Milénio reside na redução para metade da pobreza extrema e da fome e constituindo a questão da segurança alimentar uma preocupação global e um tema transversal, o reforço da coordenação entre os nossos países nesta matéria revela a consciência amadurecida da nossa Comunidade.

A Segurança Alimentar representa hoje um direito fundamental, que é preciso compreender e tutelar, com determinação, conhecimento e rigor. Não se trata tão só de enfrentar o desafio da pobreza, nas suas múltiplas dimensões, mas também de pugnar por condições qualitativamente superiores de desenvolvimento humano a nível global.

Ao subordinar a IX Cimeira da CPLP ao tema da segurança alimentar e nutricional, estamos a assumir, ao mais alto nível, o compromisso com uma causa global, num esforço coletivo e concertado. Congratulo-me com esta atitude da nossa Comunidade.

Permitam-me, agora, que passe a palavra ao Senhor Primeiro-Ministro, que procederá ao desenvolvimento da posição portuguesa.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de São Tomé e Príncipe

Palácio da Cidadela, 25 de julho de 2012

Constitui motivo de regozijo, para mim e para minha Mulher, receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, bem como a delegação que o acompanha, nesta sua Visita de Estado a Portugal.

Guardamos a mais grata recordação da Visita que efetuámos a São Tomé e Príncipe, em 1990, era eu Primeiro-Ministro. Recordamos, com carinho, a beleza daquele “solo sagrado da terra”, como magistralmente o descreveu Alda do Espírito Santo, e o seu povo gentil e acolhedor.

Os laços de afeto que ligam Portugal às “ilhas maravilhosas” não se reduzem a meras palavras, mesmo se estas fazem parte do idioma comum que tanto nos une. Existe entre os nossos dois países uma ligação profunda, construída por laços histórico-culturais e de amizade que conseguimos concretizar, ao nível político-diplomático, num excelente relacionamento bilateral. Esta ligação, que se projeta, igualmente, no plano multilateral, encontra particular expressão no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como foi bem patente no nosso recente encontro em Maputo.

No quadro da cooperação e ajuda ao desenvolvimento, a relação entre Portugal e São Tomé e Príncipe tem-se distinguido por um vibrante dinamismo. Aprecio registar que foi muito recentemente aprovado o Programa Indicativo de Cooperação para 2012/2015, que será em breve assinado pelos dois Governos. E, porque somos dois países de olhos postos no futuro, o novo Programa de Cooperação vai para além das importantes áreas tradicionais, como a saúde e a educação, para incluir duas vertentes inovadoras e, também elas, estruturantes: por um lado, o empreendedorismo e o desenvolvimento empresarial e, por outro, a capacitação científica e tecnológica.

Permito-me assinalar o facto de o pacote financeiro afetado a este Programa de Cooperação ser praticamente equivalente ao anterior, apesar do contexto difícil

em que vivemos, num claro sinal político de que, para Portugal, a parceria de amizade entre os nossos povos é sólida e de futuro.

Senhor Presidente

A par da excelente cooperação institucional, há que referir que os laços com São Tomé e Príncipe se estendem, aqui em Portugal, às organizações não-governamentais, às academias e estabelecimentos escolares, aos hospitais, às autarquias, ou seja, envolvem grande parte da nossa sociedade civil.

A integração das comunidades portuguesa e são-tomense que vivem em ambos os países revela bem, por seu turno, a amizade e o entendimento que os dois povos partilham. A comunidade são-tomense que aqui vive e trabalha dignifica o seu país, contribuindo positivamente para o nosso destino coletivo e partilhando com o povo português os momentos difíceis e os momentos de alegria.

Portugal é um dos principais investidores e parceiros comerciais de São Tomé e Príncipe. Muitas empresas portuguesas têm vindo a apostar em São Tomé e Príncipe, numa atividade reciprocamente benéfica, com destaque para os setores da banca, das telecomunicações e do turismo.

O Acordo de Cooperação Económica assinado entre os nossos dois países permitiu a São Tomé e Príncipe criar um ambiente de estabilidade monetária e financeira que hoje se revela um importante fator de desenvolvimento. Igualmente, as conquistas são-tomenses a nível de estabilidade política e social e de funcionamento do sistema democrático e de segurança constituem atrativos cruciais para o investimento e para a iniciativa privada.

Portugal está bem ciente das linhas de desenvolvimento já definidas por São Tomé e Príncipe, assentes na criação de infraestruturas e no aumento de produtividade. Estou convencido de que as nossas empresas podem dar um contributo importante, com base na experiência nacional e internacional que detêm e, sobretudo, na compreensão ímpar que se verifica entre Portugueses e São-Tomenses, como aliás ficou evidente aquando da recente missão empresarial portuguesa a São Tomé e Príncipe.

Congratulo-me com o facto de Vossa Excelência ter incluído na sua comitiva empresários são-tomenses com interesse pelo meu país. É de portas abertas que

vos acolhemos, com a firme convicção de que, dos contactos aqui estabelecidos, resultarão ações concretas e parcerias de sucesso.

Senhor Presidente

Disse Miguel Torga: “Eu sou a liberdade de um perfil desenhado no mar”.

Portugal é hoje esse perfil e a liberdade por nós conquistada é o pincel que o desenha. As dificuldades aguçam o engenho e o engenho português é conhecido. Vencemos as vicissitudes da geografia e da História, construindo uma identidade simultaneamente única e universal, entretecida também no relacionamento com os nossos parceiros por excelência, entre os quais se encontra, inequivocamente, São Tomé e Príncipe.

É com a confiança no perfil que queremos imprimir ao futuro do nosso relacionamento que peço a todos que se juntem num brinde à saúde e felicidade de Sua Excelência o Presidente Manuel Pinto da Costa e ao aprofundamento dos laços fraternais que unem Portugal e São Tomé e Príncipe.

Cerimónia de Entrega dos Prémios “Nueva Economía Fórum”

Madrid, 2 de outubro de 2012

Agradeço as amáveis palavras que acabam de ser dirigidas a Portugal e a mim próprio, e que interpreto como um sinal da profunda amizade que une os nossos povos e países.

Sinto-me particularmente sensibilizado pela presença de Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos nesta cerimónia, a qual ilustra bem a consideração e o afeto que Portugal lhe merece e que Vossa Majestade sabe ser recíproco.

Quero, ainda, expressar o quanto me honra a presença do meu querido amigo e Presidente da República da Itália, Giorgio Napolitano, que recebe em nome do seu país o Prémio *Nueva Economía Fórum* de 2012.

Majestade

Minhas Senhoras e meus Senhores

É com grande honra e satisfação que, em nome dos meus concidadãos, aceito a atribuição a Portugal do Prémio *Nueva Economía Fórum* relativo a 2011.

O prazer com que recebo este Prémio é plenamente justificado pelo seu prestígio e pelas importantes causas que tem distinguido. Contudo, nesta ocasião, não posso deixar de manifestar o meu especial orgulho nas razões que levaram à atribuição deste Prémio a Portugal.

Nas palavras dos seus promotores, o prémio celebra o reconhecimento dos laços históricos que unem Portugal e Espanha e a amizade que une as respetivas sociedades civis, mas também os passos que ambos os países têm dado no âmbito do processo de integração europeia e os avanços económicos e sociais obtidos nas últimas décadas.

Sinto que estas palavras sintetizam de forma feliz alguns dos aspetos mais relevantes da nossa vida recente.

Em primeiro lugar, os processos de profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais ocorridos em Portugal e Espanha, ao longo de pouco

mais de três décadas, não só se influenciaram mutuamente, como contribuíram para uma maior aproximação entre os nossos países e povos, possibilitando um intercâmbio mais rico em domínios como o da economia, da cultura e da ciência. O estreitamento dos laços entre Portugal e Espanha, desde a adesão à União Europeia, e os resultados conseguidos atestam bem da compreensão generalizada dos ganhos daí resultantes e até da própria naturalidade deste processo de interação.

Os cidadãos dos nossos países estão hoje unidos por modernas vias de comunicação, relações intensas de cooperação nos mais variados domínios e um forte dinamismo económico e cultural transfronteiriço. Espanha é hoje a economia mais importante para Portugal, tal como Portugal ocupa um lugar de destaque entre os parceiros económicos de Espanha.

Portugal e Espanha tornaram-se membros de pleno direito das economias desenvolvidas, com uma presença marcada e prestigiante no seio da comunidade internacional. Este cenário dificilmente se verificaria sem a democratização das nossas sociedades ou mesmo sem a integração no espaço europeu.

Mas se, no plano económico, o progresso observado desde os anos 80 do século passado até aos dias de hoje tem sido notável e exemplar, é também minha convicção que está ainda longe de esgotar todo o seu potencial.

Julgo que isso é verdade quer no contexto bilateral, quer no domínio da cooperação entre as nossas empresas no sentido de tirar pleno partido da nossa participação no mercado europeu e, muito em particular, das ligações históricas e culturais que mantemos com outros continentes.

E vale a pena sublinhar o papel que Portugal e Espanha desempenham no quadro europeu. A adesão simultânea da Espanha e Portugal às Comunidades Europeias, em 1986, foi um marco para os dois países e para a Europa. Não esqueço, Senhor Presidente Napolitano, que foi sob a presidência italiana que as negociações da adesão de Portugal e Espanha se concluíram com êxito.

A integração europeia foi um dos principais motores do desenvolvimento económico e social de Portugal nos anos 80 e 90. E foi pela integração europeia, também, que Portugal e Espanha se redescobriram como parceiros e aliados.

É bom recordar que Portugal e Espanha não se limitaram a colher os benefícios da adesão. Contribuíram muito, nestes 25 anos, para o aprofundamento e a

consolidação do projeto europeu e para a afirmação externa da União Europeia. O universalismo da cultura portuguesa é um ativo que tem valorizado a projeção da Europa no Mundo, traduzida, por exemplo, no reforço da cooperação com o Brasil e com o continente africano. Todos reconhecem também o papel singular dos nossos países na relação com a América Latina.

O conceito de coesão económica e social, um pilar da construção europeia, que não podemos deixar secundarizar, resultou, em boa parte, da convergência de orientações espanholas e portuguesas nas negociações quer do Ato Único Europeu, quer do Tratado de Maastricht.

Por outro lado, é este também o momento de recordar que Portugal e Espanha estiveram sempre na primeira linha da integração europeia. Foi o caso da realização do grande mercado interno europeu, que foi alcançado faz agora 20 anos. Foi o caso também de Schengen, com Portugal e Espanha a integrarem o primeiro grupo de sete países que iniciaram a livre circulação de pessoas, em 1993, um passo de indiscutível dimensão histórica, alicerce fundamental para uma verdadeira cidadania europeia. E foi o caso, ainda, da União Económica e Monetária, com a Espanha e Portugal a integrarem o núcleo dos fundadores da área do euro.

O mercado interno, o euro e a livre circulação de pessoas são, não o esqueçamos, os marcos maiores da construção europeia corajosamente promovida por duas gerações de europeus. Pôr em causa estes avanços é pôr em risco a União da Europa.

E cabe aqui sublinhar que Portugal e Espanha têm sido parceiros europeus exemplarmente responsáveis e solidários. Afirmo-o com a convicção de o ter testemunhado diretamente, quer como Primeiro-Ministro, quer como Presidente da República, ao longo de boa parte deste percurso de um quarto de século que a adesão dos nossos países já cumpriu.

Estamos hoje, contudo, a enfrentar uma crise particularmente dura, uma crise que põe à prova não apenas os nossos países, mas também a União Europeia. É hoje claro que a presente crise não pode ser superada apenas com os esforços individuais de cada Estado. Exige uma resposta europeia coerente e eficaz. Exige uma corresponsabilidade sem falhas dos Estados e das instituições europeias.

É imperioso que a União Europeia saiba defender o euro, reforçar a União Económica e Monetária para prevenir crises e agir com políticas e medidas de apoio ao crescimento económico e ao emprego.

Para preservar o euro, reconstruindo a confiança dos mercados, o Banco Central Europeu tem de assumir plenamente o papel que cabe a um banco central de uma União Monetária. O Banco Central Europeu deve ser o “emprestador de último recurso”, que é o mais poderoso dissuasor da especulação que tem vitimado os mercados da dívida soberana de países como os nossos. Assegurar a integridade da política monetária na zona euro e eliminar o risco da reversibilidade da moeda única europeia não pode deixar de ser uma responsabilidade permanente do Banco Central Europeu.

A União Económica e Monetária deve ser reconfigurada para se dotar de meios e instrumentos à altura dos desafios que enfrenta, concretizando a breve prazo as decisões já tomadas nesse sentido.

É imperativo aprofundar o caminho na direção de uma União Orçamental, mas acompanhada de mecanismos de solidariedade. Um governo económico europeu é uma meta desejável, mas deve ser construído com legitimidade democrática, transparência e de acordo com o método comunitário. Um governo económico que traduza mais intergovernamentalismo ou a liderança de um qualquer diretório é inaceitável.

A União Bancária é, certamente, um objetivo a prosseguir, mas, para além de um mecanismo único de supervisão bancária, tem de ser acompanhada de instrumentos de resolução de crises e de um fundo comum de garantia de depósitos. Esta crise que nos desafia não será superada sem uma efetiva agenda europeia para o crescimento económico e para a criação de emprego. Quanto mais pesa sobre os Estados a responsabilidade de executar políticas de austeridade que geram recessão económica e degradação social, mais a União Europeia tem a responsabilidade de promover políticas pró-ativas para relançar a economia, estimular o investimento e a competitividade e promover o emprego. É nosso dever exigir esta resposta da União Europeia.

Se a União Europeia persistir na política de meias medidas, de avanços e recuos, a desconfiança dos cidadãos sobre o projeto europeu continuará a agravar-se seriamente. É responsabilidade dos líderes europeus mobilizar os cidadãos e

recuperar a confiança. A integração europeia continua a ser, não duvidemos, o caminho certo para garantir paz e prosperidade. Devemos empenhar-nos, a todos os níveis, para que siga em frente.

Majestade

Minhas Senhoras e meus Senhores

Apesar das dificuldades com que atualmente estamos confrontados, há que ter em mente o progresso e desenvolvimento económico alcançado pelos nossos países nas últimas três décadas, que este Prémio pretende justamente reconhecer.

Por isso, temos a responsabilidade de demonstrar aos nossos concidadãos que conseguiremos governar de forma a honrar os nossos compromissos internacionais e a corrigir os desequilíbrios que afetam as nossas economias, mas também de forma a criar condições para recuperar a trajetória de melhoria do bem-estar económico e social. É neste sentido e com esta visão que devemos todos trabalhar.

Acredito vivamente que os nossos dois países conseguirão ultrapassar a crise económica e financeira em que se encontram e que as nossas instituições democráticas poderão até sair reforçadas com este processo.

Tal como na nossa transição democrática, também agora outros países da comunidade internacional terão um papel importante a desempenhar. Neste momento, é essencial que os nossos parceiros reconheçam o esforço dos nossos respetivos governos e o modo responsável com que os nossos povos têm suportado os sacrifícios exigidos.

Creio, repito, que este é um processo no qual poderemos ser bem-sucedidos, embora seja necessário preservar, mais do que nunca, a expressão de solidariedade europeia que fundou e cimenta o projeto europeu e que Portugal e Espanha sempre defenderam e praticaram.

Acredito na capacidade dos nossos agentes políticos, económicos e sociais e na solidez das instituições para, a despeito das atuais tormentas, construir um futuro melhor e mais justo.

Muito obrigado.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Colômbia

Palácio de Queluz, 14 de novembro de 2012

É com grande satisfação que acolhemos em Portugal o Presidente Juan Manuel Santos, a Senhora D. Maria Clemência de Santos e a comitiva que os acompanha nesta Visita de Estado.

Portugal saúda Vossa Excelência enquanto Chefe de Estado de um país ao qual está ligado por laços de profunda amizade, assentes numa relação fraterna e histórica e numa comunhão de propósitos quanto ao futuro que queremos para o nosso relacionamento bilateral e para o Mundo em que vivemos.

A Colômbia e Portugal mantêm relações diplomáticas desde 1857. Em pleno centro histórico de Bogotá, junto à entrada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, existe um painel de azulejos portugueses, representando Lisboa, oferecido por Portugal, por ocasião dos 450 anos da fundação de Bogotá, ocorrida em 1538. Curiosamente, alguns dos principais salões do mesmo Ministério, que ocupa o Palácio de S. Carlos, são ornamentados por tapetes de Arraiolos, vila típica portuguesa.

A cultura tem sido, desde sempre, um elemento fundamental de aproximação entre os povos. E a cooperação cultural que existe entre os nossos dois países tem sido fértil. Hoje, tivemos o prazer de visitar a magnífica exposição de Fernando Botero – aliás, aqui presente e que quero saudar. E é também para nós uma grande honra saber que a Feira Internacional do Livro de Bogotá, em 2013, terá Portugal como convidado de honra.

A Visita de Vossa Excelência, Senhor Presidente, é a confirmação da vontade firme que anima os responsáveis políticos dos dois países de reforçar o nosso relacionamento e a nossa cooperação em ações de mútuo interesse.

Os Acordos que os nossos Governos têm vindo a negociar nos domínios dos transportes, da educação, da livre circulação de pessoas ou da cooperação fiscal representam já significativos passos nesse sentido.

No contexto da sua política de relacionamento com a América Latina, Portugal vê na Colômbia um parceiro com o qual deseja estreitar os laços que já existem e promover novas formas de diálogo e entendimento.

Portugal apoia os passos de grande coragem política de Vossa Excelência visando a pacificação e reconciliação da sociedade colombiana e o empenho do seu Governo na luta contra o narcotráfico, que em muito contribuirão para um futuro de paz e estabilidade na região.

No importante domínio das relações económicas e comerciais, estamos ainda muito longe do que podemos fazer juntos. Quero, por isso, saudar a delegação empresarial que acompanha Vossa Excelência.

Os empresários portugueses olham com grande interesse para as perspetivas que a Colômbia lhes oferece. Não tenho dúvidas que, em setores tão distintos como o turismo, o comércio a retalho, os biocombustíveis e outras energias renováveis, a construção, os transportes, as infraestruturas, existem hoje oportunidades de negócio que urge aproveitar.

Gostaríamos também de convidar os empresários e os investidores colombianos a olhar para Portugal como um país, membro da União Europeia, que lhes poderá oferecer um ambiente favorável aos negócios e excelentes oportunidades de investimento.

Portugal, ao mesmo tempo que conduz uma política orçamental rigorosa, leva por diante importantes reformas estruturais para a melhoria da competitividade da suas empresas, tendo vindo a aumentar a produção de bens transacionáveis e a sua exportação para mercados muito exigentes.

Portugal também se caracteriza pela sua proximidade linguística e cultural com o Brasil, com Angola, Moçambique e outros países que se exprimem em português. Esta proximidade pode ser um elo importante em formas de cooperação triangular entre a Colômbia, Portugal e os Países de Língua Oficial Portuguesa.

Senhor Presidente

As relações internacionais atuais não se limitam ao campo estritamente bilateral. A integração regional é hoje uma realidade que a todos interessa promover e fomentar. Dela depende, em muito, o nosso desenvolvimento social e económico. Portugal tem defendido um relacionamento mais aprofundado da União Europeia

com a América Latina e com os países que dela fazem parte. Saúdo a entrada em vigor, no próximo ano, do Acordo Comercial Multipartes entre a Colômbia e a União Europeia, que Portugal, de resto, sempre apoiou.

Nos dias de hoje, e no Mundo em que vivemos, o que acontece na Europa ou na América Latina tem repercussões universais e certamente é relevante para cada um dos nossos dois países. Este é o mundo globalizado no qual se desenvolvem as nossas relações bilaterais.

A nossa responsabilidade é reforçar os laços que nos unem, numa cooperação cada vez mais estreita e frutuosa, em benefício dos nossos povos.

Neste espírito, peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Juan Manuel Santos e da Senhora D. Maria Clemência de Santos, à prosperidade do povo amigo da Colômbia e ao futuro das relações entre os nossos dois países.

Sessão Plenária da XXII Cimeira Ibero-Americana

Cádiz, 17 de novembro de 2012

É uma enorme honra estar aqui, em Cádiz, para participar na XXII Cimeira Ibero-Americana.

Permitam-me que comece por dirigir uma palavra de especial agradecimento a Sua Majestade o Rei de Espanha pelo acolhimento amigo que nos tem sido dispensado. Estou certo de que esta Cimeira será um sucesso para o fortalecimento dos laços que a todos nos unem.

Vivemos o tempo favorável para um diálogo ibero-americano reforçado, para uma relação renovada, que beneficie os povos dos dois lados do imenso Atlântico.

Hoje, mais do que nunca, acredito no valor desta relação especial que nos une. Estou convicto de que a aposta nesta nossa parceria ibero-americana é um investimento de futuro, com muitas virtualidades ainda por explorar.

Dos dois lados do Atlântico, as nossas economias sofreram os efeitos da crise financeira mundial que se desencadeou em 2008. Na Europa, ainda estamos a trabalhar para corrigir os desequilíbrios e recuperar uma trajetória de desenvolvimento e crescimento sustentado.

Muitas das economias latino-americanas passaram por crises semelhantes, ao longo das últimas décadas. Implementaram com sucesso um amplo programa de reformas, não apenas no âmbito da estabilização política, mas, sobretudo, ao nível da estabilização financeira e do desenvolvimento socioeconómico.

A América Latina é, nos dias de hoje, um dos principais motores da economia mundial. O que constitui para Portugal um motivo de orgulho e de esperança.

Um relacionamento mais forte e cada vez mais próximo com os países latino-americanos é para nós uma variável fundamental e, assumidamente, uma prioridade. Existe, no quadro da comunidade ibero-americana, um potencial ao nível do comércio e do investimento que não foi ainda devidamente aproveitado. Está nas nossas mãos dar-lhe um impulso reforçado.

Hoje, talvez mais do que em nenhum outro momento da nossa história comum, temos a responsabilidade de identificar estas oportunidades e reinventar o nosso relacionamento.

Excelências

Comemora-se este ano o bicentenário da Constituição de Cádiz. Sendo uma celebração de Espanha, estende-se, pelo seu significado, a todo o espaço da Ibero-América.

Na verdade, a Constituição de Cádiz de 1812 influenciou, decisiva e profundamente, a primeira Constituição portuguesa, de 1822.

A Lei Fundamental de Cádiz inaugurou, na península ibérica, a implantação das ideias liberais nascidas da Revolução Francesa. Os valores da liberdade e da igualdade e o princípio de separação de poderes adquiriram forma e força jurídica. O diálogo constitucional entre a Europa e as Américas manteve-se ao longo do tempo, bastando recordar que a primeira Constituição republicana portuguesa, cujo centenário celebrámos no ano passado, tem a marca da Constituição brasileira de 1891.

O passado de diálogo inter-Atlântico deve servir de exemplo para o futuro que queremos construir em conjunto, como parceiros naturais. Este é o espírito que preside à Declaração de Cádiz que vamos subscrever. Faço votos para que a relação renovada que queremos construir se traduza efetivamente em melhorias do bem-estar das nossas populações, especialmente no que toca à redução da pobreza, à igualdade de oportunidades e ao acesso à saúde, à educação e à proteção social.

Acredito vivamente que uma cooperação reforçada dos nossos países, alicerçada no capital histórico e de confiança que compartilhamos, na vivência aberta e democrática das nossas sociedades e na complementaridade das nossas economias, será um forte contributo para ultrapassarmos de forma confiante os desafios do presente e aqueles que o futuro nos trará.

Muito obrigado.

Almoço Oficial em Honra do Presidente da República do Peru

Palácio de Belém, 19 de novembro de 2012

É com grande satisfação que – regressados de Cádiz – acolhemos Vossa Excelência, Senhor Presidente, nesta visita a Portugal, como Chefe de Estado de um país amigo, a que nos ligam laços de profunda amizade, assentes numa convivência secular e numa afinidade de propósitos quanto ao futuro que queremos para o nosso relacionamento bilateral.

São muitos os sinais da presença portuguesa no Peru, como é o caso do Convento de São Francisco, na cidade de Cusco, fundado por um português, Frei Pedro de Portugal, ou da permanência, entre os habitantes da atual cidade de Amalia de Celendin, de apelidos de origem portuguesa – *Pereira, Silva, Ribeiro* ou *Moreira* –, evidenciando, ainda hoje, o papel que tiveram os Portugueses na respetiva fundação.

Os nossos dois países celebraram, em 1853, em Washington, um Tratado de Comércio e Navegação, com o objetivo de “estender e consolidar as relações comerciais” entre o Peru e Portugal. O propósito deste Tratado mantém-se plenamente válido, havendo que reconhecer, porém, que estamos ainda muito longe do que podemos fazer juntos nos domínios económico e comercial.

A América Latina é, para nós, uma prioridade e o Peru é, sem dúvida, um parceiro incontornável de Portugal. Noto, com satisfação, o aumento, nos últimos anos, da presença empresarial portuguesa no Peru, em especial na área da construção civil e da indústria farmacêutica.

A visita de Vossa Excelência a Portugal é o sinal de uma firme vontade política de dar novo impulso às nossas relações bilaterais. Congratulo-me com os Acordos que esta tarde serão assinados, um sinal forte e concreto da nova dinâmica do nosso relacionamento.

Estou convicto de que o acordo bilateral para evitar a dupla tributação, que vai ser assinado esta tarde, virá a dar um novo impulso aos investimentos entre os dois lados do Atlântico.

Existe, contudo, ainda um longo caminho por percorrer, um caminho cheio de potencialidades, que queremos aproveitar.

Permita que lhe deixe, Senhor Presidente, uma palavra de reconhecimento pelo empenho pessoal que Vossa Excelência colocou no processo de inclusão de Portugal na lista dos países de “alta vigilância” no fabrico de produtos farmacêuticos. Apesar das dificuldades que presentemente atravessamos, no quadro de uma conjuntura económica e financeira globalmente frágil, são múltiplas as oportunidades que se oferecem ao reforço do relacionamento entre Portugal e o Peru. É nossa responsabilidade identificar e tirar partido dessas oportunidades. Creio, sinceramente, que temos razões para estar otimistas quanto ao futuro do nosso relacionamento.

E é nesse espírito que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Ollanta Humala, à prosperidade do povo amigo do Peru e ao futuro das relações entre os nossos dois países.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento da Conferência Comemorativa dos 40 Anos do Semanário EXPRESSO – “Portugal no Mundo”

Lisboa, 7 de janeiro de 2013

Foi com o maior gosto que aceitei o convite para estar presente neste evento que assinala os 40 anos do *Expresso*, jornal de referência que tem acompanhado a nossa História recente e que deu um contributo decisivo para a democratização do País.

Evocar “Portugal no Mundo” é, antes de mais, lembrar a Nação que somos. Uma Nação que, desde cedo, se abriu à diversidade dos povos e enriqueceu o Mundo com a sua capacidade para promover o diálogo e a confluência de diferentes culturas.

Chegámos aos quatro cantos do Globo e aí conquistámos prestígio enquanto parceiro que defende os valores universais. Somos credíveis como mediadores, pois temos a arte rara de construir pontes e criar laços. Estamos, também por isso, presentes em diversos fóruns multilaterais.

E somos, não por acaso, um país que encontra na Língua, na Diáspora e no Mar três elementos identitários que são outras tantas peças-chave da sua ação política externa.

O nosso passado é motivo de orgulho. Nas palavras de Gonçalo M. Tavares, no belo livro *Uma Viagem à Índia*, “o tempo, num país inteligente, é a extensão mais significativa”. A memória coletiva é, de facto, ponto de referência para a nossa forma de atuar, presente e futura.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Em 1986, Portugal reencontrou-se com a Europa, o nosso espaço natural. Portugal aderiu ao projeto europeu com uma dupla motivação: a democracia e o desenvolvimento. Mas não se limitou a colher os benefícios da adesão. Levou consigo o carácter euro-atlântico e os valiosos ativos representados no

universalismo da nossa cultura e na projeção da língua portuguesa, marcas da nossa identidade enquanto Povo.

Nos quase 30 anos que decorreram desde a nossa adesão, a Europa e o Mundo mudaram muito. A globalização acelerou e fez emergir novos atores. Portugal manteve a sua orientação europeia, coerente e consistente com o interesse nacional.

Temos sido, ao longo destes anos, um protagonista ativo na construção e aprofundamento da União Europeia. Uma União que tem no mercado único e no euro as suas traves mestras.

O euro, que Portugal adotou desde o seu lançamento e que há 11 anos substituiu o escudo, representa a vanguarda da integração europeia.

Um eventual fracasso da Zona Euro teria consequências desastrosas para a Europa: designadamente, poria em causa o próprio mercado interno, faria recrudescer nacionalismos arcaicos e enfraqueceria o papel dos Estados europeus na cena internacional.

A sustentabilidade do euro exige, sem dúvida, uma União Económica e Monetária capaz de responder aos desafios que tem pela frente. Mas as prioridades da agenda europeia não se esgotam no euro.

O aprofundamento da União Orçamental e a construção de uma União Bancária devem ir de par com o efetivo reforço do Mercado Único – com destaque, desde logo, para o setor energético – e com uma agenda claramente orientada para o crescimento económico e para a criação de emprego.

A União deve apoiar os Estados na reestruturação das suas economias. Retomar os caminhos de reindustrialização, como agora é defendido por alguns Estados, entre os quais Portugal, é opção que deve ser encorajada.

A União Europeia passou a ser, também ela, uma importante plataforma para o relacionamento de Portugal com o resto do Mundo. A opção pela integração europeia e a aposta no reforço dos laços com outros Estados não são opções alternativas nem, muito menos, conflitantes. São antes opções que convergem e interagem. Em particular, quanto melhor for o nosso desempenho europeu, maior projeção teremos globalmente.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A relação com os países lusófonos constitui um vetor fundamental da nossa política externa, por imposição do passado e por opção do presente. Valorizar esse legado é fundamental para construir um Portugal de referência no Mundo. No continente africano, onde se encontra a maior parte dos países de expressão portuguesa, assumimo-nos como um caso de sucesso de transição democrática, ao mesmo tempo que somos reconhecidos por cultivar a tolerância e o diálogo de culturas.

O nosso papel nos esforços de paz e de estabilidade democrática em África identifica-nos como um irredutível defensor dos Direitos Humanos.

Por seu turno, as relações económicas e empresariais tendem a pautar-se pela partilha de conhecimento, com especial ênfase na vertente da formação de quadros, com ganhos para todas as partes.

Refiro-me aos países da África da CPLP, mas não só. Portugal está cada vez mais presente fora do círculo lusófono. O modo como atuamos tem permitido trilhar novos caminhos, com particular relevo na África Austral. A língua portuguesa em África é um aliado poderoso, tanto pelo peso que detém ao nível das organizações regionais, como pelo seu valor económico.

A excelência do relacionamento que lográmos alcançar em África constitui uma singular marca da confiança de que desfrutamos a nível global. Desde logo, na Ásia, que tão visivelmente se inscreve na agenda do futuro. Se hoje podemos olhar para a Ásia como uma prioridade, é na nossa História que encontramos uma base sólida para desenvolver o potencial que uma parceria reforçada encerra.

Sem intuítos passadistas, temos vindo a comemorar datas de grande significado no relacionamento com o Oriente. Este ano celebram-se os 500 anos da chegada dos Portugueses – os primeiros Europeus – à China, e os 470 anos da nossa chegada, uma vez mais enquanto pioneiros europeus, ao Japão.

Nas minhas deslocações à Ásia, compreendi, muito claramente e com particular emoção, que a presença portuguesa no Oriente não só não foi esquecida como é muito acarinhada. Importa, contudo, que a perceção positiva de Portugal seja dinamizada à luz do que podemos fazer em conjunto, agora e no futuro.

Foi o que procurei fazer aquando das minhas visitas ao Oriente: desde logo, à Índia – destino da minha segunda Visita de Estado –, mas também a Singapura

e à Indonésia. Esta última – um marco histórico, por se tratar da primeira Visita de Estado de um Presidente português à Indonésia – constituiu um efetivo virar de página nas relações de Portugal com aquele grande país e com a região.

Estive igualmente em Timor-Leste a comemorar os 10 anos da independência. A construção do Estado timorense colocou um desafio a toda a comunidade internacional, a que o povo português, erguendo-se a uma só voz, respondeu desde a primeira hora. Aqui, a preservação do idioma e, em particular, o alargamento da CPLP estenderam a ação da língua portuguesa à região asiática.

Importa ainda relembrar Macau, sem nostalgias, mas sim numa perspetiva de presente e de futuro. A nossa relação com Macau, situado numa região com um enorme potencial ainda por explorar, pode bem constituir-se como uma plataforma privilegiada para uma maior proximidade com a China, uma potência política e económica em construção, e com o resto da Ásia. Também aqui a língua portuguesa se assume como um ativo estratégico, como veículo de cultura, de ciência e de empreendedorismo. Não por acaso, existe um interesse crescente, na Ásia, pela aprendizagem da nossa língua.

Minhas Senhoras e meus Senhores

No discurso da minha tomada de posse, em 2006, citei Miguel Torga, que caracterizava Portugal como uma “terra debruada de mar”. Esse mar é o Atlântico.

A nossa vocação atlantista reflete-se na forma como nos projetamos e relacionamos com os países do outro lado do oceano. As relações com os Estados Unidos e com o Canadá, nossos parceiros fundadores da NATO, atingiram um elevado grau de solidez e maturidade política, assente na partilha de valores e de princípios de comum interesse estratégico.

A dinâmica da comunidade de portugueses e lusodescendentes que vive e trabalha nestes dois países, Estados Unidos e Canadá, constitui um elo fundamental que deve merecer a nossa melhor atenção.

No Atlântico Sul, na América Latina, região com a qual também temos um relacionamento secular e onde gozamos de um importante capital histórico de confiança, encontramos hoje alguns dos principais motores da economia mundial e da vida política internacional.

Além da relação especial com o Brasil, a aproximação a outros países da região – como a Colômbia, o Peru, o México, o Chile, a Argentina, ou a Venezuela – deve ser uma componente fundamental da política externa portuguesa. A aposta em parcerias ibero-americanas apresenta, a meu ver, um grande potencial de futuro.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Do lado do Mediterrâneo provêm as origens ancestrais da nossa matriz cultural. O Mediterrâneo une-nos aos nossos vizinhos e à herança da nossa cultura judaico-cristã.

Temos de projetar o País e manter um olhar atento para com os nossos vizinhos do sul. Desde logo, Marrocos, o nosso vizinho mais próximo, mas também a Tunísia, a Argélia, a Líbia e o Egito – países que se encontram a viver um profundo processo de transição. É fundamental que esta dinâmica de mudança se baseie no reforço das instituições democráticas e num diálogo inclusivo e permanente, de forma a contrariar tentações radicais ou extremistas.

Mais além, a Turquia, ponte e plataforma de civilizações, é nosso parceiro na NATO. Portugal sempre foi defensor da adesão da Turquia à União Europeia. Pela sua posição estratégica, pela realidade cultural multifacetada de que é exemplo, devemos reforçar e diversificar os laços que partilhamos. Saúdo, por isso, o dinamismo de que a nossa relação bilateral está a ser objeto – a nível económico e político.

Em franco período de crescimento económico, a Turquia constitui uma excelente oportunidade de acesso aos emergentes mercados da Ásia Central. É um ator fundamental – e global – em matéria de energia e de política externa, para além de ser um parceiro incontornável na resolução do permanente conflito que a Europa tem à sua porta.

A única solução para o conflito no Médio Oriente é a de dois Estados independentes – Israel e Palestina – vivendo lado a lado, em paz e segurança. Portugal, ao ter apoiado, no passado mês de novembro, a elevação do Estatuto da Palestina nas Nações Unidas, reconhecida entretanto como Estado Observador Não Membro, expressou o seu compromisso com o Processo de Paz.

Uma palavra sobre o Golfo Pérsico, onde, desde o Século XVI, os portugueses estiveram presentes. A caminho da Índia, a península arábica era uma paragem

obrigatória para os nossos navegadores. Nos últimos anos, temos vindo a redescobrir os países daquela região, países que encerram múltiplas oportunidades para as nossas empresas, com benefícios mútuos que não deveremos, pela nossa parte, desperdiçar.

A Rússia mantém-se um importante ator na cena internacional, não apenas por se tratar de um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas também porque a sua história, a sua geografia e as suas abundantes riquezas naturais lhe conferem esse estatuto. Portugal e a Rússia mantêm contactos de muitos séculos, especialmente a partir do estabelecimento das relações diplomáticas, em 1779. Ultrapassado o interregno da Guerra Fria, retomámos uma relação saudável de entendimento e cooperação. Como Primeiro-Ministro, tive a honra de assinar, em 1994, o Tratado de Amizade e Cooperação entre os nossos dois países. A Rússia é não só um importante mercado, que tem suscitado um interesse crescente para os exportadores portugueses, mas também um parceiro que importa preservar no contexto da sua relação mais próxima com a União Europeia.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O peso de um país no Mundo não se esgota, naturalmente, nas suas relações bilaterais. Nos fóruns internacionais, Portugal detém uma influência superior ao seu peso relativo. Portugal é visto, justamente, como um mediador neutral, negociador de consensos e defensor de valores universais. Pioneiro na abolição da pena de morte, Portugal continua atento e ativo na defesa dos Direitos Humanos. No plano cultural, a identificação e a preservação dos vinte e quatro bens de origem portuguesa espalhados por África, Ásia e América, classificados pela UNESCO como Património da Humanidade, vieram sublinhar a importância da nossa presença no Mundo. A UNESCO deu ainda uma visibilidade global a uma importante marca cultural portuguesa e à nossa língua, ao considerar o Fado como Património Imaterial da Humanidade.

Num outro plano, não é demais sublinhar a importância da CPLP, uma organização que se tem afirmado como uma entidade de referência no plano internacional. Poucos países com a dimensão de Portugal se podem orgulhar de terem estado no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membros não permanentes,

em duas décadas consecutivas. Terminámos, no mês passado, com sucesso, o nosso mandato de dois anos. No centro das decisões internacionais, apercebemo-nos, uma vez mais, da urgente necessidade de reforma daquela organização.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Comecei esta minha reflexão dizendo-vos não ser por acaso que Portugal encontra na Língua, na Diáspora e no Mar três marcas identitárias que são elementos-chave da sua presença no Mundo.

A presença da língua portuguesa no contexto internacional é crescente. Os números são impressionantes. A língua portuguesa é, como sabem, a língua oficial de oito países e de uma Região Administrativa Especial chinesa, o que corresponde a um universo de cerca de 240 milhões de pessoas.

O português é um dos idiomas em maior expansão em todo o mundo, particularmente em áreas com forte crescimento económico, como a China ou os países latino-americanos, onde é visto como língua de oportunidades e negócios. É também língua de trabalho em diversas organizações regionais, além de um importante veículo de comunicação na internet e nas próprias redes sociais. Hoje é também inegável aquilo que venho defendendo há muitos anos: a sua importância para a competitividade da nossa economia. Num estudo recente, estimou-se que as indústrias e os serviços em que a língua portuguesa é um elemento-chave representam 17 por cento do Produto português.

Como segunda marca de identidade, salienta-se a Diáspora. Tenho-me encontrado, frequentemente, com portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro. Deparei-me com comunidades renovadas, revigoradas, dinâmicas. Portugueses da nova e da velha geração. E muitos jovens quadros, diligentes e empreendedores, empresários de sucesso.

A Diáspora, constituída pelos portugueses emigrantes e lusodescendentes, representa um ativo precioso. São quase 5 milhões de portugueses, verdadeiros embaixadores de Portugal e o vértice primeiro da defesa e afirmação da cultura portuguesa além-fronteiras.

Queria por isso saudar todas as iniciativas lançadas em apoio do reforço dos laços entre as Comunidades Portuguesas e o País, entre as quais a criação, no passado dia 26 de dezembro, do Conselho da Diáspora Portuguesa.

E, como terceiro traço da portugalidade, o Mar. Com uma geografia muito particular, Portugal relacionou-se com o Mundo através do mar. Foi por ele que chegámos a outras regiões, culturas e países e será cada vez mais por ele que devemos chegar a novos mercados.

Nos últimos anos, Portugal passou a assumir um papel de liderança nos assuntos relacionados com o mar, quer a nível global, nas Nações Unidas, quer a nível europeu, na União Europeia.

A atenção aos assuntos do mar tem sido uma constante dos meus mandatos como Presidente da República. Esta é uma causa pela qual vale a pena batemo-nos e trabalharmos em conjunto.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Foi na vertigem da viagem que Portugal se encontrou consigo próprio, naquilo que tem de melhor.

Ao longo da sua História, projetando-se no Mundo, Portugal tem-se reinventado e superado desafios. Um Mundo que descobriu e deu a descobrir e onde dispõe de um enorme capital de confiança e simpatia.

O Portugal de hoje deve ser motivo de esperança. Somos um país democrático e aberto, tanto económica como culturalmente. Portugal sempre foi maior quando se abriu ao Mundo, quando não teve medo da aventura e do risco. Esta é a lição da História, o ensinamento que devemos assumir num tempo que será o que dele fizermos.

É este o nosso tempo. Se soubermos agir com inteligência, firmeza e responsabilidade, não devemos recluir o presente, pois um futuro melhor é uma realidade ao alcance das nossas mãos.

Termino renovando as minhas felicitações ao *Expresso* pelos seus 40 anos e, em particular, aos organizadores desta grande conferência subordinada ao tema “Portugal no Mundo”.

Muito obrigado.

Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio de Queluz, 15 de janeiro de 2013

Gostaria de começar por agradecer a presença de todos vós e quero desejar-vos, bem como às vossas famílias, um Feliz Ano de 2013.

Permitam-me também uma palavra de agradecimento a Sua Excelência Reverendíssima o Núncio Apostólico, pelas amáveis palavras que, em nome do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, entendeu dirigir-me nesta ocasião.

O ano que terminou foi dos mais complexos que temos vivido nos últimos tempos. A Comunidade Internacional teve de enfrentar diversas crises, de natureza muito distinta. Continuámos, em particular, a debater-nos com uma crise económica e financeira que tarda em dissipar-se e tem vindo a afetar profundamente diversos países do mundo. E, noutro plano, assistimos ao agudizar de situações como a da Síria, para a qual se impõe que a comunidade internacional encontre uma solução urgente, que ponha termo aos crimes cometidos contra populações indefesas.

Senhoras e Senhores Embaixadores

O Corpo Diplomático acreditado em Lisboa foi testemunha da particular incidência da crise económica e financeira em Portugal e de como o País reagiu. O povo português – tenho orgulho em dizê-lo – tem manifestado um comportamento extremamente responsável, reforçando os laços de solidariedade e de entreatajuda que permitem minorar algumas das situações mais dramáticas.

2012 foi um ano em que Portugal realizou um importante esforço de ajustamento macroeconómico e financeiro no quadro do programa acordado com instituições internacionais e também o ano em que levou por diante um significativo programa de reformas estruturais. O processo de consolidação orçamental tem vindo a avançar num clima de estabilidade política e de relativa paz social, apesar de um contexto económico externo mais desfavorável do que tinha sido inicialmente previsto.

Portugal honrará os compromissos internacionais que subscreveu. Não ignoramos, naturalmente, os desafios que temos pela frente e os riscos que, apesar da nossa determinação, existem no horizonte. Estamos conscientes da necessidade de associar à consolidação orçamental medidas que robusteçam as condições de competitividade e confiança indispensáveis ao crescimento económico e à criação de emprego. Este é outro grande desafio que queremos vencer em 2013. Apesar das dificuldades, encontramos alguns sinais positivos. A vitalidade do talento nacional foi reconhecida internacionalmente com prémios e galardões de prestígio em domínios tão diversos como os da ciência, arquitetura, artes plásticas, moda, artes cénicas ou cinema. No campo económico, as exportações de bens e serviços continuaram a registar ganhos expressivos de quota em novos mercados. No ano de 2012 ter-se-á provavelmente registado um excedente nas contas externas de bens e serviços, o que não acontecia há muitas décadas.

Verificou-se, por outro lado, uma descida das taxas de juro da dívida portuguesa, expressão do reconhecimento, por parte dos mercados, do reforço da credibilidade do País.

Senhoras e Senhores Embaixadores

De 2012, guardo a grata recordação do privilégio que tivemos em acolher, em Portugal, as visitas de Chefes de Estado e de outros responsáveis políticos de alguns dos países que Vossas Excelências representam. Estas visitas são sinais concretos do empenho recíproco no reforço das nossas relações com o Mundo. Durante o ano que passou, celebrámos um importante número de acordos internacionais nas áreas política, cultural, económica e fiscal, fundamentais para o aprofundamento das relações entre Portugal e os vossos países.

Concluímos, em 2012, o nosso mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Fiz questão de presidir ao primeiro debate aberto organizado por Portugal no Conselho de Segurança. Nestes dois anos, guiámo-nos pela defesa do primado do direito internacional e demos especial atenção à promoção dos direitos humanos e de um multilateralismo eficaz, atuante e dialogante.

Convicto da centralidade da Organização das Nações Unidas na Comunidade Internacional, gostaria de agradecer, mais uma vez, o apoio e a confiança da

generalidade dos vossos países, que possibilitaram a nossa eleição e o cumprimento da tarefa exigente que levámos a cabo.

Neste espírito, continuaremos a defender, com convicção, a nossa candidatura ao Conselho dos Direitos Humanos e ao Comité do Património Mundial. Permitam-me que expresse uma palavra de reconhecimento àqueles que já nos manifestaram o seu apoio confiando-nos o seu voto e a esperança de que a valia dos nossos argumentos inspire aqueles que ainda o não fizeram.

No ano de 2012, um ano de grandes desafios ao nível europeu, Portugal continuou a apresentar-se como um parceiro ativo e responsável do processo de integração. Atuámos em duas dimensões. Numa perspetiva mais imediata, procurando contribuir para a criação de mecanismos para limitar os efeitos da atual crise, de todos conhecida. E, numa abordagem de médio e longo prazo, defendendo o lançamento de bases mais sólidas para a arquitetura institucional do Euro e o aprofundamento da União Económica e Monetária. Existe, contudo, ainda um longo caminho a percorrer. Entendemos que a União tem igualmente de avançar mais decididamente na prossecução de uma agenda europeia orientada para o crescimento e para a criação de emprego.

A importante negociação do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 é outro elemento que continuaremos a acompanhar com atenção em 2013 e que deverá ser encarado num contexto, também ele, de reforço do potencial de crescimento e da competitividade.

A União deve apoiar os Estados-membros na reestruturação das suas economias, em particular daqueles que estão a enfrentar as duras exigências do reequilíbrio das finanças públicas e sofrem o impacto da recessão da Zona Euro. Tenho a firme certeza de que é do interesse da União Europeia como um todo que a coesão e a solidariedade não sejam meras palavras de circunstância.

Só uma União Europeia forte e coesa pode ser um fator de esperança para os seus cidadãos. Só assim a União Europeia se pode afirmar, no plano externo, como um ator respeitado e credível da Comunidade Internacional, promotora da paz, do progresso económico e social, da liberdade, do respeito pelos direitos humanos e da estabilidade mundial. Portugal continuará a participar ativamente no aprofundamento da integração europeia.

Senhoras e Senhores Embaixadores

2012 foi também um ano particularmente importante para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Inaugurámos a sede da CPLP, em Lisboa, sinal expressivo do compromisso português com esta Organização.

A lusofonia, mais do que um legado da nossa História, constitui um ativo estratégico da política externa atual de Portugal e de todos os países membros da CPLP. A Cimeira da CPLP, em Maputo – na qual tive a honra de participar – constituiu uma ocasião privilegiada para constatar os elevados níveis de cooperação que mantemos no seio da organização. Tivemos a oportunidade de debater a questão preocupante da Guiné-Bissau, que continua a convocar toda a comunidade internacional. Em simultâneo, procurámos dar resposta ao desafio da segurança alimentar, em mais um esforço de compromisso coletivo e concertado com uma causa global e com os Objetivos do Milénio.

É cada vez mais evidente a relevância da CPLP na cena internacional, apesar da sua relativa juventude. A internacionalização da língua portuguesa é uma prioridade da nossa organização. Neste contexto, acolheremos este ano em Portugal a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

Em África, não esquecemos que é no espaço lusófono que encontramos alguns dos nossos principais parceiros políticos e económicos, num relacionamento ímpar ao nível político, cultural e empresarial. Um excelente exemplo desta realidade é o estreito nível de proximidade e entendimento que mantemos com Angola e Moçambique.

Mas Portugal olha hoje com redobrada atenção também para a África não lusófona, numa perspetiva de desenvolvimento económico e de formação e partilha de conhecimento.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Tive o grato privilégio de visitar, em 2012, Timor-Leste, a Indonésia, Singapura e a Austrália.

Timor-Leste celebrava os dez anos da sua independência, bem como a língua e os valores partilhados no seio da família CPLP. Foi para mim uma honra participar nessas tão simbólicas comemorações.

A Visita de Estado à Indonésia constituiu, pode dizer-se, um verdadeiro marco histórico. Tratou-se da primeira Visita de Estado de um Presidente português àquele país e assinalou um efetivo virar de página nas nossas relações bilaterais e com a região.

Ainda na Ásia, ao longo do ano que passou, continuámos a celebrar os 500 anos de encontros históricos entre Portugueses e diversos povos asiáticos, encontros pioneiros que deixaram marcas indeléveis, tanto em Portugal como em muitos desses países.

Em 2013, continuaremos a impulsionar esta redescoberta mútua de Portugal e do Oriente, ao comemorarmos os 470 anos dos primeiros contactos com o Japão e os 500 anos da chegada dos Portugueses à China. Depois de cinco séculos, Portugal e a China registam hoje um assinalável patamar de relacionamento empresarial e económico, bem patente no facto de, em 2012, Portugal ter sido o principal destino do investimento chinês na Europa. Do mesmo modo, muitas empresas portuguesas olham, cada vez mais, para a China enquanto mercado e destino de investimento, numa dinâmica recíproca que importa acalantar.

Estas Comemorações continuarão, pois, a ser uma oportunidade para aprofundarmos a cooperação bilateral com países da região asiática, orientada pelos nossos interesses atuais e numa lógica de presente e futuro.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Portugal sempre encontrou no Atlântico uma porta privilegiada para o Mundo. Em 2012, procurámos continuar a consolidação e reforço das nossas relações com os países do Atlântico Norte, nomeadamente os Estados Unidos, não só no quadro bilateral, mas também no quadro das instituições internacionais de que fazemos parte. Em 2013, prosseguiremos no caminho do aprofundamento das nossas relações com estes aliados.

No Atlântico Sul, na América Latina, região com a qual também temos um relacionamento secular e onde gozamos de um importante capital histórico de confiança, encontramos hoje alguns dos principais motores da economia mundial e da vida política internacional.

Para além da relação especial com o Brasil – com o qual continuaremos, ao longo deste ano, a celebrar o “Ano de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal” –,

acolhemos, em 2012, a visita dos Presidentes da Colômbia e do Peru. Creio ser 2013 o momento de reforçar e aprofundar o relacionamento com os países da região, nossos parceiros da Cimeira Ibero-Americana.

Portugal vai assumir este ano a presidência do Grupo 5+5. Olhamos com especial interesse para os nossos vizinhos do Mediterrâneo e, também, para os nossos parceiros do Próximo e Médio Oriente e do Golfo Pérsico. Continuaremos firmes e determinados na aproximação àqueles países.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Acredito na importância de revitalização do relacionamento entre Portugal e os países que Vossas Excelências representam. Estaremos, desse modo, a dar um forte contributo para ultrapassarmos, de forma serena mas confiante, as dificuldades do presente, e para melhor nos prepararmos para vencer os desafios do futuro.

É um compromisso que assumo. Portugal dará o seu contributo para a construção de um futuro melhor, num espírito dialogante, universalista e de abertura ao mundo, o espírito que nos caracteriza como nação soberana de muitos séculos. Apesar da sua História e da sua Diáspora, o Portugal de hoje continua a não ser suficientemente conhecido no Mundo. O Portugal de hoje representa, nos mais diversos domínios, que vão da ciência à cultura, da arquitetura às indústrias criativas, da engenharia às tecnologias de comunicação e informação, um exemplo de dinamismo e empreendedorismo, um modelo, em muitos casos, de vanguarda e inovação.

Permitam-me, pois, que lance um desafio aos Embaixadores aqui acreditados, observadores privilegiados da realidade nacional: difundam a imagem de Portugal como um país moderno, de futuro, onde existem um ambiente saudável e seguro para fazer negócios, excelentes oportunidades de investimento e quadros qualificados, para além da hospitalidade da sua gente, da amenidade do seu clima e da riqueza do seu património cultural. Não se trata, de forma alguma, de uma miragem, mas sim da verdadeira realidade de Portugal.

Estou seguro de que Vossas Excelências saberão contribuir para o aprofundamento das relações de Portugal com cada um dos vossos países e para a divulgação do Portugal do século XXI.

Termino renovando os meus votos de um próspero 2013 para os vossos países e para cada um de vós aqui presente.

Muito obrigado.

Anexos

Artigo de Opinião “Portugal, um Desígnio Global”

Jornal “Diário Económico”, 4 de maio de 2012

Assumi o compromisso, logo no início do meu primeiro mandato, de tudo fazer para apoiar uma maior aproximação entre Portugal e a comunidade portuguesa no exterior. Ao longo do tempo, com esse compromisso em mente, tenho estado em muitas ocasiões com os nossos compatriotas, em diferentes partes do Mundo, constatando que todos persistem em manter vivos os laços que os unem a Portugal.

Em diversas intervenções públicas tenho sublinhado que é essencial que Portugal valorize e aproveite o potencial que a Diáspora representa, à semelhança do que fazem outros países. Trata-se de conhecer melhor o talento e o prestígio dos nossos compatriotas e dos lusodescendentes nas sociedades onde se encontram integrados, e de aproveitar o seu saber, dar ouvidos à sua experiência e ativar as suas redes de contacto.

Atribuo, por isso, especial importância à IV edição do Conselho para a Globalização, que terá lugar hoje, em Cascais. Para este novo Encontro, convidei um grupo de portugueses que ocupam destacadas funções de gestão em empresas multinacionais de elevado prestígio, muitas delas com presença relevante no nosso país.

Este Encontro, cuja língua de trabalho é a língua de Camões, é um contributo para o propósito de aproximação à comunidade portuguesa no exterior e para a sua maior participação no processo de desenvolvimento de Portugal.

Os participantes têm como característica comum trajetórias profissionais globais, acumulando um vasto e precioso capital de experiência e influência em diferentes países e organizações, em setores tão diversos como a finança, automóvel, energia, tecnologias de informação e comunicação, *design* e moda, química, produtos de grande consumo, construção e recursos naturais.

Entendi a disponibilidade dos participantes como um sinal de responsabilidade e empenho para com o seu país de origem e de desejo de participarem no esforço

de recuperação económica, que decorre num contexto internacional de grande complexidade e exigência.

Para além do Presidente da Comissão Europeia, estarão igualmente presentes na reunião líderes de empresas originários dos mercados da lusofonia – Angola, Moçambique e Brasil – com significativa influência na economia nacional e nos setores onde atuam.

O crescimento da economia portuguesa dependerá, nos próximos anos, muito especialmente dos setores produtivos que atuam no exterior, da internacionalização de mais empresas e da diversificação de mercados, sendo, por isso, essencial conhecer as oportunidades reais que podem ser aproveitadas pelas nossas empresas.

O tema central do Encontro será a competitividade e relançamento da economia, numa perspetiva de sustentabilidade no horizonte das próximas décadas, e a perceção externa do País.

Para além do programa de ajustamento, a atração e captação de investimento externo exigirão a progressiva redução dos chamados “custos de contexto” mais frequentemente apontados pelos que pretendem investir em Portugal, muitos dos quais também afetam a competitividade externa das empresas nacionais.

Por isso, revela-se fundamental conhecer e aprofundar a compreensão das oportunidades e riscos que se apresentam às nossas empresas quando procuram consolidar a sua posição nas cadeias de valor e nos mercados globais.

São essas perspetivas que os participantes no Conselho para a Globalização nos irão trazer. Discutiremos casos concretos e oportunidades de investimento em Portugal, nos centros de I&D e serviços globais, em redes de energia inteligentes, no turismo especializado, no fabrico de materiais avançados, nas indústrias criativas, nas tecnologias de informação e comunicação e nas indústrias do mar. É neste contexto que a valorização da imagem nacional é uma mais-valia na internacionalização económica do País mas também, muito particularmente, na capacidade de afirmação das empresas portuguesas em mercados fora de fronteiras.

A imagem de um país influencia, de forma concreta, a capacidade de os recursos nacionais serem devidamente valorizados nos mercados externos. Portugal beneficiará, sem dúvida, do esforço coletivo que for feito, também pela comunidade

portuguesa no exterior, no sentido de valorizar os ativos económicos, culturais e linguísticos que nos identificam e tornam singulares face a outros países e nações. A projeção da excelência daquilo que nos é próprio reforçará a nossa reputação internacional.

Fomos pioneiros da globalização, mas hoje teremos que encontrar, de novo, o nosso lugar no Mundo. Portugal tem que se afirmar nas áreas onde pode ser reconhecido pela excelência. Esta é uma tarefa exigente, incessante e permanente. Teremos que afirmar no exterior, com credibilidade, a qualidade das nossas instituições e as competências específicas das nossas empresas e pessoas que nos tornem atrativos para investidores e empresas.

Para tanto, é necessário uma estratégia de afirmação clara da imagem do país, liderança e continuidade na execução, bem como coordenação adequada entre as várias instituições de representação externa. A aproximação à Diáspora – e, em particular, a ligação com todos os que lá fora possuem maior capacidade de influência – poderá constituir um fator decisivo de elevação da nossa competitividade.

Alguns desses portugueses irão estar comigo hoje em Cascais. A sua presença e contribuição para este IV Encontro representam uma manifestação da forte ligação emocional que mantêm à sua terra natal e ao seu destino. Compete-nos aprofundar esta relação, aproveitando ideias e transmitindo informação rigorosa da situação real, das nossas capacidades e vantagens competitivas.

A globalização tem criado condições de concorrência particularmente exigentes para muitos países. A competição típica da presente fase ocorre nos mercados, na inovação e na tecnologia, nas competências e no talento, na atração de investimento. O propósito desta competição global é o desenvolvimento económico – reduzindo desigualdades, melhorando os níveis de vida e a criação de emprego. No entanto, o sucesso dependerá largamente de dimensões como a reputação e o prestígio do País no palco internacional.

Nas próximas décadas, a circulação do talento, a integração das economias e a interdependência cultural tenderão a intensificar a nossa essência como povo do Mundo e aberto ao Mundo. Portugal será sempre mais que o seu território, porque sempre fomos uma Nação dispersa nos quatro cantos do planeta. E é esta a vocação que teremos que reassumir no palco global.

Artigo de Opinião “O Desafio Rio+20”

Jornal “i”, 20 de junho de 2012

Em junho de 1992, há precisamente vinte anos, participei, na qualidade de Presidente em exercício do Conselho Europeu, na Cimeira da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro.

Difícilmente se poderia encontrar no Mundo um espaço mais adequado para acolher uma cimeira internacional dedicada ao Ambiente e ao futuro do planeta. Cidade de contrastes, situada num cenário de impressionante beleza, de onde se avista o longe do mar, o Rio é um espaço privilegiado para procedermos a uma reflexão sobre o nosso destino comum. Alberga a maior floresta urbana do mundo, a Floresta da Tijuca, a que se juntam os belos jardins: o Botânico, dos tempos imperiais, e os desenhados por Burle Marx – a prova de que o Homem pode interagir harmoniosamente com a Natureza. Para tanto, é necessária uma reflexão profunda sobre o destino deste planeta azul e irrepetível.

Foi o que fizemos há vinte anos, no Rio de Janeiro, quando foi consagrado o princípio do desenvolvimento sustentável que, cada vez mais, rege os países, as sociedades e as nossas vidas. Obtiveram-se consensos em matérias que nem sempre conseguem alcançar uma convergência frutuosa de posições e opiniões e tomaram-se decisões importantes. Foi longo o caminho percorrido nestas duas décadas, nalguns casos com avanços e progressos muito significativos, noutros nem tanto. Acima de tudo, estamos mais conscientes de que vivemos num só Mundo, que não conhece fronteiras políticas nem limites artificialmente criados pelo Homem.

Mas ainda há muito por fazer e, em alguns casos, as conclusões da Cimeira do Rio de 1992 não saíram do papel. Há que passar urgentemente das palavras aos atos. Para isso, é fundamental alterar a dinâmica das atuais negociações do Rio + 20. As divergências, atrasos e disputas diplomáticas devem dar lugar a consensos e compromissos que renovem a esperança de que, no futuro, se trilhará um caminho melhor. A razão é simples: partilhamos um destino comum.

Do que fizermos hoje dependerá o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. A verdade é que o aumento demográfico verificado desde o Rio de 1992 leva inexoravelmente ao agravamento dos fatores de pressão sobre a sustentabilidade do planeta.

A salvaguarda do equilíbrio ecológico é, por isso, uma questão de sobrevivência da Humanidade, mas também uma questão de justiça. De justiça entre gerações, de justiça entre os povos do Mundo. Exige e implica uma partilha mais equitativa das riquezas do globo, uma distribuição justa dos riscos, um desenvolvimento integral da Humanidade. A ninguém interessa um mundo fraturado entre o Norte e o Sul, entre gerações velhas e novas, entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento.

Vista do espaço, a Terra é uma só. Sobre ela impendem ameaças, a maioria das quais fruto da avidez dos homens. É tempo de reatualizarmos a mensagem central da Conferência do Rio, que após vinte anos permanece certa: vivemos num só Mundo. Tudo o que fizermos a uma região do planeta será feito a nós próprios. Nada do que acontece na Terra nos pode ser alheio – pois esta é a morada da Humanidade, a única que conhecemos, a única que possuímos.

Faço votos para que os participantes da Conferência do Rio aprofundem o projeto de 1992, deem passos decisivos na concretização do ambicioso programa traçado na altura e tomem novas medidas para assegurar uma convivência mais harmoniosa do Homem com a Natureza. Tal como em 1992, a União Europeia deve assumir uma posição liderante no combate global pelo desenvolvimento e pela defesa do ambiente.

Neste domínio, os problemas são sempre globais – e, por isso, só à escala global poderão ser resolvidos. Com bom senso, com realismo, e sobretudo com sentido de futuro. Apelo ao sentido de futuro daqueles que se irão encontrar no Rio de Janeiro, e a que sejam feitos progressos naquilo que verdadeiramente importa: no combate à pobreza, no acesso à energia, à água e ao saneamento e no avanço das agendas da sustentabilidade, do ambiente e do clima. Não há melhor local nem melhor oportunidade para nos repensarmos enquanto habitantes de um planeta que é o nosso, mas do qual, verdadeiramente, não somos donos nem proprietários exclusivos.

Entrevista concedida ao semanário SOL

20 de julho de 2012

– Portugal deve pedir mais um ano para o plano de ajustamento, a exemplo do que fez a Espanha?

– Quando se fala em mais prazo, interessa perguntar: mais prazo para quê? Mais prazo para realizar as reformas estruturais que aumentem a competitividade da economia portuguesa? Mas mais prazo, aqui, significava mais desemprego. Mais prazo para reforçar a solidez da banca portuguesa? Mas a banca portuguesa já tem uma solidez que não é inferior à média da União Europeia. Mais prazo para a redução do défice? Mas o défice é uma variável endógena. Os governos não controlam o seu valor exato. O défice depende da situação económica do país e da situação económica dos outros países, porque depende das nossas exportações, ou seja, daquilo que os outros nos compram, ou dos turistas que nos visitam. Por isso, acho que é mais correto olhar para as políticas, em vez de concentrar a atenção numa variável que os governos não controlam diretamente. Aliás, a nossa experiência prova-o: os governos preveem um valor para o défice e, *a posteriori*, esse valor é bastante diferente. Portanto, é mais correto olhar para as políticas. Tentar encontrar políticas que, garantindo a sustentabilidade das finanças públicas, sejam equitativas e minimizem o efeito sobre a economia, isto é, sejam menos recessivas.

– Os últimos dados apontam para uma grande derrapagem na execução orçamental. Está preocupado? E isso não terá afetado a credibilidade do Ministro das Finanças, pondo inclusivamente em causa a credibilidade internacional, que Portugal reconquistou ao longo dos últimos meses?

– O Presidente da República não faz avaliações dos membros do Governo e, portanto, em relação a isso não vou responder. O Ministro das Finanças já explicou esse aparente desvio verificado na execução orçamental até maio, mas não sabemos se ele será corrigido, pelo menos em parte, pelas cobranças a fazer até ao fim do ano. De qualquer forma, é uma matéria que certamente estará sobre a

mesa na quinta avaliação da *troika*. Sobre a credibilidade, é verdade que Portugal a reforçou substancialmente junto dos parceiros europeus e das instituições internacionais. Sou testemunha disso. Portugal, hoje, é um país mais respeitado. Há uns dias, 41 deputados alemães testemunharam-me aqui o apreço pela forma como Portugal está a executar o seu programa. Nas reuniões do Grupo de Arraiolos, onde estão nove chefes de Estado da Europa que não participam nos Conselhos Europeus, tenho ouvido os maiores elogios à forma como Portugal está a tentar corrigir os seus desequilíbrios.

– Portanto, não está preocupado com o desvio...

– Ele não afetou a credibilidade, até porque as atenções têm estado centradas noutros países e Portugal não tem sido notícia internacional... Note-se ainda que foi devido ao aumento da credibilidade de Portugal que o Ministro das Finanças conseguiu aquela declaração do Eurogrupo que dizia mais ou menos isto: “Convidamos a *troika*, na próxima visita a Portugal, a trabalhar com as autoridades portuguesas para que Portugal se mantenha no bom caminho e tenha sucesso na execução do seu programa de ajustamento”. Penso que isto nunca tinha sido feito antes e é um sinal de que esses assuntos serão discutidos tendo presentes as alterações das condições externas e, também, a situação atual da economia portuguesa e a eficácia revelada pelas políticas que foram acordadas. A negociação foi feita num período relativamente curto, em abril do ano passado. Nunca tinha sido desenhado um programa de natureza financeira que incluísse medidas na área da Justiça, na área da Educação, na área da Saúde... Não podíamos pensar que o programa fosse perfeito. Nunca pensei que seria perfeito.

– Essa declaração do Eurogrupo poderá abrir a porta – como já deu a entender o Ministro das Finanças – a uma flexibilização das metas por parte da *troika*?

– Não quero especular sobre o que irá fazer ou não a *troika*, nem sobre o que o Governo irá colocar sobre a mesa nos encontros com a *troika*. Mas repito o que disse atrás: o valor do défice “à décima” talvez seja menos importante do que conseguir delinear políticas que, embora garantindo a sustentabilidade das finanças públicas, possam ter menor impacto contracionista e sejam mais equitativas. De onde pode vir o crescimento económico de Portugal nos próximos anos?

Só pode vir das exportações, do turismo, do investimento privado e do investimento direto estrangeiro. Portanto, tudo o que puder ser feito para estimular a produção de bens que concorram no mercado internacional, tudo o que puder ser feito para atrair turistas, tudo o que puder ser feito para aumentar a confiança dos empresários, para que possam investir, e tudo o que reforce a nossa credibilidade internacional, para que mais investimento estrangeiro venha para Portugal, é importante. O papel decisivo do crescimento económico, nos próximos anos, será desempenhado pelas empresas privadas. E, portanto, todo o discurso retórico de ataque à iniciativa privada contribui para o desemprego e para a recessão económica. O crescimento económico não irá vir do consumo nos próximos anos. Não irá vir do investimento público. Só pode vir das empresas privadas portuguesas ou das empresas privadas estrangeiras. Portanto, há que ter muito cuidado com a imagem de Portugal. Eu tenho-me empenhado nisso. Houve uns críticos que não perceberam o meu discurso no 25 de Abril, que não percebem a importância da imagem do país no exterior para conseguir vender a melhor preço os nossos produtos, para atrair mais turistas, para que os emigrantes mandem mais remessas e para que os investidores tomem decisões de investir em Portugal. Tenho vindo a desenvolver ações tentando mobilizar portugueses e lusodescendentes da Diáspora para contribuírem para apresentar o Portugal positivo. E temos muitas coisas positivas para apresentar...

– **Com o chumbo dos cortes nos subsídios, o Tribunal Constitucional pôs em causa as metas da *troika*. O Governo irá conseguir ultrapassar este obstáculo? E haverá margem para novos impostos, que penalizarão ainda mais a economia?**

– O Presidente da República não deve comentar as decisões judiciais. Em segundo lugar, cabe ao Governo ponderar quais as alternativas para compensar a perda de receita por não cobrar o subsídio aos funcionários públicos e pensionistas.

– **Se voltasse atrás nesta questão dos subsídios, fazia tudo igual, ou seja, não mandava o diploma para fiscalização preventiva e tinha feito aquele célebre discurso sobre a equidade?**

– Quando sublinhei a importância da equidade horizontal, isto é, tratar da mesma forma pessoas com o mesmo rendimento e na mesma situação pessoal, veio ao

de cima a minha qualidade de professor catedrático de Economia Pública. Reagi um pouco como tal. Agora, mando um diploma para o Tribunal Constitucional quando os consultores jurídicos do Presidente da República dizem que é clara a existência de uma inconstitucionalidade e quando essa também é a avaliação que faço, tendo em conta a situação do País. Não sou jurista, portanto confio nos pareceres que os juristas meus colaboradores fazem. O próprio Tribunal Constitucional disse agora – e também anteriormente – que não podia deixar de ter em conta a situação do País e, por isso, não obrigava à devolução do subsídio de férias que não foi pago aos funcionários públicos e aos pensionistas, e que o Governo poderia continuar a reter estes subsídios em dezembro. Depois, nem sempre os juristas pensam a mesma coisa. Eu recebi, em tempos, um diploma sobre o qual o Partido Comunista, o CDS e o PSD diziam todos que era constitucional, e os juristas meus consultores disseram que continha normas inconstitucionais. Mande-o para o Tribunal Constitucional e este declarou-o inconstitucional, praticamente por unanimidade. É assim que me comporto em relação ao envio ou não de um diploma para o Tribunal Constitucional.

Também recordei há dias – e independentemente do julgamento que eu tinha feito relativamente ao Orçamento do Estado para 2012 – que nenhum Presidente da República tinha mandado o Orçamento para o Tribunal Constitucional, porque o Orçamento é a peça central da política económica e financeira de um país. Imagine-se o que seria de Portugal, tendo assumido compromissos com a comunidade financeira internacional, se não tivesse Orçamento. Porque, na fiscalização preventiva, basta a declaração de inconstitucionalidade de uma simples alínea para o País ficar sem Orçamento. Portanto, quem tem bom senso reconhece que esta foi a decisão sensata do Presidente da República, a conselho dos seus juristas.

– Hoje, quando os políticos vão a qualquer lado, há manifestações hostis. Como Presidente da República – e principal garante do funcionamento das instituições – não o preocupa esta situação? Não está a criar-se um caldo de cultura explosivo?

– Numa democracia, é difícil evitar que um grupo de pessoas espere um agente político e lhe diga que não quer cobranças de portagens nesta ou naquela *Scut*.

Ou que não quer que o tribunal encerre no seu concelho... Estamos em democracia, devemos aceitar.

Temos de reconhecer que a situação não é fácil para as pessoas. As pessoas são chamadas a contribuir mais para os serviços de saúde, perdem os seus empregos, perdem os seus subsídios de Natal e de férias... Portanto, temos de compreender a reação dos cidadãos. Mas também não somos ingénuos e sabemos que, por vezes, estas coisas são preparadas...

– No seu discurso de tomada de posse deste Governo, disse: “À legitimidade para reclamar sacrifícios tem de corresponder uma cultura de exigência assente em valores éticos e em princípios de serviço público”. Acha que, neste aspeto, o Governo tem correspondido?

– O Presidente da República, em público, não deve fazer julgamentos sobre o Governo e eu tenho respeitado esse princípio. Tenho reuniões com o Primeiro-Ministro todas as quintas-feiras, que decorrem com toda a normalidade, reuniões de trabalho onde falamos de tudo aquilo que ele e eu consideramos importante para o País.

– E essas reuniões decorrem com abertura...

– Decorrem com muita normalidade e, no que se refere ao processo legislativo, há uma cooperação bastante boa com o Governo. Já no Governo anterior, 40 por cento dos diplomas enviados para a Presidência da República foram objeto de contactos com o Governo e 22 por cento foram objeto de alterações, antes de eu os promulgar. Neste momento, já recebi 2600 diplomas para promulgação enviados pelo Governo ou pela Assembleia da República, para além das centenas de decretos governamentais.

– Como vê a possibilidade de voltar a haver crescimento na União Europeia?

– A União Europeia enfrenta neste momento dois grandes desafios: o primeiro é a estabilização financeira da Zona Euro; o segundo é a promoção do crescimento económico e a criação de emprego na Europa. E tem de enfrentar simultaneamente esses dois desafios. Para estabilizar a zona do euro – que é uma peça central da construção europeia –, tem de garantir a sustentabilidade das finanças

públicas dos Estados-membros; tem de reforçar a estabilidade do sistema bancário em geral da União Europeia; e tem de dispor das ferramentas para enfrentar eventuais crises e evitar contágios. De forma esquemática, é isto que ela tem de fazer para estabilizar o euro.

Depois temos o segundo desafio – em que espero possa ter mais êxito do que tem tido nos tempos recentes –, que é a promoção do crescimento económico e a criação de emprego. Nesse sentido, o último Conselho Europeu aprovou um Pacto para o Crescimento e o Emprego, sobre o qual eu sublinharia a decisão de aumentar o capital do Banco Europeu de Investimento e a de reafetação de dinheiros dos fundos estruturais. São duas áreas que nos interessam de forma particular. Temos, ainda, aquilo que devia ser feito nos Estados-membros que têm *superavits* nas contas externas. Deviam conduzir uma política expansionista para compensar a política contracionista que outros – como é o caso da Espanha, da Itália, da Irlanda, de Portugal, da Grécia – estão a conduzir. A coordenação de políticas económicas não pode ser apenas no sentido da contração, devia ser também no sentido da expansão daqueles que têm condições para fazer políticas expansionistas.

Em terceiro lugar, temos as reformas estruturais que os países devem realizar para aumentar a sua competitividade. A Europa ignorou por demasiado tempo a promoção do crescimento económico e a criação de emprego, focando-se excessivamente na disciplina orçamental, naquilo a que se chama hoje austeridade. E isso conduziu à estagnação económica. Por isso, todos os blocos económicos culpam hoje a Europa pelo abrandamento do crescimento da economia mundial.

– Defende, portanto, que os países do norte da Europa, nesta fase de quase recessão, devem pôr mais dinheiro na economia europeia de forma a aliviar a crise...

– Defendo que países como a Alemanha, e outros do norte da Europa que têm *superavits* externos, deviam fazer uma política mais expansionista. E fico satisfeito de ver cada vez mais gente a sugerir, por exemplo, que os salários devem crescer mais fortemente na Alemanha do que noutros países. Era positivo, porque aumentava o poder de compra dos alemães e, portanto, a capacidade de importação de produtos de Portugal e de outros países. Também seria correto

que os países com excedentes pudessem fazer mais investimentos públicos ou, então, baixar impostos. É o que se chama “políticas expansionistas compensadoras”. Eu comecei por estar um pouco isolado nessa matéria, mas, agora, aparecem cada vez mais artigos na imprensa nacional e internacional a sugerir que esses países deviam ser mais solidários. Solidários no sentido quase racional de que, se se exigem a alguns países políticas contracionistas, então eles devem fazer políticas compensadoras em sentido contrário, expansionista.

– **Esses sinais que vê poderão ter uma tradução prática?**

– O Pacto para o Crescimento e o Emprego, aprovado no último Conselho Europeu, já foi qualquer coisa... Mas receio sempre que o Conselho Europeu, depois de tomar decisões que aplaudimos nas primeiras horas, nos desiluda quando lemos os detalhes e constatamos os atrasos na passagem das palavras aos atos. Os próprios mercados parecem ter sido surpreendidos, porque a sua primeira reação foi muito positiva mas, passadas 24 horas, depois de lerem os detalhes, já não ficaram tão convencidos. Normalmente, são tomadas decisões boas, mas a sua passagem à prática costuma levar muito tempo. Espero que, face até à situação espanhola, se passe rapidamente da decisão à execução. Mas aí não estou totalmente seguro.

– **Nos últimos anos, o Ocidente tem-se mostrado incapaz de competir a todos os níveis com a China e outros países asiáticos. Como poderá a Europa recuperar a competitividade?**

– Quando estive agora na Ásia, notei, de facto, uma atitude diferente da que se encontra na Europa. Ali, nas coisas mais simples, sente-se a pujança económica, a vontade empresarial de ter sucesso, de avançar, de produzir e de competir. Como é que a Europa vai resolver isso? Não podemos apostar em salários mais baixos para competir com esses países. Logo, temos de apostar na inovação, na criatividade, no investimento tecnologicamente avançado. É aí que a Europa tem de apostar. Há que produzir em qualidade: produtos inovadores e de alta tecnologia. Depois, a Europa tem de defender melhor os seus interesses nos acordos comerciais que faz com outros blocos. Há quem diga que tem feito demasiadas cedências, sem contrapartida suficiente. A Europa tem de conseguir vender

mais na China do que aquilo que vende hoje. E não só na China, mas na Índia, na Indonésia, no Vietname, naquela parte do Mundo com taxas de crescimento muito elevadas.

– Parece dizer isso mais como uma “vontade” do que como uma “possibilidade”... Até há pouco, tudo o que vinha da China era fancaria. Mas hoje a China produz, a vários níveis, produtos de grande qualidade a um preço substancialmente menor.

– Mas há uma grande diferença entre a Europa e a China – e outros países da região –, que é o capital humano. A capacidade científica e a capacidade de invenção que existe na Europa marcam uma diferença muito grande em relação àquilo que a China pode produzir. A Europa tem tido dificuldade em transformar o seu progresso científico em valor. Valor para ser colocado no mercado a preços competitivos. Os Estados Unidos fazem isso melhor, porque a ligação entre universidades, centros de investigação e empresas é mais eficaz do que na Europa. Tive ocasião de ver isso mesmo em Silicon Valley. A interpenetração entre a Universidade de Stanford, por exemplo, e as empresas era muito forte. E depois havia *venture capital* – capital para a criação de novas empresas, para a inovação, para os novos negócios – disponível para os que tinham boas ideias. Nos Estados Unidos, é mais fácil transformar uma boa ideia num negócio florescente. Portanto, talvez tenham razão os que dizem que a Europa está um pouco envelhecida. Mas ainda acredito que este bloco, a União Europeia, acordará e terá capacidade de resposta para os desafios do presente e do futuro. A União é um caso de sucesso: assegurou mais de 50 anos de paz e prosperidade na Europa. Os países do espaço europeu querem, praticamente todos, ser membros da União Europeia. A sua capacidade de atração não tem comparação com a de qualquer outro bloco, o que significa que ainda é vista como uma mais-valia significativa. Estou confiante que os líderes europeus terão a sabedoria necessária para resolver as dificuldades que possam surgir...

– É a favor dos *eurobonds*?

– Os *eurobonds* são uma resposta adequada para a resolução da crise da zona do euro. Só que vão requerer um aprofundamento da integração orçamental e vão

eventualmente implicar a alteração da arquitetura institucional da União Europeia. E isso significa alteração dos Tratados. O que será necessário transferir da competência dos Estados para uma instituição europeia? Quem determina, por exemplo, a dívida que vai ser emitida para um certo Estado? O que está em causa é uma emissão comum de dívida para a Europa. Portanto, tem de existir uma instituição que diga que a Itália pode emitir 'x', a Espanha 'y' e Portugal 'z'. Com certeza que essa instituição vai exigir garantias muito fortes para que aqueles que emitiram dívida paguem na data adequada os seus juros ou amortizações. Ora, isto significará a transferência, para um nível central, de competências em matéria de emissão de dívida por parte de cada um dos países.

No último Conselho Europeu foram discutidas linhas de orientação para um roteiro a médio e longo prazo para a União Europeia. O Presidente do Conselho foi encarregado, juntamente com o Presidente da Comissão e o Presidente do Banco Central Europeu, de apresentar esse roteiro. Já existe acordo em que a Europa precisa de muito mais integração financeira. É a União Bancária, que tem três elementos, mas agora só houve a coragem de avançar com um: a recapitalização direta dos bancos por parte do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira. Há outros dois elementos nos quais ainda não se tocou: a garantia comum de depósitos e um fundo de resolução de crises. E, para termos *eurobonds*, é preciso avançar muito mais na integração orçamental, o que significa dar a uma entidade – há quem fale num Tesouro Europeu – competências para interferir mais do que hoje nas políticas orçamentais dos Estados-membros. E isto para garantir que nunca estará em causa o cumprimento das obrigações desses países quanto ao pagamento de juros e amortizações das emissões conjuntas de dívida. Diz-se, agora, que esse é um problema a encarar daqui a uns dez anos, quando eu cheguei a ouvir líderes europeus dizer que isso seria possível já quase no próximo mês... Sou favorável a essa emissão comum da dívida, mas vai levar tempo.

– Portanto, é favorável aos *eurobonds* mas acha que ainda não há condições para se avançar...

– Sou realista e sei que é preciso alterações ao Tratado para que uma maioria dos Estados-membros aceite essa emissão comum de dívida pública.

– De qual destas personalidades se sente mais próximo: da Chanceler Merkel (chamada, sempre pejorativamente, “Senhora Merkel”), de François Hollande ou de Mário Monti?

– A Alemanha e a França sempre foram o motor da construção europeia, sem ignorar as posições dos outros Estados-membros. E eu espero que a Chanceler alemã, juntamente com o novo Presidente francês, continuem a desempenhar um papel importante no aprofundamento da integração europeia. Estou convencido de que a realidade acaba sempre por se impor a eventuais divergências ideológicas.

Esteve aqui, há dois dias, o antigo Ministro das Finanças alemão Theo Waigel, que é o “pai” do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Mas quando estava em discussão esse PEC, que impunha 3 por cento de déficit para as contas públicas, e 60 por cento para a dívida, foi eleito em França um Governo de orientação contrária, presidido pelo Senhor Lionel Jospin. Ele tinha dito que era contra. Ora, a proposta inicial era só chamar-se Pacto de Estabilidade. Então, ocorreu uma reunião do Conselho – penso que em Dublin – e aí fez-se uma alteração: em lugar de se chamar Pacto de Estabilidade, passou a ser Pacto de Estabilidade e Crescimento. E, depois, tudo se recompôs e a cooperação entre a Alemanha e a França pôde avançar. Estou convencido de que também agora haverá uma aproximação de posições, colocando os interesses da União Europeia em primeiro lugar, dado que este é um projeto extraordinário para a Europa, que tem produzido resultados muito positivos, e seria quase criminoso se alguém pudesse ser culpado pela sua destruição. E o mesmo diria em relação ao euro. Sei muito bem como o Chanceler Kohl e o Presidente Mitterrand, tal como Delors, trabalharam para que fosse possível o euro.

Quanto ao Primeiro-Ministro Monti, foi comissário, sendo um grande conhecedor da vida europeia. Por isso foi chamado pelo Presidente Napolitano a dar um contributo para a resolução da crise italiana. Qual é o problema de Itália? É o montante excessivamente elevado da dívida pública, que ultrapassa 100 por cento do Produto. Não deve ser inferior à dívida pública portuguesa, em comparação com o PIB. E Monti tem tentado tomar algumas medidas corajosas. Não podemos esquecer que não pertence a nenhum dos partidos que estão no Parlamento. É o que chamam um “Primeiro-Ministro tecnocrata”. Assim, a sua vida

não deve ser fácil, para conseguir aprovar não só os cortes de despesa mas também as reformas estruturais. Sucede que a Itália é a terceira economia da zona do euro e a Espanha é a quarta. Qualquer colapso destas economias provocaria um abalo sistémico de consequências imprevisíveis em toda a zona do euro.

– Falou-nos das dificuldades em Itália, das dificuldades em Espanha... Elas seguem-se à Grécia, Portugal e Irlanda. Também falou na possibilidade de os líderes europeus, na 25ª hora, conseguirem uma solução. E da hipótese de um caminho federal, daqui a dez anos... Acha que a Europa e o euro podem esperar tanto tempo? Ou, como já dizem tantos analistas, o euro está em risco de colapso?

– Não, o euro não está em risco de colapso. Mas os mercados não esperam muito tempo e isso traduz-se nas subidas das taxas de juro que alguns países têm de pagar. E a prova de que na 25ª hora os líderes europeus acordam – ou, pelo menos, fazem alguma coisa para acordar – é que, no último Conselho Europeu, foi tomada a decisão de o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e de o Mecanismo Europeu de Estabilidade que se vai seguir poderem fazer intervenções no mercado da dívida pública. Mas, cuidadosos como são, não disseram se era no mercado primário ou no mercado secundário. E esta ideia já tinha sido mencionada em julho do ano passado, numa decisão do Conselho Europeu. Bem, é importante que se dê esta mensagem aos mercados, a dizer: “Se as atividades especulativas ultrapassarem um certo nível, e se as taxas de juro ultrapassarem um certo nível, então podemos utilizar o poder de fogo destes Fundos”. Só que o poder de fogo destes Fundos está limitado a 750 mil milhões de euros, e já foi utilizada uma parte para Portugal, outra para a Grécia, outra para a Irlanda, e agora será outra para a Espanha. Por isso tenho dito sempre: só existe uma instituição com poder de fogo ilimitado, e essa chama-se Banco Central Europeu. Estou convencido de que, se fosse passada a mensagem clara de que o Banco Central Europeu está preparado para intervir, se necessário, em relação à dívida pública dos países que, sofrendo crises de liquidez, estão a desenvolver as políticas necessárias para garantir a sustentabilidade das finanças públicas, os mercados acalmariam e talvez nem fosse necessária qualquer intervenção do BCE. É o que faz o *Fed* norte-americano, é o que faz o Banco do Japão e é até o que faz

o Banco de Inglaterra. Ao invés, o BCE tem sido muito renitente em atuar como credor de último recurso. Eu até compreendo isso, face ao que está escrito no Tratado. Mas em situações de emergência não se limpam armas. O BCE nunca pode permitir o colapso da zona do euro, porque isso significava o seu próprio colapso. O BCE foi criado para gerir a zona do euro...

– São muitos os que já advogam abertamente a saída da Grécia do euro. Acha que isso poderia funcionar como uma “vacina” para outros países ou, pelo contrário, teria um efeito dominó, sendo apenas a primeira de outras saídas, a caminho de uma Europa a duas velocidades?

– Isso seria dramático para a Grécia – representando um empobrecimento rápido e de grande dimensão –, mas também muito negativo para toda a zona do euro. Os efeitos far-se-iam sentir em todos os países. Ninguém sabe muito bem como lidar com a saída de um país da zona do euro e a reintrodução de uma moeda própria desse país – neste caso, a dracma. Foi assinado, em fevereiro, um segundo programa de 130 mil milhões com a Grécia. Depois aconteceu a saga eleitoral, e agora a primeira coisa que se irá fazer será, certamente, verificar a execução desse programa e fazer a análise da situação económica. É provável que essa situação seja pior do que era antes das eleições, e que sejam agora maiores as dificuldades da Grécia em cumprir as respetivas metas. Por isso se tem falado na extensão dos prazos para a Grécia. Só que, como a Alemanha já lembrou, mais prazo significa mais dinheiro... Continuo, no entanto, convencido de que tudo será feito para que a Grécia permaneça no euro. Os gregos têm suportado sacrifícios muito pesados. Era preciso que houvesse imaginação suficiente dentro do clube do euro para abrir uma janela de alguma esperança para o povo grego.

– Há hoje uma questão essencial na Europa, e não só em Portugal, que é a sustentabilidade do Estado Social. Será o Estado Social sustentável? A saúde e a educação são hoje gratuitas para todos; não deveríamos caminhar para só serem gratuitas para os que precisam?

– Há 15 ou 20 anos que na Europa se reconhece que o sistema de proteção social desenvolvido depois da II Guerra Mundial não é sustentável. A crise dos sistemas de segurança social é uma expressão corrente na Europa há muitos anos.

Porque, dizem os que estudam a matéria – e eu também a estudei um pouco –, eles põem em causa a competitividade da Europa *versus* outros blocos económicos. Portanto, o essencial é a resposta que a Europa pode dar à cobertura dos riscos de doença, velhice, desemprego e invalidez. Todos os países têm vindo a fazer reformas no sentido de conter o crescimento das despesas desse Estado Social. Portugal chegou mais tarde do que outros na cobertura daqueles riscos: foi no tempo do meu Governo, como sabem. Os trabalhadores agrícolas nem faziam parte do regime geral de segurança social. E como é que os países têm vindo a adaptar-se às novas realidades? Com a introdução da chamada “condição de recursos”, em lugar de benefícios universais. Isto é, limitando os que têm acesso aos apoios. E o mesmo tem vindo a acontecer em Portugal. Portanto, este movimento é geral na Europa. O importante é que Portugal assegure as coberturas de todos aqueles riscos para os que têm recursos muito baixos. Ninguém pode ser impedido de ter acesso aos cuidados de saúde por razões económicas. E o mesmo tem de se dizer em relação à educação. Mas também se tem de compreender que os governos europeus sejam cada vez mais cautelosos em relação, por exemplo, à cobertura das situações de desemprego, porque estudos feitos noutros países revelam que, nalguns casos, estando desempregado, consegue-se receber, em termos líquidos, mais do que aquilo que se receberia estando a trabalhar. Os países têm vindo a alterar a relação entre o que se recebe no desemprego e o que se recebe trabalhando. Portanto, há um movimento generalizado na Europa, a que Portugal não consegue fugir, no sentido de tornar mais realistas as coberturas sociais, restringindo-as àqueles que, de facto, necessitam.

– A União Europeia tem sido acusada de falta de liderança. Concorda com esta crítica? E como vê o desempenho de Durão Barroso, seu ex-Ministro?

– Tem tido um desempenho muito positivo e fez o discurso que era preciso fazer, há dias, no Parlamento Europeu, chamando a atenção para atitudes que tomam alguns Estados-membros do norte em relação aos do sul. E também alertando para as conferências de imprensa que, no fim dos Conselhos, uns primeiros-ministros dão, dizendo que venceram os outros. Esta Europa precisa de voltar a destacar a solidariedade, que é um pilar decisivo que, no passado, esteve em paralelo com a liberdade de circulação. Nesta Europa, nos últimos anos, demasiadas

vezes alguns Estados têm demonstrado ser possuidores de egoísmos nacionais. A coesão não é aquela que deveria ser. Num espaço como este tem de haver coesão social e económica, mas também política. Ora, temos encontrado demasiadas vezes cacofonias políticas, recriminações de uns em relação a outros. Isto não sucedia enquanto participei nos Conselhos Europeus ao longo de dez anos [1985-95]. Muitos têm dito que é uma questão de liderança. Posso reconhecer que, enquanto participei nos Conselhos Europeus, houve uma liderança muito clara e positiva – colocando a solidariedade e a coesão no sítio certo –, a qual era exercida pelo Chanceler Kohl, por Mitterrand, por Delors, com um contributo importante de González. Mas o tempo é outro. Volto a dizer, porém, que nenhum político europeu, no seu bom senso, terá coragem de pôr em causa este projeto que garantiu mais de 50 anos de paz e de prosperidade.

– O País está há um ano sob a aplicação do Memorando da *troika*. Ora, hoje temos mais falências, mais desemprego e alguma agitação social. Eram estes os efeitos que esperava quando o Memorando foi assinado? E como vê o País hoje?

– Portugal negociou, em abril do ano passado, o programa de assistência financeira, porque tinha chegado a uma situação em que não conseguia assegurar o financiamento da economia. Esse programa foi desenhado com três grandes objetivos, que vale a pena lembrar: realizar a consolidação orçamental e, portanto, reduzir o défice das contas públicas; melhorar a competitividade da economia portuguesa, realizando as reformas estruturais necessárias; e reforçar a estabilidade do nosso sistema bancário. A questão é se, nessa altura – e num período relativamente curto –, seria possível desenhar um programa perfeito e ótimo para alcançar estes objetivos. Até porque sabemos que as condições externas se podem alterar, influenciando, como tem vindo a suceder, a situação económica portuguesa. Depois, nunca há garantias de que os resultados sejam precisamente aqueles que se antecipam. Não estamos no domínio da ciência exata. E foi por isso que se previram exames trimestrais da aplicação do acordo. Já tiveram lugar quatro, vai ter lugar agora um quinto, no final de agosto, e esse é o momento adequado para ver se serão ou não necessários alguns ajustamentos, tendo em conta as alterações na situação internacional. E aqui temos o caso de Espanha. Também se verá se a eficácia das medidas foi a que tinha sido antecipada.

Mas isto deve ser feito com toda a normalidade. É sabido que o desemprego aumentou bastante, mais do que muitos previam, embora, vendo bem, não haja uma relação muito desproporcionada com a queda do produto. Mas afeta neste momento 800 mil portugueses, 14,9 por cento segundo o INE, atingindo 36 por cento entre os jovens. Confio que o bom senso acompanhará a *troika*, em particular nesta quinta avaliação da execução do programa português.

– A crise que se verifica em Espanha afetará fortemente a economia portuguesa?

– Os mercados passaram a desconfiar da Espanha e esta passou a enfrentar dificuldades em financiar a sua economia. Portanto, teria de encontrar uma resposta para dois problemas. Primeiro, a credibilidade do sistema bancário. Muito corretamente, dirigiu-se à zona do euro, que tem mecanismos para apoiar a recapitalização de bancos; agora acrescentou-se a possibilidade de isso se fazer diretamente, mas os empréstimos para recapitalização já estavam previstos antes. O segundo problema é a sustentabilidade das suas finanças públicas e, nesse sentido, o Governo espanhol está a tomar medidas muito corajosas, antecipando-se àquilo que podia ser imposto por parte das autoridades europeias. Esta é, pois, uma situação diferente da portuguesa, porque nós negociámos previamente um programa e depois fomos executá-lo; em Espanha, o Governo anunciou um programa de austeridade bastante duro, apresentado no quadro do chamado semestre europeu e do procedimento dos défices excessivos. E a Espanha pensa voltar a financiar-se nos mercados para o setor público, estando a pedir ao Fundo Europeu de Estabilidade apenas para a recapitalização dos bancos.

– Portugal esteve durante muito tempo de costas voltadas para as antigas colónias e muito virado para a Europa. Hoje, a situação praticamente inverteu-se. Com a Europa estagnada, e Angola e Moçambique a crescerem à volta de 7,5 por cento, a África de língua portuguesa pode ser uma boa alternativa para as nossas empresas...

– A nossa presença na União Europeia e a nossa ligação especial ao mundo lusófono reforçam-se uma à outra. Quanto maior for o nosso envolvimento na construção europeia, maior será o nosso interesse em reforçar a ligação com o mundo lusófono. Porque essa relação muito especial faz-nos ganhar espaço de

negociação dentro da União Europeia. Nós já somos vistos na União Europeia como o país que não pode deixar de ser ouvido quando estão em causa problemas em África e, em particular, quando está em causa a situação nos PALOP. Por outro lado, a nossa relação com o mundo lusófono é mais forte por pertencermos a um espaço de 500 milhões de consumidores, como é a União Europeia. Portanto, não é uma questão de complementaridade nem de alternativa. As pertenças à União Europeia e à comunidade lusófona valorizam-se uma à outra.

– No dia em que esta entrevista sair, começa em Maputo a Cimeira da CPLP. Sente que as relações entre Portugal e os países lusófonos cresceram muito desde que era Primeiro-Ministro?

– A Cimeira da CPLP em Maputo marca o fim da presidência angolana e o início da presidência moçambicana. E penso que será decidido atribuir, em 2014, a presidência a Timor-Leste, o que significa que a presidência da CPLP chega à Ásia! Isto é da maior importância, porque mostra que a CPLP está presente em quatro continentes. O Sol nunca se põe, simultaneamente, em todos os seus países. A CPLP é jovem, tem 16 anos, mas as relações entre os países que a compõem aumentaram substancialmente em todos os domínios. Hoje, é um instrumento essencial da política externa de cada um dos seus membros. E é um espaço privilegiado de cooperação. Não apenas na área económica, mas também na cultura, na educação, no domínio técnico-militar... E é um espaço privilegiado de concertação política. Portugal deve muito à CPLP no caso da eleição para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. E o Brasil deve-lhe a eleição de um brasileiro para diretor-geral da FAO.

– Quando vai a Angola, Brasil ou Moçambique, sente que tem uma receção diferente daquela que se verifica quando vai a um país da Europa, por exemplo?

– Não há a mínima dúvida. E não sou só eu, como Chefe de Estado português, que sou recebido de uma forma particular e com grande afeto nos países da CPLP. Quando estive em Cabo Verde, na comemoração dos 35 anos da independência, vi bem como são tratados os portugueses. Tal como em Angola. E não me refiro apenas a Luanda. Estive em Benguela, no Lubango, e constatei as relações de afeto e proximidade que existem entre angolanos e portugueses. E o mesmo digo

em relação a Moçambique. Estive lá numa visita oficial e notei uma relação de muita cumplicidade. É óbvio que gostaria que o sentimento de pertença a uma mesma comunidade fosse mais forte, e nesse sentido temos de mobilizar mais a sociedade civil.

– Acha que as feridas da guerra sararam definitivamente? Guerra onde, aliás, participou...

– Completamente! Outros países que foram potências colonizadoras têm dificuldade em entender isto. Quando explico a Chefes de Estado ou membros de Governo que as nossas relações com Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Timor-Leste são excelentes e que os traumas do tempo da guerra estão totalmente ultrapassados, eles têm dificuldade em entender. Isto mostra que a nossa colonização foi diferente. Levámos tempo a reconhecer o direito à autodeterminação. Mas o Português sempre teve capacidade de lidar com outros povos e outras culturas. Foi diferente, por exemplo, do que se passou com a colonização inglesa. Como é sabido, estive dois anos em Moçambique em tempo de guerra colonial. Mas mesmo em tempo de guerra eu tinha um relacionamento amistoso com os moçambicanos. Tenho muitos amigos moçambicanos que foram meus colegas, aqui na universidade, e, mais tarde, se tornaram personalidades destacadas em Moçambique.

– Um golpe na Guiné-Bissau destituiu o Presidente e o Governo legítimos, e interrompeu as eleições presidenciais em curso. Qual é a sua posição sobre o assunto?

– Não só Portugal mas toda a CPLP reagiu de uma forma unânime, condenando o golpe militar que afastou um Governo legítimo e um Presidente da República interino legítimo. A nossa posição, desde o início, tem sido inequívoca: condenar o golpe militar. Naquela região da África Ocidental têm lugar cerca de 50 por cento dos golpes de Estado em todo o mundo, o que suscita grande preocupação a nível mundial. A CPLP liderou o processo de reação a este golpe. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde Portugal colocou o problema, o golpe de Estado foi veementemente condenado. Na União Europeia também. Na União Africana também. Mas, na CEDEAO, a organização dos Estados da África

Ocidental, têm sido dados alguns passos que não são corretos. Porque dizem ter tolerância zero em relação aos golpes de Estado, mas, depois, alguns Estados – sublinhe-se, alguns – são tolerantes em relação ao golpe na Guiné-Bissau. Os militares da Guiné-Bissau são os grandes responsáveis pela pobreza, pela miséria que existe naquele território. A CPLP não pode abandonar o povo da Guiné-Bissau e continuaremos a fazer todos os possíveis para o restabelecimento da ordem constitucional. Por isso, em Maputo – nos termos do que foi acordado na reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros em Lisboa –, a Guiné-Bissau estará representada pelos que têm a legitimidade obtida diretamente do povo guineense, em eleições.

– E quanto à questão do pedido de entrada na CPLP da Guiné Equatorial?

– A Guiné Equatorial apresentou a candidatura a membro pleno da CPLP – já é um membro observador – durante a Cimeira que teve lugar em Luanda em 2010. Aí foi fixado um roteiro, chamado “Plano de Ação para a Adesão”, que a Guiné Equatorial teria de cumprir ao longo destes dois anos. Nesse roteiro estava a adoção do português como língua oficial, e não apenas no plano legal (dizendo-se que, ao lado do francês e do espanhol, também estava o português). Mas teria de ser mais do que isso; sobretudo, o respeito pelos princípios orientadores da CPLP: a defesa da liberdade, da democracia, e o respeito pelos direitos humanos. A conclusão a que chegaram os Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, é que a Guiné Equatorial não avançou de forma a poder ser admitida como membro de pleno direito da CPLP em Maputo. Não podemos esquecer que ainda lá vigora a pena de morte e existem presos políticos. Portanto, reconhecemos que foram dados alguns passos, mas não foram suficientes.

– Como vê o investimento angolano em Portugal, que já existe em muitos setores, desde a banca às telecomunicações, à energia, à comunicação social?

– É melhor falar em investimento nos dois sentidos. E o facto de ser nos dois sentidos reforça a confiança dos dois lados. De acordo com a informação que tenho, existem 400 empresas portuguesas com investimentos em Angola e alguns milhares que exportam para lá. E agora também há empresários angolanos que investem em Portugal. Isso não é negativo. Não é negativo para Portugal, nem

negativo para Angola. Pode dizer-se que há uma interpenetração de interesses. Portugal quer ser um parceiro ativo no desenvolvimento económico e social de Angola. E temos algumas vantagens: a facilidade dos nossos quadros em se adaptarem às prioridades de desenvolvimento de Angola; a capacidade das nossas empresas para contribuírem para a redução das assimetrias territoriais (os empresários portugueses têm maior facilidade em ir para Huambo, Huíla, Lubango ou Benguela do que os de outros países); e o facto de a tecnologia de que Angola precisa neste momento ser dominada em melhor escala pelos portugueses. Angola afirma-se cada vez mais como potência económica e política da África Austral, e suscita cada vez mais a atenção de outros blocos económicos. Angola tem parcerias estratégicas com Portugal, com a China, com os Estados Unidos e com o Brasil. Isto diz bem da importância política e económica de Angola. Os capitais angolanos são bem-vindos a Portugal, desde que respeitem as leis portuguesas, tal como os capitais portugueses, que espero sejam bem-vindos em Angola.

– Em certos círculos, o investimento angolano em Portugal ainda é visto com algum melindre...

– Portugal é uma economia aberta, sendo normal que as empresas sejam compradas ou vendidas. Normalmente não estabelecemos restrições administrativas a investimentos estrangeiros. Fazemos parte da União Europeia, onde há liberdade de circulação dos capitais e, sendo Angola um país de língua oficial portuguesa, membro pleno da CPLP – onde queremos fortalecer a cooperação económica e empresarial –, seria estranho que Portugal não estivesse na primeira linha da defesa da circulação de capitais neste espaço. Só é preciso respeitar as leis do país. É o que espero que os empresários portugueses façam em Angola e os empresários angolanos façam em Portugal.

– Falou em “interpenetração” relativamente ao investimento português em Angola e vice-versa. Mas, no que respeita ao conjunto dos PALOP e Brasil, não há ainda um longo caminho a percorrer?

– Penso que sim. Voltemos a olhar para Angola, que tem uma economia muito assente no petróleo e precisa de a diversificar. Há duas áreas da economia

angolana para as quais os empresários portugueses podem dar um contributo importante: a agricultura e a agroindústria. Para que Angola importe menos produtos alimentares ou agroindustriais. Sabemos que o Huambo tem grandes potencialidades de produção agrícola, tal como o Lubango. E refiro estas duas províncias porque as visitei.

Em relação a Moçambique, a comunidade mundial começa a tomar consciência de que é um país de grandes potencialidades, que poderá registar, nos próximos anos, uma taxa acelerada de crescimento económico. Tem grandes recursos minerais. Foram feitas descobertas muito importantes no gás, já se conheciam as riquezas no domínio do carvão, tem recursos hídricos extraordinários. Moçambique é um país bem visto na comunidade internacional e eu gostaria que os empresários portugueses lhe prestassem mais atenção. Houve um tempo em que os empresários portugueses estavam totalmente voltados para a União Europeia – era o nosso espaço, era fácil chegar a Espanha, a França, à Alemanha. Depois começaram a olhar fortemente para Angola. Agora estamos a assistir a uma atenção crescente relativamente a Moçambique. É um país de grandes oportunidades e precisa de infraestruturas, para as quais os portugueses podem dar uma contribuição muito importante. E tem uma capacidade de atração turística notável. Conheço bem as belezas naturais de Moçambique, que são do melhor que alguma vez vi no mundo inteiro. Tem uma infraestrutura hoteleira de qualidade, à qual os portugueses estão, aliás, associados.

Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma relativo à reorganização administrativa de Lisboa

Tendo recebido, no dia 11 de julho de 2012, para ser promulgado como lei, o Decreto n.º 60/XII da Assembleia da República relativo à reorganização administrativa de Lisboa, decidi, nos termos do artigo 136º da Constituição, não promulgar aquele diploma, com os fundamentos seguintes:

1. Os municípios e as freguesias constituem um elemento fundamental na organização administrativa do nosso território, enraizado numa tradição municipalista que, ao longo do tempo, foi legitimada e preservada pelas populações. Acresce que, desde a entrada em vigor da Constituição de 1976, se tem verificado um alargamento das atribuições e competências das autarquias locais, que constituem hoje uma malha de proximidade com competências e responsabilidades nas políticas públicas com forte impacto na gestão e organização dos espaços em que vivemos e, muitas vezes, nas respostas mais imediatas aos problemas sociais dos cidadãos.
2. O património político e social que as autarquias representam hoje em Portugal não pode constituir um entrave à modernização da organização administrativa do território, devendo ser visto, pelo contrário, como um elemento de proximidade e um capital de experiência para que se encontrem as melhores soluções para uma gestão eficiente e racional dos recursos do país.
3. Entendeu a Assembleia da República aprovar, em votação final global, em 1 de junho de 2012, o presente diploma relativo à reorganização administrativa de Lisboa.
4. No decurso dos trabalhos parlamentares, designadamente na reunião plenária de 15 de junho, foram expressas dúvidas quanto à fiabilidade do texto aprovado no que diz respeito à definição dos limites de freguesias e do município de Lisboa que constam no artigo 9º do diploma, constatando-se ainda que os grupos

parlamentares representados na Assembleia da República não chegaram a um consenso quanto à forma de corrigir este erro, designadamente em sede de redação final do diploma.

A existência de erro foi também transmitida ao Presidente da República pelos Presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa e de Loures.

5. Face a esta situação, está-se perante a singular circunstância de ser enviado ao Presidente da República para promulgação um texto legislativo em relação ao qual o seu próprio autor expressa, previamente, dúvidas quanto à exatidão do mesmo.

6. Neste contexto, o Presidente da República não pode deixar de notar, como já fez em anteriores ocasiões, que a qualidade e o rigor na produção das leis são um imperativo da maior importância para a segurança jurídica e para o estabelecimento de uma relação de confiança e de respeito dos cidadãos perante o Estado. O rigor deve ser uma condição *sine qua non* em todas as fases do processo legislativo.

7. Também importa acautelar que o poder de veto político do Presidente da República, consagrado constitucionalmente, não seja utilizado para dirimir dúvidas desta natureza.

8. É, por outro lado, indispensável que, sendo este diploma devolvido à Assembleia da República, sem promulgação, sejam esclarecidas todas as dúvidas em matéria de consulta dos órgãos das autarquias abrangidas no mesmo por alterações à sua área.

9. Note-se que estando em vigor a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que estabelece o processo de reorganização administrativa territorial, o rigor com que a iniciativa legislativa da reorganização administrativa de Lisboa for tratada não deixará de ter consequências nos casos que lhe poderão seguir.

Assim, decidi devolver à Assembleia da República, sem promulgação, o Decreto n.º 60/XII da Assembleia da República relativo à reorganização administrativa de Lisboa, para que seja objeto de nova apreciação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

24 de julho de 2012

Mensagem à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que estabelece os princípios para a utilização de gases de petróleo liquefeito e de gás natural comprimido e liquefeito como combustível em veículos

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto n.º 61/XII da Assembleia da República, que estabelece os princípios para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos, e embora não esteja em causa o mérito da iniciativa legislativa, decidi, nos termos do artigo 136.º da Constituição, não promulgar aquele diploma, com os fundamentos seguintes:

1 – O regime submetido a promulgação contém uma disposição, no seu artigo 11.º, que prevê que “A fiscalização do disposto na presente lei bem como a tipificação e quantificação das contraordenações aplicáveis por violação das respetivas normas é definido na portaria a que se refere o artigo 3.º”.

2 – O regime em vigor que regula a utilização do gás de petróleo liquefeito (GPL) como combustível nos automóveis e a certificação da conformidade da adaptação de automóveis à utilização de GPL pela entidade instaladora ou reparadora, aprovado pelo decreto-lei n.º 136/2006, de 26 de julho, e o regime que estabelece as condições em que o gás natural comprimido (GNC) é admitido como combustível para utilização nos automóveis, aprovado pelo decreto-lei n.º 137/2006, de 26 de julho, preveem, respetivamente, nos artigos 12.º e 15.º, a tipificação e quantificação das contraordenações aplicáveis por violação das suas normas.

3 – O projeto de lei n.º 169/XII que deu origem à iniciativa legislativa em apreço continha, no artigo 12.º, a tipificação e quantificação daquelas contraordenações, alterando o regime em vigor. Mal se compreende, assim, que o texto final aprovado

remeta para portaria a tipificação e quantificação das referidas contraordenações, o que corresponde a uma degradação normativa ao arrefio da prática há muito enraizada de aprovação de normas sancionatórias por ato legislativo e constituiria um grave precedente.

4 – Acresce que a solução contida no Decreto aprovado suscita sérias dúvidas de natureza jurídico-constitucional, o que, a entrar em vigor, poderia conduzir a dificuldades na aplicação do regime em causa.

5 – Não se contesta a oportunidade de um diploma que, à semelhança do que ocorre noutros países, visa incentivar uma maior utilização de gases de petróleo liquefeito e gás natural comprimido e liquefeito como combustível em veículos.

6 – Todavia, até pela relevância deste regime, não deve a sua aplicação ser prejudicada por deficiências que possam vir a constituir obstáculos à total concretização dos objetivos enunciados no diploma.

7 – Como tenho afirmado em diversas ocasiões, o rigor e a qualidade da legislação são pressupostos essenciais da confiança dos cidadãos nas instituições e do funcionamento do Estado de direito.

Por estas razões decidi devolver o Decreto nº 61/XII, sem promulgação, à Assembleia da República, de modo a que esta matéria seja objeto de reponderação pelos Senhores Deputados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

10 de agosto de 2012

Artigo “O Melhor Povo do Mundo” a propósito da eleição de “O Povo Português” como figura nacional do ano

Jornal “Correio da Manhã”, 30 de dezembro de 2012

O que há de melhor nos Portugueses é terem mostrado ao Mundo que não há povos melhores do que outros.

Partimos da Europa, mas estivemos – e estamos – em todos os lugares do Mundo. Nesses lugares, nunca alimentámos a pretensão de nos afirmarmos como “melhores” ou “superiores” em face daqueles que nos acolhem. Por isso, fomos capazes de criar novos mundos, mais do que os descobrir.

Na verdade, não fomos “descobridores” de terras que já eram habitadas por povos antigos e civilizações milenares. No Mundo, nada descobrimos que não existisse já, nada que não estivesse lá. Mais do que descobridores do Mundo, fomos criadores de novos mundos. Construimos culturas que surgiram da síntese entre nós e os outros.

É esta extraordinária capacidade de levarmos o que é nosso aos outros que nos singulariza e distingue. Nem piores, nem melhores. Apenas diferentes, únicos. É único, é absolutamente invulgar, que o Povo de um pequeno país da Europa tenha difundido uma língua hoje falada em todos os continentes por milhões de seres humanos.

Em nós, Portugueses, o génio da universalidade convive com a virtude da humildade. É frequente glorificarmos o passado, desdenhando o presente. Esquecemo-nos, porém, o que o presente deve ao passado e que o passado, por sua vez, é exatamente isso: um tempo que não regressa.

Mais do que vivermos mergulhados na nostalgia de um passado que nunca existiu, devemos olhar e atuar no presente com sentido de futuro. Assim, conseguiremos tornar-nos melhores como Povo, mantendo-nos iguais àquilo que sempre fomos: Portugueses.

Não somos melhores nem piores, somos Portugueses.

Diferentes dos outros, mas iguais a nós próprios. Portugueses, todos nós.
Com muito orgulho.

Entrevista concedida ao Semanário EXPRESSO

5 de janeiro de 2013

– **Optou por enviar o Orçamento do Estado para fiscalização sucessiva do Tribunal Constitucional, mas não teme a abertura de uma crise política e um grave problema orçamental se o Tribunal der razão às dúvidas?**

– É missão do Tribunal Constitucional verificar a conformidade das normas jurídicas com a Constituição da República. A Constituição não está suspensa. Em Portugal vigora o princípio da separação de poderes entre órgãos de soberania. Cabe a cada um desempenhar as funções que a Constituição e a lei lhe atribuem. O Governo prepara as medidas de natureza orçamental, a Assembleia da República aprova-as e o Presidente da República, em caso de dúvida, requer a fiscalização do Tribunal Constitucional.

– **Na mensagem de Ano Novo avisou que não é admissível uma crise política. Convocaria eleições em caso de rompimento político?**

– É matéria sobre a qual o Presidente não deve especular. A minha prioridade será sempre a estabilidade política.

– **Foi muito crítico da linha económica do Governo, urgindo que seja posto fim à espiral recessiva que Portugal vive e que se concentrem esforços no crescimento. Seria possível fazer diferente?**

– Nos termos da Constituição, a condução da política geral do País compete ao Governo, não ao Presidente. Já tive oportunidade de escrever que, ao longo dos mandatos presidenciais, se foi sedimentando a prática de o Presidente apontar caminhos de futuro, linhas de orientação estratégica e desígnios nacionais, deixar alertas e avisos, contribuir para o diagnóstico das dificuldades e oportunidades, mas não de se pronunciar em público sobre políticas concretas.

– Referiu também que é possível que em 2013 se comece a alterar a tendência negativa e se registre crescimento. Em que fundamenta a sua previsão?

– Não fiz uma previsão. Digo que, se todos fizerem bem o que lhes compete, é possível que o crescimento seja uma realidade no ano que agora começou. E acrescentei alguns elementos qualitativos que fundamentam a minha esperança. É óbvio que o crescimento da economia terá de se basear no crescimento das exportações, do turismo, do investimento privado e numa queda menos acentuada do consumo das famílias.

– Acha que há possibilidades de regressar aos mercados em 2013?

– Os mercados têm vindo a recompensar Portugal pelo aumento da sua credibilidade no plano externo e o mesmo se passa com os nossos parceiros europeus. As taxas de juro a dez anos estão abaixo dos 7 por cento, a tal marca fixada pelo anterior Ministro das Finanças. Mas vivemos um tempo de grande incerteza, vai depender do que acontecer em 2013.

– Espera que a *troika* se possa ir embora em 2014?

– Desejava que pudesse ir mais cedo.

– O Governo fala agora em refundação do Estado...

– Não gosto dessa expressão. O Estado tem três grandes funções: a de afetação de recursos, traduzida pela provisão de bens e serviços públicos como a justiça, segurança, defesa, educação, saúde, proteção social; a da distribuição, para alcançar uma distribuição socialmente justa do rendimento e riqueza; e a da estabilização. É aqui que vem a parte keynesiana de atuação de um Governo ou autoridade com poder executivo para combater a inflação, o desemprego, equilibrar as contas externas e promover o crescimento económico. Nenhum Governo pode deixar de dar atenção a estas três grandes funções em simultâneo.

– É esse o debate?

– Em Portugal, ultimamente, passou-se a falar muito das funções do Estado, pensando acima de tudo na função de afetação. Quer-se reexaminá-las com o objetivo de aumentar a eficiência, a equidade e preservar a coesão social, penso.

Historicamente, na Europa democrática, há uma grande expansão da proteção social entre os anos 60 e fins dos anos 80 e só no fim desse período soa o alerta da insustentabilidade da despesa e se começa a corrigir, tendo em conta as alterações demográficas, o aumento da esperança média de vida e a redução da taxa de natalidade, o baixo crescimento económico e a globalização. Portugal chega atrasado a todas as funções sociais. Há uma expansão muito forte na educação, com o aumento da escolaridade obrigatória para nove anos e a integração de 30 por cento das crianças que estavam fora do sistema, ao mesmo tempo que triplica o número de estudantes do ensino superior. Na saúde, também há uma grande expansão, que se reflete na qualidade dos cuidados e na diminuição da taxa de mortalidade infantil. Nós só vamos dar-nos conta da insustentabilidade neste século e começa a aumentar-se a idade da reforma e a redução de alguns benefícios sociais. Assisto agora ao lançamento deste tema, que deve ser realizado em consenso político e social.

– **Acha possível fazê-lo com consenso?**

– Um debate sério sobre estas matérias tem de ter em consideração a escassez de recursos com que estamos confrontados e as alterações demográficas.

– **A Constituição tem sido um entrave à resolução de alguns problemas?**

– Não costumo atribuir as culpas à Constituição.

– **A sua revisão está na ordem do dia?**

– Já estive, agora já não.

– **Ficou muito preocupado com a situação criada com a crise da TSU?**

– Preocupou-me muito, sem dúvida.

– **Continua a fazer tudo para evitar uma crise política?**

– Os Portugueses devem pensar o que significa juntar uma crise política grave a uma situação económico-financeira gravíssima. E devem ter presente que as últimas eleições legislativas tiveram lugar há ano e meio e que no próximo ano ocorrerão eleições autárquicas.

– **As privatizações estão a ser bem explicadas?**

– Vale a pena sublinhar a diferença entre este período de privatizações e o que começou em 1989, na sequência da revisão constitucional. Nessa altura, visava-se sobretudo corrigir as loucuras revolucionárias, as ineficiências de gestão que geravam uma carga enorme sobre os consumidores e os contribuintes. Agora, as privatizações são resultado da dinâmica insustentável da dívida externa, são consequência de um programa de ajustamento negociado com a *troika*, com o objetivo de reduzir a pressão dessas empresas públicas sobre o orçamento e de obter recursos para diminuir a dívida pública. É a força das circunstâncias que leva a este novo ciclo de privatizações.

– **Isso preocupa-o?**

– Quando um país tem grandes desequilíbrios externos, quais são as alternativas? Pedir empréstimos? Já não podemos. Vender ouro? Ainda temos algum. Vendendo ativos, entra capital estrangeiro e reduz-se a necessidade de financiamento externo da economia. Chegámos a uma situação em que não há alternativas. Em outras circunstâncias, não se estaria a falar da privatização da TAP, embora deva dizer que estas privatizações já vêm do Governo anterior.

– **Poderia haver uma discussão política diferente sobre as redes estratégicas, a REN ou a Águas de Portugal?**

– Um Presidente deve evitar comentar medidas concretas do Governo em público, são matérias que deve tratar com o Primeiro-Ministro. Fui informado na hora sobre a privatização da ANA, não me posso queixar. Mas reconheço que todos os Governos têm a tendência de ser restritivos em relação à informação que fornecem ao Presidente. É visto como um obstáculo, porque pode vetar, mandar para o Tribunal Constitucional, fazer declarações públicas, exigir modificações dos diplomas. Um Primeiro-Ministro deve vir bem preparado sobre os assuntos da atualidade para a reunião com o Presidente, mas este também deve preparar aquilo que quer saber, para falar de igual para igual.

– Numa mensagem em 2008, sobre liberdade de informação, dizia que essas matérias devem ser objeto de consenso. Isto é válido para a RTP?

– Obviamente. E é preciso recordar também a Constituição. Se não me engano, diz que cabe ao Estado garantir a existência e o funcionamento de um serviço público de televisão. Esperemos que isso seja respeitado.

– **Há quantos anos conhece Vítor Gaspar?**

– Trabalhou comigo no Banco de Portugal e foi meu aluno em Finanças Públicas. Foi um aluno muito bom. É um técnico altamente qualificado. Mas não devo é julgar os ministros.

– **O senhor é keynesiano e ele não?**

– Eu sempre disse que sou nekeynesiano e basta ver pelos meus livros.

– **Acompanhou sempre as negociações com o Fundo Monetário Internacional [no âmbito dos dois outros processos de ajuda externa com intervenção do FMI em Portugal]?**

– Em 1978 era diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos do Banco de Portugal, e, como tal, participei a nível técnico nas negociações. Os governos foram obrigados, duas vezes (em 1978 e em 1983) a celebrar acordos de estabilização económica, assim se chamavam, com o FMI. A razão foi muito semelhante àquela que trouxe a *troika* a Portugal: um grande desequilíbrio das contas externas tornou a situação de tal forma insustentável que era impossível aos governos obter os empréstimos e as divisas necessárias para pagar as importações de produtos essenciais. Portugal ultrapassou as crises com alguma rapidez, ao ponto de o FMI ter feito uma brochura sobre o sucesso do programa de ajustamento.

– **O FMI era mais maleável que agora?**

– A segunda delegação era presidida pela Senhora Ter-Minassian, com a qual estabeleci uma relação pessoal e amiga que ainda perdura. A flexibilidade do Fundo naquele tempo era, apesar de tudo, maior que agora. No primeiro programa, na parte das contas públicas, o Governo não cumpriu e nem por isso foi

um drama. Apesar de tudo, era mais fácil resolver o problema, porque o país podia inflacionar e agora não.

– **Muita gente se interroga se não há um “padrão português de comportamento”, de estarmos sempre a cair em crises e a necessitar de ajuda externa...**

– A razão básica das crises de 1978 e 1983 é a mesma da de 2011: um desequilíbrio externo insustentável. Só que há uma grande diferença: agora, Portugal não controla a moeda nem os instrumentos de política monetária e cambial, está sujeito a restrições de política orçamental e não pode inflacionar.

– **Pode falar-se de um padrão de “mau comportamento”?**

– A primeira crise foi motivada pelas loucuras revolucionárias que surgiram a seguir ao 25 de abril. Na segunda, houve um aumento do preço do petróleo e uma certa recessão internacional, e não estávamos preparados para aguentar.

– **Mas esta receita é muito pior que as anteriores.**

– É muito pior do que as anteriores, sim. Agora pertencemos à União Europeia e estamos na moeda única.

– **Quando olhou para o memorando da *troika*, achou que era exequível?**

– Sobre essa matéria, já escrevi um prefácio de um dos meus “Roteiros” e não queria voltar a ele, até porque em breve irei escrever um outro prefácio. Em 1 de janeiro de 2010, disse que caminhávamos para uma situação explosiva e ela efetivamente explodiu no final desse ano, quando os mercados se fecharam ao financiamento da economia portuguesa e do Estado. É o resultado de uma dinâmica da dívida externa insustentável. Segundo o Banco de Portugal, a dívida externa do país em final de 1996 estava em menos de 10 por cento do PIB, em 2010 estava em 108 por cento.

– **Se não tivesse havido a crise de 2008, a crise portuguesa ter-se-ia atrasado ou não teria acontecido?**

– Na base da crise internacional de 2008, que começou nos Estados Unidos, estão comportamentos inaceitáveis do sistema financeiro, violações de princípios

éticos, gestores que perdem a decência, uma péssima avaliação do risco nas aplicações, devido a uma insuficiência de supervisão e à deficiência de regulação. Na primeira fase, a União Europeia tem também alguma culpa, porque começa por estimular os países a fazer políticas expansionistas. Só no final de 2008, depois do caso Lehman Brothers, a União Europeia repara que começa a desencadear-se a crise da dívida soberana e volta a olhar para o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Nessa altura, porém, Portugal já não tinha margem de manobra. Para além do Estado, os bancos tinham vindo a endividar-se e a emprestar ao setor de bens não transacionáveis. Tinha sido o tempo do crédito fácil, da ilusão de que era possível continuar a endividar-se *ad aeternum* nos mercados internacionais. A crise de 2008-09 fez Portugal entrar numa recessão profunda; caem as exportações, brutalmente, e regista-se um crescimento negativo do PIB à volta de 2,5 por cento.

– Poderíamos ter travado mais cedo?

– O meu primeiro grande alerta surge em 2003. Escrevi um texto, numa homenagem a Silva Lopes, intitulado “Dores de cabeça”. Dizia basicamente que, apesar de Portugal estar no euro, não desaparece a restrição do défice externo. A sua acumulação vai contribuir para aumentar o risco que se atribui a Portugal, vai-nos obrigar eventualmente a vender ativos, vai ocorrer racionamento de crédito e, depois, serão necessárias medidas restritivas para o Estado, empresas e famílias. Mais tarde, nas reuniões com o Primeiro-Ministro, comecei a alertar de forma muito clara para a dinâmica insustentável da dívida externa e da dívida pública, e fi-lo depois em intervenções públicas, pelo menos desde 2007.

– Acha que os bancos foram responsáveis por excesso de crédito e agora por excesso de restrição de financiamento?

– A desalavancagem é demasiado rápida. O acordo diz que deve ser concluída em 2014, mas já quase que a atingimos. Os bancos argumentam que não há procura de crédito, os empresários dizem que os bancos não o concedem sem ser a taxas muito elevadas.

– **Dez anos depois de deixar o cargo de Primeiro-Ministro, foi eleito Presidente. As relações políticas entre uns e outros são difíceis, ou tendem a sê-lo?**
– Nunca ninguém chegou a Presidente da República com a minha experiência: fui Primeiro-Ministro precisamente nos dez anos em que ocorrem mudanças profundas – económicas, financeiras e sociais – em resultado da participação de Portugal na União Europeia. E mais: ninguém chegou a Presidente depois de ter tido uma coabitação de mais de nove anos com outro Presidente da República.

– **Coabitação difícil...**

– Essa parte está descrita nas minhas memórias. Portanto, chego com o conhecimento das matérias da governação, das suas complexidades, restrições e instrumentos. Chego com uma experiência grande no plano externo, em negociações na União Europeia e não só. A nossa primeira presidência da União Europeia foi difícil, num tempo muito complexo: o desmoronamento da União Soviética, o “não” da Dinamarca ao Tratado de Maastricht, a guerra na Jugoslávia, a reforma da PAC, a preparação para as negociações com a Finlândia, a Suécia e a Áustria, a assinatura do Espaço Económico Europeu. Foram as negociações de Angola, as negociações sobre o acordo de cooperação e defesa com os EUA, as negociações sobre a transferência de Macau para a China. Já sem falar da concertação social, das negociações para a revisão constitucional, uma negociação tranquila com o PS, António Vitorino e Vítor Constâncio, com Fernando Nogueira, do lado do PSD.

– **Quer dizer que chega a Presidente da República com grande experiência de governação.**

– Com um conhecimento muito preciso do que é o papel de um Presidente e o do Governo. A este, cabe conduzir a política geral do país, com legitimidade democrática para poder conduzir políticas de que o próprio Presidente pode discordar. Aliás, Jorge Sampaio disse e escreveu-o e eu concordo inteiramente: o Presidente não governa nem é responsável – nem corresponsável – pelas políticas prosseguidas pelo Governo. Ganhei, por isso, a perceção de como maximizar a magistratura de influência. Em primeiro lugar, é fundamental haver discrição, reserva total no teor das conversas entre o Presidente e o Primeiro-Ministro.

Nunca houve uma fuga de informação quer com o Governo anterior quer com o atual. O mesmo deve existir, entre a Casa Civil e a Presidência do Conselho de Ministros, sobre os diplomas. No meu primeiro mandato, na sequência do diálogo com o Governo, foram alterados 380 diplomas, 22 por cento do total! Revelei-o no prefácio do último volume dos meus “Roteiros”.

– **E com este Governo?**

– Continuam os diálogos muito fluidos. Ainda não escrevi o novo prefácio...

– **É acusado de ter comportamentos diferentes face aos dois Governos...**

– A relação no processo legislativo com o anterior Governo correu muito bem, tal como está a correr com este. Não há diferenças significativas. O sigilo é fundamental para um clima de confiança. Muitos agentes políticos vêm aqui e dizem-me coisas que sabem que não vou contar a ninguém. O País ganha com esta atitude.

– **Mas não se trata apenas disso...**

– O Presidente da República não tem influência no processo político de decisão se tiver apetência para o protagonismo mediático; há uma relação inversa entre o protagonismo mediático de um Presidente e a sua influência no processo de decisão política. Nenhum Governo gosta de dizer que faz isto ou aquilo porque o Presidente impôs. E só eu posso testemunhar isso, tenho a prova comigo. Um Presidente também não pode participar em polémicas político-partidárias, não pode interferir na vida de um partido, deve evitar a todo o custo comentar em público medidas concretas de um Governo, porque são a concretização da sua política geral. Deve ficar-se pelas orientações gerais, os caminhos de futuro, os desígnios, deve ser isento e imparcial em relação às diferentes forças, atuar com ponderação e muita moderação, com sentido de equilíbrio e de Estado.

– **É avesso ao protagonismo mediático, portanto...**

– Um Presidente que não siga estas regras não tem quase nenhuma influência sobre o processo de decisão política, embora possa conseguir muitas notícias na comunicação social. Repito: estive dez anos como Primeiro-Ministro, a coabitar com dois outros Presidentes, sei a influência que tiveram ou não.

Agora também sei, como Presidente, a influência que tive. Um Presidente também deve ser moderador sem fazer alarido. Por exemplo, no tempo do Primeiro-Ministro Sócrates, resolveu-se por essa via a tensão entre os operadores judiciais e o Governo, ou o conflito com os professores, o Pacto de Justiça entre o PS e o PSD, a legislação sobre o Ensino Superior, a concertação social! Quantas reuniões!

- Incluindo o último acordo com a UGT?

- O próprio Primeiro-Ministro o disse no seu discurso, agradecendo ao Presidente da República o seu contributo.

- Acha que tem sido cumprido?

- Muitas coisas têm sido cumpridas. A UGT queixa-se de que há outras que não. Mas lembro ainda o Orçamento de 2011, quantos telefonemas e encontros não passaram por aqui! A lei das finanças regionais em 2010, a Ota, Alcochete, etc. Um dia contar-se-á isso tudo. Se o Presidente da República, em algum desses casos, tivesse tido protagonismo mediático e revelado isso, teria sido ineficaz. Prefiro atuar desta forma.

- Num momento de crise, as pessoas olham para o Presidente como o último vértice. Não acha normal que queiram uma maior intervenção da sua parte, sobretudo se não encontram consensos entre os grandes partidos?

- É uma coisa que devo fazer: tentar encontrar os consensos políticos e sociais. Mas sei que se falar sobre o assunto em público não terei o mínimo sucesso. Tenho uma excelente relação com o líder do PS e acho que ele tem tido um comportamento responsável. Gostaria que existisse mais consenso político, sem dúvida nenhuma. Mas o Presidente deve falar quando, de acordo com a informação que tem – e tem muita –, acha que deve falar, não quando os outros querem que ele o faça. Nunca vou por esse caminho. Os momentos de silêncio podem até eventualmente ser aqueles em que o Presidente está a fazer mais para ajudar a atenuar as dificuldades do País. Não irei alterar o meu comportamento, independentemente daquilo que possam pensar. Já utilizei várias expressões – cooperação institucional, cooperação estratégica e magistratura ativa.

Porque acrescentei esta? A cooperação estratégica está definida, é o envolvimento do Presidente para alcançar objetivos que gozam de amplo consenso político. Magistratura ativa corresponde à intervenção adequada do Presidente em situações de emergência económica e social, como a que atravessamos. Penso que, apesar de tudo, é o que tenho vindo a fazer, da forma como entendo que o devo fazer para servir o superior interesse nacional.

– **Mas muitas vezes as pessoas olham para si à espera que intervenha, no limite, que faça um Governo seu, um Monti português.**

– Aí, lamento que as pessoas não estejam informadas sobre o que são as competências constitucionais do Presidente. Há quem pense que o Presidente pode demitir um Primeiro-Ministro, e não pode. Só pode demitir o Governo para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas e nenhum Presidente o fez. Depois, esquecem-se que, a partir de 1982, o Governo não responde politicamente perante o Presidente, mas perante a Assembleia. Enquanto o Governo tiver o seu apoio maioritário, o Presidente da República deve ter muito cuidado, porque pode estar a violar a Constituição. Os constitucionalistas são muito claros: a falta de confiança política do Presidente num Governo não lhe dá argumento para poder demiti-lo.

– **Quais são as suas prioridades como Presidente?**

– Ao longo deste tempo, assumi algumas iniciativas próprias, tentando de alguma forma contribuir para a agenda nacional. A primeira que logo anunciei foi a inclusão social, que tem sido uma prioridade constante ao longo dos meus mandatos e à qual dediquei um roteiro com cinco jornadas; uma segunda prioridade foi a projecção internacional da língua portuguesa, a propósito da qual reuni com os chefes de Estado da CPLP e chegámos a acordo para trabalharmos para o objetivo do português como língua global. Depois, a concertação social, desde sempre. As minhas reuniões com os parceiros sociais são às dezenas, os contactos com o presidente do Conselho Económico e Social são muito frequentes.

– **O Governo demorou tempo a perceber a importância da concertação?**

– Eu sempre acreditei nela e, durante o meu tempo de primeiro-ministro, levei

por diante e com sucesso importantes acordos de concertação social e um ou outro só não foi realizado por influências político-partidárias, como o próprio secretário-geral da UGT da época, Torres Couto, já confessou. Ela tem sido uma constante da minha vida política. Outra das minhas prioridades é o reforço dos laços das comunidades portuguesas com o nosso país. Tenho feito viagens ao estrangeiro direcionadas só para elas e acompanho com cuidado a legislação que lhes diz respeito: o porte pago, o encerramento dos consulados, o voto por correspondência. Não podia deixar de vetar a lei que pretendia extingui-lo. Depois, a economia do mar; a minha preocupação era colocar a questão na agenda política, empresarial e científica e alguma coisa tem vindo a mudar. Finalmente, o rejuvenescimento do tecido empresarial português. Não quero mencionar as minhas intervenções sobre a defesa dos interesses portugueses na União Europeia, que coloco noutro plano, ou a mobilização dos autarcas para o fortalecimento da base produtiva dos seus concelhos que outros também fazem, e a defesa intransigente da sustentabilidade da dívida externa portuguesa.

– O Senhor Presidente nunca quis explicar bem a relação com o BPN. Porquê?

– Não é verdade, está explicadíssimo em comunicado e numa declaração minha. Eu e a minha Mulher éramos simples professores na universidade, tínhamos as nossas poupanças espalhadas por quatro bancos. Entreguei-as aos bancos e eles que decidissem como deviam ser aplicadas de forma a ser mais rentável. Expliquei-o de forma clara, é a verdade dos factos e para mim a verdade é uma questão de honra. Não quero dizer mais sobre o assunto, ficará para as memórias. Abri a minha conta no BPN no século passado, em 1999. Só me tornei Presidente em 2006.

– Quando o BPN foi nacionalizado, já era Presidente e tinha como conselheiro de Estado, nomeado por si, Dias Loureiro. Não achou que isso o obrigava a uma explicação política?

– Mas se eu nunca tinha trabalhado para o BPN, não tinha recebido qualquer remuneração do BPN, nunca contraí qualquer empréstimo junto do BPN, não tinha comprado nem vendido nada ao BPN!

– **O assunto incomoda-o?**

– Não, porque estou absolutamente seguro da verdade dos factos e da minha honestidade.

– **Surpreendeu-o o envolvimento no caso de pessoas que foram muito próximas de si?**

– Quando escolhi membros para os meus Governos, nunca escolhi amigos, nem parentes ou afilhados, mas pessoas que pensava que eram as mais capazes, de acordo com as informações que recolhia. Os nossos filhos, depois de saírem de casa, já não sabemos o que vão fazer, é a vida deles.

– **Há uma ideia criada na sociedade portuguesa que é a de que a situação atual se deve ao facto de não termos protegido nem a nossa indústria, nem a agricultura, nem as pescas.**

– Há boa gente em Portugal que fala e escreve sobre assuntos que nunca estudou e que desconhece. A utilização dos fundos estruturais é um exemplo típico. Portugal foi considerado um dos países que utilizou da melhor forma os fundos estruturais – o Banco Mundial disse mesmo que foi o país que melhor os utilizou. Portugal foi escolhido como exemplo para apresentar aos países de Leste. Vítor Martins e outros ex-ministros foram convidados não sei quantas vezes para explicar o sucesso português; eu próprio fui convidado mais do que uma vez. Vale a pena ler os relatórios internacionais da OCDE.

– **Há quem diga que Portugal destruiu a sua agricultura na entrada para a União Europeia. Acha que isso é injusto?**

– Não é injusto, desculpe – é ignorância! É de quem não leu os relatórios internacionais e não ouviu as declarações de Jacques Delors, que escreveu: “O caminho percorrido por Portugal desde a sua entrada na UE é particularmente impressionante”. Podiam ler o artigo de Arlindo Cunha no *Expresso*, em agosto de 2011. Como é que estava a agricultura quando aderimos às Comunidades Europeias? 17 por cento da população ativa estava na agricultura, uma percentagem exorbitante quando comparada com qualquer outro país da Comunidade. Não era competitiva; os agricultores viviam numa situação miserável e abandonavam o

setor. Nós negociámos a Adesão o melhor possível – e não foi um Governo meu. As pessoas que falam, se calhar nem sabem que existe uma Política Agrícola Comum [PAC]. Tivemos que nos sujeitar às regras e disciplina da PAC. Conseguimos a extensão do período de transição logo em 1988 e o aumento de apoios. Arlindo Cunha, porque era um grande especialista em agricultura, conseguiu uma reforma da PAC, em 1992, muito benéfica para Portugal. É na primeira década de Portugal na União Europeia que se dá o maior dinamismo modernizador da nossa agricultura. Hoje temos uma agricultura que é competitiva. Não tenho nenhuma saudade da agricultura antes de 1985.

– **O que sente perante estas críticas?**

– Quando são pessoas mais responsáveis, digo que não imaginava que a ignorância chegasse a esse nível.

– **Também nas pescas há muitas críticas: que podíamos ter usado os fundos para reconverter a frota e não tanto para a destruir.**

– É preciso esclarecer dois pontos: além de existir uma política comum de pescas, a conservação dos recursos do mar é uma competência exclusiva da União Europeia. Quando Portugal aderiu, a sua frota era envelhecida, artesanal, não competitiva. Hoje existem menos embarcações, mas são mais competitivas. E as capturas baixaram porque estamos sujeitos às restrições da política de preservação das espécies fixada pela União Europeia, que tem a competência exclusiva nessa área.

– **Sobre a indústria, há hoje um discurso político, nomeadamente do Ministro da Economia, sobre a necessidade de reindustrialização. A própria ideia significa que deixou de haver indústria.**

– A certo momento, surge em toda a Europa a moda dos serviços. Quando? Com a chegada da sociedade da informação, de tal forma que se passou a falar da indústria de serviços. Isso vai desaguar na crise das *dot-com*, em 2000 -2001, com a falência de milhares de empresas da área. Lembra-se dos famosos portais que eram transacionados por milhões e milhões? Houve uma subida acentuada do setor dos serviços em Portugal, da ordem dos 20 pontos percentuais desde 1985,

em detrimento tanto da indústria como da agricultura. Mas nem por isso o meu governo deixou, na UE, de negociar o PEDIP [Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa], que veio dar um grande impulso à indústria, e o Programa de Apoio à Reestruturação da Indústria Têxtil. Houve um problema que não foi fácil: é que os nossos empresários não apostavam na inovação tecnológica, no aumento da produtividade e na qualidade e estavam sempre à espera da próxima desvalorização da moeda para repor a competitividade que tinham perdido pela subida dos custos. Quando, em 1992, o governo decidiu colocar o escudo no mecanismo cambial europeu, houve uma reação dos empresários, mas foi decisivo para eles começarem a pensar nesses aspetos e na conquista de mercados diferentes do espaço europeu. Pergunta-se: e a Europa? Ela, que também patrocinou o crescimento dos serviços, começou a tomar consciência que demasiadas indústrias tinham ido para os países emergentes, e que não conseguia manter uma taxa de crescimento elevada só apoiada nos serviços. Por tudo isto, quando o Comissário italiano aqui veio, disse-lhe que o apoiaria para que a reindustrialização da Europa passasse a ser uma prioridade.

– O ex-Primeiro-Ministro António Guterres, numa entrevista televisiva, assumiu de certa maneira algumas responsabilidades pela situação em que o País se encontra. Não se sente corresponsável pela situação a que o país chegou?

– Nós podemos sempre fazer melhor e mais do que fazemos. Mas repare que, entre 1986 e 1995, Portugal cresceu 4 por cento em média ao ano, a Espanha 3 por cento, a Europa 2,4 por cento. Aproximámo-nos 15 pontos percentuais do desenvolvimento médio da União Europeia. Nunca antes, nem depois, aconteceu uma década assim. As exportações ganharam 38 de quota de mercado. Como posso não ter orgulho desse tempo?

Mas há um ponto a que gostaria de voltar. A entrada de Portugal na moeda única foi uma decisão correta porque, se não, ficava marginalizado. Com exceção do Reino Unido, da Dinamarca, da Suécia e da Grécia, todos entraram nessa altura. O ingresso na União Monetária tem grandes vantagens, já que elimina custos de conversão.

– **E o custo não terá sido muito?**

– A preparação para a moeda única vem de trás, já vem do comportamento da nossa moeda no mecanismo cambial do Sistema Monetário Europeu. Mas há outras vantagens: elimina o risco cambial e, portanto, a incerteza, e permite o acesso fácil ao mercado financeiro alargado. Portugal tira bem partido disso, mas o Governo de então não entende que o euro é uma alteração fundamental de regime económico para todos os países. Tinha, por isso, de cuidar de outra forma da competitividade da economia – que começa a ser perdida por essa altura –, sem ser por desvalorizações.

Qual o grande ganho que nos criou problemas que ainda hoje estamos a pagar? Houve uma descida substancial das taxas de juro e o Estado passou a ter um ganho de pelo menos 3 por cento do PIB. Em 1995, quando saí de Primeiro-Ministro, a nossa despesa corrente primária era de 32 por cento do PIB, abaixo da Espanha, mas esta aproveitou a baixa da taxa de juro para resolver o problema orçamental. Quando chegámos a 2000 já estávamos 4 pontos percentuais acima da Espanha. É aí que nasce “o monstro”. E não sou só eu que o digo. Há um relatório da União Europeia onde se diz que Portugal foi o único país em que a despesa pública cresceu na caminhada para o euro. E Wim Duisenberg, Presidente do BCE, afirmou em 2001 que, entre 1996 e 2001, Portugal foi incapaz de aproveitar a expansão económica para realizar a consolidação orçamental. Criaram-se muitos institutos públicos, o número de funcionários aumentou 75 mil e, quando se chegou a 2001 e rebentou a crise das *dot-com*, Portugal não tinha margem. Por isso escrevi o artigo sobre “o monstro”. O Ministro das Finanças, Pina Moura, reconheceu o problema em certo momento, ao criar um Programa de Emergência para a redução da despesa pública. Ele tinha a noção de que a despesa estava incontrolada.

– **Mas a chamada década perdida (2000-2010) também não tem a ver com a criação imperfeita da União Económica e Monetária (UEM) e a entrada no euro?**

– Não. Os nossos problemas resultam de Portugal ter aproveitado bem as vantagens da entrada na UEM e ter esquecido o resto: assegurar a competitividade da economia portuguesa através do controlo dos custos do trabalho por unidade

produzida e da realização das reformas estruturais. A nossa balança externa ficou numa situação insustentável, acrescentando-se permanentemente dívida à dívida. E termos esquecido o Pacto de Estabilidade e Crescimento, que se devia cumprir. Aproveitámos os benefícios mas esquecemos o resto.

– **Em janeiro de 1973, quando apareceu o *Expresso*, estava em Inglaterra a estudar. Como soube do aparecimento do jornal?**

– Quando nasceu o *Expresso* estava com toda a família na Universidade de York, preparando o passo mais decisivo da minha carreira académica, o doutoramento em Economia. Um tio de minha Mulher mandava-nos, de 15 em 15 dias, alguns jornais que iam sendo publicados aqui e enviou o *Expresso*, que passei a receber com certa regularidade.

– **Faz então parte do clube de leitores do *Expresso* desde o primeiro número...**

– Sim. O primeiro número chegou lá. Olhei para o *Expresso* como um jornal ligado à ala liberal e um sinal de inconformismo das elites portuguesas. Cheguei a Inglaterra no verão de 1971 e estava influenciado pelo meu contacto com um país desenvolvido, com uma economia avançada, com liberdade de expressão e de imprensa e eleições livres. Quando chegava à biblioteca, de manhã, olhava para os títulos principais de *The Guardian*, *The Times* e *The Daily Telegraph*. Não havia praticamente notícias sobre Portugal, onde se vivia a desilusão da primavera marcelista.

– **Chegou a acreditar na possibilidade de uma transição para a democracia?**

– Quando saí de Portugal, de alguma forma acreditava. Mas quando chega o *Expresso*, era a ala liberal a dizer que era impossível mudar o regime por dentro. A minha racionalidade levava-me a pensar que o regime não era sustentável por muito tempo por causa da guerra colonial. Porque ia acontecer uma exaustão dos recursos financeiros, porque havia o efeito psicológico do número de mortos e mutilados, e, por último, o isolamento crescente do regime na cena internacional. Eu só não sabia como é que iria mudar.

– **Quais eram as suas “pontes” para a ala liberal, se as tinha...**

– Eu era jovem e conhecia as personalidades pela comunicação social: Balsemão, Pinto Leite, Magalhães Mota e Sá Carneiro. Lembro-me do choque da notícia da morte de Pinto Leite na Guiné. Ele era o líder na altura, depois é que surgiu Sá Carneiro. Em 1973, o que provoca maior agitação naqueles que, como eu, estavam a reforçar as suas qualificações académicas no exterior, foi a renúncia de Sá Carneiro.

– **Voltou para Portugal pouco antes do 25 de abril.**

– Dez dias.

– **Como é que viveu esse dia? O que fez?**

– Era o dia que em que eu levava os meus filhos à escola pela primeira vez. Fomos acordados talvez por volta das seis da manhã por um familiar da minha Mulher, que nos disse: “Não saiam de casa.” Ficámos pegados ao rádio, vivendo todo aquele período de alguma incerteza, em particular o que ia acontecendo no Largo do Carmo. Vivemos com muita alegria aquele dia. Para mim e para a minha Mulher, o 25 de abril é uma data muito marcante, porque abre a possibilidade de construção de uma democracia pluralista de tipo europeu e o caminho à adesão à União Europeia. Nos primeiros tempos olhava para aquela confusão e balbúrdia, para as declarações de políticos totalmente desfasados do contexto em que Portugal se inseria, e para as medidas de natureza económica que achava totalmente desastrosas. Mas levava isso à conta da libertação de um regime que oprimiu e limitou as liberdades durante tanto tempo, e o desejo de construir uma democracia de tipo europeu. Na primeira fase, fui apanhado por todo esse caos. Chegava à universidade e os professores tinham sido saneados e não havia reitor.

– **Para si, o 25 de Abril é um feriado sagrado?**

– É uma data sagrada, até por aquilo que está antes do 25 de abril. São mais de 40 anos. Mas, passado algum tempo...

– **Desculpe insistir: teria vetado a hipótese de acabar com o feriado do 25 de Abril?**

– Acho que não é o momento para me estar a pronunciar sobre isso. Mas quando fui Primeiro-Ministro, fiz uma proposta legislativa para reduzir o número de feriados. O Ministro Valente de Oliveira tinha negociado a redução de feriados com o Patriarcado. A extinção do feriado do 25 de Abril não fazia parte da proposta que viria a ser vetada.

– **Voltemos ao pós-25 de abril...**

– Passado algum tempo, começo a ver que, por trás daquela balbúrdia, confusão e caos, havia, do ponto de vista político, uma tentativa totalitária da esquerda de tomar conta do País. Achei que o que estava a ser feito ia ter um custo dramático: as ocupações de terra, as nacionalizações, os aumentos salariais sem a mínima relação com o aumento de produtividade. Tudo isso atinge o auge nos governos de Vasco Gonçalves. Pensei: “isto não se aguenta de certeza, não dá com a maneira de ser do nosso povo”. Essa loucura terminou, como é sabido, com o 25 de novembro de 1975. Mas o 25 de Abril deu-nos a possibilidade de corrigir os erros e encontrar um caminho correto. Hoje – e não é de agora –, os líderes estrangeiros olham para Portugal como uma democracia estabilizada, não fazendo qualquer distinção, no que diz respeito ao funcionamento da democracia, entre Portugal e aqueles países que a conhecem há muitas décadas.

– **Em maio de 1974 participou na elaboração do programa económico do PPD/PSD, partido de que se fez membro. O que o atraiu em especial no PPD?**

– Era o desejo de contribuir para corrigir um caminho que considerava totalmente errado e contribuir para uma democracia de tipo ocidental, como se dizia na altura, que desse possibilidades ao País de recuperar os atrasos do desenvolvimento. Mas também foi o resultado de contactos com alguns dos meus colegas – como Ernâni Lopes, António Pinto Barbosa e Alfredo de Sousa, que no início era o diretor do Grupo de Estudos. Eu era professor na Católica e no ISEG e comecei a dar contributos para o programa económico do partido. É nas escadas da Duque de Loulé ou do Rato que encontro Sá Carneiro pela primeira vez.

– **Mas porquê o PSD?**

– Eu via televisão e achava que alguns daqueles atores políticos não conheciam o Mundo. Pareciam-me totalmente desfasados. As medidas que sugeriam pareciam a loucura total. Quando aparece Sá Carneiro, digo: “Este homem parece inteligente, realista, de bom senso.” Vi que Sá Carneiro era diferente dos outros. Depois, tive oportunidade de moldar a parte económica – juntamente com Alfredo de Sousa, Ernâni Lopes e outros – do programa do partido. É uma decisão de grupo. O Alfredo de Sousa exerceu uma influência grande sobre um conjunto de jovens que haviam estudado no estrangeiro e tinham chegado a Portugal. É ele que me começa a levar para um escritório na Avenida Duque de Loulé, para escrever uns papéis para o programa do partido. Sou escolhido para ir ao primeiro congresso e só não fui porque morreu um familiar nesse mesmo dia.

– **A sua relação com Sá Carneiro consolida-se.**

– É então que Sá Carneiro começa a chamar-me. Antes das eleições de 1979, ele tem uma conversa comigo: “Se eu ganhar as eleições, o senhor vai para Ministro das Finanças.” Nessa altura estava a preparar o meu concurso para professor extraordinário da Universidade Nova.

– **A verdade é que gostou de ser Ministro das Finanças e que isso marcou a sua vida para sempre.**

– Sá Carneiro tinha uma grande capacidade de persuasão e aceitei. Impus as minhas condições. Fixei dois grandes objetivos. O primeiro era o controlo da inflação, que estava a mais de 20 por cento. E o outro era o relançamento do crescimento económico pela via do investimento. Tentei jogar muito com as expectativas, tendo o maior cuidado na comunicação. Apresentei um programa anti-inflacionista com o objetivo claro de influenciar as expectativas das pessoas, por forma a poderem aceitar negociações salariais de nível mais baixo do que anteriormente. Penso que foi dessa vez que fui à televisão com um quadro para explicar o programa, que aliás teve sucesso: a inflação baixou, o investimento cresceu 9 por cento, o produto aumentou mais de 5 por cento. Eu era classificado como um tecnocrata, devido à preocupação pelo rigor da análise. Era um

rótulo com sentido pejorativo, mas que eu via como um elogio. O dicionário diz que um tecnocrata é aquele que tem uma alta qualificação técnica e uma grande competência. Há um economista norte-americano, John Williamson, que publicou um livro e criou a categoria dos *technopol* - os “tecnopolíticos”. Incluíu-me, juntamente com o Primeiro-Ministro Gaidar, da Rússia, entre os “tecnopolíticos”.

– Se hoje fosse feito um estudo sobre si, entraria como político, tecnopolítico ou técnico?

– Entraria claramente como político, mas se calhar também não esqueceriam a minha vertente de professor. Sá Carneiro não gostava nada que disséssemos que éramos técnicos. Não era só eu – havia outros, como o Morais Leitão e o Basílio Horta. “Os senhores estão no governo e são políticos!”

– Essa é uma questão que se coloca na sua carreira política. Faz muita questão de passar a imagem de que não é político.

– É verdade. Faltam-me algumas qualidades atribuídas aos políticos. Não tenho vocação para a intriga, nem para a sedução de jornalistas; não tenho vocação para os jogos político-partidários. São coisas que me cansam. Há outros que são muito melhores do que eu nessa matéria. Na vida pública, levo as coisas demasiado a sério.

– Mas como Primeiro-Ministro teve que conviver com a intriga político-partidária.

– Depois tive de lidar com tudo isso, com a vida do partido. Tenho de reconhecer que tive de me ir habituando a conviver, mas não a praticar.

– Na altura da Adesão, em 1985, tinha acabado de ser eleito líder do PSD. A ideia que existe é a de que não era um grande entusiasta da Adesão.

– É totalmente falso. De alguma forma, sei por que razão o diz. Porque um ministro do bloco central me disse, quando assumi a presidência do PSD, que “há um ponto, na Política Agrícola, em que ainda devemos fazer um esforço de última hora.” E eu pedi que se fizesse esse esforço.

– Era Álvaro Barreto?

– Ele era o Ministro da Agricultura, não era?

– Na altura, Mário Soares chegou a acusá-lo de querer adiar a data da assinatura do Tratado.

– Isso deveu-se ao facto de se aproximar o fim do Bloco Central. Até fez uma comunicação ao País, bastante violenta para mim. Quanto aos jogos da política, era muito mais habilidoso que eu...

A Adesão às Comunidades Europeias é um acontecimento histórico para Portugal. E acho que o Governo do Primeiro-Ministro Mário Soares fez a melhor negociação possível na altura. Portugal saiu-se muito bem durante os primeiros dez anos de presença na União Europeia. É uma verdadeira história de sucesso. Portugal ganhou todas as batalhas – todas! – que eram importantes do ponto de vista do interesse nacional. E tudo está bem documentado.

Mensagem à Assembleia da República sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias

Tendo promulgado, para ser publicado como lei, o Decreto da Assembleia da República nº 110/XII – “Reorganização Administrativa do Território das Freguesias”, entendi dirigir a essa Assembleia, no uso da faculdade prevista na alínea d) do artigo 133º da Constituição, a seguinte mensagem:

Esta lei procede a uma profunda alteração da composição territorial das freguesias, sem paralelo no nosso País nos últimos 150 anos. Surge em cumprimento do disposto na Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que estipula a reorganização administrativa do território das freguesias e na sequência do compromisso assumido pelo Governo português no Memorando de Entendimento Sobre as Condicionalidades de Política Económica, assinado em 17 de maio de 2011, de proceder a uma redução significativa das autarquias locais para entrar em vigor no próximo ciclo eleitoral. Teve-se ainda presente que a criação, extinção e modificação das autarquias locais é matéria de reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República.

As alterações agora consagradas no presente diploma e nos respetivos anexos, e a criação de novas freguesias, quer por agregação quer por alteração dos limites territoriais, têm implicações em mais de duas centenas de municípios e reduzem em mais de mil o número de freguesias.

Em face desta alteração profunda no ordenamento territorial do País, com implicações aos mais diversos níveis – e, designadamente, na organização do processo eleitoral –, considero que deverão ser tomadas, com a maior premência, todas as medidas políticas, legislativas e administrativas de modo a que as eleições para as autarquias locais, que irão ter lugar entre setembro e outubro deste ano, decorram em condições de normalidade e transparência democráticas, assegurando quer o exercício do direito de voto e de elegibilidade dos cidadãos nos

termos previstos na lei, quer a total autenticidade dos resultados eleitorais. Neste contexto, importa ter presente que, para além da representação política e do serviço público de proximidade que prestam, as freguesias são as unidades administrativas nucleares em que está alicerçada a organização territorial do recenseamento eleitoral.

É, assim, imperioso que a adaptação do recenseamento eleitoral à reorganização administrativa agora aprovada se realize atempadamente e que os cidadãos eleitores disponham, em tempo útil, de informação referente à freguesia onde votam e ao respetivo número de eleitor, de modo a que não se repitam problemas verificados num passado recente, nomeadamente nas eleições presidenciais.

Por outro lado, devem ser tomados em consideração os prazos estipulados pela Lei Orgânica nº 1/2001, de 14 de agosto, em particular o disposto no nº 2 do seu artigo 12º, que determina o seguinte: “Para as eleições gerais o número de mandatos de cada órgão autárquico será definido de acordo com os resultados do recenseamento eleitoral, obtidos através da base de dados central do recenseamento eleitoral e publicados pelo Ministério da Administração Interna no *Diário da República* com a antecedência de 120 dias relativamente ao termo do mandato.”

Refira-se ainda que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia têm competências próprias na organização do ato eleitoral e que o seu apoio a esse processo, num momento em que a configuração das unidades eleitorais sofre alterações profundas, reveste-se de importância acrescida.

Tendo em conta os pontos atrás referidos, e outros que o Parlamento, o Governo e a Administração venham a considerar relevantes e merecedores de especial atenção, reitero o meu entendimento de que devem ser tomadas todas as medidas adequadas a assegurar a boa organização do processo eleitoral, garantindo, assim, o exercício dos direitos constitucionalmente consagrados e o cumprimento pleno das regras democráticas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

16 de janeiro de 2013

Passos da Agenda

MARÇO 2012

Dia 10 • O Presidente da República requer ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade do Decreto nº 37/XII da Assembleia da República, relativo à criminalização do enriquecimento ilícito.

Dia 12 • Visita do Presidente da República ao N.R.P. Corte-Real e ao N.R.P. Sagres, ao qual concede o título de Membro Honorário da Ordem Militar de Cristo por ocasião do 50º aniversário do Navio ao serviço de Portugal.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, Superintendente Paulo Jorge Valente Gomes.

Dia 13 • O Presidente da República confere posse ao Secretário de Estado da Energia, Dr. Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Olli Rehn;
• O Presidente da República recebe, em audiência, o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab.

• O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 16 • Visita ao Concelho de Mesão Frio.

Dia 17 • Visita aos Concelhos de Mirandela, Alijó e Sabrosa.



12 de março de 2012. Visita de homenagem ao NRP Sagres.

17 de março de 2012. Visita a Alijó.



17 de março de 2012. Visita a Sabrosa.

17 de março de 2012. Visita a Mirandela.



16 de março de 2012. Visita a Mesão Frio.

26 de março de 2012. Visita Oficial do Presidente da Sérvia.



Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Carlos César.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Notários.

Dia 26 • Visita Oficial a Portugal do Presidente da República da Sérvia, Boris Tadic.

Dia 27 • O Presidente da República preside à XVII Cerimónia de Entrega dos Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa ao Presidente da República da Sérvia e à jornalista e ativista dos direitos humanos tunisina Souhayr Belhassen.

Dia 30 • O Presidente da República recebe um grupo de 24 jovens estudantes japoneses oriundos da zona do nordeste do Japão, atingida pelo terramoto e pelo *tsunami* que lhe sucedeu, em março de 2011, de visita a Portugal no âmbito de uma iniciativa de intercâmbio educativo e cultural.

27 de março de 2012. Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa.



30 de março de 2012. Estudantes japoneses de Fukushima em visita a Portugal.





13 de abril de 2012. Visita Oficial do Presidente da Áustria. Biblioteca do Convento de Mafra.

ABRIL 2012

Dia 02 • O Presidente da República oferece um almoço em honra dos Deputados Portugueses eleitos para o Parlamento Europeu.

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Enfermeiros.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Conselho Nacional da Juventude.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Junta Metropolitana de Lisboa.

Dia 09 • O Presidente da República confere o título de Membro Honorário da Ordem de Mérito à Rádio Renascença, por ocasião do seu 75º aniversário.

Dia 10 • O Presidente da República inaugura, em Lisboa, as novas instalações da Microsoft Portugal.

Dias 11 a 13 • Visita Oficial a Portugal do Presidente Federal da República da Áustria, Heinz Fischer.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional das Farmácias.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação dos Agricultores de Portugal – CAP.

Dia 19 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República da Polónia, Bronislaw Komorowski.

Dia 20 • O Presidente da República e o Presidente da República da Polónia presidem à abertura do Seminário Económico Portugal-Polónia.



10 de abril de 2012. Novas instalações da Microsoft Portugal.

20 de abril de 2012. Visita de Estado do Presidente da Polónia.



25 de abril de 2012. Cerimónia comemorativa na Assembleia da República.



Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma representação da Administração da Nokia Siemens Networks, liderada pelo Diretor da empresa para a Europa do Sul, Leste e Central, Eng. João Picoito.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chile, Alfredo Moreno.

Dia 25 • Comemorações do 38º Aniversário do 25 de Abril.

Dia 27 • Visita aos Concelhos de Penela, Vagos, Águeda e Albergaria-a-Velha.

Dia 28 • O Presidente da República preside às cerimónias comemorativas do Centenário do Sporting Clube Olhanense.

25 de abril de 2012. Celebrações no Palácio de Belém.



27 de abril de 2012. Visita à fábrica Aguiúmeis, concelho de Águeda.





4 de maio de 2012. Reunião do Conselho para a Globalização, Cascais.



11 de maio de 2012. Visita ao Fórum do Mar, Matosinhos.

MAIO 2012

Dia 04 • O Presidente da República preside, no Palácio da Cidadela, em Cascais, à sessão de abertura da reunião do Conselho para a Globalização 2012 – “Portugueses Reencontram-se - O Papel da Diáspora no Desenvolvimento de Portugal”.

Dia 07 • O Presidente da República visita, em Lisboa, a Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal.

Dia 09 • O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 9º Encontro Nacional Inovação COTEC e à Assembleia-Geral da COTEC Portugal.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Dr. António José Seguro.

Dia 11 • O Presidente da República

visita, em Matosinhos, o Fórum do Mar, uma iniciativa conjunta da Associação Empresarial de Portugal e do Oceano XXI - *Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do Projeto “Limpar Portugal”.

• O Presidente da República preside à Cerimónia de Entrega do Prémio Pessoa 2011, por ocasião do 25º aniversário deste galardão.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Advogados;

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

9 de maio de 2012. Encontro Nacional Inovação COTEC.



14 de maio de 2012. Entrega do Prémio Pessoa 2011.





19 de maio de 2012. Tomada de posse do Presidente Taur Matan Ruak.



20 a 22 de maio de 2012. Visita de Estado a Timor-Leste.



À direita: 21 de maio de 2012. Receção em honra do Presidente timorense. Escola Portuguesa de Díli.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente Interino e o Primeiro- Ministro da Guiné-Bissau, respetivamente, Raimundo Pereira e Carlos Gomes Júnior.

Dia 19 • O Presidente da República e a Dra. Maria Cavaco Silva chegam a Díli, participando na Cerimónia de Tomada de Posse do Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Taur Matan Ruak, e nas Cerimónias do X Aniversário da Independência.

Dias 20 a 22 • Visita de Estado do Presidente da República a Timor-Leste.

Dias 22 a 24 • Visita de Estado do Presidente da República à Indonésia.

Dias 24 a 26 • Visita Oficial do Presidente da República à Austrália.

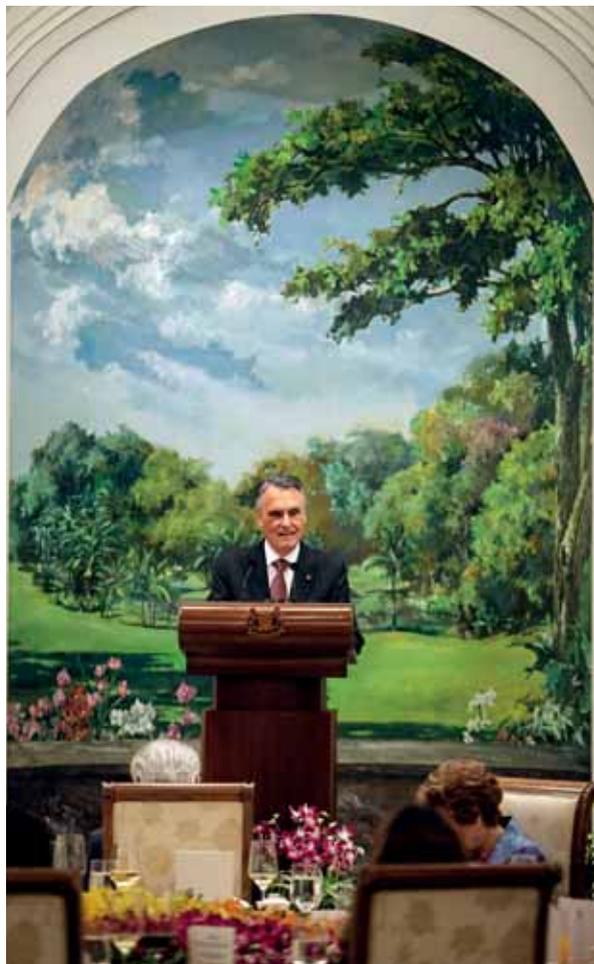
Dias 27 e 28 • Visita Oficial do Presidente da República a Singapura.

Dias 30 e 31 • Visita Oficial a Portugal dos Príncipes das Astúrias.

20 a 22 de maio de 2012. Visita de Estado a Timor-Leste.







22 e 23 de maio de 2012. Visita de Estado à Indonésia.

28 de maio de 2012. Visita Oficial a Singapura.



26 de maio de 2012. Visita Oficial à Austrália. Sydney



JUNHO 2012

Dia 01 • O Presidente da República preside, no Mosteiro dos Jerónimos, à cerimónia de entrega dos Prémios *Europa Nostra* 2012, com a presença dos Príncipes das Astúrias, no último ato oficial da sua visita a Portugal.

Dia 02 • O Presidente da República visita, em Santarém, a Feira Nacional da Agricultura.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Bulgária, Boyko Borissov.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Seleção Nacional de Futebol, antes da partida para o EURO 2012.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e ex-Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, Dr. Edmund Ho.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Câmara de

10 de junho de 2012. Sessão Solene do Dia de Portugal. Lisboa.



Comércio e Indústria Portugal-Angola.

Dia 06 • O Presidente da República preside, na Faculdade de Medicina de Lisboa, à inauguração do MedSim – Centro de Treino Avançado para Equipas Médicas.

• O Presidente da República preside à Cerimónia de Entrega do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa.

Dias 09 e 10 • Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Lisboa.

Dias 11 e 12 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Fundação para a Análise e Estudos Sociais de Espanha e ex-Presidente do Governo espanhol, José Maria Aznar.

• O Presidente da República participa, no Porto, na cerimónia de homenagem ao Dr. Vasco Graça Moura.

Dia 16 • Visita ao Concelho da Póvoa de Varzim.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do *CEO – Collaborative Forum*, liderada por Richard Pelly, Diretor do Fundo de Investimento Europeu (EIF).



6 de junho de 2012. Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa.



10 de junho de 2012. Celebrações do Dia de Portugal, em Lisboa.



11 de junho de 2012. Visita de Estado do Presidente de Cabo Verde.



• O Presidente da República recebe, em audiência, o novo Presidente da IBM Portugal, Dr. António Raposo de Lima.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu, Joseph Daul.

Dia 23 • O Presidente da República visita, no Porto, o Museu Nacional da Imprensa e assiste aos tradicionais festejos da Noite de S. João.

Dia 24 • Visita aos Concelhos de Guimarães e de Castro Daire.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação dos Inquilinos Lisbonenses.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, os responsáveis da equipa impulsoradora do projeto *Portugal Economy Probe*, que reúne numerosas instituições e empresas e pretende promover uma imagem mais correta do País nos mercados e nos círculos de decisão internacionais.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Seleção Nacional Feminina de Futebol Sub-19, antes da sua partida para o Campeonato da Europa 2012.

Dia 29 • O Presidente da República preside, no Centro de Tropas Comandos, à cerimónia comemorativa do 50º Aniversário dos Comandos.



16 de junho de 2012. Sessão Solene na Câmara da Póvoa de Varzim.



24 de junho de 2012. Visita a Castro Daire.



29 de junho de 2012. Centro de Tropas Comandos.



4 de julho de 2012. Rota EPIS das Vocações de Futuro. Palácio de Belém.



6 de julho de 2012. Inauguração do Parque de Escultura Contemporânea Almourol.



9 de julho de 2012. A Cadeira do Presidente, do Projeto *Duets-Art on Chairs*.



13 de julho de 2012. Missões Portuguesas às Olimpíadas de Londres.

JULHO 2012

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Lisbonense de Proprietários.

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Dia 04 • O Presidente da República recebe 50 alunos e um grupo de voluntários participantes na 2ª Rota das Vocações de Futuro, realizada no âmbito do projeto de combate ao insucesso escolar promovido pela Associação dos Empresários pela Inclusão Social (EPIS).

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Dia 06 • O Presidente da República preside, em Vila Nova da Barquinha, à Inauguração do Parque de Escultura Contemporânea Almourol.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, a delegação responsável pelo Projeto *Duets - Art on Chairs*, que lhe apresenta a “Cadeira do Presidente”, concebida pelo *designer* Paulo Lobo.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Generalitat da Catalunha, Artur Mas.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Médicos Dentistas.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, 41 deputados do Grupo Parlamentar da União Social Cristã (CSU) no Parlamento Federal Alemão, entre os quais três ministros federais, que realizam uma visita de trabalho a Portugal.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação do Turismo Português.

Dia 12 • O Presidente da República confere posse a três novos juizes do

Tribunal Constitucional, designados pela Assembleia da República: Juiz Desembargador Fernando Vaz Ventura, Juíza Desembargadora Maria de Fátima Mata-Mouros Soares Homem e Prof.^a Doutora Maria José Rangel de Mesquita.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, as Missões Olímpica e Paralímpica Portuguesas que vão participar nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2012, antes das suas partidas para Londres.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, delegações dos



20 de julho de 2012. IX Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Maputo.



21 de julho de 2012. Encontro com a Comunidade Portuguesa. Pretória.

partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com vista à marcação da data das eleições para a Assembleia Regional.

Dias 18 a 20 • Deslocação do Presidente da República à República de Moçambique, por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado

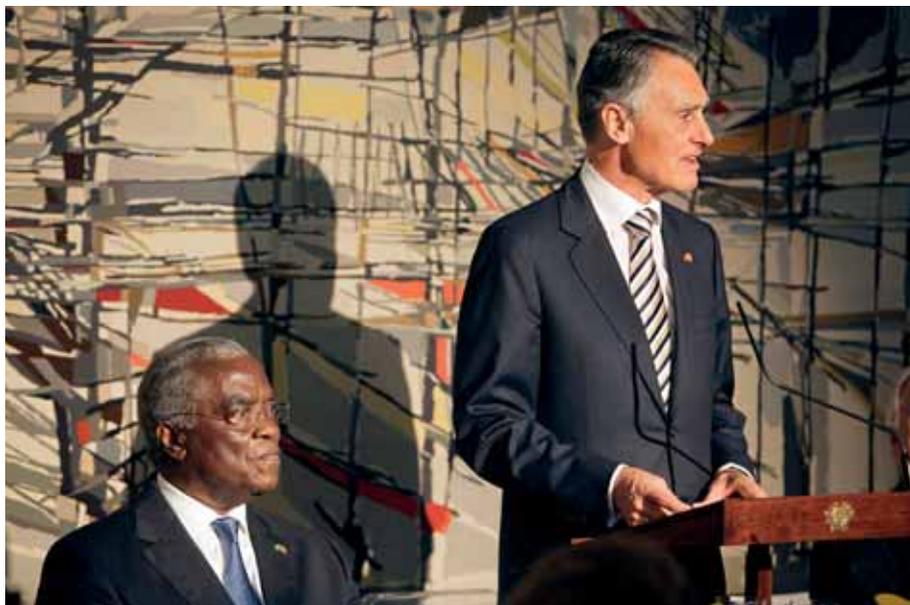
e de Governo da CPLP.

Dia 21 • O Presidente da República reúne-se, em Pretória, com empresários e quadros portugueses e oferece uma recepção em honra da Comunidade Portuguesa na África do Sul.

Dia 23 • O Presidente da República recebe a Presidente e os Vice-Presidentes da Assembleia da República, bem como os líderes dos Grupos Parlamentares, por ocasião do final da Sessão Legislativa.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Câmara Municipal de Loures, Eng. Carlos Alberto Dias Teixeira.



25 de julho de 2012. Visita de Estado do Presidente de São Tomé e Príncipe.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Secretária-Geral da Confederação Europeia de Sindicatos, Bernardette Ségol, acompanhada pelos representantes da UGT e da CGTP-IN.

Dia 25 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa.

Dia 26 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dias 27 e 28 • O Presidente da República e a Dra. Maria Cavaco Silva participam, em Londres, na receção oferecida pela Rainha Isabel II aos Chefes de Estado e de Governo convidados para a Cerimónia de Abertura dos Jogos Olímpicos e deslocam-se à Aldeia Olímpica para um encontro com os atletas e treinadores portugueses.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União Geral de Trabalhadores (UGT).

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN).

28 de julho de 2012. Encontro com atletas portugueses na Aldeia Olímpica.



SETEMBRO 2012

Dia 01 • O Presidente da República assiste, em Vilamoura, ao início do Torneio de Golfe “Taça Portugal Solidário”, em benefício do Serviço de Cardiologia do Hospital de Santa Cruz.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, representantes de diversas Organizações Não Governamentais relacionadas com a área do Ambiente.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da Confederação Portuguesa de Construção e do Imobiliário.

Dia 07 • O Presidente da República inaugura a empresa de Nanotecnologia Innovnano, no Parque Tecnológico de Coimbra, e o Centro Escolar EBI Domingos de Abreu, em Vieira do Minho.

• Visita do Presidente da República ao Concelho de Cabeceiras de Basto.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Dr. António José Seguro.

Dia 14 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio António Champalimaud de Visão 2012.

1 de setembro de 2012. VI Torneio de Golfe Taça Portugal Solidário. Vilamoura.



7 de setembro de 2012. Núcleo Museológico Casa da Lã. Bucos, Cabeceiras de Basto.



14 de setembro de 2012. Entrega do Prémio António Champalimaud de Visão.



Fundação
Champalimaud

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, os parceiros sociais subscritores do Acordo Tripartido “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego” – União Geral de Trabalhadores (UGT), Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e Confederação do Turismo Português (CTP).

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Assuntos Europeus da Turquia, Egemen Bağış.

Dia 21 • O Presidente da República inaugura, em Évora, as fábricas de material aeronáutico da Embraer.

• O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Estado.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN).



21 de setembro de 2012. Inauguração das fábricas da Embraer. Évora.

OUTUBRO 2012

Dia 01 • O Presidente da República recebe, em audiência seguida de almoço, os Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas.

• O Presidente da República confere posse ao novo juiz do Tribunal Constitucional, designado pela Assembleia da República, Prof. Doutor Pedro Chancerelle de Machete.

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em Madrid, o Prémio *Nueva Economía Fórum 2011*.

Dia 03 • O Presidente da República participa, com o Rei D. Juan Carlos I de Espanha e o Presidente italiano,

Giorgio Napolitano, na sessão de encerramento do VIII Encontro da COTEC Europa, em Madrid.

Dia 05 • Comemorações do 102º Aniversário da Implantação da República.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Hitachi, Takashi Kawamura.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Checa, Karel Schwarzenberg.

Dia 12 • O Presidente da República confere posse à Procuradora-Geral da

3 de outubro de 2012. VIII Encontro da COTEC Europa. Madrid.



República, Dra. Joana Marques Vidal.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP).

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, um grupo de subscritores do Manifesto “Em Defesa do Serviço Público de Rádio e Televisão”.

Dia 26 • O Presidente da República confere posse a novos Secretários de Estado do XIX Governo Constitucional: Dr. Jorge Barreto Xavier, para o cargo de Secretário de Estado da Cultura, Mestre Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque, para o cargo de Secretária de Estado do Tesouro, Doutor Manuel Luís Rodrigues, para o cargo de Secretário de Estado das Finanças, e Mestre João Henrique de Carvalho Dias

Grancho, para o cargo de Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Antonio Tajani.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Bundesrat (Conselho Federal) da Alemanha e Ministro Presidente da Baviera, Horst Seehofer, acompanhado pela Presidente do Parlamento bávaro, Barbara Stamm, e pelo Presidente do Grupo Parlamentar da União Social Cristã (CSU) no Parlamento bávaro, Georg Schmid.

Dia 30 • O Presidente da República condecora o ator Ruy de Carvalho, na passagem dos 70 anos da sua carreira, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.



5 de outubro de 2012. Cerimónia comemorativa da Implantação da República. Paços do Concelho, Lisboa.

NOVEMBRO 2012

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas.

Dia 05 • O Presidente da República dá posse ao Presidente do Tribunal Constitucional, Juiz Conselheiro Joaquim Sousa Ribeiro, como membro do Conselho de Estado.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Dr. António José Seguro.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União Geral dos Trabalhadores (UGT).



12 de novembro de 2012. Visita Oficial da Chanceler da Alemanha.

- O Presidente da República recebe os Embaixadores residentes dos países latino-americanos, a quem oferece um almoço.
- O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Justiça



14 de novembro de 2012. Visita de Estado do Presidente da Colômbia. Exposição de Fernando Botero.



e dos Direitos Humanos de Angola, Rui Mangureira.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Procuradora-Geral da República, Dra. Joana Marques Vidal.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Chanceler da República Federal da Alemanha, Angela Merkel.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Bosch, Franz Fehrenbach.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Embaixador Murade Isaac Murargy.

Dia 14 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos.

Dia 15 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Abertura da Conferência “Mar de Negócios”.

• O Presidente da República recebe os Embaixadores dos Estados-membros da União Europeia e dos Países do Alargamento, a quem oferece um almoço.

Dias 16 e 17 • O Presidente da República participa na XXII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que tem lugar em Cádiz, Espanha.

Dia 19 • Visita Oficial a Portugal do



Presidente da República do Peru,
Ollanta Humala.

Dia 21 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Abertura do 22º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC).

• O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 6º Encontro da Rede PME Inovação COTEC.

Dia 22 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta 2011, atribuídos pelo Clube de Jornalistas.

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação dos Empresários pela Inclusão Social (EPIS).

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Centro Português de Fundações.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Administrador e Diretor de Operações da Nokia Siemens Networks, Samih Elhage.



9 de novembro de 2012. Visita Oficial do Presidente do Peru.



21 de novembro de 2012. Abertura do XXII Congresso da APDC.



21 de novembro de 2012. Encerramento do VI Encontro da Rede PME Inovação COTEC.



5 de dezembro de 2012 – Entrega dos Prémios Literários Fernando Namora e Agustina Bessa-Luís.

DEZEMBRO 2012

Dia 04 • O Presidente da República finaliza a sequência de consultas desenvolvida junto dos Presidentes das oito maiores instituições financeiras portuguesas com vista à obtenção de elementos de informação sobre a estabilidade do sistema bancário e o financiamento da economia.

Dia 05 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega dos

Prémios Literários Fernando Namora e Agustina Bessa-Luís.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da Organização Mundial do Turismo, Taleb Rifai, o Presidente do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), David Scowsill, e outras personalidades do setor.

Dia 07 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente

16 de dezembro de 2012. Inauguração da Exposição "E um Filho nos foi dado", Palácio de Belém.



16 de dezembro de 2012. Coro natalício dos Pequenos Cantores do Conservatório de Lisboa. Palácio de Belém.



do Partido Popular Europeu e ex-Primeiro-Ministro belga, Wilfried Martens.

- O Presidente da República confere posse, como membro do Conselho de Estado, ao Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Vasco Alves Cordeiro.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Autoridade Nacional Palestiniana, Mahmoud Abbas.

- O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do Partido Comunista Português (PCP).

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer.

Dia 16 • O Presidente da República inaugura, no Palácio de Belém, a Exposição de Natal “E um Filho nos foi dado”.

Dia 17 • O Presidente da República assiste a uma apresentação dos projetos Judo

Total e Judo Social e encontra-se com os atletas e formadores participantes neste programa de desporto inclusivo.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da *China Three Gorges*, Cao Guangjing.

Dia 20 • Apresentação de cumprimentos de Boas Festas por parte da Presidente, dos Vice-Presidentes e dos Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

- O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas.

Dia 21 • O Presidente da República recebe a Ministra da Justiça para apreciação anual dos processos de indulto.

Dia 26 • O Presidente da República recebe o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e os fundadores do Conselho da Diáspora Portuguesa, que participam no Ato de Constituição do Conselho.



26 de dezembro de 2012. Ato de constituição do Conselho da Diáspora Portuguesa.



Patrocinadores Oficiais:

7 de janeiro de 2013. Encerramento da Conferência "Portugal no Mundo".

JANEIRO 2013

Dia 02 • O Presidente da República requer ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva da constitucionalidade da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Artigos 29º, 77º e 78º).

Dia 04 • O Presidente da República recebe os cumprimentos de Ano Novo dos Embaixadores de Portugal acreditados junto de vários Estados e organizações internacionais.

Dia 07 • O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento da "Grande Conferência Expresso 40 Anos", sob o tema "Portugal no Mundo".

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, os responsáveis

da associação Aprender a Empreender e as duas equipas de jovens alunos que representaram Portugal na Feira de Empresas em Zurique e na competição internacional *Junior Achievement Europe* 2012, realizada em Bucareste.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Fundação *Bracara Augusta*, responsável pela organização da iniciativa "Braga 2012: Capital Europeia da Juventude".

Dia 10 • O Presidente da República recebe os cumprimentos de Ano Novo do Presidente e dos juizes do Tribunal Constitucional, do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, do Presidente do Tribunal de Contas

15 de janeiro de 2013. Cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático. Palácio de Queluz.



30 de janeiro de 2013. Cerimónia de Abertura do Ano Judicial.



e da Procuradora-Geral da República.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Gbenga Ashiru.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Dia 15 • O Presidente da República recebe, no Palácio de Queluz, os cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência para apresentação de cumprimentos de Ano Novo, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz Conselheiro Dr. Luís António Noronha Nascimento.

• O Presidente da República recebe, em audiência para apresentação de cumprimentos de Ano Novo, o Bastonário da Ordem dos Advogados, Dr. António Marinho e Pinto.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência seguida de almoço, os Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas.

Dia 21 - O Presidente da República recebe, em audiência, o Embaixador de França, Pascal Teixeira da Silva, a Câmara de Comércio e de Indústria Luso-Francesa (CCILF) e Conselheiros do Comércio Externo da França (CCEF).

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN).

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Comercial de Lisboa, que apresenta um estudo sobre a Justiça Económica em Portugal, desenvolvido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Dia 30 • O Presidente da República preside à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial.

FEVEREIRO 2013

Dia 01 • O Presidente da República confere posse a novos membros do XIX Governo Constitucional: Dr.^a Ana Rita Gomes Barosa, como Secretária de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa; Dr. António da Visitação Oliveira, como Secretário de Estado do Emprego; Dr. Franquelim Garcia Alves, como Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação; Mestre Adolfo Mesquita Nunes, como Secretário de Estado do Turismo; Prof. Doutor Francisco Gomes da Silva, como Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural; Dr. Paulo da Silva Lemos, como Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território; e Prof. Doutor Alexandre de Vieira e Brito, para o cargo de Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União das Misericórdias Portuguesas.

Dia 06 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 19 • O Presidente da República condecora, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, as seguintes personalidades: Prof. Doutor Rui Moura

Ramos, ex-Presidente do Tribunal Constitucional; Juiz Conselheiro Fernando Pinto Monteiro, ex-Procurador-Geral da República; e Carlos Manuel Martins do Vale César, ex-Presidente do Governo Regional dos Açores.

Dia 21 • O Presidente da República acolhe, no Palácio de Belém, o Encontro da Associação Empresários Pela Inclusão Social (EPIS), durante o qual foram apresentados o balanço da atividade no triénio 2010-2012, os testemunhos de alunos, mediadores e mentores participantes nos respetivos programas, bem como o plano de ação para o período 2013-2015.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Dr. António José Seguro.

Dia 25 • O Presidente da República promove, no Palácio de Belém, um Encontro subordinado ao tema “Os Jovens e o Futuro da Economia”, em que participam várias dezenas de jovens empresários e empreendedores.

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da Conferência Ibero-Americana, Enrique Iglesias.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr. Artur Santos Silva.



21 de fevereiro de 2013. Encontro da Associação EPIS- Empresários Pela Inclusão Social. Palácio de Belém.

MARÇO 2013

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Representante das Nações Unidas para a Guiné-Bissau, Dr. José Ramos-Horta.

Dia 06 • O Presidente da República preside à cerimónia de inauguração da Moagem da *Nacional*, na Fábrica da Cerealís, e visita as instalações.

25 de fevereiro de 2012. Encontro "Os Jovens e o Futuro da Economia". Palácio de Belém.



Comprender um fenómeno dos seus desvios

Fazer ou não fazer: quando incentivos para não ser empreendedor são mais fortes para ser empreendedor.



6 de março de 2013. Nova Moagem da Nacional. Fábrica da Cerealís.



Coordenação
Casa Civil da Presidência da República

Fotografias
Luís Filipe Catarino

Design Gráfico
Teresa Olazabal Cabral
Tipo de Letra: MayeurText e Flama de Mário Feliciano

Acompanhamento de edição
João van Zeller

*Da presente edição
fez-se uma tiragem de 2.000 exemplares
em papel Munken Lynx certificado pelo
"Forest Stewardship Council",
(papel produzido por métodos
respeitadores do ambiente)*

*Acabou de imprimir-se em Abril de 2013
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*

ISBN
978-972-27-2151-6

Depósito Legal
257 726/07

“ *Olhemos para o futuro,
não nos deixemos aprisionar
pelas condicionantes
de um presente muito difícil.* ”

Aníbal Cavaco Silva

21 DE FEVEREIRO DE 2013